UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

WILLIAN ROBERTO VICENTINI

TRABALHO E EDUCAÇÃO: O SENAI E A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA NOS ANOS 1942-1953

CURITIBA
2021

WILLIAN ROBERTO VICENTINI

TRABALHO E EDUCAÇÃO: O SENAI E A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA NOS ANOS 1942-1953

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito necessário à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto

CURITIBA
2021

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydnei Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

V633 Vicentini, Willian Roberto.
Trabalho e educação: o SENAI e a formação de trabalhadores nos estados do Paraná e Santa Catarina nos anos 1942-1953/ Willian Roberto Vicentini; orientador Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto.
188f.

Tese (Doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2021.

1. Educação profissional. 2. SENAI. 3. Formação do trabalhador. I. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação/ Doutorado em Educação. II. Título.

CDD – 370.113

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

TERMO DE APROVAÇÃO

WILLIAN ROBERTO VICENTINI

TRABALHO E EDUCAÇÃO: O SENAI E A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA (1942 – 1953)

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Doutorado em Educação, na linha de Políticas Públicas, da Universidade Tuiuti do Paraná, seguinte banca examinadora:

Prof.ª Dra. Anita Helena Schlesener
Coordenadora do Programa em Educação

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto
Presidente – Universidade Tuiuti do Paraná, UTP

Profa. Dra. Maria de Lourdes Bernartt
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Prof. Dr. Cleverson Molinari Mello
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR

Prof.ª Dra. Anita Helena Schlesener
Universidade Tuiuti do Paraná – UTP

Prof.ª Dra. Maria de Fátima Rodrigues Pereira
Universidade Tuiuti do Paraná – UTP

Curitiba, 27 de abril de 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (PPGEdu/UTP), a seus docentes, colaboradores e colegas pelo debate e a construção de ideias durante este processo.

Agradeço ao meu orientador, o Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto, pelo apoio, confiança no meu trabalho, paciência e contribuições para o crescimento e construção desta tese de doutorado.

No Programa, encontrei pessoas que me renderam grandes reflexões e enriqueceram minha pesquisa. Obrigada, profa. Dra. Maria de Fátima Pereira, o prof. Dr. Samuel Carlos Wiedemann, o prof. Dr. Aruanã Antonio dos Passos e ao Doutorando Márcio Bernardes de Carvalho.

Agradeço a srta. Adriana Heloisa Santini, da Fiep, por me oportunizar a pesquisa na Biblioteca da Federação das Indústrias do Paraná, sempre com cordialidade e atenção.

Aos membros da Banca; Profa. Dra. Anita Helena Schlesener; Profa. Dra. Maria de Lourdes Bernartt; Profa. Dra. Maria de Fátima Rodrigues Pereira; Prof. Dr. Cleverson Molinari Mello; Prof. Dr. Aruanã Antonio dos Passos e o Prof. Dr. Samuel Carlos Wiedemann, agradeço a atenção com a leitura e as observações efetuadas no decorrer da construção desta Tese.

Ainda, com especial atenção, agradeço aos meus familiares pelo apoio e por me motivar sempre que me sentia cansado.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o processo de implantação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no Brasil, em particular, nos Estados do Paraná e Santa Catarina entre os anos de 1942-1953, dentro deste contexto, sua atuação e contribuição para a formação de trabalhadores para a indústria e serviços, ainda entendidos como parte integrante do desenvolvimento industrial nos referidos estados. A Tese se desenvolve tendo a relação Trabalho - Educação como eixos a serem analisados no recorte temporal citado. Para isso, utilizou-se como método de pesquisa, o Materialismo Histórico-dialético, em que se busca evidenciar as relações entre o movimento real da sociedade, a indústria em desenvolvimento fomentar a Políticas Públicas governamentais para a qualificação da força de trabalho e o SENAI, discutindo as contradições geradas neste contexto. Justifica-se o recorte temporal deste trabalho, entre a criação do SENAI (1942), até a divisão da 7ª. Delegacia Regional do SENAI em duas, Paraná e Santa Catarina, em que o SENAI passa a ter uma administração em cada um dos estados (1953). A pesquisa está baseada em um estudo do estado da arte sobre o tema, de uma investigação bibliográfica do contexto histórico nacional e do desenvolvimento regional, e por fim na análise da criação e da atuação do SENAI nos dois estados baseado, principalmente nos seus Relatórios anuais e fundamentada em autores como Karl Marx; Dermeval Saviani; Luis Antônio Cunha; Acácia Zeneida Kuenzer; Otaíza de Oliveira Romanelli; Alcides Goularti Filho e Ítalo Bologna. Como resultado obtido desta pesquisa, pode-se constatar que ao lado da referida formação de trabalhadores para a indústria, ocorreu, também uma formação de trabalhadores para o setor de serviços e diversos ramos de atividades.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional. SENAI. Formação do Trabalhador.

ABSTRACT

This research aims to analyze the implementation process of the National Service for Industrial Learning (SENAI), in Brazil, in particular, in the States of Paraná and Santa Catarina between the years 1942-1953, within this context, its performance and contribution for the training of workers for industry and services, also understood as an integral part of industrial development in the aforementioned states. The Thesis is developed with the Work - Education relationship as axes to be analyzed in the aforementioned time frame. For this, it was used as a research method, Dialectical Historical Materialism, in which it seeks to highlight the relationships between the real movement of society, the industry in development, fostering governmental Public Policies for the qualification of the workforce and SENAI , discussing the contradictions generated in this context. The time frame of this work is justified, between the creation of SENAI (1942), until the division of the 7th. SENAI Regional Police Station in two, Paraná and Santa Catarina, where SENAI will have an administration in each of the states (1953). The research is based on a study of the state of the art on the subject, on a bibliographic investigation of the national historical context and regional development and finally on the analysis of the creation and performance of SENAI in the two states based, mainly on its annual reports. And based on authors such as Karl Marx; Dermeval Saviani; Luis Antônio Cunha; Acácia Zeneida Kuenzer; Otaíza de Oliveira Romanelli; Alcides Goularti Filho e Ítalo Bologna.

As a result of this research, it can be seen that alongside the training of workers for the industry, there was also a training of workers for the service sector and various branches of activities.

KEYWORDS: Professional Education. Senai. Worker Training.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1-PRIMEIRA LOGOMARCA DO SENAI 16
FIGURA 2- SÍMBOLO INSTITUCIONAL DO IDORT 90
FIGURA 3- REPORTAGEM DO JORNAL “A NAÇÃO DE BLUMENAU" EM 1943 97
FIGURA4-LOCALIZAÇÃO DO PARANÁ E SANTA CATARINA NO MAPA DO BRASIL 105
FIGURA 5- MAPA ECONÔMICO DO PARANÁ 108
FIGURA 6- MAPA ECONÔMICO DE SANTA CATARINA 108
FIGURA 7- PRIMEIRAS UNIDADES DO SENAI REPRESENTADAS NO PARANÁ... 111
FIGURA 8- CURSO DE ALFAIATES EM CURITIBA 122
FIGURA 9- PRIMEIRAS UNIDADES SENAI REPRESENTADAS EM SANTA CATARINA 125
FIGURA 10-QUALIFICAÇÃO NO CARVÃO 135
FIGURA 11-CAPA DO RELATÓRIO SENAI DE 1947 138
FIGURA 12-CURSOS VOCACIONAIS – 1948 155
FIGURA 13-EXEMPLO DE SÉRIES METÓDICAS 1952 158
FIGURA 14-FESTA DE DESMEMBRAMENTO DA 7ª. REGIONAL 159
FIGURA 15- CARTÃO DE VISITAS DO DIRETOR REGIONAL DO SENAI 161

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NÚMERO DE PRODUÇÕES DE DOUTORADO E DE MESTRADO PESQUISADOS (CAPES – DENTRO DO RECORTE ESTABELECIDO), REFERENTE AOS TEMAS CENTRAIS CITADOS 30
TABELA 2-: ÁREA DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU 32
TABELA 3- PESQUISAS POR DESCRITORES POR ESTADO 32
TABELA 4- PRINCIPAIS PALAVRAS-CHAVE ENCONTRADAS NAS PRODUÇÕES PESQUISADAS 33
TABELA 5 - PRINCIPAIS AUTORES MAIS CITADOS NAS PRODUÇÕES PESQUISADAS 34
TABELA 6 - DISSERTAÇÕES 35
TABELA 7 - DISSERTAÇÕES E TESE 37
TABELA 8- DISSERTAÇÕES E TESE 39
TABELA 9 - DISSERTAÇÕES E TESE 41
TABELA 10 - DISSERTAÇÕES 44
TABELA 11- PUBLICAÇÕES DA REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE DE 1978 A 2016 RELACIONADAS AO SENAI 46
TABELA 12 - PUBLICAÇÕES DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO DA ANPED 47
TABELA 13 - TRABALHOS PESQUISADOS NO GT-09 48
TABELA 14 - TRABALHOS ENCOMENDADOS PESQUISADOS NO GT-09 49
TABELA 15: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS NO BRASIL E SEUS RESPECTIVOS OPERÁRIOS DENTRO DO RECORTE TEMPORAL DA TESE 67
TABELA 16- EVOLUÇÃO DA TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO NACIONAL 82
TABELA 17 - ORGANIZAÇÃO NACIONAL DO SENAI EM 1942 103
TABELA 18- NÚMERO DE EMPRESAS POR RAMO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS EM 1959 – PARANÁ E SANTA CATARINA 106
TABELA 19– PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DO PARANÁ NA INDÚSTRIA NACIONAL 115
TABELA 20– ALGUMAS EMPRESAS INDUSTRIAIS PARANAENSES NO PERÍODO 1930-1950 115

TABELA 21- VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ SEGUNDO OS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS – 1950 121
TABELA 22- PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE SANTA CATARINA NA INDÚSTRIA NACIONAL..... 128
TABELA 23 – ALGUMAS EMPRESAS INDUSTRIAIS EM SANTA CATARINA 1930-1950..... 129
TABELA 24- TRABALHADORES APRENDIZES MAIORES E MENORES DE 18 ANOS TRABALHANDO EM DIVERSOS RAMOS PROFISSIONAIS EM 1959 163
TABELA 25- INSTALAÇÃO DE CURSOS DIVERSOS E O NÚMERO DE ALUNOS EM 1943..... 164
TABELA 26- NÚMERO DE MATRÍCULAS EM DIVERSAS MODALIDADES DE CURSOS DO SENAI - 1943 A 1953 165
TABELA 27 - OFÍCIOS ENSINADOS PELO SENAI EM 1945 E 1950 167
TABELA28- CURSOS EXTRAORDINÁRIOS E ORDINÁRIOS ALUNOS DIPLOMADOS EM 1947..... 169
TABELA 29 - NÚMERO DE CERTIFICADOS EXPEDIDOS EM 1948 170
TABELA 30 - CADASTRO E ENCAMINHAMENTO DE MENORES PARA DIVERSAS FIRMAS EM 1947..... 170
TABELA 31 - ESCOLAS POR CIDADES - 1951-1952 172

LISTA DE GRÁFICOS

1GRÁFICO - PRODUÇÕES SOBRE TRABALHO / EDUCAÇÃO E O SENAI..... 28
2GRÁFICO - ARTIGOS PESQUISADOS E SELECIONADOS – REVISTA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE / VER. BRAS. DE EDUCAÇÃO ANPED E GT-09 DA ANPED..... 29
3GRÁFICO – PRODUÇÕES POR ESTADO 31
4GRÁFICO – PRODUÇÕES POR REGIÕES DO BRASIL 31

LISTA DE SIGLAS

ABNT- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
ANPEd- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO
BNDE- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
CA- CURSO DE APERFEIÇOAMENTO
CAI- CURSO DE APRENDIZAGEM (ASPIRANTES A INDUSTRIA)
CAO- CENTRO DE APRENDIZAGEM DE OFÍCIOS
CAPES- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CEFET- CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CF- CURSOS DE FORMAÇÃO DE APRENDIZES DE OFÍCIOS
CFESP- CENTRO FERROVIÁRIO DE ENSINO E SELEÇÃO PROFISSIONAL
CIB- CONFEDERAÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL
CIESP- CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CLT- CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
CN- CONSELHO NACIONAL
CNC- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO
CNI- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA
CP- CURSO PRELIMINAR PARA MENORES
CPA- CURSO PRELIMINAR PARA ADULTOS
CR- CENTRO DE RESPONSABILIDADE
CRA- CURSOS RÁPIDOS DE APERFEIÇOAMENTO
CRF- CURSOS RÁPIDOS DE FORMAÇÃO
CRT- CURSO RÁDIO TÉCNICOS
CSN- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
CT- CURSO TÉCNICO
CTAP- CENTRO DE TREINAMENTO E ADAPTAÇÃO PROFISSIONAL DE PONTA GROSSA
CTM- CURSO DE TRABALHADORES MENORES
CTM- CENTRO TÉCNICO DE MONITORAMENTO
CV- CURSO VOCACIONAL
DIP- DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA
DN- DEPARTAMENTO NACIONAL
DR- DEPARTAMENTO REGIONAL
DL- DELEGACIA REGIONAL
DT- DIVISÃO DE TREINAMENTO
EA- ESCOLA DE APRENDIZAGEM
EAC- ESCOLA DE APRENDIZAGEM DE CURITIBA
EEAs- ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES
EFSPRG- ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO RIO GRANDE
EFD- ESTRADA DE FERRO DONA TERESA CRISTINA
EIT- ESCOLAS INDUSTRIAIS E TÉCNICAS

FADEPS- FACULDADE D'PLÁCIDO E SILVA
FEUSP- FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP
FIEMG- FEDERAÇÃO INDUSTRIAL DE MINAS
FIEP – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ
FIESC – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
FIESP- FERDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GT09- GRUPO DE TRABALHO
IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDORT- INSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO RACIONAL DO TRABALHO
IE- INSTITUIÇÃO DE ENSINO
LAMPE- EMPRESA DE METALURGIA, HOJE CHAMADA MALE
MEC- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
MG- MINAS GERAIS
ORT- ORGANIZAÇÃO RACIONAL DO TRABALHO
PCB- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PIPMOI- PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL
PR- PARANÁ
PRM- PARTIDO REPUBLICANO MINEIRO
PRP- PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA
PRR- PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE
PSD- PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
PTB- PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
SC- SANTA CATARINA
SENAC- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
SENAI- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
SENAR- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
SESC- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
SESCOOP- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO
SESI- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
SEST- SERVIÇO SOCIAL DE TRANSPORTE
SINASE- SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
SMO- SERIES METÓDICAS
SUMOC- SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO
TAD- CURSOS E PROGRAMAS DE TREINAMENTO, MINISTRADOS NA INDUSTRIA
TAD- TREINAMENTO DE ADULTOS
TP- TREINAMENTO DE PESSOAL DOCENTES E TÉCNICOS DO SENAI
TTO- TREINAMENTO TÉCNICO OPERACIONAL
UDN- UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL
UFC- UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
UFES- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
UFSC- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
UNE- UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES
USP- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
VASP- VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....17
CAPÍTULO I. O SENAI EM PESQUISA: A REVISÃO DAS PRODUÇÕES ACERCA DO TEMA E OBJETO DESTA PESQUISA 27
1.1 REVISÃO DA LITERATURA 27
1.1.1 Tema Central 1: Senai 344
1.1.2 Tema Central 2: Trabalho e Educação 377
1.1.3 Tema Central 3: Políticas Públicas Educacionais para o Ensino Técnico Profissionalizante.....39
1.1.4 Tema Central 4: Educação Profissional.....41
1.1.5 Tema Central 5: Ensino Técnico Profissionalizante.....44
1.1.6 Revistas.....45
1.1.6.1 Revista Educação & Sociedade.....45
1.1.6.2 – Revista Brasileira de Educação da ANPEd 46
1.1.6.3 Grupo de Trabalho 09 - Educação e Trabalho, da ANPEd.....48
1.1.6.4 Grupo de Trabalho 09 – Trabalhos Encomendados 49
CAPÍTULO II – TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL NOS ANOS 1930-1954 52
2.1 ECONOMIA E POLÍTICA NO BRASIL 1930-1954.....52
2.2 ELEMENTOS TEÓRICOS DEBATENDO O TRABALHO URBANO 66
2.3 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL ENTRE 1930 - 1954.....77
2.4 IDORT: A BUSCA AO RACIONALISMO 89
2.5 SISTEMA “S” E SENAI: TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....94
CAPÍTULO III - O SENAI E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA.....105
3.1 – O PARANÁ.....111
3.1.1 O SENAI no Paraná e suas primeiras Unidades 116
3.1.1.1 Curitiba.....120
3.1.1.2 Ponta Grossa 123
3.1.1.3 Londrina 124
3.2 SANTA CATARINA.....125
3.2.1 O SENAI em Santa Catarina e suas primeiras Unidades.....130
3.2.1.2 – Joinville.....133
3.2.1.3 – Blumenau 134
3.2.1.4 Siderópolis 1344

3.2.1.5 Tubarão 136
CAPÍTULO IV - O SENAI E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE TRABALHADORES NO PARANÁ E SANTA CATARINA 1943-1953: UMA ANÁLISE DOS SEUS RELATÓRIOS ANUAIS.....138
4.1 - HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO DO SENAI NO PARANÁ E SANTA CATARINA.....141
4.2 A FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SENAI E A SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA DO PARANÁ E SANTA CATARINA.....161
CONSIDERAÇÕES FINAIS 174
REFERÊNCIAS 178

FIGURA 1- PRIMEIRA LOGOMARCA DO SENAI

Fonte: Primeira Logomarca Senai (Foto: Centro de Memória), http://www.fiepr.org.br/entrodememoria/senai-1-14926-117769.shtml

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada nesta Tese trata da Educação Profissional voltada para a formação de trabalhadores, resultado, como componente para o desenvolvimento da indústria brasileira a partir da constituição do Estado Novo[1], tendo como objeto de estudo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) no Brasil, e mais especificamente, no Paraná e em Santa Catarina. Como recorte temporal para este estudo, elegeu-se o período de 1942 a 1953, como recorte temporal para a análise da implantação da "Escola SENAI" nesses Estados, ao desmembramento da administração na chamada 7ª Região (SENAI no Paraná e Santa Catarina), separação ocorrida após a criação da FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina), opção resultante da alteração do parque industrial dos dois estados.

Esta tese tem a intenção de contribuir aos estudos desenvolvidos na Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação, na qual abordam aspectos diversos e que nos direcionam ao tema e ao objeto desta pesquisa, conhecendo as mudanças ocorridas na sociedade e na educação para o trabalho no período retratado.

No processo de construção deste trabalho fez-se necessária uma abordagem histórico-política que mostrasse os diversos aspectos econômicos e sociais que influenciaram na criação de políticas públicas de formação profissional e que culminaram na implantação do SENAI. Tal formação buscou atender às crescentes necessidades da indústria nacional, tema que se postou como objeto de interesse em ser pesquisado desde o início das atividades junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (PPGEd-UTP), na chamada "Disciplina isolada", em que debatendo com a Profa. Dra. Ariclê Vechia em sala iniciaram-se as conversas a respeito do SENAI e de como teria sido a sua implantação e o seu papel na formação da força de trabalho para a indústria no Brasil, em seguida pensou-se no Paraná e em Santa Catarina dentro das pesquisas. Tais temas fizeram parte desta trajetória de indagações e estudos no decorrer destes anos, pois não há como, historicamente considerando, separar a relação Trabalho-Educação do seu contexto social, questão fundamental para esta tese.

Com a oportunidade de realizar o Doutorado em Educação na Universidade Tuiuti do Paraná, vislumbrou-se a possibilidade de contribuir mais efetivamente para o estudo deste tema que se enquadra na Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação, direcionando-o para a questão da formação educacional e do ensino profissional no Brasil,

---

[1] Cita-se que, para necessidade da compreensão do objeto e seu estudo, o recorte temporal será estendido entre o final dos anos 1920 e 1955 com as ações do SENAI pós o desmembramento do Regional Paraná/ Santa Catarina.

especificamente em um período histórico-cronológico de mudanças bastante significativas na sociedade brasileira.

Tais mudanças são demostradas em nesses estudos e reflexões, que estas buscam atender a interesses e a certo projeto de desenvolvimento[2], refletindo-se tanto nas reformas educacionais quanto nas questões referentes ao trabalho, como o processo de implantação e ampliação de indústrias, as imigrações no período, a criação de sindicatos, o surgimento de uma burguesia industrial e de uma classe operária, processos que afetaram diretamente as questões sociais da época.

Neste processo de desenvolvimento industrial, exigiu-se trabalhadores qualificados, nesse sentido observa Cunha (2000, p. 06), que

> com a complexificação da maquinaria das manufaturas e das primeiras indústrias, os operários qualificados foram buscados no exterior, solução que acarretava dois tipos de inconvenientes. Primeiro, os operários contratados não formavam seus substitutos locais, guardando para si o monopólio da operação das máquinas, o que aumentava seu preço. Segundo, era comum eles trazerem para cá práticas e ideias consideradas atentatórias à ordem estabelecida, como a paralização da produção para pressionar os patrões pela melhoria dos salários e das condições de trabalho e até mesmo a organização sindical. Para evitar esses inconvenientes, começou a surgir toda uma ideologia de valorização do trabalho "do elemento nacional", cuja propalada inaptidão e inconstância já não era vista como natural, senão como resultado da falta de oportunidades. [...] Para tanto, o ensino profissional teria de deixar de ser destinado aos miseráveis, órfãos, abandonados e delinquentes.

A intenção em relação ao objeto de pesquisa é apresentá-lo, levando em conta sua historicidade e a produção historiográfica a respeito deste[3], considerando os conflitos que a delineiam como um conjunto integrado e único em sua especificidade humana, permeando as instâncias do trabalho, da educação e da sociedade, haja vista, a futura formação do trabalhador destinado para a indústria que se firmará nos anos que se seguem, pois para o SENAI seu aluno formado deveria seguir uma linha de formação adequada com os princípios desta instituição, um modelo ideal de trabalhador que esta indústria absorveria na passagem de um modelo econômico para outro.

---

[2] Para Cunha (1980, p. 15), "o conceito de desenvolvimento, como numerosos produtos da ciência, tem sofrido as vicissitudes da absorção pelos mais diferentes discursos ideológicos". (...) Dá-se então, o nome de desenvolvimento às transformações que um organismo sofre, fazendo-o passar de uma fase à outra, o que acarreta em riscos enormes, embora não o impeça de todo. O primeiro grande risco, seria, é a suposição de que as sociedades sejam, todas, como organismos, diferenciadas internamente segundo o princípio da unidade funcional, onde a contradição, se existe, é um acidente conjuntural superável pelos próprios órgãos. O segundo grande risco e a postulação de fases "naturais" pelas quais a sociedade tem necessariamente que passar, eliminando-se as forças das relações sociais como traçadora dos caminhos e serem percorridos. O terceiro grande risco, decorrente do segundo, é a suposição de que é possível separar sociedades ou, pelo menos, padrões "normais" e "patológicos".

[3] Sabe-se que o SENAI já foi objeto de pesquisa em outros trabalhos, mas após as pesquisas efetuadas, aponta-se que a abordagem dada nesta Tese se difere do que já foi trabalhado.

Para a elucidação da problemática desta pesquisa buscou-se inserir o debate sobre o trabalho e educação, tratando-se de tema e objeto desta pesquisa, ainda, da educação profissional e especificamente da formação para o trabalho no espaço urbano, fator este que se gerou a partir das decisões governamentais em fomentar o desenvolvimento industrial no país pós 1930, pois quem eram os trabalhadores da indústria no período, que modelo de formação estes tinha, e para quem esta formação era dirigida, pois sabe-se que os trabalhadores nacionais tinham pouca formação, sendo que dos muitos vieram da Europa e traziam consigo vícios profissionais, seus ideais e ideologias, não cabendo dentro do modelo de trabalhador que se queria ter. Evidentemente, tais ações tiveram reflexos na sociedade brasileira como um todo, principalmente naqueles que a habitam, nacionais ou não.

Pode-se ainda citar, que referente à análise do objeto SENAI, este nos levou, através de um processo reflexivo, a procurar compreendê-lo no movimento real, o que nos permitiu pensar a problemática para este trabalho, pois acredita-se que todo problema de pesquisa se volte a um questionamento, uma inquietação a ser desvendada com a atividade efetiva do pesquisador.

Então, para buscar sanar as inquietações geradas pela intenção desta pesquisa e de seu tema, expõe-se o problema para esta tese, colocando a seguinte questão:

Como se deram as relações entre a política governamental de Vargas com o Sistema "S" e a atuação do SENAI na formação da força de trabalho para a indústria no Paraná e em Santa Catarina dentro do recorte estabelecido na conjuntura histórica nesses estados? Salienta-se que referente ao problema de pesquisa, sabe-se que o recorte temporal desta Tese abrange os governos Vargas e Dutra (este será trabalhado na Tese), mas para efeitos deste estudo específico, o governo Vargas será mais enfatizado.

Colocado o problema, nosso caminhar na construção da Tese, apontam elementos e questões que fomentam o desenvolvimento industrial no Brasil de época, não apenas a formação do trabalhador, mas também as diversas questões que se fazem presente neste contexto.

Então, para buscar sanar as inquietações geradas pela intenção da pesquisa e de seu tema, coloca-se o objetivo geral desta tese:

- Analisar como se estabeleceram as relações entre o processo de industrialização, as políticas públicas governamentais, os interesses empresariais e qual a contribuição da atuação do SENAI para a formação da força de trabalho para a indústria, em particular, nos estados Paraná e Santa Catarina no recorte histórico estabelecido.

Com a apresentação do objetivo geral, apontam-se os elementos inseridos no processo de implantação e atuação do SENAI no Brasil, e mais especificamente na 7ª Região (Paraná e Santa Catarina) [4], como parte integrante da gênese e consolidação do parque industrial desses estados. A principal intenção é a de apontar as contradições no processo de implantação e consolidação do SENAI no Paraná e em Santa Catarina no que se refere à qualificação da força de trabalho dentro das questões apresentadas neste movimento social diverso e de interesses diversos, bem como, a relação entre a implantação e a atividade-fim do SENAI, a formação de trabalhadores para a indústria nacional, dentro dos elementos e interesses políticos e empresariais que cercaram tal implantação.

Salienta-se que dentro do recorte temporal para esta Tese procurou-se trabalhar em um período maior para que se compreenda o processo singular (SENAI e a formação do trabalhador), no geral (Política Pública e a formação para o trabalho). Para tal fim, procura-se neste caminhar, estabelecer os elos deste movimento histórico, elegendo-se inicialmente 1930 a 1954 [dos anos finais da República Velha, englobando a Revolução de 1930 com o Governo Provisório, o Constitucional, a eleição de Getúlio Vargas em 1951 e sua morte em 1954], um recorte histórico que visa abranger o período de construção historiográfica para esta Tese e que o objeto de pesquisa se insira dentro deste cenário. Dentro deste contexto, o processo de implantação do SENAI em 1942 com a 7ª Delegacia Regional, até a separação desta em duas regionais em 1953, período que se utiliza para as análises. Sabe-se que se insere neste processo o governo Dutra, que foi eleito e governou entre 1946 até 1951, mas que para nossas análises [dentro das fontes consultadas referentes ao SENAI], estas não apresentaram diferença entre os governos.

Neste sentido, como objetivos específicos, estabelecemos:

- Apontar uma relação das categorias relacionadas com as ações políticas na implantação desta política de Estado chamada SENAI nos anos 1942–1953;
- Mostrar como se construíram as relações entre o SENAI, a educação profissional e a indústria no Paraná e Santa Catarina no tocante a formação para o trabalho;
- Analisar os Relatórios anuais como elemento de debate acerca do tema e do objeto desta pesquisa;
- Efetuar uma análise histórico-política temporal envolvendo a implantação do SENAI, dentro do recorte estabelecido.

[4] Observa-se que a estrutura do SENAI no Brasil foi dividida em regiões, e os Estado do Paraná e Santa Catarina, ficaram denominados de 7ª. Região.

Essas questões serão verificadas dentro deste movimento do real, não só no fomento através dos decretos-lei, mas também, em gerar condições para que as partes envolvidas em uma "educação" voltada para o trabalho.

Partindo desses objetivos, procurou-se investigar a relação neste processo de qualificação do trabalhador e a educação profissional no Brasil, que foi e é objeto de diferentes discussões e debates. Nesta Tese nossa intenção foi mostrar a educação profissional e as diferentes ações de políticas públicas do governo para a educação profissional e a criação de escolas profissionais, entre as quais pode-se destacar o Decreto-lei nº 4.073/1942 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; nº 4.048/1942[5] – Lei Orgânica de criação do SENAI; nº 4.244/1942 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; e nº 6.141/1943 – Lei Orgânica do Ensino Comercial. A série de leis fomentadas pelo governo visa a uma mudança de parâmetro em relação à formação do quadro de trabalhadores mais especializados no país.

Foi buscando refletir a respeito do tema, Trabalho e Educação, especificamente sobre a formação do trabalhador e as decisões governamentais, que se buscou abordar a "realidade", em que, o objeto de análise nesta pesquisa será tratado em uma perspectiva das relações de produção que caracterizavam o período desse recorte histórico, identificando, quantificando e qualificando as relações e contradições existentes neste processo.

Para tal finalidade, considera-se como método de pesquisa o materialismo histórico dialético, em que se busca inserir o fenômeno investigado no interior de um contexto mais geral, no movimento real e nas ações (que neste caso), dos gestores políticos, dos industriais e dos trabalhadores envolvidos nestas questões sociais, em que relaciona o Trabalho e a Educação, acreditando que a criação do SENAI (com as ações do Governo Federal e dos Industriais), fez parte destas transformações, dos fatos que mudaram a maneira de ser e agir de muitos, e buscou atingir toda uma sociedade, em que nos apresentou um movimento, que além de histórico com os fatos ocorridos, mostrou-se dialético na apresentação das contradições entre os atores sociais envolvidos.

Referindo-se a este contexto, Oliveira (2001, p. 15) afirma:

> Segundo os estudos inspirados pela ótica marxista, regida pelo conceito de modo de produção, cuja versão original remonta a 1864, a industrialização e a urbanização podem ser entendidas como componentes de uma etapa no processo de superação histórica do feudalismo para o capitalismo. Nessas abordagens, tanto as transformações políticas quanto as econômicas são entendidas, em boa medida,

[5] Salienta-se que se baixou a Portaria n° 470 em 07 de agosto de 1946, mostrando a relação de ofícios qualificados para os grupos industriais, os quais serviram de base para a organização dos cursos, para o referido ensino de ofícios, na modalidade de qualificação profissional.

> como parte do projeto social de uma certa classe – a burguesia – que atua de forma consistente na construção de um determinado tipo de sociedade – a capitalista.

Bernartt e Signorini (2014, p. 23), citam que: “um primeiro aspecto a ser ponderado para a compreensão do materialismo histórico enquanto método de investigação implica entender que a dialética é um atributo da realidade e não do pensamento”.

Têm-se a intenção de buscar neste contexto, analisar os acontecimentos como componentes transformadores do processo histórico, no qual se utilize de sua práxis e das relações que o fazem, para transformar a si e ao seu meio.

Frigotto (1989, p. 83) ao considerar o materialismo histórico dialético como um método de análise, cita a importância em “indagar sobre o sentido histórico, social, político e técnico de nossas pesquisas”, e na importância em aplicar o método na verificação do objeto de pesquisa, em que se busca no estudo do SENAI, apontar os elementos da instalação desta instituição dentro de uma época de mudanças, de crise econômica e de guerra, não apenas no que se refere à transição do modelo agroexportador para o urbano industrial, mas também, os elementos de uma sociedade capitalista contemporânea que se organiza em meio às mudanças políticas, sociais e econômicas no processo de produção das condições materiais de subsistência da classe trabalhadora.

Esta pesquisa se trata de uma pesquisa bibliográfica e de análise documental, realizada em centros documentais, principalmente na biblioteca Pública do Estado do Paraná em Curitiba, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), em que se buscou nos Relatórios Anuais do SENAI, extraindo em seus diversos conteúdos, dados e informações, que contribuíram para a realização desta pesquisa. Ressaltando que os Relatórios anuais se constituem como fonte central do processo de construção da tese, pois além das informações e dados, apontam-se nestes a visão ideológica formatada para o modelo educacional a ser implantado e colocado em prática pela instituição.

No entanto, o contato com os profissionais das bibliotecas e do Centro de Referência Documental do SENAI foi fundamental, pois foi neste a consulta de fontes inéditas e diversas, que confirmaram a influente atuação da 7ª Regional do SENAI, junto à indústria local. Buscou-se consultar uma bibliografia que, além da criação, implantação e manutenção do SENAI, apontasse para a relação ensino/trabalho industrial. Portanto, foram consultadas também pesquisas encontradas na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), relacionados à especificidade do tema e do objeto de pesquisa.

Ressalta-se que ocorreu certa dificuldade para o acesso aos Relatórios Anuais do SENAI (1942-1953)[6], a inacessibilidade perdurou por mais de 01 (um) ano. Entretanto, observa-se que estes se apresentam em dois momentos nesta pesquisa. Primeiramente, é utilizado o histórico institucional, apontando como se deu o processo de gestão da instituição. Em um segundo momento, serão demostrados os dados referentes aos cursos e como estes se deram durante o período pesquisado.

As técnicas de coleta de dados utilizadas contemplaram pesquisas bibliográficas diretas, tais como leis, decretos, resoluções, pareceres, etc., além da documentação indireta através de bibliografias de pesquisadores e documentação institucional geral identificada e relacionada ao SENAI nacional e ao SENAI – Paraná/Santa Catarina.

Observando as obras e as referências teóricas utilizadas, estas servem como fonte para esta tese, autores que estudam esta relação entre o trabalho e a educação de uma forma geral, que contribuem para a formação do pensamento e reflexão acerca da construção do trabalho em si e das contradições encontradas nos elementos inseridos no contexto deste trabalho.

Portanto, trabalha-se na busca de construir um contexto geral da época, apontando de forma temática, as relações relevantes nesta reconstrução histórica. De uma forma geral para o específico, serão apresentados alguns autores que contribuíram em nossas pesquisas. Procura-se efetuar esta breve exposição por temas de estudo dentro da necessidade da construção do texto, serão ainda expostos junto ao autor e nome da obra, um pequeno contexto acerca do que esta se trata.

No que se refere à história e historiografia brasileira foram, entre outros utilizados, Boris Fausto (2002), na obra; *História do Brasil*, livro em que se traça um panorama da historiografia brasileira em diversas épocas, ou como cita o próprio autor na introdução, quando efetua uma observação sobre a sua obra e das concepções dele como autor, em que cita que, a própria seleção de dados tem muito a ver com as concepções do pesquisador. [...]. Por isso mesmo, o que o leitor tem em mãos não é a História do Brasil – mas uma História narrada e interpretada sinteticamente, na óptica de quem a escreveu. Ainda; *Trabalho Urbano e Conflito Social* (1997), que, parafraseando Fausto cita: por razões de interesse e pesquisa, trata-se da classe operária de São Paulo e do Rio de Janeiro em um limite regional, bem como,

[6] Busca-se aqui ressaltar a importância efetiva dos Relatórios do SENAI na realização da pesquisa. A importância deste material teve peso enorme, pois os referidos relatórios são os meios pelos quais deu sustentação à pesquisa, pois os mesmos trataram do cotidiano da instituição, ainda, a forma de pensar e agir dos que dirigiam e dos que atuavam no processo de formação dos estudantes. Apontavam a maneira de como os estudantes eram conduzidos em sua maneira de pensar. Ainda, sua metodologia e apontava a relação dos estudantes com todo o processo que envolvia a formação para o trabalho.

pesquisam-se os trabalhadores urbanos em outras regiões do país, capitais no Norte e no Sul. Ainda, Richard Bourne (2012), com: *Getúlio Vargas: a esfinge dos pampas*, em que traça uma relação entre o Brasil e a vida de Vargas.

Para debater a questão econômica, Caio Prado Júnior (2000), nos apresenta a obra: *História Econômica do Brasil*, um estudo que em seu desenvolvimento do país busca trazer uma compreensão que discorre em épocas dentro da economia do Brasil, em que se indagam as circunstâncias em que este processo ocorreu. Celso Furtado (1977) nos apresenta uma obra: *Formação Econômica do Brasil*, um estudo a respeito do processo histórico de como se constituiu a economia brasileira. Uma obra que é construída no calor das lutas sociais, que indicava as raízes históricas de nosso subdesenvolvimento [...] e que tendia a agravar as desigualdades regionais. José Paulo Netto e Marcelo Braz (2017), com *Economia Política: uma introdução crítica*, nos mostra uma obra que busca efetuar uma abordagem crítica da economia política, uma síntese de leituras acumuladas em anos de pesquisa e magistério.

No caso do Paraná, Pedro Calil Padis (1981), nos apresenta uma obra *Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná*, que busca contribuir para um melhor entendimento dos processos sócios econômicos responsáveis pela atual conformação do Paraná. Em relação à Santa Catarina, Alcides Goularti Filho (2016), com *Formação Econômica de Santa Catarina*, que apresenta uma relação direta com ao tema e ao objeto de pesquisa deste Trabalho, uma obra que traz séries históricas para entender a realidade concreta, a construção das relações e as transformações estruturais, o autor recorre às esferas política, cultural e social [...], tendo como eixo o processo de acumulação capitalista, de valorização do capital e de construção das relações sociais e políticas, para explicar as mudanças econômicas no Estado de Santa Catarina.

Para compreender a educação profissional e educacional, Luiz Antônio Cunha (2005b), como de grande importância para este trabalho, pois com *O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo*, uma obra que trata do ensino profissional industrial no contexto da industrialização no país, obra na qual o autor parte da ideia de que o ensino profissional industrial foi delineado pelo corporativismo, entendido como expressão da articulação dos interesses públicos e privados. Do mesmo autor, *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização* (2005a) nos apresenta o ensino de ofícios industriais e manufatureiros em momentos diversos, que se inserem como um dos meios de integração da classe proletária nesta nova sociedade moderna, as iniciativas públicas e privadas no tocante a criação de Instituições de formação da força de trabalho no Brasil de época. Maria Antonieta Martinez Antoniacci (1993) com *A Vitória da Razão: o Idort e a Sociedade Paulista*, obra que é

centrada na compreensão de como se produz e ocorre a organização do trabalho. Ítalo Bologna (1980), com *Roberto Mange e sua obra*, reúne uma documentação expressiva das ideias e ações mais significativas de Roberto Mange nos domínios de Formação e Seleção Profissional, da Organização do Trabalho e de assuntos correlatos. E Celso Suckow da Fonseca (1986) com *História do Ensino Industrial no Brasil – v.2*, que trata do Ensino Industrial no país, de leis e personagens atrelados a este, também, Maria de Fátima Rodrigues Pereira (2012), com *Trabalho e educação: uma perspectiva histórica*, em que a autora cita que a obra concorre para superar visões estanques da vida e do ensino. Reafirma, portanto, a vitória sobre o cientificismo que coisifica e formata o ser humano [...].

Contemplam-se ainda, obras de Otaíza de Oliveira Romanelli (2003), com *História da Educação no Brasil;* Maria Luisa Santos Ribeiro (2003), com *História da Educação Brasileira*, e leituras de capítulos de obras que nos auxiliaram a formar um pensamento crítico ao tema, como Karl Marx com *O Capital* (2016), e *Contribuição à Crítica da Economia Política* (2007), textos importantes para reflexão no processo de construção deste trabalho.

Cabe salientar que as considerações apresentadas nesta introdução, buscam além de apresentar o tema, o objeto de pesquisa e as diversas questões que cercam esta tese, que este trabalho caminhará dentro das condições e do movimento real da sociedade brasileira, buscando refletir esses acontecimentos em que se apresentarão por meio dos fatos históricos.

Expondo as considerações acima, busca-se apresentar a estrutura desta tese. A tese se divide em uma Introdução, os Capítulos e as Considerações Finais.

O primeiro capítulo apresenta a revisão bibliográfica efetuada, buscando elencar a situação do conhecimento já produzido na área a ser pesquisada, junto ao tema e ao objeto desta pesquisa. Tal conhecimento busca fortalecer as bases e enriquecendo do conhecimento produzido nesta tese.

O segundo capítulo, analisa (em um contexto historiográfico/político) o período chamado "Era Vargas"[7] e a sociedade da época, as referidas mudanças em seus aspectos social, econômico e político e sua relação com a educação profissional, junto a este, o processo de formação da força de trabalho e as questões da educação profissional no Brasil, com o Idort, o Sistema "S" e o próprio SENAI.

[7] Busca-se ressaltar, que a chamada Era Vargas em seu recorte temporal, vai de 1930 a 1945 (período que compreende a instalação do SENAI). Em seguida, se tem o governo Dutra, o qual vai de 1946 a 1951, retornando ao poder Vargas em 1951 a 1954 (período que se encerra esta tese - 1953).

O terceiro capítulo aborda o Paraná e Santa Catarina em um viés econômico/industrial e a educação profissional ofertada pelo SENAI nesses Estados[8], no qual, é retratada como componente ao cenário organizado para a construção deste trabalho, em que serão mostrados os dois Estados inicialmente em um mesmo debate, para em seguida serem trabalhados separadamente.

O quarto capítulo é apresentada a reflexão a respeito dos Relatórios anuais do SENAI. Inicialmente com a análise das fontes, apontando o histórico e funcionamento da instituição SENAI, em seguida, se apresenta a relação com a economia dos Estados do Paraná e Santa Catarina, as ações de implantação e desenvolvimento dos cursos para atender a demanda das indústrias e demais setores econômicos da sociedade.

Em seguida nas Considerações Finais são apontadas as reflexões, o concreto pensado pelos quais chegou o autor desta Tese.

Este trabalho se desenvolveu nas seguintes etapas: leitura do aporte teórico, levantamento para coleta de material, leitura e análise crítica da documentação disponibilizada, crítica a respeito das ações governamentais no que se refere às políticas públicas para a educação profissional.

Com esta introdução, nossa intenção foi a de apontar alguns elementos que irão compor este trabalho, ofertando ao leitor uma visão geral do todo a ser construído.

Em seguida, será apresentada a Revisão da Literatura, aonde se buscará as produções científicas que se relacionam ao tema e ao objeto de pesquisa desta Tese.

[8] Destaca-se que inicialmente, serão abordados Paraná e Santa Catarina nesta introdução ao capítulo, mas que em seguida, as informações serão distintas para cada Estado.

CAPÍTULO I. O SENAI EM PESQUISA: A REVISÃO DAS PRODUÇÕES ACERCA DO TEMA E OBJETO DESTA PESQUISA

Este capítulo apresenta a Revisão da Literatura como componente indispensável para a construção deste trabalho, tendo em vista a busca pelo conhecimento produzido acerca do tema, Trabalho e Educação e ainda referente ao objeto desta pesquisa o SENAI no Brasil, Paraná e Santa Catarina.

1.1 REVISÃO DA LITERATURA

Buscando ressaltar a importância de conhecer a produção científica a respeito do tema e do objeto propostos para esta Tese, e esperando contribuir com a produção do conhecimento científico, em que se caracteriza esta pesquisa na busca pelas produções que darão suporte à abordagem ao tema e ao objeto desta pesquisa, utilizando-se deste conhecimento produzido até o presente momento do início da escrita desta Tese.

Destaca-se que os meios pesquisados, forneceram elementos para a construção desta revisão: o Banco de Teses e Dissertações da Capes permite o acesso aos trabalhos de conclusão dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*; a Revista Educação & Sociedade com tantos anos de publicação apresenta um horizonte vasto a respeito das pesquisas na área da pós-graduação; a Revista Brasileira de Educação da ANPEd publica artigos inéditos, resultantes prioritariamente de pesquisas; e o GT09 – Trabalho e Educação oferece textos diretamente ligados ao tema da pesquisa, remetendo a um painel importante na construção do conhecimento.

A pesquisa realizada tem como recorte os anos de 2010[9] e 2016, que reúne as pesquisas defendidas em programas de pós-graduação no Brasil dentro do período pesquisado. A partir disso, analisou-se os trabalhos em decorrência tema e objeto dessas pesquisas. Salienta-se que as categorias Trabalho e Educação, irão permear todo o trabalho, pois serão discutidas ao longo das reflexões e da escrita. Ressalta-se, que este processo de levantamento, leitura e análise, foi realizado em um período de 12 meses.

---

[9] Este recorte ter 06 (seis), anos para a pesquisa, em certa maneira de ver, representa um espaço de tempo importante em relação à análise das produções acadêmicas sobre o tema e o objeto de pesquisa investigado. O ano de 2010, corresponde igualmente, a data do Censo Escolar de 2010, efetuado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira que trazem números importantes para a reflexão. Enquanto no Ensino Médio ocorre um decréscimo no número de matrículas (0,14%), na Educação Profissional, ocorre um aumento no número de matrículas (46,17%). Fonte:< http://download.inep.gov.br/download/censo/2010/apresentacao_divulgacao_ censo_2010. pdf> acesso em 12 de out. 2020. Tal situação leva a reflexão sobre a importância da educação profissional no Brasil.

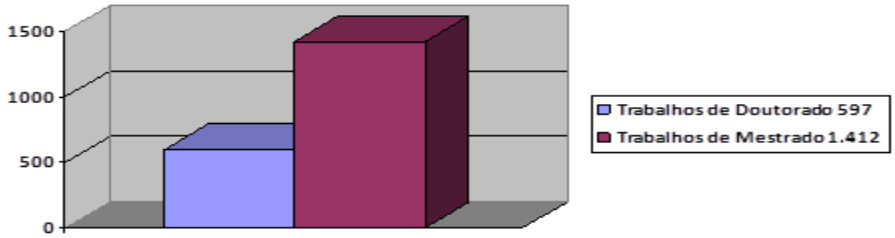
É importante ressaltar que para a construção desta Tese (devido à quantidade de trabalhos encontrados), definiram-se sucessivos filtros, como: SENAI; Educação e Trabalho; Políticas Públicas Educacionais para o Ensino Técnico Profissionalizante; Educação Profissional; e Ensino Técnico Profissionalizante, que foram pensados para a formulação desta revisão bibliográfica. Para a filtragem inicial, foi realizada uma seleção efetuada através de leitura de diferentes aspectos destes encontrados, dos títulos, resumos, palavras-chave, sumários e cruzando as palavras relacionadas a esta pesquisa, como: Trabalho; Educação; Senai; Formação e Trabalhador, buscando uma relação direta destas com o tema e o objeto de pesquisa desta Tese.

Em seguida, verificou-se que a quantidade deste material produzido e seus assuntos referentes ao tema e ao objeto desta pesquisa eram amplos, necessitando a aplicação de uma análise mais detalhada desses, com leituras mais específicas, buscando encontrar a Instituição SENAI e a relação com a formação para o trabalho dentro dos critérios estabelecidos (tema, objeto de pesquisa e recorte).

Como resultado da busca realizada no Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram levantadas 2.009 produções, sendo 597 Trabalhos de Doutorado, 1.412 trabalhos de Mestrado, estes foram filtrados pelos títulos, pelos temas e objeto de suas pesquisas, para em seguida, serem lidos e analisados seus resumos, palavras-chave e sumários.

A intenção com tal busca, era a de encontrar uma relação das pesquisas analisadas com o tema Trabalho e Educação, ainda com a formação ofertada pelo SENAI, pois a cada nova leitura, extraiam-se novos elementos que contribuiriam com a construção desta tese. Referente a esta busca inicial, apresenta-se o quadro abaixo.

1GRÁFICO - PRODUÇÕES SOBRE TRABALHO / EDUCAÇÃO E O SENAI

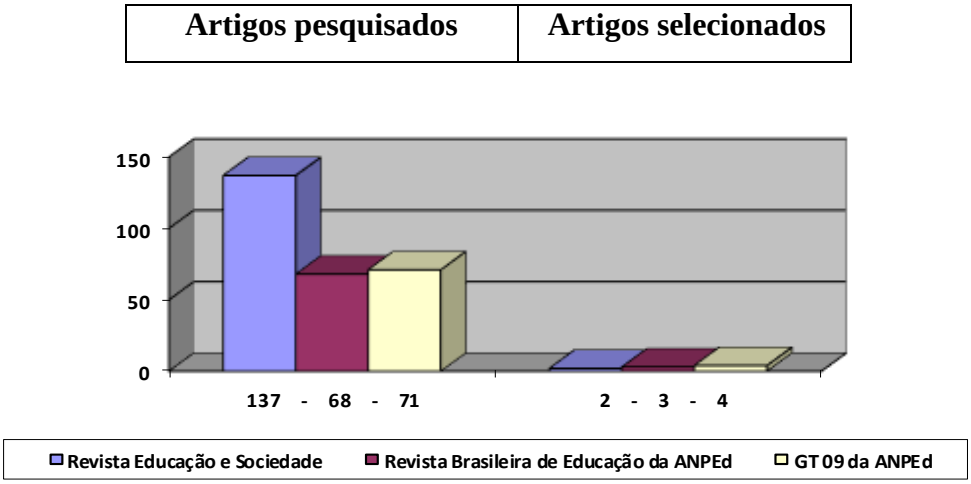


Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes (2019). Elaboração do autor.

Dando prosseguimento ao levantamento, foram consultados dois periódicos, a Revista Educação & Sociedade, pela sua importância na divulgação da produção científica e na área da educação ao longo de quase 40 anos, o qual apresenta assuntos relacionados ao tema e ao objeto de pesquisa desta Tese. Dos 137 exemplares consultados, foram aproveitados para análise 02 artigos, os quais serão trabalhados em seguida.

A Revista Brasileira de Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) também serviu como veículo de pesquisa, por sua importância na divulgação de temas ligados à educação, tem circulação nacional, apontando elementos científicos desde 1995, quando foi lançada. A consulta realizou-se da edição 0 (set./dez 1995), até a 68 (out./dez. 2016), e foram selecionados 03 artigos. Como último veículo de pesquisa, o Grupo de Trabalho (GT**)** GT-09 - Educação e Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), que apresentou 71 produções entre os anos 2010 e 2015. Dentre eles, foram selecionadas **0**4 (quatro), ligadas indiretamente ao tema, dentro dos critérios eleitos por este autor e seu orientador. Ainda, pesquisou-se os Trabalhos Encomendados do GT-09, com 02 artigos selecionados.

2GRÁFICO - ARTIGOS PESQUISADOS E SELECIONADOS – REVISTA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE / VER. BRAS. DE EDUCAÇÃO ANPED E GT-09 DA ANPED



Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes (2019). Elaboração do autor.

Neste quadro acima, são mostrados o número de produções encontradas nas Revistas pesquisadas, as quais se mostram em um número pequeno de pesquisas atreladas ao tema e o

objeto, o qual se trabalha nesta pesquisa. Apesar da importância destas Revistas e da grande circulação no meio acadêmico, o tema desta Tese, assim como seu objeto de pesquisa, está muito pouco presentes dentro do recorte pesquisado.

TABELA 1 – NÚMERO DE PRODUÇÕES DE DOUTORADO E DE MESTRADO PESQUISADOS (CAPES – DENTRO DO RECORTE ESTABELECIDO), REFERENTE AOS TEMAS CENTRAIS CITADOS

2010		**2011**		**2012**		**2013**		**2014**		**2015**		**2016**	
M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
02	01	01	-	03	-	01	01	04	01	04	-	02	-

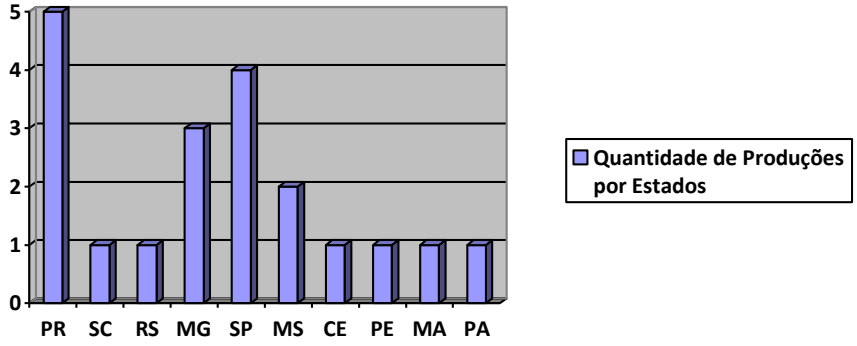
Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes: 2019.

É possível perceber que se trata de um pequeno número de trabalhos neste período que se referem ao tema trabalhado, e que a maior parte é de Dissertações, com 85%, e 15% de Teses, fato que nos chama a atenção, pois os programas stricto senso são variados nas instituições que ofertam a área para pesquisa.

A leitura dos resumos e das palavras-chave desses trabalhos possibilitou a construção de um cenário para a análise, apontando nos fatos educacionais citados a relação entre a pesquisa e o tema principal desta tese, com a formação da força de trabalho e aos temas centrais escolhidos. Em seguida, iniciou-se o processo de análise propriamente dita dos conteúdos desses trabalhos, buscando um aprofundamento do estudo. Salienta-se que esta organização teve como base a investigação destas relacionadas ao tema e ao objeto desta pesquisa, o SENAI, verificando se nessas, havia pesquisas que relacionassem a educação para a formação da força de trabalho, com o processo de desenvolvimento industrial no Brasil no período chamado “Era Vargas”. Com a aplicação da filtragem mencionada, chegou-se a 29 trabalhos, sendo 17 dissertações, 03 teses e [09 artigos, estes serão trabalhados em seguida].

Abaixo, é apresentada a divisão dessas produções selecionadas por Estado de origem.

3GRÁFICO – PRODUÇÕES POR ESTADO

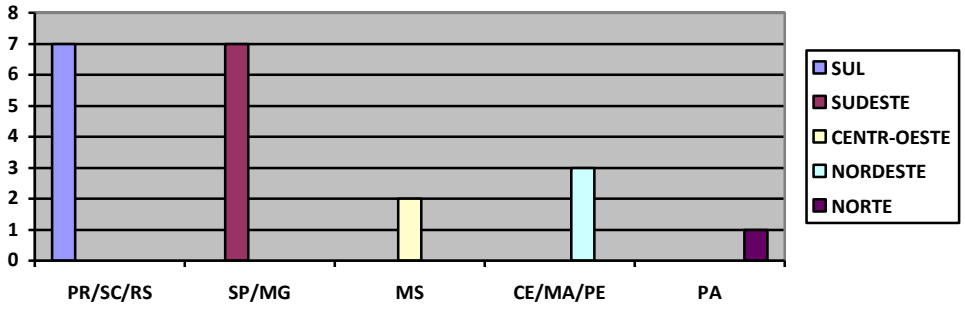


Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes (2019). Elaboração do autor.

Dentro desta seleção, vê-se que essas selecionadas, atreladas aos programas *stricto senso* por Instituições dentro dos referidos Estados, evidenciando que o Paraná, São Paulo e Minas Gerais, apresentam o maior número de pesquisas (relacionadas ao tema e objeto desta pesquisa), os quais serão apresentados nos quadros/resumo, elencados em seguida neste capítulo.

Em seguida, é apresentada a distribuição dessas produções selecionadas por regiões do Brasil.

4GRÁFICO – PRODUÇÕES POR REGIÕES DO BRASIL



Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes (2019). Elaboração do autor.

Com a pesquisa, percebe-se um equilíbrio no número de trabalhos no período pesquisado se referindo ao tema Trabalho e Educação, atrelados a formação do Trabalhador nas diversas regiões, dentro dos programas e das Áreas de Conhecimento.

Reflete-se que apesar de apresentarem números diferenciados, todas as regiões do país estão contempladas pelas produções dentro do tema e objeto desta Tese, mas que as regiões Sul e Sudeste, se destacam nas pesquisas. Acredita-se que tal situação possa se dar pela questão do número de Áreas de Conhecimento e dos programas de pós-graduação e das linhas de pesquisas serem diversos em sua oferta no país.

TABELA 2-: ÁREA DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Doutorado em Educação	2 (dois) Trabalhos
Mestrado em Educação	12 (doze) Trabalhos
Mestrado em Educação Tecnológica	3 (três) Trabalhos
Mestrado em História Econômica	1 (um) Trabalho
Mestrado em Estudos Fronteiriços	1 (um) Trabalho
Mestrado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e Tecnologia	1 (um) Trabalho
Total	**20 Trabalhos**

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2010/2016). Elaboração: o autor

As produções selecionadas estão mais diretamente ligadas a Educação (área que mais aparece nas produções selecionadas), seguidos pela Educação Tecnológica. As demais áreas apresentadas, como: História Econômica; Estudos Fronteiriços e o Ensino de Linguagens e Tecnologia, em nosso ver, contribuem de forma transversal e importante com a pesquisa como um todo.

TABELA 3- PESQUISAS POR DESCRITORES POR ESTADO

Temas Centrais / Descritores	**Quantidade de Pesquisas por Estado**
SENAI	Minas Gerais (2); Paraná (1); São Paulo (1)
Trabalho e Educação	São Paulo (2); Rio G. do Sul (1); Santa Catarina (1)
Políticas Públicas Educacionais para o Ensino Técnico Profissionalizante	Mato G. do Sul (1); Paraná (2); Pernambuco (1)
Educação Profissional	Maranhão (1); Paraná (1); Ceará (1); Minas Gerais (1); Pará (1); São Paulo (1)
Ensino Técnico Profissionalizante	Paraná (1); Mato G. do Sul (1)
	20 Trabalhos

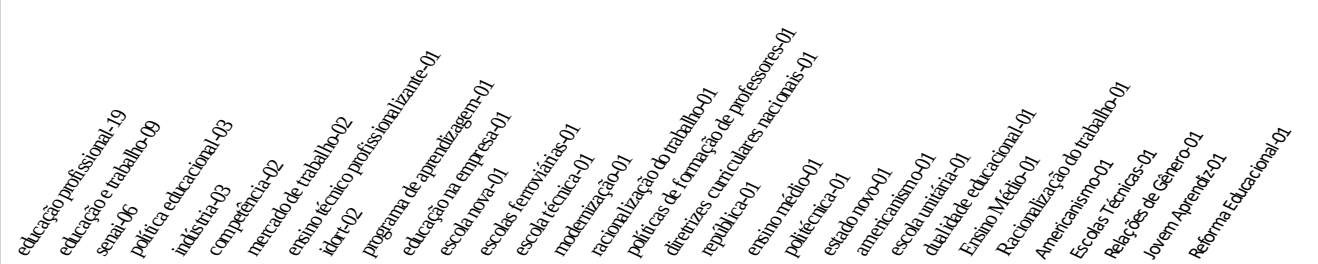
Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2010/2016). Elaboração: o autor

Acredita-se que o quadro acima nos de informações importantes, pois, se vê os Temas Centrais abordados nesta Tese, sendo pesquisados nos diversos Estados e Regiões do país. A Educação profissional é o tema mais pesquisado, sendo este trabalhado em 06 (seis) Estados bem diversificados, englobando diversas regiões do Brasil. Em seguida: SENAI, Trabalho e Educação, e Políticas Públicas Educacionais para o Ensino Técnico Profissionalizante, são pesquisados em 03 (três) Estados, um número menor, mas também nos apresentam uma diversificação de Estados que pesquisam o tema. Em seguida, se vê Ensino Técnico Profissionalizante, sendo pesquisado em 02 (duas) regiões do país.

Seguindo com as análises referentes à pesquisa efetuada, apresentam-se as palavras-chave, selecionadas nas 20 (vinte), produções acadêmicas selecionadas junto ao banco de teses e dissertações da Capes.

Verifica-se, ainda, a existência de uma relação destas com a Educação Profissional, com a Educação para o Trabalho e com o Ensino Profissional, que são centrais nesta pesquisa. Abaixo, citam-se as principais palavras-chave que aparecem nos trabalhos pesquisados, os quais são citados pelo número de vezes que aparecem nos trabalhos pesquisados.

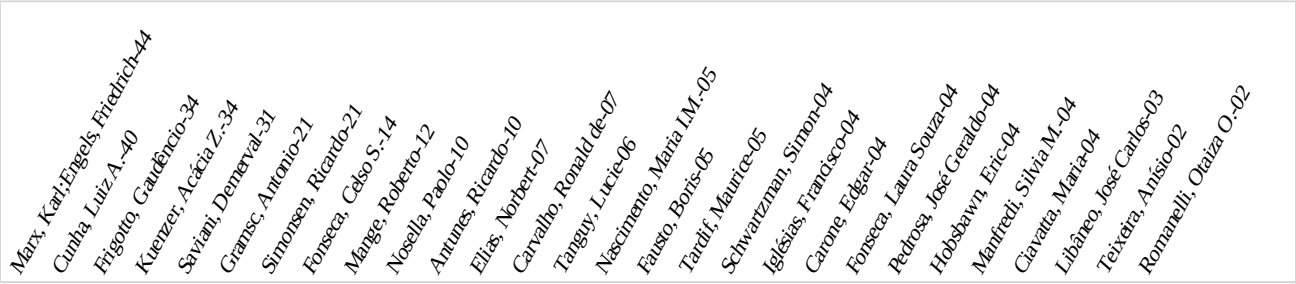
TABELA 4- PRINCIPAIS PALAVRAS-CHAVE ENCONTRADAS NAS PRODUÇÕES PESQUISADAS



Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes (2019).

Neste momento, organiza-se quadro com os autores mais citados nas produções pesquisadas. Estes estão apresentados em número de vezes que foram citados nos trabalhos selecionados (em um total de 20) pesquisados no banco de Teses e Dissertações da Capes.

TABELA 5 - PRINCIPAIS AUTORES MAIS CITADOS NAS PRODUÇÕES PESQUISADAS



Fonte: Banco de Teses e Dissertações da capes (2019).

Existe uma repetição destes autores nas produções pesquisadas, em que estes fundamentam os trabalhos analisados e se voltam para os temas centrais levantados para esta pesquisa. Todos apresentam uma relação com a Educação, a Indústria e o Trabalho. A importância destes autores que contribuíram com o pensamento voltado para a formação acadêmica deste pesquisador em diversos momentos deste estudo.

Portanto, após esta análise, estabeleceram-se cinco tremas centrais, descritores que serão trabalhados e analisados junto ao tema e ao objeto desta pesquisa. São eles: “Senai”; “Trabalho e Educação”; “Políticas Públicas Educacionais para o Ensino Técnico Profissionalizante”; “Educação Profissional” e “Ensino Técnico Profissionalizante”.

Por fim, optou-se por separar as produções em dois tipos distintos: as que estão diretamente ligadas ao tema e ao objeto, representadas com a letra **A** e aquelas que estão ligadas ao tema, mas não de forma direta, porém também ~~são~~ importantes como material de pesquisa, representadas com a letra **B**, conforme observado nos quadros apresentados em seguida.

Apresentam-se a seguir os temas centrais levantados na pesquisa, comentando-os em maiores detalhes, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

1.1.1 Tema Central 1: Senai

O descritor “SENAI” como base para esta pesquisa, deu-se pela sua relação com o tema e objeto tratado, deste, surgiram no banco de teses e dissertações da Capes, 418 trabalhos: 98 teses e 320 dissertações, das quais foram analisados os títulos, os resumos, os sumários e componentes do texto, procurando uma relação com o tema e objeto de pesquisa

tratados nesta tese. Depois da aplicação dos filtros (já citados), de leitura mais específicos, ficaram 17 trabalhos, que após uma nova leitura e análise, restaram 4 dissertações.

Em seguida, serão apresentados, em tabela segundo o título, Estado/instituição, nível acadêmico, autor, orientador e o ano em que foram defendidos.

TABELA 6 - DISSERTAÇÕES

TÍTULO	LOCAL/INSTITUIÇÃO	NÍVEL	AUTOR	ORIENTADOR	ANO
Ensino industrial e americanismo: estudo sobre a instituição do SENAI-MG na década de 1940	Minas Gerais - Centro Federal de Educação Tecn. de Minas Gerais	Mestrado em Educação Tecnológica	Leandro Alves de Souza	José Geraldo Pedrosa	2012 **A**
História, trabalho e educação: ensino profissionalizante do SENAI Ponta Grossa – PR	Paraná - Universidade Estadual de Ponta Grossa	Mestrado em Educação	Kelly Cristina Camponês	Maria Isabel Nascimento	2012 **A**
A criação do Senai no contexto da Era Vargas	São Paulo – Universidade de São Paulo	Mestrado em História Econômica	Marcelo Augusto Monteiro de Carvalho	Benedicto Heloiz Nascimento	2011 **A**
Indústria, trabalho e ensino profissional nos discursos (1918-42) de Roberto Cochrane Simonsen: os sentidos do americanismo	Minas Gerais - Centro Federal de Educação Tecn. de Minas Gerais	Mestrado em Educação Tecnológica	Maxwel Ferreira da Silva	José Geraldo Pedrosa	2010 **A**

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes (2019).

Dentro das pesquisas efetuadas, apresentam-se abaixo os autores, os títulos e um resumo de suas pesquisas, buscando expor a relação entre estas com o tema e com o objeto de pesquisa desta Tese.

Leandro Alves de Souza

Ensino industrial e americanismo: estudo sobre a instituição do SENAI-MG na década de 1940

A dissertação apresenta resultados da pesquisa concernente às relações entre o Ensino Industrial no Brasil e o fenômeno do americanismo, no processo da Instituição, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Minas Gerais – SENAI-MG, na década de 1940.

Kelly Cristina Camponês

História, trabalho e educação: ensino profissionalizante do SENAI Ponta Grossa – PR

O trabalho de pesquisa intitulado História, Trabalho e Educação: Ensino Profissionalizante do SENAI Ponta Grosso - PR teve como objetivo geral investigar e analisar as relações do trabalho com a educação profissionalizante do Senai, bem como analisar as mediações históricas inseridas naquele contexto.

Marcelo Augusto Monteiro de Carvalho

A criação do SENAI no contexto da Era Vargas

O trabalho tem como objetivo contribuir para o entendimento do significado político e econômico da criação da instituição de aprendizagem industrial, o SENAI, em 1942, partindo da investigação de algumas das principais experiências regionais com o ensino industrial e das forças políticas e ideológicas que as sustentavam.

Maxwel Ferreira da Silva

Indústria, trabalho e ensino profissional nos discursos (1918-42) de Roberto Cochrane Simonsen: os sentidos do americanismo

A dissertação objetiva compreender os sentidos do americanismo nos discursos (1918-1942) de Roberto Cochrane Simonsen, tendo a indústria, o trabalho e o ensino profissional como elementos norteadores.

O material pesquisado contribuiu para a construção da tese, pois as análises e conceitos desenvolvidos nos permitiram melhor problematizar as relações entre o Ensino Industrial no Brasil e a educação profissionalizante com as relações de trabalho, bem como contribuíram para o entendimento do significado político e econômico da criação da instituição de aprendizagem industrial, o SENAI em 1942.

1.1.2 Tema Central 2: Trabalho e Educação

Na construção desta Tese, buscou-se o descritor “Trabalho e Educação” por ser um tema recorrente nas pesquisas e que surge relacionado com o tema e objeto tratado. Desta busca, surgiram no banco de teses e dissertações da Capes, 632 trabalhos: 156 teses e 476 dissertações, das quais foram analisados os títulos, os resumos, os sumários e componentes do texto, nesta relação com o tema e com o objeto desta pesquisa. Depois da aplicação de filtros (já citados), de leitura mais específicos, ficaram 13 trabalhos, que após uma nova leitura e análise, restaram 1 tese e 4 dissertações.

Em seguida, serão apresentados, em tabela segundo o título, Estado/instituição, nível acadêmico, autor, orientador e o ano em que foram defendidos.

TABELA 7 - DISSERTAÇÕES E TESE

TÍTULO	LOCAL	NÍVEL	AUTOR	ORIENTADOR	ANO
A relação Educação e Trabalho na legislação educacional brasileira: política pública, contexto econômico e social	São Paulo - Universidade Estadual Paulista	Mestrado em Educação	Joselaine Andreia de Godoy Stenico	Joyce Mary Adam de Paula e Silva	2014 A
A formação de jovens para o mundo do trabalho a partir da lei da aprendizagem	Rio Grande do Sul - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mestrado em Educação	Carina Pfaffensell er	Laura Souza Fonseca	2014 B
Transformações do mundo do trabalho e formação do trabalhador: o sujeito aprendente	Santa Catarina -Universidade do Oeste de Santa Catarina	Mestrado em Educação	Andréia Aparecida Simão	Luiza Helena Dalpiaz	2016 A
Racionalidade, trabalho e “harmonia social”: configurações do projeto de modernização brasileira e ensino industrial na Escola Técnica de Curitiba (1930-1960)	São Paulo - Universidade Estadual de Campinas	Doutorado em Educação	Maria Lúcia Büher Machado	Aparecida Neri de Souza	2010 A

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes (2019).

Dentro das pesquisas efetuadas, apresentam-se abaixo as autoras, os títulos e um resumo de suas pesquisas, buscando expor a relação entre estas com o tema e com o objeto de pesquisa desta Tese.

Dentro das pesquisas efetuadas, apresentam-se abaixo os autores, títulos e uma breve descrição de suas pesquisas, buscando expor a relação entre estas com o tema e com o objeto de pesquisa desta Tese.

Joselaine Andreia De Godoy Stenico

A relação Educação e Trabalho na legislação educacional brasileira: política pública, contexto econômico e social

A dissertação dedica-se a estudar os meandros da relação educação e trabalho no contexto da sociedade brasileira, discutindo teoricamente com diversos autores, especialmente com Marx, Gramsci, Friedmann, Naville e Braverman.

Andreia Aparecida Simão
Transformações do mundo do trabalho e formação do trabalhador: o sujeito aprendente

A dissertação aborda o tema da formação do trabalhador no contexto das transformações do mundo do trabalho. O objetivo é analisar questões os sentidos que emergem da relação entre transformações do mundo do trabalho e constituição do sujeito aprendente.

Maria Lúcia Büher Machado

Racionalidade, trabalho e "harmonia social": configurações do projeto de modernização brasileira e ensino industrial na Escola Técnica de Curitiba (1930-1960)

O termo modernização, associado à ideia de progresso, embasou essa pesquisa de doutoramento, centrada na problemática do ensino industrial, na identificação dos projetos de

modernização para a sociedade brasileira, expressos nessa modalidade de ensino, entre 1930 e 1960.

As dissertações pesquisadas contribuem com esta pesquisa por abordarem a questão do trabalho, principalmente a formação do trabalhador e sua inserção no mundo do trabalho. A tese auxilia ao analisar a modernização associada à ideia de progresso, para caracterizar um conjunto de mudanças que podem ocorrer na sociedade e que se apresentam nos diferentes grupos sociais inseridos na problemática do ensino industrial no período ali estudado. Ainda, a tese aponta elementos de análise bastante significativos para este estudo como o Liceu de Artes e Ofícios, o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e o próprio SENAI.

1.1.3 Tema Central 3: Políticas Públicas Educacionais para o Ensino Técnico Profissionalizante

Para esta Tese, a utilização do descritor "Políticas públicas educacionais para o ensino técnico profissionalizante", deu-se pela frequência que este se apresentou nas pesquisas efetuadas e sua relação com o tema e objeto tratado. Desta busca, surgiram no banco de teses e dissertações da Capes, 527 trabalhos: 158 teses e 369 dissertações, das quais foram analisados os títulos, os resumos, os sumários e componentes do texto, procurando uma relação com o tema e com o objeto de pesquisa, tratados nesta tese. Depois da aplicação de filtros (já citados), de leitura mais específicos, ficaram 17 trabalhos, que após uma nova leitura e análise, restaram 1 tese e 3 dissertações, apresentados abaixo.

Em seguida, serão apresentados, em tabela segundo o título, Estado/instituição, nível acadêmico, autor, orientador e o ano em que foram defendidos.

TABELA 8- DISSERTAÇÕES E TESE

TÍTULO	LOCAL	NÍVEL	AUTOR	ORIENTADOR	ANO
Política educacional de formação de professores do ensino técnico profissional no âmbito da Unidade Integrada Sesi/Senai no município de Rio Verde – Goiás (2006 – 2013)	Mato Grosso do Sul – Universidade Católica Dom Bosco	Mestrado em Educação	Clésio Feliciano de Souza	Jefferson Carriello do Carmo	2015 B

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional técnica de nível médio: avanços, retrocessos ou permanências?	Paraná – Universidade Estadual de Ponta Grossa	Mestrado Em Educação	Andrea Daniele Muller	Rita de Cássia da Silva Oliveira	2015 B
Educação durante a República Velha em Pernambuco: um estudo sobre a Reforma Educacional de Carneiro Leão entre os anos 1928 e 1930.	Pernambuco – Universidade Federal de Pernambuco	Mestrado em Educação	Marcela Sabrina de Albuquerque Pessoa	Aurenea Maria de Oliveira	2015 A
Políticas educacionais no Brasil: a dualidade educacional nas trajetórias de escolarização e profissionalização	Paraná – Universidade Estadual de Maringá	Doutorado em Educação	Volmir Sabbi	Mário Luiz Neves de Azevedo	2014 A

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes (2016).

Dentro das pesquisas efetuadas, apresentam-se abaixo os autores, os títulos e um resumo de suas pesquisas, buscando expor a relação entre estas com o tema e com o objeto de pesquisa desta Tese.

Marcela Sabrina de Albuquerque Pessoa

Educação durante a República Velha em Pernambuco: um estudo sobre a Reforma Educacional de Carneiro Leão entre os anos 1928 e 1930.

Na pesquisa, a autora buscou conhecer de maneira mais específica as mudanças econômicas, sociais e políticas que ocorreram no Brasil durante a primeira fase do século XX, denominada República Velha, período do crescimento e fortalecimento da economia industrial, assim como a necessidade de qualificação da mão de obra especializada para atender às novas necessidades do mercado.

Volmir Sabbi

Políticas educacionais no Brasil: a dualidade educacional nas trajetórias de escolarização e profissionalização

O trabalho traz elementos sobre a materialidade da histórica dualidade na educação em nível médio no Brasil com o objetivo de disciplinar e formar os trabalhadores segundo as necessidades do sistema produtivo capitalista.

As pesquisas selecionadas apresentam várias contribuições, pois o tema central trata da concepção de educação e das políticas educacionais. Ainda, comentam o mundo do trabalho e a educação profissional presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais, dentro do recorte temporal estabelecido para esta tese.

A tese aponta elementos sobre a materialidade histórica na educação em nível médio no Brasil, tratando das reformas educacionais, mostrando a existência de uma escola para as classes dirigentes, enquanto aos pobres, restava a escola de formação para o trabalho, visando preparar trabalhadores segundo as necessidades do sistema produtivo capitalista.

1.1.4 Tema Central 4: Educação Profissional

Utilizou-se como critério para a busca do descritor "Educação profissional", a exposição deste nas produções pesquisadas e sua relação com o tema e objeto tratado. Desta busca, surgiram no banco de teses e dissertações da Capes, 377 trabalhos: 178 teses e 199 dissertações, das quais foram analisados os títulos, os resumos, os sumários e componentes do texto, procurando uma relação com esta Tese. Depois da aplicação de filtros (já citados), de leitura mais específicos, ficaram 20 trabalhos, que após uma nova leitura e análise, restaram 1 tese e 5 dissertações.

Em seguida, serão apresentados, em tabela segundo o título, Estado/instituição, nível acadêmico, autor, orientador e o ano em que foram defendidos.

TABELA 9 - DISSERTAÇÕES E TESE

TÍTULO	LOCAL	NÍVEL	AUTOR	ORIENTADOR	ANO
Ensino médio articulado à educação profissional no SESI-MA e SENAI-MA, modalidade EJA	Maranhão – Universidade Federal do Maranhão	Mestrado em Educação	Raimundo Flor Monteiro	Francisca das Chagas Silva Lima	2014 A
Educação para o trabalho: a criação das Escolas Técnicas no Paraná (1900-1950)	Paraná – Universidade Estadual de Ponta Grossa	Mestrado em Educação	Maria Josélia Zanlorense	Maria Isabel Moura do Nascimento	2013 B
Educação Profissional – uma viagem pela gênese do SENAI Ceará	Ceará – Universidade Federal do Ceará	Mestrado em Educação	Maria do Socorro de Assis Braun	Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Junior	2010 A

Americanismo e educação profissional: a implantação do sistema de ensino técnico industrial na década de 1940	Minas Gerais – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	Mestrado em Educação Tecnológica	Oldair Glatson dos Santos	José Geraldo Pedrosa	2012 B
Educação profissional e desenvolvimento local: a prática de formação do trabalhador no Centro Integrado de Educação do baixo Tocantins- Cametá	Pará – Universidade Federal do Pará	Mestrado em Educação	Silvianilza Baia da Silva	Gilmar Pereira da Silva	2014 B
Trabalho e Educação profissional nas décadas de 1939 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT	São Paulo – Universidade de Campinas	Doutorado em Educação	Eraldo Leme Batista	José Luís Sanfelice	2013 A

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes (2016).

Dentro das pesquisas efetuadas, apresentam-se abaixo os autores, os títulos e um resumo de suas pesquisas, buscando expor a relação entre estas com o tema e com o objeto de pesquisa desta Tese.

Apresentam-se abaixo, dentro das pesquisas efetuadas, os autores, títulos e uma breve descrição de suas pesquisas, buscando expor a relação entre estas com o tema e com o objeto de pesquisa desta Tese.

Raimundo Flor Monteiro

Ensino médio articulado à educação profissional no SESI-MA e SENAI-MA, modalidade EJA

A dissertação analisa a articulação do ensino médio com a educação profissional, desenvolvida pelo SESI-MA e SENAI-MA. O objetivo geral que norteou o desenvolvimento do estudo consistiu em analisar o EBEP - EJA na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na forma concomitante, curso técnico em mecânica; identificar as diretrizes legais e institucionais que orientam o desenvolvimento da proposta; analisar as competências profissionais que orientam o processo de formação profissional; identificar as expectativas de formação dos alunos, frente às demandas de mercado; e, analisar a matriz de formação profissional, à luz da matriz de referência demandada pelas empresas industriais que recebem os egressos do EBEP EJA do SESI-MA e SENAI-MA.

Maria do Socorro de Assis Braun

Educação Profissional – uma viagem pela gênese do SENAI Ceará

O objetivo do trabalho foi pesquisar sobre a gênese do SENAI-CE no contexto dos desdobramentos políticos, sociais e econômicos que influenciaram sua criação no estado do Ceará. Teve como objetivos específicos os fatos históricos que influenciaram a criação do SENAI no Brasil, a criação das leis voltadas para regulamentar a educação, as reformas da educação, os contextos sociais, políticos e econômicos do Brasil e do Ceará.

Eraldo Leme Batista

Trabalho e Educação profissional nas décadas de 1939 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT

A tese estudou a concepção de educação profissional defendida e divulgada pela revista do IDORT (1931-1942). Utilizou as categorias de classes sociais, luta de classes e hegemonia, para entender as contradições de classes no período analisado. Destacou o Instituto de Organização Racional do Trabalho como órgão representante da burguesia industrial.

As dissertações trataram da Educação Profissional, apresentando contribuições significativas que podem ajudar norteando o contexto da educação profissional e apresentam fatores importantes de entendimento do significado político e econômico da instituição da educação profissional. Os autores utilizam material importante sobre o mundo do trabalho, objetivando e investigando as relações do trabalho com a educação profissionalizante, fator importante no processo histórico inserido neste contexto. São citadas implicações referentes a questões políticas, econômicas, sociais e educacionais que ocorreram no cenário brasileiro no período da história recortado para esta tese. Em alguns trabalhos tratou-se da transição do regime imperial para a República, da produção e do comércio do café e da chegada dos imigrantes no Brasil. Essas questões trouxeram alterações no ensino público no Brasil e no Paraná, fomentando a criação de diversas instituições de ensino.

Diante do contexto estudado nos trabalhos encontrados, creditam-se a eles contribuições para compreender os elementos que determinaram o processo de criação e instalação de escolas profissionalizantes no Brasil e no Estado do Paraná, suas necessidades, seu público e o tipo de ensino ofertado, objetivos adjacentes ao objeto central desta tese.

A tese escolhida entre os trabalhos encontrados trata da criação do IDORT, e aprofunda a análise dos conflitos entre a burguesia e o proletariado no período em que se criam Associações Comerciais, Industriais e também Agrárias, mostrando que, ao se deparar com a capacidade de organização operária, resistência e luta contra as condições de trabalho e de vida nos bairros de São Paulo, o governo passou a usar a força, o controle da situação social e a repressão como armas constantes para reprimir violentamente as greves e protestos, perseguindo e prendendo as lideranças sindicais. A colaboração para esta tese decorre do fato que o IDORT faz parte desta pesquisa enquanto elemento de organização do trabalho. Organização esta, que será um dos pilares do SENAI.

1.1.5 Tema Central 5: Ensino Técnico Profissionalizante

Para tal escolha, utilizou-se o critério da busca do descritor "Ensino Técnico Profissionalizante" e sua relação com o tema e objeto tratado. Desta busca, surgiram no banco de teses e dissertações da Capes, 55 trabalhos: 7 teses e 48 dissertações, das quais foram analisados os títulos, os resumos, os sumários e componentes do texto, procurando uma relação com o tema e com o objeto de pesquisa tratados nesta tese. Depois da aplicação de filtros (já citados), de leitura mais específicos, ficaram 17 trabalhos, que após uma nova leitura e análise, restaram 2 dissertações.

Em seguida, serão apresentadas as pesquisas segundo o título, Estado/instituição, nível acadêmico, autor, orientador e o ano em que foram defendidos.

TABELA 10 - DISSERTAÇÕES

TÍTULO	LOCAL	NÍVEL	AUTOR	ORIENTADOR	ANO
Prática pedagógica dos docentes do SENAI Londrina frente à Metodologia SENAI de Educação Profissional	Paraná – Universidade Norte do Paraná	Mestrado em Metodologias para o ensino de linguagens e suas tecnologias	Lilian Amaral da Silva Souza	Okçana Battini	2015 A
O Ensino Técnico Profissionalizante em Corumbá – Mato Grosso do Sul: realidade e perspectivas	Mato Grosso do Sul – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Mestrado em Estudos Fronteiriços	Lucimari Sara das Neves	Milton Augusto Pasquotto Mariani	2016 B

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes (2016).

Apresentam-se abaixo a autora, o título e um resumo de sua pesquisa, buscando expor a relação entre estas com o tema e com o objeto de pesquisa desta Tese.

Dentro das pesquisas efetuadas, busca apresentar abaixo, a autora, título e uma breve descrição de sua pesquisa, buscando apresentar a relação entre esta com o tema e com o objeto de pesquisa desta Tese.

Lilian Amaral da Silva Souza

Título - Prática pedagógica dos docentes do SENAI Londrina frente à Metodologia SENAI de Educação Profissional

A pesquisa investiga o processo de trabalho e formação dos profissionais da educação profissional no país, especificamente os que trabalham com as turmas do Pronatec, por meio da Metodologia SENAI de Educação Profissional, na Unidade de Londrina-PR.

Indica-se que as contribuições mostradas nesses Temas Centrais e nos trabalhos selecionados, são significativas, pois discutem a estrutura e a organização do ensino técnico apontando as condições socioeconômicas e o panorama político de determinados períodos históricos. São analisadas a diversidade populacional no Brasil e as questões educacionais, a iniciativa privada e a do Estado na oferta da educação profissional. Ainda são efetuadas análises sobre a formação dos alunos trabalhadores, verificando se com o preparo técnico eles vivenciaram processos de emancipação social a partir de nova inserção profissional.

1.1.6 Revistas

O levantamento realizado sobre o estado da arte relativo ao tema desta tese abrangeu pesquisas e análise da produção bibliográfica, incluindo as seguintes revistas.

1.1.6.1 Revista Educação & Sociedade

A revista Educação & Sociedade teve a primeira edição em 1978, perfazendo até dezembro de 2016 um total de 137 exemplares, com uma grande somatória de artigos e resenhas relevantes para a produção acadêmica, mas pouco se escreveu sobre o SENAI.

As publicações encontradas serão mostradas em quadro abaixo com seus títulos, autoras, número da revista e ano de publicação, mostrando a relação destas ao tema e ao objeto desta Tese.

TABELA 11- PUBLICAÇÕES DA REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE DE 1978 A 2016 RELACIONADAS AO SENAI

TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR(A)	NÚMERO DA REVISTA	ANO
Formação profissional e modernização no Brasil (1930-1960): uma análise à luz das reflexões teórico-metodológicas de Lucie Tanguy	Maria Lúcia Büher Machado	118	2012 A
A relação entre educação e desenvolvimento econômico no capitalismo: elementos para um debate	Neide de A. L. Galvão Favaro; Paulo Sérgio Tumolo	135	2016 B

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes (2016).

Apresentam-se abaixo, dentro das pesquisas efetuadas, a autora, título e uma breve descrição de sua pesquisa, buscando expor a relação entre estas com o tema e com o objeto de pesquisa desta Tese.

Maria Lúcia Büher Machado

Formação profissional e modernização no Brasil (1930-1960): uma análise à luz das reflexões teórico-metodológicas de Lucie Tanguy

O termo modernização é constantemente empregado para caracterizar e justificar um conjunto de mudanças que podem ocorrer na sociedade, envolvendo diferentes grupos políticos e sociais. Foi a partir dessa perspectiva, destacada por Lucie Tanguy (2002), que desenvolvemos a pesquisa, centrada na identificação dos projetos de modernização em curso para a sociedade brasileira, expressos na organização do ensino técnico industrial entre 1930 e 1960.

O artigo citado apresenta contribuição ao desenvolvimento do tema SENAI por tratar da formação profissional no ensino técnico industrial no Brasil no período de recorte desta tese. Apresenta elementos contribuintes como a formação da força de trabalho como um dos caminhos para acionar o projeto de modernização da sociedade brasileira.

1.1.6.2 – Revista Brasileira de Educação da ANPEd

A Revista Brasileira de Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) também serviu como veículo de pesquisa, por sua

importância na divulgação de temas ligados à educação, tem circulação nacional, apontando elementos científicos desde 1995, quando foi lançada. A consulta realizou-se da edição 0 (set./dez 1995) até a 68 (out./dez. 2016), e foram selecionados 3 artigos.

Em seguida, serão apresentadas as pesquisas segundo o título, autor, volume e número das revistas, ainda o ano em que foram apresentados.

TABELA 12 - PUBLICAÇÕES DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO DA ANPED

TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR(A)	NÚMERO DA REVISTA	ANO
Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora: continuando o debate	Paulo Sergio Tumolo	v. 16 n. 47	2011 B
Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado	Sonia Maria Rummert; Eveline Algebaisle; Jaqueline Ventura	v. 18 n. 54	2013 B
Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional	Antônio Roberto Deitos; Ângela Lara	v. 21 n. 64	2016 B

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes (2016).

Os estudos selecionados apontam caminhos e perspectivas que levam ao tema específico SENAI, relacionando educação, trabalho e formação profissional da classe trabalhadora. Trazem contribuição importante e significativa sobre o tema SENAI e o trabalho manual, e o papel do SENAI na formação da força de trabalho industrial brasileira, em termos de recrutamento de alunos, pedagogia, gestão e financiamento. A leitura mostrou ainda contribuições acerca dos fundamentos históricos ontológicos da relação trabalho/educação, e sobre as estratégias de administração da educação pública desenvolvidas na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935. Fato que muito contribui, pois se apontam as origens e a gestação das leis para a educação, a figura dos legisladores da época, contribuindo para a análise e compreensão sobre a atividade educacional da época pesquisada nesta tese. O autor Tumolo analisa o trabalho na forma social do capital, importante para esta tese, pois é a partir da formação que os alunos do SENAI se inserem no mercado de trabalho, como profissionais, que almejam uma oportunidade de desenvolver atividades profissionais cotidianas.

1.1.6.3 Grupo de Trabalho 09 - Educação e Trabalho, da ANPEd

Verifica-se que o Grupo de Trabalho (GT**)** GT-09 - Educação e Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), que se apresenta para este trabalho como um veículo de pesquisa importante, pois aborda aspectos diversos em múltiplas áreas educacionais e para este trabalho, uma relação com o tema e com o objeto desta pesquisa.

O GT-09 apresentou 71 trabalhos entre os anos de 2010 e 2015, dos quais foram selecionados 4 produções, como se segue.

Em seguida, serão apresentadas as pesquisas segundo o título, autor/instituição, o número do encontro, ainda o ano em que foram apresentadas.

TABELA 13 - TRABALHOS PESQUISADOS NO GT-09

O trabalho como princípio educativo e a perspectiva histórica da classe trabalhadora	Paulo Sergio Tumolo – UFSC	34º Encontro	2011 A
A relação Educação e Trabalho: desafios teóricos na construção de um pensamento crítico	Carmen Sylvia Vidigal Moraes – FEUSP	35º Encontro	2012 A
Trabalho e Educação: diálogos necessários	Justino de Sousa Junior - UFC	37º Encontro	2015 B
Ensino Médio integrado à Educação Profissional: formação para a emancipação ou formação para o mercado?	Jaqueline Ferreira de Almeida – UFES	37º Encontro	2015 B

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes (2016).

As produções selecionadas, apresentam-se abaixo os autores, os títulos e um resumo de suas pesquisas, buscando expor a relação entre estas com o tema e com o objeto de pesquisa desta Tese.

Paulo Sergio Tumolo

O trabalho como princípio educativo e a perspectiva histórica da classe trabalhadora

O texto tem como propósito o tema trabalho como princípio educativo por meio de uma interlocução privilegiada com o artigo de Frigotto intitulado “A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe”.

Carmen Sylvia Vidigal Moraes

A relação Educação e Trabalho: desafios teóricos na construção de um pensamento crítico

Constituída nos últimos 50 anos, a área de conhecimento denominada trabalho e educação foi atravessada, em seu desenvolvimento, por inúmeros embates teóricos, mudanças conceituais e redefinição de problemáticas. O artigo propõe analisar os esforços realizados por esse domínio de pesquisa na construção do conhecimento em termos de relações sociais de antagonismo, de relações de classes.

1.1.6.4 Grupo de Trabalho 09 – Trabalhos Encomendados

Complementando a pesquisa, busca-se trazer os Trabalhos Encomendados ao GT 09, que (apesar de estarem fora do recorte estabelecido), apresentam 01 (um) trabalho, que (pelos autores e suas pesquisas dentro do tema desta Tese), contribuem com a escrita deste trabalho.

Em seguida, será apresentada a pesquisa segundo o título, autor/instituição, o número do encontro, ainda o ano em que este foi apresentado, lembrando que junto ao ano de publicação, está a letra A, que se refere à produção que está ligada ao tema de forma direta, conforme o quadro apresentado em seguida.

TABELA 14 - TRABALHOS ENCOMENDADOS PESQUISADOS NO GT-09

Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos	Dermeval Saviani UNICAMP	29º Encontro	2006 A

Fonte: Cêa e Rummert. Trabalho Necessário, 2015.[10]

Apresentam-se abaixo o autor, o título e um breve resumo de sua pesquisa, buscando expor a relação entre estas com o tema e com o objeto de pesquisa desta Tese.

[10] Texto elaborado por Sonia Rummert e Georgia Cêa, para submissão aos membros do GT 09 Trabalho e Educação da Anped, visando contribuir com os debates internos do referido grupo de trabalho. O texto foi apresentado e debatido no Intercâmbio Nacional de Núcleos de Pesquisa em Trabalho e Educação (II INTERCRÍTICA), ocorrido de 26 a 28 de agosto de 2014 na Universidade Federal do Pará (UFPA). Salienta-se que a referida pesquisa, teve como recorte os anos de 1997 a 2013. Issn: 1808 - 799X - ano 13, número 20 – 2015 <periodicos.uff.br> acesso em 05 out 2020.

Dermeval Saviani

Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos

Num primeiro momento, o artigo caracteriza, em suas linhas básicas, os fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho-educação que, nas suas origens, se manifestava na forma de plena identidade. Mostra, em seguida, como, não obstante a indissolubilidade da referida relação, se manifestou na história o fenômeno da separação entre trabalho e educação. No terceiro momento aborda o tortuoso e difícil processo de questionamento da separação e restabelecimento dos vínculos entre trabalho e educação que vem marcando a sociedade moderna. Finalmente, esboça a conformação do sistema de ensino sob a égide do trabalho como princípio educativo, concluindo com a discussão do controvertido tema da educação politécnica.

Entende-se que a proposta em pesquisar no GT-09 (Trabalho e Educação), leva ao processo reflexivo dentro da temática apresentada no GT, refletir as temáticas dentro do mundo do trabalho e do movimento produzido por este conduzem a ver como se dá tal relação, principalmente pelas leituras das produções escolhidas que apresentam uma discussão relevante. Apesar da instituição SENAI não estar explicitamente citada nos artigos escolhidos, a discussão gerada nestes, apontam que a relação citada acima, contribuiu de maneira ímpar para com este trabalho.

Com a revisão da literatura, apresentou-se o conhecimento acumulado acerca da produção teórica desenvolvida na área pesquisada. Verificou-se que as produções levantadas, dão um arcabouço de conhecimentos, que somados as diversas leituras efetuadas levaram ao processo reflexivo, pois conhecer o que foi produzido cientificamente, é poder posicionar-se e fortalecer-se em nesses escritos.

Em síntese, a intenção desta busca pelas produções que auxiliam nas reflexões e na construção deste texto é gratificante, pois assim efetiva-se o exercício da pesquisa, o qual torna-se importante neste processo de formação, em que não são apenas pesquisas e leituras, mas são os meios pelos quais se construirá uma ideia geral, que será transcrita para o papel. São produções em diversas áreas que se voltam a contribuir na construção de um cenário de mudanças em toda a sociedade brasileira.

Em seguida, será trabalhado o capítulo 2 (dois), se tratará de uma construção teórica, na relação entre o Trabalho e a Educação dentro do recorte temporal histórico, de 1930 a

1954, procurando retratar um cenário histórico/político e as suas consequências para a formação do trabalhador.

CAPÍTULO II – TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL NOS ANOS 1930-1954

A intenção neste capítulo é analisar as relações entre trabalho e educação no período iniciado pelo primeiro governo Vargas no movimento desta sociedade brasileira em um viés político/econômico e os reflexos sentidos por esta, na ação do Estado e na efetivação de políticas públicas relacionadas com a educação e seus resultados destas para a sociedade.

2.1 ECONOMIA E POLÍTICA NO BRASIL 1930-1954

A historiografia mostra a década de 1930 e todo o movimento ocorrido, em que as questões políticas apontaram mudanças substanciais na economia, que resultaram alterações nas relações de trabalho e na educação. Entre as mais consequentes alterações citam-se a decadência política de dois grupos da sociedade que formaram a "República Oligárquica", a chamada "política do café-com-leite"[11]; a nascente burguesia industrial; e o nascer da classe proletária urbana. É no interior desta conjuntura que se inserem as diferentes atividades voltadas para a formação do trabalhador e o SENAI, em particular.

Então, ao expor o contexto gerado politicamente dos anos 1930, apresentando o quadro de uma política turbulenta, passando pelos "momentos finais" do governo Washington Luís Pereira de Souza. Os processos históricos citados do período servem de base para as análises específicas e serão mostrados dentro da tese, pois todas as mudanças que ocorreram no Brasil são reflexos dos períodos de crise econômica e de guerras, ainda, de ações dos legisladores e demais componentes da política e da sociedade brasileira, afetando diretamente a Educação Profissional e a atividade laboral no país.

A mostra deste cenário (com o processo que se deu politicamente até a chegada de Getúlio Vargas no poder), dará condições para situar alguns eventos que influenciaram as decisões da burguesia industrial no período. Todo o processo é importante, significativo, pois as mudanças ocorridas buscaram colocar o país na chamada modernidade, que trouxe um aumento significativo da população e consequentemente, o crescimento das cidades com novas exigências, não apenas sociais, mas também educacionais.

[11] Compunham o grupo "café-com-leite" fazendeiros produtores de café de São Paulo (componentes do Partido Republicano Paulista – PRP) e produtores de leite de Minas Gerais (componentes do Partido Republicano Mineiro – PRM), que escolhiam um candidato à presidência do país alternando-se no poder a cada eleição.

Esses conturbados anos para a política nacional mostram-se não apenas pelos desacordos políticos, mas também pelo processo de cisão entre partidos com graves consequências, ainda mais por ser um país dependente economicamente das importações e do capital exterior.

Entende-se que o resultado destas cisões levava a divergências, "verdades, ideias ou ideologias" que são apontadas pela historiografia como defendidas pelos políticos dos partidos Republicano, PRM mineiro, PRP paulista e PRR rio-grandense (gaúcho), que se encontrarão nas conturbadas eleições de 1930 que envolviam toda a população.[12]

Com a alteração do quadro político e social no país, buscava o Governo Federal dar conta dos vários descontentamentos da sociedade. Classes médias, militares, profissionais liberais e operárias estavam descontentes, com as dificuldades econômicas e o governo não estava conseguindo resolver os problemas.

Multiplicavam-se os movimentos contestatórios e populares, os quais ganharam força com certas vitórias. As greves tinham força quando eram generalizadas e atingiam setores importantes do sistema econômico. A classe operária buscava se organizar sob a orientação dos sindicatos, e a luta era por melhores condições de trabalho e por salários mais dignos.

Referindo-se ao período, Weinstein (2000, p. 89) afirma:

> A crise que eclodiu no final de 1929 demonstrou de forma brutal a necessidade que se teve de organiza-se econômica e financeiramente, melhorando a qualidade da produção, reduzindo os custos, facilitando sua circulação e distribuição, e oferecendo melhorar remuneração para aqueles operários, cujo padrão de vida é baixíssimo.

Dentro deste contexto em que as forças econômicas obrigaram o legislador a buscar alternativas diversas, Priori (2012, p. 116), analisando a questão observa: "A quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 afetou diretamente a economia cafeeira no Brasil". Este acontecimento levou a economia brasileira a buscar alternativas. Uma dessas foi incentivar o redirecionamento da economia brasileira para uma industrialização. Tratava-se então de criar condições para que a indústria nacional atuasse em favor do desenvolvimento de uma economia capitalista e criasse possibilidades de desvencilhar-se da economia agrária.

Todas essas questões políticas resultam em um processo social, que se chamou "Revolução de 1930" que colocou na presidência do Brasil o gaúcho Getúlio Dornelles

---

[12] Para mais informações a respeito da questão política no período ver: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

Vargas. Responsável por uma política populista, Vargas insere mudanças que alteram o contexto político, econômico e social do país (que dentro do contexto desta tese), buscou atender a interesses políticos e a um determinado projeto de nação cujo conceito divulgado era o progresso, mas que buscavam, por políticas públicas diversas, firmar Getúlio como líder incondicional da nação.

Wiedemann (2018, p. 102), aponta que "a 'revolução de 30' é considerada, por alguns teóricos, como o 'grande despertar' da sociedade brasileira. Isso porque a industrialização do Brasil começa se intensificar, substituindo a dependência agroexportadora do café, como principal fonte de crescimento econômico."

Ainda refletindo a respeito do período e dentro do contexto dessas mudanças no Brasil, Curado (2013), expõe que, "A partir de 1937, com a instituição do Estado Novo, Vargas assume deliberadamente o projeto industrializante, baseado na proteção à indústria nacional e na realização de investimentos públicos. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941 é um símbolo deste projeto."

O Brasil de Vargas experimenta não apenas mudança política, mas serve a um projeto que justifica a promoção do desenvolvimento[13] econômico, colocando o país diante de outra mudança, um processo de industrialização no qual está inserida a questão da modernização das cidades, com mudanças advindas da industrialização que ocorriam em contexto mundial.

O novo governo tentava, dessa forma, definir o papel que assumiria nesta sociedade, que se apresentaram como condicionantes e fatores que atuaram em favor da classe burguesa.

Tais benefícios estavam atrelados a um processo de transição da economia agrícola para a industrial, em que se buscou para esta indústria a formação de trabalhadores urbanos, que atendessem ao novo modelo de produção capitalista. O quadro social do Brasil influenciava sobremaneira a necessidade de uma ampliação na formação da força de trabalho.

Para tal ampliação, um dos fatores foi a grande imigração[14] resultante da vinda de imigrantes que, fugindo da miséria e de conflitos de época, principalmente na Europa,

---

[13] A análise marxista sobre a concepção de desenvolvimento demonstra que esta categoria surge como um elemento balizador na sociedade capitalista que definem a posição econômica dos países em relação ao outro de acordo que o seu grau de riqueza e produção, tendência esta que direciona ainda hoje este termo, mesmo com a constatação de que processo capitalista promove com essa ideia a fragmentação social, econômica e ambiental.

[14] Fausto (2002, p. 281) aponta que, "os imigrantes mudaram a paisagem social do centro-sul do país, com sua presença nas atividades econômicas, seus costumes, seus hábitos alimentares, contribuindo também para valorizar uma ética do trabalho". Apesar de que se vê que a política de valorização do trabalho e deste esforço do trabalhador brasileiro, barrou (em certos momentos) o processo de imigração, tal situação é citada por autores como Ângela de Castro Gomes com texto (Ideologia e Trabalho no Estado Novo). Mostra-se ainda, a partir da década de 30, tal questão foi considerada imprescindível. Durante o período Vargas, foram editadas Leis e Decretos-Leis referentes ao tema.

buscavam melhores condições de vida. Não só os trabalhadores nacionais, como também os imigrantes de diversas origens que atuaram na agricultura e passavam a atuar no processo industrial, mas que demandava preparo para a atividade.

Nesta questão da formação do trabalhador, insere-se uma política de Estado chamado ensino industrial, o qual se voltar para o desenvolvimento econômico com o intuito de fortalecer a economia do país. No entanto, nenhuma transição é isenta de choques e contradições. Segundo Silva (1986, p. 12):

> a passagem à industrialização não se faz automaticamente, pelo simples jogo das pretendidas leis naturais da economia. Ela é resultado de um sistema complexo de contradições sociais. Representa uma ruptura com o passado, que é a consequência de um conjunto de lutas econômicas e, sobretudo, lutas políticas e ideológicas.

As questões sociais se somavam, e era preciso agir, principalmente na educação, para "suscitar e desenvolver nos indivíduos certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela unidade política e pelo meio a que o indivíduo particularmente se destina" (SENAI, 1944, p. 5). Enfatiza-se então o discurso industrializante, de formação profissional, que demonstrava a preocupação não só da classe empresarial, mas também dos gestores políticos, em qualificar um grande contingente de trabalhadores necessários para a indústria.

Neste contexto em que vai se moldando este discurso forjado na industrialização e de formação deste trabalhador, fomentado não somente pelos industriais, mas também pelos gestores políticos, um modelo adotado, em que se fazia necessário qualificar para a indústria e esta somente poderiam ser resolvidos com ações que ocorressem tal processo.

Diante disso, são significativas as transformações, que ecoaram fortemente durante muitos anos neste país, resultado de um governo que buscou em diversos aspectos a consolidação de uma política de desenvolvimento econômico, colocando o país diante de outra mudança, a questão da modernização das cidades, com mudanças advindas da industrialização que ocorriam em contexto mundial, ainda, um período de organização da República Nacional, pois as lideranças políticas buscaram um equilíbrio entre aqueles que estavam no comando do país (oligarquia rural) e o grupo de Vargas que comandarão as ações políticas a partir daquele momento.

Um movimento que é apresentado por Pinheiro (1978, p. 16):

> no final do século XIX a crise na economia agrário-exportadora e o desenvolvimento do setor público do Estado vão favorecer a absorção na burocracia

> civil e na categoria militar de grupos ligados à exploração rural. O desenvolvimento urbano, que se acelera depois da guerra, provocará a expansão do pequeno comércio nos centros mais importantes do país, assim como de pequenas indústrias. (...) A urbanização ocorrerá simultaneamente com o crescimento da burocracia dos serviços públicos como resultado de um processo que está caracterizado pelo alargamento da área de intervenção do Estado na economia.

Neste sentido, estes anos da República brasileira se caracterizaram por desacordos políticos, revoltas militares e civis, ainda, a definição por parte deste governo em mostrar o papel que assumiria nesta sociedade. Dentro deste, múltiplos foram os fatores que atuaram neste contexto social da época, e constituíram um movimento, (Grifo do autor), no qual as diversas forças atuaram, em que se busca não somente implantar seu projeto de desenvolvimento baseado em seus ideais, mas também junto a este, garantir que todo esse processo se definisse como uma política de Estado que garantisse a formação desta força de trabalho para atuar neste projeto de desenvolvimento nacional, como citado, benefícios para a classe dominante.

Dentro deste contexto, a questão do fomento ao desenvolvimento industrial, estava sendo visto como alternativa para uma mudança social. A postura política liberal no processo de industrialização levava a um discurso de necessidade de formação adequada, atrelada à educação para formar um "novo trabalhador". Um movimento que buscava atingir a toda a sociedade, gerar novos meios para produzir mais e buscar a valorização do elemento trabalhador na sociedade.

Dentro desta questão, se vê que Cunha (2005a, p. 07) aponta:

> Nas primeiras décadas do período republicano três processos sociais e econômicos combinaram-se para mudar a estrutura social, notadamente no Estado de São Paulo, com fortes repercussões para a questão da educação, até mesmo para a educação profissional: a imigração estrangeira, a urbanização e a industrialização. Decorrentes desses processos e reagindo dobre ele, os movimentos sociais e sindicais urbanos, abriram uma nova fase da história do país.

Outro ponto de contradição neste trabalho, é que neste período a economia se altera, e nesta mudança, autoras como Romanelli (2003, p. 54) afirmam sobre o tema, como:

> do ponto de vista econômico, à medida que a crise econômica se define no final da década de vinte, cresce de importância o mercado interno, que se vinha ampliando desde a passagem da economia com base em mão-de-obra escrava para a do trabalho assalariado. Quando a queda das exportações se tornou inevitável e a economia se voltou para o mercado interno, assinalou-se o início da passagem de um modelo econômico meramente exportador para outro voltado para a satisfação do consumo interno.

A subsistência do mercado interno no Brasil do período, caracterizou-se como importante para o desenvolvimento posterior da economia do país, pois com o processo de industrialização crescendo, subsidiar o mercado interno buscando substituir as importações era algo que se buscava para o Brasil.

Dentro do processo econômico, político e social do país naquela época pode-se afirmar:

> um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos. [...] 1 - A atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2 – A atuação social, tendente a dar um tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3 – O papel central atribuído as forças armadas – em especial ao Exército – como suporte da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia da ordem interna. (FAUSTO, 2002, p. 327).

Neste período o país sofreu várias consequências tanto das mudanças políticas, quanto dos processos da guerra e da imigração. A economia baseada na cafeicultura de exportação é ponto a ser levado em consideração, ainda os grandes fazendeiros tinham um grande peso na política, algo que se busca alterar com a posse de Vargas.

Fausto (2002, p. 328) cita que “as transformações apontadas não ocorreram da noite para o dia, nem corresponderam a um plano de conjunto do governo revolucionário, elas foram sendo realizadas ao longo dos anos, com ênfase maior neste ou naquele aspecto”.

Neste sentido, a atuação de Vargas em fomentar e ofertar ao empresariado industrial a gestão do processo que culminou na política de Estado chamada SENAI, se relaciona diretamente com o tema e o objeto desta pesquisa, e Vargas, se insere por ser considerado como o condutor do processo de inserção de políticas públicas voltadas ao ensino profissional, pois a partir de seu governo ocorreram grandes alterações no desenvolvimento industrial e na formação da força de trabalho para atender a uma futura demanda.

Neste sentido,

> a figura de Getúlio Vargas é, certamente, uma das mais controvertidas da história do Brasil republicano. A partir dos anos 30, quando começa a projetar-se na política nacional como chefe da revolução que pôs fim à república oligárquica, as imagens progressivamente associadas a Vargas são as mais contraditórias possíveis. Tal controvérsia não se restringe às suas características de personalidade enquanto líder político, mas adquire maior alcance, ao envolver questões mais amplas, tais como seu real papel histórico, o significado político de seus governos (PANDOLFI, 1999 p.21).

Em um breve histórico, Vargas assume a Presidência do Brasil em outubro de 1930, com a chamada "Revolução de 1930". Em 1934 é eleito pelo voto indireto a mais quatro anos de governo (1934 – 1938), mas, com um novo golpe insere-se o Estado Novo, que vai de 1937 a 1945; é novamente eleito presidente (pelo voto popular) nas eleições de 1951, com mandato até 1954. Vargas, ao assumir em 1930, busca centralizar o governo, dissolvendo o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais, colocando interventores nos estados, exceto em Minas Gerais.

Segundo Dolhnikoff (2001, p. 193):

> A instabilidade política que marcou os primeiros anos após a Revolução de 1930 foi conseqüência da peculiar correlação de forças que se instalou no poder. Nenhum grupo social estava em condições de impor sua hegemonia ao conjunto da sociedade, ao contrário do período anterior, quando os cafeicultores, uma fração da burguesia agrária, estabeleceram seu predomínio por meio do regime oligárquico. As classes médias não haviam ainda conseguido formular um projeto próprio que lhes conferisse autonomia frente os interesses tradicionais; os cafeicultores estavam debilitados como força política graças às duas derrotas que haviam sofrido, em 1930 e 1932, e enfrentavam os graves problemas advindos com a depressão econômica instalada a partir de 1929; os demais setores agrários sofriam os limites de não estarem vinculados com a principal atividade econômica, que permanecia sendo a exportação de café. Por fim, a indústria estava ainda no início de sua expansão e permanecia, em grande parte, subsidiária da cafeicultura.

Um dos principais aspectos do governo Vargas foi a política trabalhista, inovadora em relação ao período anterior, com esforços de organização da classe trabalhadora que se apresentava fora do controle do Estado. O governo getulista apresentou uma política governamental específica, principalmente com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Pansardi (2009, p. 47), escreve que:

> a Revolução de 30 assinala um outro momento decisivo na evolução das análises políticas, pois acrescentou um fator explicativo a ideia da existência de uma crise profunda da sociedade brasileira, produto de contradições surgidas no passado organizacional da sociedade brasileira.

Dentro desta questão voltada ao trabalhador, a Constituição de 1934 traz a criação de um salário-mínimo para atender as necessidades do trabalhador, o que só foi regulamentado depois de anos pelo Decreto-lei nº 399 de 30 de abril de 1938.[15] O governo Vargas atua na

[15] Conforme Fausto (2002, p. 375), "a construção da imagem de Getúlio como protetor dos trabalhadores ganhou forma pelo recurso a várias cerimônias e ao emprego intensivo dos meios de comunicação. Dentre as cerimônias, destacam-se as comemorações de 1º de maio, realizadas a partir de 1939 no estádio do Vasco da Gama, em São Januário – o maior estádio do Rio de Janeiro da época. Somente em 1944 as comemorações se deslocaram para o

questão trabalhista, organizando em maio de 1939 a Justiça do Trabalho, que tinha nas Juntas de Conciliação e Julgamento seu órgão de atuação. Ainda se criou em junho 1943 a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), buscando ampliar a legislação trabalhista.

A entrada de Vargas no poder promoveu várias mudanças, apesar das divergências políticas continuarem ocorrendo, com planos econômicos, a instalação de um processo industrial e um programa de nacionalização.

Pandolfi (1999, p.23) comenta:

> grandes ideólogos do autoritarismo tiveram o seu apogeu nessa fase. Lembremos Oliveira Viana, Francisco Campos e Azevedo Amaral, expoentes do pensamento autoritário, cujas ideias lançaram os fundamentos de uma série de mudanças político-institucionais que viriam a concretizar-se plenamente com o Vargas do período estado-novista. Durante esse período, dá-se continuidade à produção da extensa legislação trabalhista e previdenciária, que regularia o trabalho urbano durante as várias décadas de desenvolvimento da industrialização por substituição de importações. Segundo os princípios corporativistas, o status de trabalhador com carteira de trabalho assinada e reconhecida pelo Ministério do Trabalho (criado em 1930) permitiria o acesso aos benefícios dessa legislação.

O contexto social deste período reflete as alterações na política. Em 1933 o governo promove eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, e iniciam os trabalhos para a elaboração da Constituição de 1934. Vargas tinha seu processo de sucessão previsto para janeiro de 1938, mas buscava alternativas para se manter no poder, que foi achada com um suposto plano comunista chamado Plano Cohen. [16]

A situação serviu de meio para que o presidente tomasse medidas urgentes, e a 10 de novembro de 1937 o Congresso foi cercado, impedindo a entrada dos congressistas, e na mesma noite, Getúlio anunciou uma nova fase política no país, em que se dava uma Carta Constitucional, elaborada por Francisco Campos; era o início do Estado Novo.

Neste período, Vargas governava por decretos-leis. Fausto (2002, p. 367) assim resume:

> podemos sintetizar o Estado Novo sob o aspecto socioeconômico, dizendo que representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. A burocracia civil defendia o programa de industrialização por

---

Pacaembu, em São Paulo. Nesses encontros, que reuniam grande massa de operários e o povo em geral, Getúlio iniciava seu discurso com o famoso 'Trabalhadores do Brasil' e anunciava alguma medida muito aguardada de alcance social".

[16] Setores governamentais abordaram nas primeiras páginas dos jornais de todo o país o Plano Cohen, que, segundo a imprensa, era uma estratégia comunista para a tomada do poder, prevendo até o assassinato de líderes civis e militares. Escrito pelo oficial integralista capitão Olímpio Mourão Filho, uma fantasia que virou 'verdade' e foi utilizado por Vargas como pretexto para um novo golpe, o Estado Novo. (COSTA e MELLO 1991, p.249)

> considerar que era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia – um componente importante de segurança nacional; os industriais porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado.

Vargas buscou uma relação com a burguesia industrial paulista, que ocorreu principalmente através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), dirigida por Roberto Simonsen[17], com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), comandada por Euvaldo Lodi[18], e com a Federação Industrial de Minas (FIEMG), dirigida por Américo Giannetti[19].

Neste período, a economia do Brasil oscilava, e dependia dos Estados Unidos:

> O Brasil dependia das exportações, até 1942, a política de substituição de importações se fez sem um planejamento geral, considerando-se cada setor como um caso específico. O incentivo à industrialização foi muitas vezes associado ao nacionalismo, mas Getúlio evitou mobilizar a nação em uma cruzada nacionalista. A Carta de 1937 determinava que a lei regularia a sua nacionalização progressiva, assim como a das indústrias consideradas essenciais à defesa econômica ou militar. Dispunha também que só poderiam funcionar no país bancos e companhias de seguros cujos acionistas fossem brasileiros. Concedia-se às empresas estrangeiras

---

[17] **Roberto Cochrane Simonsen** nasceu em Santos - SP, em 18 de fevereiro de 1889. Engenheiro civil. Em 1912, assumiu a chefia da Diretoria Geral da Prefeitura de Santos e fundou a Companhia Construtora de Santos. Em 1928, foi vice-presidente do criado Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). Em 1932, Simonsen cria (junto a outros) em São Paulo o Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort). Em 1935 assumiu a presidência da Confederação Industrial do Brasil (CIB), posteriormente rebatizada como Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em 1937, assumiu a presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Durante a vigência do Estado Novo, foi ativo colaborador do governo. Com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, ingressou no Partido Social Democrático (PSD), pelo qual elegeu-se senador por São Paulo, em 1947. Morreu no Rio de Janeiro, em 1948. Disponível em https:// cpdoc. fgv.br /producao / dossies/ AEra argas1/biografias. Acesso em: 1 nov. 2019.

[18]

[?] **Euvaldo Lodi** nasceu em Ouro Preto (MG), em 1896. Engenheiro, formou-se pela Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, em 1920. Em 1923 passou a integrar a Comissão Nacional de Siderurgia. Em 1930, deu apoio a Getúlio Vargas. Entre 1933 e 1934, participou dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Durante a vigência da ditadura do Estado Novo, assumiu a presidência de importantes entidades ligadas ao empresariado industrial, como a CIRJ/FIRJ e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Como dirigente da CNI, presidiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado em 1942. Em 1946, foi um dos fundadores do Serviço Social da Indústria (SESI), entidade da qual foi diretor-geral. Em 1947, elegeu-se deputado federal por Minas Gerais na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Reeleito por duas vezes, permaneceu no Câmara Federal até 1956, quando faleceu em um desastre de automóvel entre São Paulo e Jundiaí. Fonte: DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

[19] **Américo René Giannetti** nasce em 1896. Foi Secretário de Agricultura no governo de Milton Campos (1947-1951), desempenha papel importante no processo de transformação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV. Com a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, o governo Vargas incentiva o empresário Giannetti a produzir alumínio, que até então era totalmente importado. Lutando, Giannetti consegue fazer a primeira corrida do metal em Saramenha, em 1945. Em 1950, a empresa é comprada pelo grupo canadense ALCAN. Falece, em Belo Horizonte, em 1954. Fonte: Magalhães, Edson Potsch. Personagens e Pioneiros da UFV. 2006. < http://www.personagens.ufv.br/?area=americoRene> acesso em 20 de maio de 2020.

> um prazo, a ser fixado por lei, para que se transformassem em nacionais. (FAUSTO, 2002, p. 370).

Buscando entender este momento, em que as relações de trabalho se alteram e a sociedade recebe tal Política Pública, como um benefício do Governo. Comentando esta questão observa Gomes (1999, p. 53):

> os anos 30 e 40 são verdadeiramente revolucionários no que diz respeito ao encaminhamento da questão do trabalho no Brasil. Nesse período, elabora-se toda a legislação que regulamenta o mercado de trabalho do país, bem como estrutura-se uma ideologia política de valorização do trabalho e de "reabilitação" do papel e do lugar do trabalhador nacional.

No fomento ao desenvolvimento econômico, vários foram os decretos-lei que regiam a situação, pois os setores diversos da economia buscavam cada um atender os próprios interesses. No caso do aço e do petróleo particularmente, o governo Vargas atuou de forma diferente. A implantação da indústria siderúrgica ocorre dentro do Estado Novo, com financiamento americano, concedidos pelo *Export-Import Bank*, e recursos do governo brasileiro, que recebeu o controle de uma empresa de economia mista, a Companhia Siderúrgica Nacional, organizada em 1941. No caso do petróleo, somente será tratado na década seguinte, com a criação da Petróleo Brasileiro em 1953.

A política de Vargas se deu muito pela utilização dos meios de comunicação, utilizados também pelo então ministro do trabalho, Alexandre Marcondes Filho. Com a "Hora do Brasil", programa de rádio, obrigatório para todas as emissoras do país, o governo entrava em contato com a população, uma maneira de se aproximar do povo, pois Vargas, ao se pronunciar no rádio, trazia aos ouvintes situações concretas relacionadas a questões sociais.

Também para promover a propaganda governamental, criou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que tinha o presidente Vargas como seu gestor direto. Costa e Mello (1991, p. 258), citam que: "outro instrumento da política administrativa getulista era o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, que, ao lado da polícia secreta chefiada por Filinto Muller, tornou-se o mais importante órgão de sustentação da ditadura do Estado Novo."

Neste processo de mudanças, várias foram as ações geridas pelo Governo Federal, mudanças na economia e a afirmação de um Estado autoritário e, por certo lado, modernizador.

O fim do Estado Novo é assim visto por Fausto (2002, p. 383):

> os problemas do regime resultaram mais da inserção do Brasil no quadro das relações internacionais do que das condições políticas internas do país. Essa inserção impulsionou as oposições e abriu caminho a divergências no interior do governo. Após a entrada do Brasil na guerra e os preparativos para enviar a FEB à Itália, personalidades da oposição começaram a explorar a contradição existente entre o apoio do Brasil às democracias e a ditadura de Vargas.

As situações, assim como as decisões, eram incertas, e grupos contra o processo da ditadura iam surgindo, como o dos estudantes universitários, que organizaram a União Nacional dos Estudantes (UNE), promovendo movimentos diversos contra o governo.

Dentro deste contexto eleitoral, encontra-se o surgimento de vários partidos, que atuariam no período seguinte:

> A antiga oposição liberal, adversária do Estado Novo, formou em abril a União Democrática Nacional (UDN), esta reuniu o reduzido grupo dos socialistas democráticos e uns poucos comunistas. A partir da máquina do Estado, por iniciativa da burocracia, do próprio Getúlio e dos interventores dos Estados, surgiu o Partido Social Democrático (PSD), em junho de 1945. Afinal, em setembro de 1945 foi fundado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob também a inspiração de Getúlio, do Ministério do Trabalho e da burocracia sindical, com o objetivo de reunir as massas de trabalhadores urbanas sob a bandeira getulista. A UDN se organizou em torno da candidatura de Eduardo Gomes. O PSD, em torno da candidatura de Dutra. Marcando sua diferença com relação às duas outras agremiações, o PTB aparecia na cena política sem grandes nomes e aparentemente sem candidato presidencial. (FAUSTO, 2002, p. 385).

Outro fator que mostra os acontecimentos deste período foi a união entre Vargas e o Partido Comunista brasileiro (PCB), o chamado "queremismo", uma tentativa de Vargas de se unir às massas populares urbanas e junto aos sindicatos.[20]

Tais manobras não o mantiveram no poder. Forçado a renunciar, Vargas se retirou do governo com uma declaração pública de que concordara com a saída. Não chegou a ser exilado, retirou-se para São Borja, sua cidade natal.

Vargas buscou com muitas das ações promovidas, dentro de um projeto liberal e do surgimento de contradições relacionadas ao sistema vigente, um novo modelo de país, com uma indústria forte e buscando um certo desenvolvimento, pois o Brasil estava mudando; a população neste período (1920-1940) passou de 30,6 milhões para 41,1 milhões, dos quais 54% eram jovens.

---

[20] Fausto (2002, p. 387) cita que, em meados de 1945, uma iniciativa promovida pelos círculos trabalhistas ligados a Getúlio, com o apoio dos comunistas, mudou os rumos da sucessão presidencial. Foi a campanha "queremista", assim chamada porque seu objetivo se sintetizava na palavra de ordem "queremos Getúlio". Os "queremistas" saíram as ruas defendendo a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte com Getúlio no poder. Só posteriormente deveriam ser realizadas eleições diretas para presidente, nas quais Getúlio deveria concorrer.

A historiografia mostra que ocorreu um breve período sem Vargas na presidência, em que foi eleito o general Eurico Gaspar Dutra, que, com o apoio de Vargas, venceu as eleições de 1945, que despertaram um grande interesse na população[21].

Como Vargas politicamente não havia perdido sua força, e utilizando-se da lei eleitoral, elegeu-se senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo e deputado em sete estados, sendo investido ao senado pelo PSD do Rio Grande do Sul.

O governo Dutra se inicia com a promulgação da 5ª. (quinta) Constituição, a de 1946. No que tange às questões trabalhistas,

> legislou-se esmiuçadamente sobre muitas coisas, mas não se suprimiu o imposto sindical, suporte principal dos "pelegos". Como a lei não foi alterada, o princípio de unidade sindical ficou mantido, assim como o poder do Estado em intervir na vida sindical. [...] Por sua vez, ao acolher o direito de greve, a Constituição de 1946 utilizou uma expressão sucinta que acabaria por prejudicar os trabalhadores: "É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará". (FAUSTO, 2002, p. 401).

As pesquisas mostram que o governo Dutra economicamente se utilizou de um modelo liberal, com poucos controles, em que o mercado deveria agir pelos seus próprios rumos, ainda uma livre importação de bens. Um modelo politicamente ineficiente dentro de algum tempo, fazendo com que o governo atuasse em favor da importação de equipamentos, máquinas e combustíveis, restringindo a importação de bens de consumo.

Ainda dentro do referido contexto, para suceder a Dutra na presidência as "manobras" se iniciaram na metade de seu mandato, e Vargas aparecia como um forte candidato.

Para a volta de Vargas ao poder, este centralizou sua campanha em defender a industrialização e principalmente na busca de modificar a legislação trabalhista. Este procurou aliar o seu discurso tentando atingir aos interesses de cada localidade que percorria.

Nas eleições de 3 de outubro de 1950 Vargas se sagrou vitorioso com mais de 48% dos votos; Eduardo Gomes teve 29,7%; e Cristiano Machado, 21,5%. Vargas toma posse em 31 de janeiro de 1951, buscando exercer um papel de conciliador diante das diferentes forças sociais.

O governo Vargas se inicia com o presidente tomando medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, tendo como ponto importante a industrialização.

---

[21] Para explicar este comportamento do eleitor, volta-se às eleições diretas em março de 1930, em que tinham votado 1,9 milhão de eleitores, representando 5,7% da população total; em dezembro de 1945 votaram 6,2 milhões de eleitores, representando 13,4% da população. O resultado das eleições mostrara a máquina eleitoral montada pelo PSD dos interventores e o prestígio de Vargas entre os trabalhadores.

> Foram feitos investimentos públicos no sistema de transportes e de energia, com a abertura de um crédito de 500 milhões de dólares. Tratou-se de ampliar a oferta de energia para o Nordeste e equacionou-se o problema do carvão nacional. Ocorreu também o reequipamento parcial da marinha mercante e do sistema portuário. Em 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), diretamente orientado com o propósito de acelerar o processo de diversificação industrial. (FAUSTO 2002, p. 409).

Como esta tese tem uma relação direta com as questões do trabalho, cabe mostrar que em 1953 (entre junho e julho), Vargas nomeia para o Ministério do Trabalho o gaúcho João Goulart, mais conhecido como Jango. Este era ligado aos meios sindicais do PTB e aparecia no cenário político como uma figura capaz de saber lidar com a relação entre comunistas e sindicatos.

Vargas, na busca de capital para financiar projetos prioritários, principalmente voltados para a indústria, em outubro de 1953 fomenta a Instrução nº 70, da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc); era um confisco cambial, ou seja, uma alteração no valor do dólar recebido nas exportações do café, quando era convertido em cruzeiros. Na prática, o governo ficava com uma parte destes valores.

Este quadro conflituoso se mostrava não só de pressões recebidas por Vargas no interior do país, mas também de países do exterior, principalmente dos Estados Unidos. Neste período, os norte-americanos decidiram colocar em prática uma mudança na política econômica em relação aos países de Terceiro Mundo. Após janeiro de 1953, o presidente Eisenhower adota uma postura rígida diante dos problemas financeiros dos países em desenvolvimento, principalmente na oferta de crédito.

O ano de 1953 foi complicado para Vargas, principalmente pela falta de apoio de setores importantes como os trabalhadores urbanos e as forças armadas, que eram “fiéis seguidores das suas ideias”, e estava ao lado de Vargas desde o princípio da Revolução de 1930.

Como desfecho desta situação, no período da manhã do dia 24 de agosto de 1954, Getúlio Dornelles Vargas cometeu suicídio, deixando uma carta-testamento.

> O suicídio de Getúlio exprimia desespero pessoal, mas tinha também um profundo significado político. O ato em si continha uma carga dramática capaz de eletrizar a grande massa. Além disso, o presidente deixava como legado uma mensagem aos brasileiros – a chamada carta-testamento – onde se apresentava como vítima e ao mesmo tempo acusador de inimigos impopulares. Apontava como responsáveis pelo impasse a que chegara os grupos internacionais aliados aos inimigos internos. Afirmava que eles se opunham às garantias sociais aos trabalhadores, às propostas para limitar os lucros excessivos, à defesa das fontes fundamentais de energia, corporificadas na Petrobrás e na Eletrobrás. Afirmava ainda a carta que, enquanto o

> lucro das empresas estrangeiras alcançava 500% ao ano, o Brasil era obrigado a recuar, sob violenta pressão, em medidas tomadas para sustentar o preço internacional do café. Getúlio encerrava a mensagem com um parágrafo dramático: 'Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história. (FAUSTO, 2002, p. 417-418).

Com o suicídio de Vargas, a presidência do Brasil foi assumida por Café Filho, um político de esquerda, que se aliara a Getúlio com a ajuda de Ademar de Barros.

Vargas ficaria na memória da classe trabalhadora como aquele que ouvia os mais pobres e que implantou a (CLT), Consolidação das Leis do Trabalho.

Dentro deste contexto da atividade profissional e sua formação, consideram-se ações fundamentais a serem trabalhadas nesta pesquisa dentro de um processo de desenvolvimento. No que se refere a este desenvolvimento, afirma:

> Não se trata de afirmar que a construção do capitalismo industrial no Brasil se deu nos anos 30. Como é sabido, a consolidação da ordem industrial ocorrerá algumas décadas depois, sobretudo com o governo Kubitscheck. Porém, os pressupostos, as bases, os fundamentos necessários para o desenvolvimento dessa nova ordem econômico-social foram lançados no primeiro governo Vargas, de 1933 a 1939 que efetivamente se desencadeia o processo de industrialização no Brasil. (PANDOLFI, 1999, p.24).

Dentro destas questões políticas, as tais mudanças completaram um conjunto de situações em uma sociedade que recebeu alterações tendo como fomento, as ações políticas voltadas para a industrialização e o trabalho, gestados como elemento para desvincular o povo da pobreza, existindo "no cerne, uma ampla política de revalorização da atividade profissional caracterizada como dimensão essencial de revalorização do homem. Este passaria a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização" (GOMES, 1999, p. 55).

Pode-se efetuar uma reflexão deste subcapítulo, pois se vê que as ações getulistas se mostram contraditórias, pois ao mesmo tempo em que se mostrou como aliado as classes populares, em outro, se mostrou aliado aos industriais, no fomento de suas ações políticas. O momento político era de mudanças, e foi neste contexto que tais ações se efetivaram, apresentando alterações diversas que resultaram em políticas de formação de trabalhadores urbanos, o tema que será apresentado em seguida nesta Tese.

2.2 ELEMENTOS TEÓRICOS DEBATENDO O TRABALHO URBANO

Neste momento, aborda-se a questão do Trabalho e da Educação, em uma perspectiva referente a formação de trabalhadores e sua relação com o processo de desenvolvimento industrial no Brasil, o qual será trabalhada a relação destes elementos com o Governo Vargas e as Políticas Públicas para a educação do Brasil no período.

Ao se debater a questão da formação de trabalhadores urbanos no Brasil, este debate caracteriza-se como ponto importante nas análises que se pretende nesta tese.

Concebe-se, aqui, o conceito de trabalho segundo a definição de Marx (2016, p. 211) nos apresenta que: "o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza". Marx considera, portanto, o trabalho como mediador das relações humanas.

Marx destaca que o trabalho se caracterizava como uma atividade inerente ao homem, que se mostra como um meio de inclusão social e de gerador dos meios de subsistência (2004, p. 86):

> O que é produto da relação do homem com seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como trabalho e como objeto do trabalho de outro homem. Em geral, a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana. O estranhamento do homem, em geral toda a relação na qual o homem está diante de si mesmo, é primeiramente efetivado, se expressa, na relação em que o homem está para com o outro homem.

A atividade laboral se insere como elemento de debate já citado na introdução desta tese, e se mostra em contradição dentro das mudanças apresentadas nos diversos setores da sociedade brasileira que se altera, baseada em ideias e ideologias da classe dominante, que tendo como pressuposto as questões educacionais e o embate entre capital e trabalho.

Referindo-se as questões em debate, Pereira (2012, p. 42-43) afirma:

> trata-se, então, de vermos o trabalho não de maneira abstrata, mas concreta, nas relações sociais que o engendram, pois não se trata de uma atividade casual; ao contrário, o trabalho é, antes de qualquer coisa, a manifestação das relações que os homens travam entre si e entre a natureza. [...] As relações ainda podem ser da maneira como vemos atualmente – o modo de produção capitalista -, em que o produtor vende sua força de trabalho ao dono dos meios de produção, das fábricas, [...], etc...

Para dar conta deste debate sobre o trabalho, aponta-se que o Brasil foi um espaço para a vinda de imigrantes trabalharem, para que em seguida, procura a formação do próprio trabalhador, estas foram questões geradas decorrentes do processo pelo qual passou o país.

É fato que o operário brasileiro é fruto de um logo período de transformações na questão das relações de trabalho, que fomentada em outros setores, culminou na indústria.

Boris Fausto (1977, p. 13-14), mostra que: "o avanço da economia capitalista de exportação gerou assim diretamente as condições para que se constituísse um núcleo de trabalhadores no setor de serviços. Indiretamente, preencheu os requisitos para o surgimento do proletariado fabril".

Trabalhadores esses que são mostrados na tabela abaixo, em que se busca mostrar dados referentes a trabalhadores e sua relação com os estabelecimentos industriais, no Brasil, Paraná e Santa Catarina relacionando com o número de operários nos Estados abordados.

TABELA 15: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS NO BRASIL E SEUS RESPECTIVOS OPERÁRIOS DENTRO DO RECORTE TEMPORAL DA TESE

PERÍODO	ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS		NÚMERO DE OPERÁRIOS	
	BRASIL			
1920	13.569		293.673	
1940	49.418 + 264,2%		781.185 + 166,01%	
1950	92.350 + 86,9%		1.279.184 + 63,75%	
	PARANÁ	SANTA CATARINA	PARANÁ	SANTA CATARINA
1920	623	793	7.295	5.367
1940	2.264 + 263,5%	2.847 + 259%	20.451 + 180,35%	21.015 + 291,56%
1950	4.038 + 78,36%	5.080 + 78,45%	40.086 + 96,01%	44.526 +111,88%

Fonte: IBGE: Anuário Estatístico do Brasil (1960, p. 42).

A relação entre os dados apresentado mostram que no período ocorreu uma crescente, não só no número de estabelecimentos industriais, mas também no número de operários, números que se alteram com mais evidência no período da criação do SENAI. Santa Catarina mesmo sendo um Estado menor territorialmente que o Paraná, apresenta dados superiores referentes a industrialização no período, mostrando uma vocação ou uma atuação da classe industrial em forjar o Estado para o desenvolvimento industrial.

Ainda dentro da questão industrial, pode-se apontar que se trata de um conjunto de atividades produtivas, transformação de matérias-primas, buscando fabricar as mercadorias que nem sempre são consumidas por aqueles que as produzem.

Dentro deste processo, esta questão do trabalho enquanto atividade humana e o desafio em formar a força de trabalho, que se insere como política pública voltada para a educação profissional e que se apresenta (no discurso da elite industrial), como uma alternativa em levar a classe trabalhadora para um outro nível social, um espaço de contradições em busca de superar a realidade de vida destes trabalhadores.

Desenvolver nos jovens a competência que lhes dará o direito de assumir postos de trabalho, que exigirão mais formação e mais aperfeiçoamento, que lhes permitirão estar aptos a desempenhar as suas funções na indústria e nos diversos setores de serviços.

Podemos acrescentar seguindo Sandroni (1999, p. 299-300):

> De uma maneira bem ampla, entende-se como indústria desde o artesanato voltado para o autoconsumo até a moderna produção de computadores e instrumentos eletrônicos. [...] A indústria contemporânea caracteriza-se pela produção em massa nas fábricas, na qual os objetos padronizados resultam da intensa mecanização e automação do processo produtivo. Outra característica é a racionalização do trabalho, objetivando o aumento da sua produtividade e o máximo rendimento das máquinas.

Dentro do processo histórico, analisa-se os anos 1930 como um período em que o desenvolvimento técnico-científico, nas relações de produção para a época (relacionadas ao trabalho e a sociedade capitalista), se alteram significativamente em que se geraram ou se criaram exigências em especializar o trabalhador, apesar de que este período apresentava condições desfavoráveis para a atividade laboral, condições péssimas de trabalho e de direitos, em que se veio fomentar políticas de formação de um trabalhador forjado nas bases dos interesses das classes dominantes.

Boris Fausto (1977, p. 105), observa:

> as condições gerais do trabalho urbano no Brasil nos trinta primeiros anos deste século são conhecidas correspondendo, nas empresas maiores, ao modelo de acumulação da primeira fase do capitalismo industrial. Por toda a parte impera o reino da liberdade; a legislação fabril [...] é muito restrita e ineficaz. Sobre o trabalhador recai não só a forma absoluta de extração do excedente com o ainda a contínua insegurança. [...] Nada impede a despedida imediata após longos anos de serviço, os frequentes acidentes não são indenizados, inexistente a previdência social; no horizonte, não se desenha a expectativa da aposentadoria, por mais magra que seja.

Salienta-se que as relações do trabalho com a educação buscavam se formalizar (de acordo com as políticas públicas governamentais), em que ocorre também a luta por melhores condições de trabalho, constituindo um dos mais importantes embates entre forças neste período de efervescência política.

A busca pela especialização do trabalho voltada para a formação de profissionais para a indústria caracteriza-se como uma ação da classe empresarial, o qual se articulava junto ao governo para efetivar um projeto de educação profissional, objetivando uma classe trabalhadora, em primeiro lugar para a produção de bens de consumo voltados à substituição de importação, em seguida, voltada para uma indústria nacional.

Nesse momento histórico, a produção de bens para o mercado interno interessava às políticas econômicas do governo Vargas.

Chiavenato (2003, p. 56) destaca que,

> este mercado também sofreu impacto das novas tecnologias e formas de trabalho, que chegaram ao país na forma de teorias e conceitos, vindos da Europa e dos Estados Unidos, com focos relacionados com a organização racional do trabalho - ORT, que significa a tentativa de substituir métodos empíricos e rudimentares, por científicos, decompondo os movimentos e processos de trabalho dos operários para aperfeiçoá-los e racionalizá-los.

A formação deste trabalhador, com as evidentes novas exigências para o momento capitalista apresenta, trazia uma relação entre o Governo Federal e aqueles que se tornaram personagens responsáveis pelo fomento ao processo industrial, como o próprio Getúlio Vargas, Roberto Mange[22], Ítalo Bologna[23] e o Ministro Gustavo Capanema, cada um com seu papel específico no desenvolvimento educacional/industrial do país.

Nagle (1974, p. 24), mostra em relação ao trabalhador, que: "com o novo surto industrial e com o desenvolvimento da urbanização, os imigrantes começaram a ser atraídos

---

[22] **Roberto Mange**. Nasceu em Vevey, na Suíça, a 31 de dezembro de 1886, tendo obtido o diploma de estudos primários em Portugal, secundários na Alemanha e de engenheiro pela Escola Politécnica de Zurich, em 1910. Com 28 anos em 1913, veio para o Brasil, para atuar na cadeira de Mecânica Aplicada as máquinas, na Politécnica de São Paulo, onde lecionou pelo espaço de 40 anos até 1953. Em 1923, fundou junto ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, a Escola Profissional Mecânica, onde elaborou, com um grupo de estudiosos, as conhecidas séries metódicas de ofícios. Em 1929, partiu para a Europa, tendo ocasião de estudar na Alemanha a aprendizagem de operários nas estradas de ferro daquele país. Dois anos depois, com Armando Salles Oliveira, Gaspar Ricardo, Geraldo de Paula e Souza, Aldo Mario de Azevedo, Lourenço Filho e outros, fundou o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), destinado a estudar, difundir e aplicar os princípios, métodos, regras e processos da organização científica do trabalho. De 1940 a 1942, cuidou ele, em colaboração de outros expoentes da indústria, da fundação do SENAI, do qual foi o primeiro Diretor Regional em São Paulo, exercendo o cargo até sua morte em 1955. (BOLOGNA, 1980, p. 13-14). Faleceu em 31 de maio de 1955.

[23]

[?] **Ítalo Bologna** nasceu em 22 de abril de 1905, em Pouso Alegre-MG. Engenheiro civil, estudou na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, onde se formou em 1930. Iniciou sua carreira profissional em 1931. Em 1932, foi Inspetor de Ensino e Seleção Profissional. De 1934 a 1936 foi Chefe da Seção de Psicotécnica do Centro Ferroviário de Ensino Profissional de SP. Em 1942 assumiu a direção do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional no lugar de Roberto Mange. Entre 1945 e 1949, foi Chefe da Divisão de Transporte do SENAI-SP. De 1950 a 1955, ocupou o cargo de Subdiretor do Departamento Regional do SENAI. Com a morte de Roberto Mange, em 1955, Ítalo Bologna foi escolhido como novo Diretor do Departamento Regional do SENAI-SP. Em 1962 deixou a direção do SENAI-SP para tornar-se Assessor da presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Em 1965 assumiu a direção do Departamento Nacional do SENAI, que exerceu até 1975.

para os novos núcleos urbano-industriais, quando colaboraram para acelerar a passagem das atividades artesanais para as indústrias".

Como citado acima, um dos responsáveis pela questão industrial no país foi Roberto Mange, um dos principais personagens no processo de formação do trabalhador nesta fase do crescimento industrial, vem com seus interesses, representar os interesses da classe liberal industrial. Interesses esses que buscavam o controle e a exploração do trabalhador. A questão de Mange ver a administração científica como algo que poderia contribuir para o crescimento industrial neste período, um crescimento da produção, produzir mais em menor tempo e buscando maiores lucros provenientes desta questão.

Batista (2015, p. 77), explicita que, "no início do século XX, os industriais brasileiros admiravam as ideias de Taylor, porque entendiam que elas eram centrais para a consolidação de um projeto nacional (...)"

Ainda, para debater o tema e apontar os elementos que cercam as questões, citando um dos idealizadores da educação para o trabalho, gestada nos ideais liberais. Bologna (1980, p. 333) afirma:

> falar da obra de Roberto Mange é desenvolver a história do ensino industrial em São Paulo e no Brasil durante os últimos 30 anos, pois, de 1925 em diante a evolução do ensino industrial e da formação da mão de obra para a indústria foi inspirada, praticamente, nas ideias que ele pregava e buscava realizar. Dada a magnitude da sua obra, [ele está entre] os que mais influíram no progresso do ensino industrial não só de São Paulo, como de todo o Brasil.

Por parte dos liberais industriais, o interesse era o de formar um trabalhador ideal, que acreditasse servir ao seu país, ao mesmo tempo que geraria as condições materiais para a sua subsistência. Neste novo formato do social, não apenas este trabalhador deveria estar submisso ao seu senhor, mas também estar disposto a cumprir com o seu papel neste processo, instruir-se, agradecer e gerar o lucro tão esperado pelo industrial.

Segundo Paoli (1989, p. 46):

> Este horizonte simbólico que despachava os trabalhadores pobres a um mundo do favor, da dependência, da hierarquia excludente; uma figura que, para ser incluída na ordem das coisas, necessitava ser um habitante silencioso e sem interioridade, constituído por obra benemérita das elites.

Pode-se apontar (tomando-se como base, o pensamento liberal dos industriais), que se buscou com o passar dos anos, a construção de uma realidade, em que a atividade do trabalho se apresentou não como a base de sua sobrevivência humana, mas como uma vitória para o trabalhador.

> No Estado Novo, uma política de valorização do trabalho era, sobretudo, uma política de valorização do esforço humano, considerado a base e o fundamento de toda a riqueza social. Uma política de valorização do trabalho estaria, portanto, centrada na ideia de que a pobreza era um mal a ser evitado e que a riqueza era um bem comum, isto é, riqueza deveria ter uma função social à qual se subordinariam os interesses particulares dos indivíduos e dos grupos. (GOMES, 1999, p. 66).

Nesta maneira de pensar, verifica-se que a política educacional nacional do período, voltada para a indústria e aos interesses da classe industrial, pois, pela falta da força de trabalho formada no país expandem-se os projetos políticos educacionais, uma vez que "o industrialismo consistia na atribuição à indústria o sinônimo de progresso, de emancipação econômica, independência política, democracia e civilização"[24]. A educação se torna, portanto, preponderantemente voltada para a formação profissional de maneira geral, ampla e de uma maneira mais específica, volta-se, em seguida, para o ensino industrial.

Entende-se, que o conceito de trabalho (já citado), é entendido com base na teoria marxista, em que: "todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano, cria-se o valor das mercadorias." Marx (2016, p. 68)

Então, esta relação entre trabalho e produção, se insere neste trabalho, pois é a partir da implantação de políticas públicas voltadas para a formação para o trabalho, forjam-se as ações mostradas na busca de mostrar a tese apresentada.

Vê-se que as mudanças apresentadas, ocorrerão no mundo do trabalho serão de grande monta e farão com que a sociedade assuma novos contornos, alterando a divisão social do trabalho e o sistema produtivo. Entrará em cena o capital industrial, atrelado ao capital financeiro.

> A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. [...] O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto, um valor de uso particular, um artigo especificado. A produção de valores de uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso, temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada. (MARX, 2016, p. 211).

Neste processo de reflexão, as questões do trabalho e sua relação com o capital, e neste período, a atuação dos industriais relacionados ao Governo Federal, buscaram fomentar a formação de um "novo" trabalhador para a indústria, o que não somente influenciará a

---

[24] CUNHA, Luiz Antônio. O ensino dos ofícios nos primórdios da industrialização. 2ª. ed. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

sociedade de época pesquisada, mas também fará refletir sobre como estão dispostos os elementos relacionados ao trabalho.

Ainda em nessas reflexões, buscando apontar questões capitalistas e procurando entender o fomento a esta questão da produção e da acumulação do capital, em que o ser humano é só mais um componente deste processo, pensou-se em Berman (1986, p.15), "em que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, em que ela despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, "tudo o que é sólido desmancha no ar".

A partir das reflexões de Marx é possível compreender, por exemplo, este processo de formação de uma força de trabalho no Brasil, gestada em uma perspectiva capitalista e as referidas transformações sociais fomentadas para este.

> as visões e representações sobre o trabalho, sobre as profissões e sobre sua relação com a escolarização são, na atualidade, muito variadas. O termo trabalho normalmente vem associado à ideia de emprego, ou seja, de atividade remunerada. As relações entre trabalho e a escola, por sua vez, expressam visões ambíguas e idealizadas. De um lado, estão as representações que denotam negatividade, mediante a subestimação da importância da escola e a supervalorização da experiência, dos saberes e do *savoir faire* adquiridos no mundo do trabalho; de fato, muitas pessoas ainda acreditam que a imersão em atividades de trabalho constitua "a verdadeira escola". De outro, estão as visões idealizadas que superestimam a importância da escola como veículo de formação profissional e de ingresso ao mercado. (MANFREDI, 2002, p. 31).

Na busca da mudança econômica, para os gestores políticos e industriais da época, reflete-se que a produção industrial deveria se apresentar como uma das bases da economia, uma atividade que levaria a mudanças não somente na formação da força de trabalho, mas também em toda uma sociedade.

Segundo Manfredi (2002, p. 34), "por causa disso, o trabalho também constitui objeto de ação e de intervenção de políticas governamentais: a regulação, o controle, a distribuição e a locação de postos de trabalho".

Políticas governamentais estão diretamente ligadas à questão da atividade laboral, o que, para este estudo, as tornam objeto primordial de análise, já que se dá ênfase ao desenvolvimento industrial/capitalista no país, a partir da formação para o trabalho e o desenvolvimento da indústria, buscando mostrar o crescimento econômico ocorrido.

Naquele período, havia a preocupação em organizar cientificamente o processo de trabalho, na aplicação de normas e no fomento ao Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT).

Boris Fausto (2002, p. 373) comenta a política trabalhista de Vargas:

> a política trabalhista do Estado Novo pode ser vista sob dois aspectos: o das iniciativas materiais e o da criação da imagem de Getúlio Vargas como protetor dos trabalhadores. Quanto ao primeiro aspecto, o governo levou adiante e sistematizou práticas que vinham desde o início da década de 1930. A legislação inspirou-se na Carta Del Lavoro, vigente na Itália fascista. A carta de 1937 voltou a adotar o princípio da unidade sindical, que nunca tinha sido abandonado na prática. A greve e o *lockout*, ou seja, a greve patronal, foram proibidos. Em agosto de 1939, um decreto-lei estabeleceu as linhas da organização sindical, tornando o sindicato ainda mais dependente do Estado. Também se reforçou a estrutura sindical vertical, já existente na lei de 1934.

Com a expansão do capital, todos os cantos do mundo alteraram suas dimensões políticas, e, consequentemente, sua cultura e seus aspectos sociais. As mudanças em diversos setores são inevitáveis, principalmente no mercado e na organização do trabalho direcionada para a formação de trabalhadores e para a produção em si. Tal ação levou-se a um movimento de gerência científica, que teve como precursor Frederick Winslow Taylor, que formula a Teoria da Organização Científica do Trabalho, utilizada pelos idealizadores do IDORT e do Senai.

O Taylorismo, como ficou conhecido, um sistema de racionalização do trabalho, desenvolvedor de métodos voltados para a produção, em que o cientificismo está presente em cada momento da produção, buscava como resultado o aperfeiçoamento e a capacidade de trabalho e de produção.

> A introdução dos comboios e das linhas de montagem por Ford estende essas inovações, favorecendo a passagem a um processo de trabalho baseado nos tempos impostos. Os tempos de trabalho são regulados pelos ritmos imprimidos às esteiras mecânicas. Apoiada sobre os princípios tayloristas e fordistas codificados pelas técnicas de Organização Científica do Trabalho (OCT), a indústria manufatureira vai, nos decênios seguintes, se estruturar sobre um paradigma central que pode ser resumido em poucas palavras: a engenharia produtiva taylorista fordista constrói a eficácia de suas linhas a partir de uma organização em postos parcelados e encadeados, tanto na fabricação quanto na montagem. (CORIAT, in SCH1MITZ, 1988, p.15)

Ainda, aplicava métodos da ciência aos problemas complexos em relação ao controle da produção nas empresas capitalistas.

Para Pinto (2010, p.31):

> [...] o que distingue o sistema taylorista de organização dos seus precedentes é o fato de que toda essa complexa análise e planejamento que envolve ficam, após sua implementação, a cargo da administração da empresa, e somente dela. Toda a experiencia, todas as técnicas relativas as atividades realizadas nas várias instancias da empresa são repassadas para trabalhadores especializados em analisá-las com

> base em métodos experimentais, através dos quais são padronizados, tendo em vista a redução da quantidade de operações desnecessárias, do tempo de execução das demais, dos gastos de energia física e mental dos trabalhadores, da ociosidade dos equipamentos, dos intervalos entre uma operação e outra, entre outros objetivos.

Este sistema de organização do trabalho enfatiza a eficiência operacional, a racionalização do tempo, a extração do melhor rendimento de cada funcionário, ideário visto na formação dos alunos do SENAI, principalmente na aplicação de sua metodologia nas aulas com as Séries Metódicas. É certo que o SENAI se baseia no modelo fordista/taylorista, como citado neste trabalho.

Dentro deste processo de formação em que os métodos buscam o aumento da produtividade, segundo Marx:

> o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho. (MARX, 2016, p. 336)

As pesquisas realizadas apontam que a relação com o sistema produtivo se dava tendo como base o processo de trabalho fordista e taylorista para a época, nesse modelo para a produção industrial. Frazão (2019) expõe:

> Frederick Taylor (1856-1915) foi um engenheiro mecânico norte-americano, considerado o pai da Administração Científica do trabalho. Frederick Taylor desenvolveu uma nova concepção de administração, suas primeiras ideias sugiram quando era supervisor da Midvale Steel, visando eliminar a prática da "restrição da produção" adotada defensivamente pelos trabalhadores. Ele defendia "um dia honesto de trabalho", que tinha como solução medir com a máxima precisão possível (cientificamente) os tempos necessários para a realização dos movimentos realizados pelos trabalhadores em cada processo produtivo.
> Henry Ford (1863-1947) foi um empresário norte-americano, o fundador da Ford Motor Company. Foi o primeiro a implantar a linha de montagem em série na fabricação de automóveis. Foi um grande inventor, responsável por 161 patentes. Nasceu em Wayne Country, Michigan, Estados Unidos, no dia 30 de julho de 1863. Sua família era descendente de belgas e irlandeses.

A inserção em mostrar os mecanismos de fomento ao processo industrial nesta tese visa apontar que o processo industrial recebeu várias influências, de acordo com seu tempo. O projeto de racionalização buscava suprir as necessidades de um novo momento da indústria nacional, e eram necessárias as bases para a implementação da chamada "indústria moderna" brasileira.

É certo que se deve refletir sobre tal modelo, pois para a necessidade industrial daquele período o modelo educacional de então não caberia. De acordo com as palavras de Benvenido (2016, p. 140):

> [...] as escolas que envergam o nome "politécnica" trazem consigo um modelo educacional claramente definido, cujas principais características são: formação unitária para o trabalho produtivo e marcada pelo positivismo combinada com formação intelectual geral sob base dos elementos culturais da ideologia burguesa; formação de quadros políticos capazes de dirigir o processo produtivo e ocupar posições políticas e tecnocráticas no Estado e restrição de acesso as classes populares, [..] integrando a formação específica para o trabalho.

Era vital para a indústria um novo trabalhador, um operário que viesse a atender aos interesses do modelo capitalista e que não questionasse as propostas que lhe eram apresentadas, e acima de tudo, que se utilizasse das máquinas para apresentar resultados, condições aplicadas a uma classe que estava exposta as regras impostas pelos capitalistas, o seu senhor em um novo momento.

Referente a esta adaptação, Mello (2018, p. 02), escreve que:

> Esta adaptação do trabalhador ao modelo de organização do processo de trabalho toyotista acabou por desencadear no mundo do trabalho, mudanças significativas nas relações capitalistas de produção e por sua vez, um acréscimo na atividade daquele que vende sua força de trabalho.

É nesse contexto, que a historiografia aponta que muitos trabalhadores não aceitavam as condições expostas pela classe industrial e se mobilizavam, no tocante as condições de trabalho e de vida.

> Desde o início da Primeira República, surgiram expressões da organização e mobilização dos trabalhadores: partidos intitulados de operários, aliás com poucos operários, que logo desapareceram; sindicatos. Greves. Os anarquistas tentaram mesmo organizar a classe operária em nível nacional, com a criação da Confederação Operária Brasileira em 1906. Todos esses esforços não foram desprezíveis, mas não ocultam as dificuldades de organização. O movimento era esparso e raramente despertava a atenção e a preocupação da elite. Pressionando os patrões obtinham-se direitos, mas estes não eram assegurados por lei. Passado o momento de pressão, os direitos se perdiam. Esse quadro foi quebrado entre 1917 e 1920, quando um ciclo de greves de grandes proporções surgiu nas principais cidades do país, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. (FAUSTO, 2002, p. 299).

Grupos de trabalhadores buscavam direitos e melhores condições de vida dentro desse novo contexto. Como então compreender tal relação, em que o trabalho se caracteriza como algo inerente ao ser humano, mas que o faz se transformar em simples elemento componente

de uma engrenagem capitalista? Na perspectiva proposta por Marx, podemos conjecturar uma resposta para esta questão através da análise do fetichismo da mercadoria. O detalhe neste processo é tanto a produção da alienação, quanto da conversão do próprio trabalho e da classe trabalhadora nesse mesmo processo de alienação. Em outras palavras, o trabalho é alienado da sua função primordial e o capital transforma em mais-valia o trabalho explorado.

Dentro desta linha de entendimento, Cunha (2005c, p. 3) discorre:

> A educação industrial desenvolveu-se por processos não sistemáticos e estritamente regulamentados, destinados a produzir uma formação padronizada, de resultados previsíveis e controláveis, em geral voltada para um grande número de jovens, [...], com a intensa divisão do trabalho, particularmente a separação entre a concepção, a gerência e a execução.

Dentro deste contexto em que o trabalho deveria receber um modelo de formação atrelado as necessidades gestadas, na busca em preparar operários necessários para a indústria no país.

Boris Fausto (1977, p. 117) efetua uma reflexão a respeito desta atividade laboral, apontando que, “na indústria mecanizada, desaparece a relativa satisfação no trabalho e a tendência a identifica-se com o produto. Incorporado como apêndice vivo a um mecanismo morto, o operário é submetido à triste rotina em que se repete continuamente o mesmo processo mecânico.”

A historiografia aponta que a Reforma Capanema veio com a intenção de atender as exigências deste projeto político nacional para a indústria em desenvolvimento e o SENAI seria, naquele cenário, a instituição adequada para atender a essa necessidade.

Abordando o referencial teórico, a questão da Educação trouxe condições de efetuar um percurso pelo tema, notando aspectos de uma educação que se moldava e/ou se modificava aos olhos de uma sociedade que não só exigia mudanças, mas também ela se alterava, constituindo forças sociais que buscavam pressionar o ritmo da política e da economia nacional.

Naquele período, o Trabalho, assim como a Educação também sofrem mudanças

substanciais no período, não apenas em seu aspecto estrutural, mas nas exigências práticas, forçando um repensar a formação força de trabalho. A classe industrial exigia melhor formação, a educação Profissional se volta para que o trabalhador passasse a ser visto como um alguém apto, pronto a executar as atividades cotidianas fundamentais em prol da concepção capitalista que se avançava, um trabalhador melhor preparado, pronto a assumir postos de trabalho, que faria gerar uma melhor e maior produção (já citado), mas ainda o tema

não se esgota, pois se vê que dentro da estrutura social vigente, com seu modo de produção estabelecido, fez a época se moldar esta realidade apresentada, que fez debater este concreto pensado.

2.3 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL ENTRE 1930 - 1954

No contexto de mudanças pelo qual passava o Brasil, a legislação apresentou uma nova maneira de encaminhar a formação para o trabalho e as questões do trabalho em geral no país. A educação se molda em face ao desenvolvimento industrial, apresentando ações em diversas esferas, tanto em nível nacional quanto estadual, sempre seguindo as orientações do Governo Federal.

Segundo Marinho (2012, p. 47),

> Durante o Estado Novo (1937 -1945), com a Constituição outorgada de 1937, muito do que foi definido em matéria de educação em 1934 foi abandonado, mas pela primeira vez, uma Constituição trata das "escolas vocacionais e pré-vocacionais" como um dever do Estado para com as "classes menos favorecidas" (Art. 129). Ressalta-se que essa obrigação do Estado deveria ser cumprida com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, as intituladas "classes produtoras", as quais deveriam "criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados".

Portanto, uma formação para a indústria e serviços, já que deveriam ocorrer mudanças no sistema fabril de produção, instituindo nova maneira de pensar e agir no tocante à produção. Nesse contexto, a relação capital e trabalho se fortaleceram, desdobrando-se na criação de instituições específicas, que atendessem a formação para o trabalho. Cunha (2005b, p. 3) cita que "o conhecimento da montagem de um formidável aparato educacional destinado à formação da força de trabalho industrial, especialmente do SENAI, por iniciativa governamental, exige a compreensão dos padrões especiais de articulação entre as esferas pública e privada – o corporativismo".

Como citado, a relação educação e trabalho fabril aparece mais fortemente a partir da década de 1930, com o crescente interesse do governo Vargas em promover a industrialização no processo chamado substituição de importações em que o país se viu tendo que produzir, pois a já citada crise de 1929 e a Guerra prejudicou as importações.

A educação profissional, ou ensino profissional, já constituía preocupação governamental desde o período imperial, mas tornou-se mais efetiva após a entrada de Vargas

no poder, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, quando são centralizadas as decisões referentes ao ensino.

A forte intervenção governamental em relação às condições de oferta do ensino profissional, tiveram como intenção a de sanar as brechas deixadas pela oligarquia do café e a necessidade de formar uma classe de operários brasileiros.

É claro que havia o interesse da classe industrial em formar um trabalhador que atendesse aos interesses daqueles que comandavam a indústria, um operário de nacionalidade brasileira, fato que é citado por Cunha (2005b, p. 3), em que:

> os empresários e os operários configuram-se como atores políticos pela via do Estado. O empresário, em especial o empresariado industrial, utilizou-se da via corporativa como um canal de instrumentalização de seus interesses, participando ativamente dos conselhos e comissões consultivas criados na década de 1930, contribuindo para a formação de uma coalizão favorável à implantação do capitalismo industrial. [...] Em contraste, a inserção do operariado na estrutura sindical corporativa foi precedida pelo desmantelamento de suas organizações autônomas criadas nas duas primeiras décadas do século. Assim, o operariado foi primeiramente submetido a um severo controle, mediante a subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho.

As pesquisas apontam para a criação de instituições resultante de negociações entre o governo e dirigentes industriais, em que o Estado se colocava como um intermediário entre os empresários e os trabalhadores, buscando fomentar o processo educacional. Havia por parte do governo e dos empresários da indústria o objetivo principal de preparar uma força de trabalho mais bem capacitada, de acordo com os interesses empresariais.

Segundo o Anuário Estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1950 (p. 401), do total nacional de 74.133 matrículas no Ensino Industrial, no Paraná matricularam-se 1.184 alunos (1,6%) e em Santa Catarina, 677 alunos (0,91%). Números ainda relativamente baixos para um país que buscava a industrialização.

Ainda, para justificar a criação de escolas de formação de operários no Brasil, concorreu a situação em que se encontravam os trabalhadores estrangeiros:

> os laboriosos imigrantes, ao contrário do que poderia supor a burguesia, não se submeteram facilmente à exploração fabril e às más condições de vida e de trabalho. Sem qualquer direito trabalhista, esse proletariado ainda enfrentava uma gradativa redução salarial, resultado tanto de um mercado de trabalho cada vez mais saturado pela presença da mão-de-obra feminina e infantil, como de êxodos rurais decorrentes da crise cafeeira do início do século XX, sem contar com os avanços técnicos da indústria, que diminuíam o número de postos de trabalho. (HARDMAN; LEONARDI, 1991 *apud* AMORIM, 2004, p. 22).

Nesse contexto o ensino industrial tomou força, destacando o elemento de contradição, uma classe operária vinda da Europa com ideologia própria, e no Brasil a necessidade de formar a crescente massa de trabalhadores que atendessem as exigências dos industriais; era preciso, portanto, disciplinar.

O então ministro Gustavo Capanema promulga a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que

> reestrutura o Ministério da Educação e Saúde Pública, sendo chamado de Ministério da Educação e Saúde. Art. 11. pela Divisão de Ensino Primário, Divisão de Ensino Industrial, Divisão de Ensino Commercial, Divisão de Ensino Doméstico, Divisão de Ensino Secundário e Divisão de Ensino Superior correrá respectivamente, a administração das actividades relativas ao ensino primário, ao ensino industrial, ao ensino commercial, ao ensino doméstico, ao ensino secundário e ao ensino superior.[25]

Vargas promulga decretos e leis que visaram a fomentar cursos profissionalizantes no país. É o caso do Decreto nº 6.029, de 26 de julho de 1940: "Art. 1º Fica aprovado o regulamento, que a este decreto acompanha e vai assinado pelos Ministros de Estado da Educação, e Saúde e do Trabalho. Indústria e Comércio, para a instalação e funcionamento dos cursos profissionais criados para cumprimento da obrigação decorrente do art. 4º do decreto-lei nº 1.238[26], de 2 de maio de 1939"[27].

Tais ações visavam a formatação de um ensino profissional, e a Lei Orgânica do Ensino Industrial veio modificar, por completo, o panorama vigente. Daí por diante aquele ramo de ensino teria unidade de organização em todo o território nacional.

Sobre o tema, Medeiros (2013, p. 50) aponta:

> o Estado deveria ser o agente regulador dos conflitos entre capital e trabalho. O processo urbano-industrial, juntamente com a demanda por mão de obra especializada, impulsionou uma série de reformas educacionais, inclusive em resposta à organização das classes sociais urbanas em sindicatos patronais e operários. Mediante [...] a necessidade de eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas.

---

[25] Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal -1-pl.html. Acesso em: 10 mar. 2018.

[26]"Art. 4º Os estabelecimentos a que se refere o art. 1º manterão, igualmente, cursos de aperfeiçoamento profissional para adultos e menores, de acordo com o regulamento cuja elaboração ficará a cargo dos Ministérios do Trabalho, Industria e Comércio e da Educação e Saude". Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1238-2-maio-1939-349345-publicacaoorig inal-1-pe.html. Acesso em: 10 mar. 2018.

[27] Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-6029-26-julho-1940-324447-publicacao original-1-pe.html. Acesso em: 10 mar. 2018.

A referida Lei buscava estabelecer as bases da organização e o regime desta forma de ensino, e destinada à preparação profissional dos trabalhadores da indústria. O pensamento da classe industrial entendia que existira até então um compartimento estanque no conjunto da organização escolar do país, que as mudanças educacionais, levavam a um novo horizonte, em que a população (na visão destes industriais liberais), tivesse na educação uma oportunidade de mudar de vida, com o acesso ao modelo de formação proposto.

Neste contexto de formação, a educação [como citado], recebe mudanças diversas, em que se inicia uma política de Estado voltada a formar trabalhadores para atender as mudanças na indústria.

Dentro deste contexto, Shiroma *et al* (2011, p. 15) apontam, que:

> os debates políticos que se travavam no alvorecer dos anos 1930 incluíam um crescente interesse pelas questões educacionais. Herança de anos anteriores, ganhava força entre vários intelectuais e políticos da época a ideia de que era indispensável à modernização do Brasil a montagem de um Estado nacional. [...] eram tempos em que se forjavam diversos projetos de construção de nacionalidade, alguns modernizantes, outros mais reacionários. Todos valorizavam o papel que a educação deveria cumprir para a realização, coerentemente com o seu horizonte ideológico.

Pode-se afirmar sobre este período histórico que os debates educacionais foram decorrentes do efetivo crescimento da urbanização e, consequentemente, do fomento à industrialização, que exigiu uma reformulação no processo de formação de trabalhadores urbanos dentro do projeto estabelecido pelos industriais e pelo governo.

Dentro das questões voltadas no processo de formação de trabalhadores, a educação para o trabalho se mostra mais inserida nas políticas públicas e na atuação dos industriais, pois com a indústria em desenvolvimento (como no caso do Paraná e de Santa Catarina), o crescimento da indústria exigia trabalhadores com preparação para ocupar os postos que vinham sendo gerados.

Neste contexto de formação, surgiram diversas ideias e políticas para a educação para o trabalho pós-1930. Para tal, as reformas Rocha Vaz, de 1925, e a Francisco Campos, de 1931[28].

Analisando esta questão Cunha (2005a, p. 73) aponta:

---

[28] A reforma Rocha Vaz, de 1925, buscou tornar os currículos escolares seriados, elaborando programas oficiais e restituiu as bancas examinadoras para o ensino particular. O Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925 estabeleceu o concurso da União para a difusão do ensino primário, organizou o Departamento Nacional do Ensino, reformou o ensino secundário e o superior. Ainda, as ideias positivistas como as de Benjamin Constant e as mudanças no ensino primário e secundário, buscando dar ênfase às disciplinas científicas, deixando as de humanas em um segundo plano.

> a análise da legislação que regulou o funcionamento das escolas permite dar conta de como sua estrutura foi pensada, bem como do conteúdo e das condições exigidas para o ensino de ofícios. Mas, foram sobretudo os relatórios anuais dos diretores das escolas – ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e, a partir de 1930, pelo Ministério da Educação e Saúde Pública – que, mesmo na precariedade de seus dados, forneceram os elementos necessários para uma avaliação do funcionamento das escolas de aprendizes artífices durante os 33 anos de existência.[29]

Seus idealizadores (legisladores ou não) tinham como pressuposto que o ensino deveria mudar as mentes dos componentes da sociedade, numa forma de crescimento moral, fazendo com que pudessem ter uma maior participação na sociedade.

Romanelli (2003, p. 14) comenta sobre o período: "a contar de 1930, o ensino expandiu-se fortemente, por causa do crescimento sensível da demanda social de educação".

As pesquisas apontam que no período, a defasagem educacional era grande, a mudança econômica fomentada pelo governo necessitaria criar uma estrutura educacional de formação para o trabalho, mas também junto a esta, um fomento na geração dos meios para a subsistência da população, meios pelos quais a população trabalhadora tivesse acesso a uma vida melhor. Cunha (2005a, p. 87): "em 1931 foi criada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, pelo Decreto n. 19.560, já no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública, do qual passaram a fazer parte as Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), até então sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio". Pelo Decreto nº 24.558, de 1934, essa Inspetoria foi transformada em Superintendência do Ensino Profissional, subordinada diretamente ao Ministro da Educação.

A reforma no campo da educação criou o Ministério da Educação, em que se buscou uma integração nas diversas esferas dos sistemas educacionais, em que assumiu em 1930 como ministro Francisco Campos e em 1934, Gustavo Capanema.

Fonseca (1986, p. 10), apresenta que,

> A Lei Orgânica do Ensino Industrial estabeleceu as bases da organização e de regime daquele ensino. Logo de início, esclarece ser aquele ramo de ensino destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria, dos transportes, das comunicações e da pesca. Estabeleceu, ainda, uma medida de extraordinária importância quando definiu o ensino industrial como de segundo grau, em paralelo com o ensino secundário.

[29] A Escola de Aprendizes artífices, criada em 23 de setembro de 1909 nas capitais dos Estados brasileiros no governo de Nilo Peçanha, foi mais uma tentativa dos legisladores em fomentar o ensino profissional primário, gratuito de ofícios no Brasil e que se altera com a Lei orgânica do Ensino Industrial de 1942, sendo transformadas em Liceus, em seguida em Escolas Técnicas e Escolas Industriais.

Com tais medidas, o Brasil busca alterar a relação entre a formação para o trabalhador e as questões da acumulação do capital gerado pela cafeicultura, que fomentava o processo industrial e levava a fortes mudanças na sociedade.

Referente a este fato, em que a agricultura dá espaço para o processo industrial, se instauram mudanças, as quais, Caio Prado Junior (1986, p. 264), mostra que: "Aqueles que tem capitais aplicados na indústria são unicamente indivíduos que lograram reunir fundos suficientes para se estabelecerem nela por conta própria e independentemente. Alguns obtiveram grandes lucros na lavoura, particularmente do café."

O café no Brasil, se apresentou como um produto de grande vulto comercial, que se mostra em Bossle (1988, p. 32), apontando que: "parece não haver dúvida, após tantos debates em torno da questão café/indústria, de que a economia integrada ao complexo da produção de café transferiu os recursos reais da sua produção para a indústria." É claro que no caso dos Estados do Paraná e Santa Catarina, havia uma diversidade de produtos que compunham a economia desses estados.

Para oferecer perspectivas para a população, que se mesclava e se fundia com a vinda de imigrantes, era preciso que os legisladores aprimorassem suas ações.

Francisco Campos, na exposição de seu projeto de reforma, defendia:

> a finalidade exclusiva do ensino secundário não há que ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, deverá ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamento que o habilitem a viver por si e tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e mais seguras. (ROMANELLI, 2003, p. 135).

Sobre a Educação Profissional, o quadro abaixo mostra o número de jovens em processo de escolarização e a porcentagem deles em idade escolar matriculados no ensino ginasial e colegial. A referida faixa etária se mostra próxima à idade dos alunos que frequentam os bancos escolares do Senai.

TABELA 16- EVOLUÇÃO DA TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO NACIONAL

ANO	POPULAÇÃO DE 10 A 19 ANOS	MATRÍCULA DA POPULAÇÃO DE 10 A 19 ANOS NO ENSINO MÉDIO	%
1940	9.772.003	260.202	**2,66**
1950	11.810.882	557.434	**4,72**

Fonte: Organização Social da Escola Secundária: dualidade da educação e da organização social (p. 12).[30]

Os dados acima, contribuem para as nossas reflexões, pois apesar destes números serem pequenos (em relação ao total da população e mesmo se alterando em uma década), mostram a realidade do ensino no Brasil naquele período. Um período de pós-guerra, em que muitos jovens deveriam estar se dedicando ao serviço militar[31].

Romanelli (2003, p. 90) comenta a respeito da situação apresentada acima:

> Vê-se, pois, que no período que abrange a maior parte da vida escolar (da 1ª. série primária à 1ª. série do curso superior), a seletividade é a tônica do processo. É assim que, dos 1.681.699 alunos que ingressaram na 1ª. série do curso primário, em 1942, apenas 40,44% atingiram a 2ª. série do ano seguinte. A maior "poda", portanto, aconteceu no início mesmo da vida escolar. Dessa matrícula, 15,50% atingiram a 4ª. série primária, 7,14% ingressaram na 1ª. série ginasial, 3,44% ingressaram na 1ª. série colegial e, finalmente, 0,97%, isto é, menos de 1% atingiram a 1ª. série do ensino superior. Em outras palavras, para cada 103 crianças que ingressaram no primário, apenas uma atingiu o ensino superior.

Tal análise é bastante interessante para este trabalho, pois mostra a situação do ensino dentro do recorte temporal pesquisado. A educação sofria baixo aproveitamento das vagas na educação formal. Romanelli (2003, p. 103) cita que "a luta pela escola no Brasil, desde o momento em que passou a crescer a demanda social de educação, assumiu o caráter de verdadeira luta de classes".

Ao apresentar um contexto da legislação educacional do período, verifica-se como foi a atuação dos legisladores na educação formal e na questão da formação para o trabalho. Pode-se dizer que a educação passou a ser considerada um fator fundamental no tocante ao desenvolvimento industrial do país.

Para fomentar as mudanças educacionais, Francisco Campos, ao tomar posse no Ministério da Educação e Saúde Pública, baixou sete decretos, que ficaram conhecidos como Reforma Francisco Campos de 1931. São eles:

> Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação;
> Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário;
> Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;

---

[30] Disponível em: https://social.stoa.usp.br › articles › Organização_do_Social_da_Escola_sec. Acesso em: 20 out. 2019.

[31] Segundo o site: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FEB>, o Brasil enviou para a Itália em 1943-1945, 25 mil homens. Acesso em 10 de fev. de 2021.

> Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário;
> Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931: que restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas;
> Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;
> Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário. (SAVIANI, 2010, p. 196).

Acredita-se que as referidas políticas, atendiam ao projeto do governo Vargas, buscando tratar a educação em termos de uma questão social, o qual deveria haver a regulamentação destas em forma de decretos-lei.

Referente ainda a Reforma Francisco Campos, Lima (1976, p. 122) afirma:

> a reforma Campos foi um divisor de águas: com ela terminava uma época e começava outra. A República Velha, que substituirá o Império, esboroou-se. A Revolução de 1930, alijando do poder os velhos remanescentes do Império (a política do café com leite: São Paulo x Minas) injetou no país sangue novo por intermédio de um caudilho gaúcho formado na escola nacionalista das lutas de fronteira.

Sobre as mudanças educacionais no período, pode-se verificar, que na Constituição de 1934, a educação formal é considerada em vários aspectos, mas não se efetua uma menção direta à educação profissional:

> Art. 149. A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no paiz, de modo que possibilite efficientes factores da vida moral e economica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciencia da solidariedade humana.
> Art. 158. É vedada a dispensa do concurso de títulos e provas no provimento dos cargos do magistério official, bem como, em qualquer curso, a de provas escolares de habilitação, determinadas em lei ou regulamento.
> § 1º Podem, todavia, ser contractados, por tempo certo, professores de nomeada, nacionaes ou estrangeiros.
> § 2º Aos professores nomeados por concurso para os institutos officiaes cabem as garantias de vitaliciedade e de inamovibilidade nos cargos, sem prejuízo do disposto no Título VII. Em casos de extincção da cadeira, será o professor aproveitado na regência de outra, em que se mostre habilitado.[32]

Diferentemente da Constituição de 1934, a Constituição de 1937, traz em seu corpo menção a Educação Profissional. Continua [como em 1934], firmando o papel do Estado no que se refere a apontar no auxílio ao desenvolvimento das ações de fomento ao processo educacional.

[32] Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 10 jan. 2020.

Observa-se então, na Constituição de 1937 a menção à educação profissional, nos artigos 128 ao 134.

> Art. 128. A arte, a sciencia e o ensino são livres à iniciativa individual e á de associações ou pessoas collectivas públicas e particulares.
> É dever do Estado contribuir, directa e indirectamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, scientíficas e de ensino.
> Art. 129. A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários á educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus gráos, a possibilidade de receber uma educação adequada ás suas faculdades, aptidões e tendências vocacionaes.
> O ensino pre-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionaes.
> É dever das indústrias e dos syndicatos econômicos crear, na esphera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsidios a lhes serem concedidos pelo poder público.[33]

A Constituição de 1937, segundo Romanelli, "restringiu muitas das concessões feitas em 1934, mantendo, porém, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino, mesmo que numa perspectiva excludente no que se referia ao ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas" (2003, p. 153).

Políticas voltadas para a educação profissional fizeram parte das pautas governamentais em vários momentos da sociedade brasileira; duas são aqui apresentadas: uma ao final do século XIX, a criação dos Liceus de Artes e Ofícios em 1873, atuando até os dias atuais; e no início do século XX, as já citadas Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909, que funcionaram até 1942. O Governo Federal legislava em favor da criação de Instituições que tratavam da educação profissional, são várias fomentadas desde o Império até o governo Vargas. Além das duas citadas outras iniciativas do Governo Federal serão tratadas dentro deste trabalho, pois elas representam um marco inicial no que se refere a políticas públicas para a formação de jovens para o trabalho.

O Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, tratava do tema:

> O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil, em execução da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906, Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo technico e intelectual, como faze-los adquirir hábitos de

[33] Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 10 jan. 2020.

> trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadões úteis à Nação:
> Art. 2º Nas Escolas de Aprendizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos technicos necessários aos menores que pretenderem aprender um officio, havendo para isso, até o número de cinco, as officinas de trabalho manual ou mecânica que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funccionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locaes.

Sobre a implantação das escolas, e dentro do contexto a se tratar, ainda, buscando esta como uma alternativa no tocante a formação de jovens para o trabalho, aponta-se Soares (1981, p. 1-2), que comenta a maneira de pensar de Nilo Peçanha em relação à formação profissional.

> Na exposição de motivos do referido decreto de 1906, considerava Nilo Peçanha que: "não basta ao Estado promover tão-somente o ensino primário, normal e de humanidades", mas também o ensino profissional, "necessário ao progresso do Estado, não só pelo que concerne ao desenvolvimento de suas indústrias, como por facilitar às classes menos protegidas da fortuna ocupação remunerada para sua atividade."

Buscando ressaltar e relacionar a forma de pensar na época em relação a questão do trabalho apresentada no Relatório anual do SENAI de 1944 (p. 5), aponta as palavras e (como citado), a maneira de pensar do gestor do SENAI, registradas, referendariam tal formação.

> A nação brasileira deve ser construída pela escola. A pátria é o povo e o povo precisa ser educado para ser grande e civilizado. A educação aqui quer significar vida em toda a sua largueza de sentido: saúde, sociabilidade, cultura, capacidade técnica ou de trabalho, etc. Em resumo, como quer o velho Dewey, crescimento. E crescimento no seu conceito é a vida em marcha evolutiva – Progresso e Civilização.

Fica evidente o tipo de pensamento ideológico empregado pelo diretor Flausino Mendes no Relatório do Senai de 1944. Para entender um pouco mais do pensamento de Flausino Mendes na gestão do Senai do Paraná e Santa Catarina nos anos de 1944 a 1962, no que se refere ao processo na formação de seus alunos, explicita-se, utilizando Plapler (2015)[34], "o Pragmatismo de John Dewey: de nada serve aos estudantes utilizar o intelecto para memorizar teorias que não são vinculadas à prática".

Prosseguindo a abordagem da educação profissional (que no período de recorte desta tese), este modelo educacional se mostrou mais efusiva no Brasil, é claro que o tema ao se

---

[34] PLAPLER, Denis. O Pragmatismo de John Dewey. Artigo. 27/06/2015. Disponível em: http://www.portaldoeducador.org/educadores/detalhe/denis-plapler/o-pragmatismo-de-john-dewey-de-nada-serve-aos-estudantes-utilizar-o-intelecto-para-memorizar-teorias-que-nao-sao-vinculadas-a-pratica. Acesso em: 05 ago. 2018.

tornar ação do governo por meio de política pública, gera um pensamento de união pela educação, mas que aos olhos de pesquisadores, instituem-se dois lados distintos, o da educação para a elite e a educação para o trabalhador.

Para Saviani (2007),

> há no mundo contemporâneo uma tentativa de revincular trabalho e educação, que foram separados séculos atrás quando surgiram as sociedades de classes (classe que não trabalha mas estuda na escola para saber "falar bem" e classe que trabalha e não estuda na escola, mas aprende a profissão no processo de trabalho). Na sociedade capitalista, a indústria moderna introduziu o uso de máquinas para simplificar o trabalho. Isto levou a uma diminuição de necessidade de qualificação específica, mas impôs um mínimo de qualificação geral para o trabalho com máquinas. Para as funções específicas de manutenção, reparo, etc. as empresas tinham cursos profissionais. Essa qualificação geral era exigência para todo mundo da sociedade, para poder fazer parte dessa sociedade contratual. Aí surgiu a escola dominante e generalizada e organizaram-se sistemas nacionais de ensino.[35]

E é nesta relação (trabalho e educação), que se busca apontar elementos para a construção desta escola que forma para o trabalho, que tem seu papel pautado nas reformas e no pensar da classe industrial, que se utiliza das políticas públicas para definir os destinos de muitos, atrelando a esta questão a produção e comercialização de bens e serviços.

Reforçando a ideia,

> a qualificação representa um fenômeno histórico e social e é uma maneira de selecionar a força de trabalho, não apenas como uma exigência do processo de produção, mas também como uma exigência do processo mais amplo de acumulação de capital. As qualificações dos trabalhadores foram sendo alteradas no decorrer da história, principalmente desde que o trabalho deixou de ser realizado como um processo artesanal, sendo decomposto em tarefas a serem realizadas por diferentes pessoas. (FILARTIGA ALE 2002, p. 87).

Dentro deste contexto em formar a força de trabalho, apontamos em Cunha (2005a, p. 194) que, "o regime federativo da República possibilitou a realização de iniciativas por certos governos estaduais que, ao lado das iniciativas federais, desenharam um novo mapa para o ensino profissional no Brasil".

A escola, portanto, passa a ser o instrumento de excelência para viabilizar (neste processo de formação) o acesso a esse tipo de atividade; como a indústria, os ofícios devem ser aprendidos e assimilados no processo de qualificação específica. Com a introdução da maquinaria (trabalho intelectual materializado) esta passa a executar a maior parte das funções manuais, exigindo uma formação diferenciada. Então pode-se presumir que havia no

---

[35] Disponível em:http://encenasaudemental.net/comportamento/insight/saviani-trabalho-e-educacao/. Acesso em: 20 mar. 2018.

período Vargas, uma tendência ao fomento na criação de instituições voltadas para a formação profissional.

Romanelli (2003, p. 26), cita que na perspectiva social, a educação escolar é uma necessidade que gera “uma demanda capaz de determinar uma oferta”, e é esta oferta que a educação profissional no Brasil deverá fornecer à sociedade nos anos sequentes à formação.

Nesta perspectiva, a educação para o trabalho, as políticas públicas de época não atendiam as demandas sociais, as ações gestadas são elementos de debate. Cunha (2005a, p.206) explicita que, “com o ensino profissional obrigatório o que ele esperava era fazer de cada brasileiro ‘um fator de efetivo valor social e econômico’, pela via da preparação de trabalhadores intermediários [...]”.

Neste ideário de mudança pela educação, um dos principais elementos de organização de uma sociedade é sua lei maior, a Constituição, observada novamente como apontando meios pelos quais a sociedade se formatava e era conduzida, por meio das políticas públicas, defendidas pela classe industrial no tocante a educação profissional no período chamado Estado Novo (1937-1945).

Mario Lopes (2004, p. 16-17) expões que: “partindo-se da constatação de que se tratava de uma escola voltada para a classe trabalhadora, situação especificada inclusive na legislação, e de que a Lei Orgânica de 1942 definia o ensino profissional como de Grau Médio e não mais de Grau Primário, já se pode aferir a pretensão de qualificar tal ramo de ensino”.

Fomentando-se assim as mudanças educacionais, esses industriais conseguiram a regulamentação das propostas de ensino profissional no Brasil, tendo como ponto inicial a reforma Capanema de 1942, que também recebeu o nome de Leis Orgânicas do Ensino. Essa reforma estruturou o ensino profissional e a criação do SENAI. Então,

> o sistema de educação escolar de uma sociedade, como ocorre com as demais instituições sociais – a Igreja, a família, o Estado, as empresas, os sindicatos -, é historicamente datado e situado. É construção/reconstrução, determinado por fatores de ordem econômico-social e político-cultural, que definem o contexto em que atuam os diferentes protagonistas sociais, com interesses diferenciados. Nesse sentido, tanto as configurações resultantes como as possibilidades de interferência por parte dos sujeitos protagonistas nem sempre se tornam visíveis e claras. Por conseguinte, as representações que povoam o imaginário social sobre as correlações entre escolaridade, trabalho e profissão não espelham de modo nítido as ligações existentes entre as estruturas, os processos e os interesses dos sujeitos sociais envolvidos. Requerem um esforço de análise e reflexão que desvende relações insuspeitas, dimensões não previstas, tensões não explicitadas e nexos desconhecidos. (MANFREDI, 2002, p. 32).

Neste contexto em fomentar questões educacionais, este fomento as leis para a educação podem [em certas vezes], gerar um certo antagonismo, em que Müller (2010, p. 204), explica, que

> até o século XX, as reformas educacionais não conseguiram, de modo efetivo, abolir o abismo entre o ensino propedêutico e o profissional. É evidente que isso se dá porque a escola não pode ser considerada como um espaço de neutralidade; numa sociedade dividida em classes, o sistema educacional estará sempre difundindo um determinado projeto hegemônico.

Assim, efetuando uma reflexão a respeito dos temas abordados em questão neste subitem, entende-se que, com a implantação do Estado Novo, veio a definir os meios e o papel que a educação profissional deveria realizar, dentro do projeto de nacionalidade que o Estado almejava, dando um novo viés para o processo de formação profissional. Foram ideias transformadas em leis, que atuaram diretamente na questão educacional e na formação de trabalhadores no país.

Ainda neste processo em fomentar a educação (neste bojo de ideias), se somam a instalação de Instituições que buscaram (dentro de uma linha ideológica), implantar uma metodologia específica aplicada a este modelo de educação para o trabalho.

2.4 IDORT: A BUSCA AO RACIONALISMO

É neste contexto de mudanças em que se somaram as ideias e ideologias, que se insere o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), uma organização gestada no Brasil a partir das ideias dos industriais em impor ao processo industrial uma organização e metodologia de trabalho específicas, que também será aplicada no SENAI.

O IDORT foi implantado nos anos 1930, período de mudanças significativas para o país, por meio de ações e políticas promovidas pelo Estado e pelo empresariado.

Observa Rebechi (2014, p. 101):

> O Instituto de Organização Racional do Trabalho foi fundado no início dos anos 1930, em São Paulo, por um representativo grupo de empresários e engenheiros empenhado no avanço do desenvolvimento industrial do Brasil e, consequentemente, na expansão gradual do capitalismo. Seu principal propósito consistia em estabelecer uma reorganização da sociedade a partir dos princípios e métodos da “Organização Científica do Trabalho”. Compreendia–se que qualquer âmbito da sociedade deveria ser “racionalizado” conforme procedimentos muito bem pensados e planejados. Admitem–se dois postulados, entre outros: neutralidade da razão e objetividade da ciência. Alinhada a este ponto de vista, a eficiência do trabalho, bem como a de qualquer outra atividade humana, deveria ser avaliada com base nos ditames “científicos”, na competência técnica.

O instituto foi criado como instituição representante dos interesses das classes empresarial e intelectual, preocupadas com o desenvolvimento da industrialização e modernização da sociedade brasileira, ou seja, postava-se como um meio eficiente em formular modos de dominação sociais consideradas necessários à exploração da força de trabalho e à expansão do capitalismo (REBECHI, 2014, p. 41).

A organização do processo de trabalho era imperativa para a instalação de uma sociedade industrial, segundo Antonacci (1987, p.66-68):

> Em São Paulo, a fundação do IDORT estava inserida em um movimento em prol da administração científica, que vinha se fortalecendo através de várias iniciativas surgidas ao longo da década de 1920. [...]Entre tais iniciativas situam-se as de aplicação de métodos de gestão científica empreendidas por Roberto Simonsen em suas empresas e na construção de quartéis a ele confiados. A criação do Curso de Mecânica Prática, do Liceu de Artes e Ofícios, dirigido por Roberto Mange, e os estudos em psicologia, pedagogia, psicotécnica, seleção e orientação profissional desenvolvidos no Instituto de Higiene, na Escola Normal e no Liceu Rio Branco – com a participação, entre outros, de Lourenço Filho e de Geraldo de Paula Souza –, se configuram como outras aplicações de métodos de gestão científica na cidade.

FIGURA 2- SÍMBOLO INSTITUCIONAL DO IDORT

Dentro do processo de criação do IDORT, os industriais Aldo Mario de Azevedo e Armando de Salles Oliveira, que buscavam defender a construção de uma sociedade racional voltada para o trabalho. Defendiam um discurso institucional, firmado nos pilares do ideário da organização e da gestão do trabalho, tendo como base o Fordismo e o Taylorismo.

Na década de 1920 soma-se o pensamento articulado que liga muitas das práticas e atividades chamadas racionais à vida social no país, buscando acima de tudo reordenar diversas atividades, utilizando para isso o tempo e o espaço como elementos de organização.

Neste aspecto, Batista (2015, p. 26), destaca que: “ao analisar a mesma questão, observa-se que os industriais ligados ao idort (desde a década de 1920), estavam realizando experiências advindas das ideias tayloristas no espaço fabril (...)”.

Toda essa questão, como componente do capitalismo dominante, é mostrando que esta reordenação poderia ser aplicada em organizações como um todo. Buscava-se não apenas uma modificação no espaço fabril, mas também no espaço social. Rebechi (2014, p. 105) refere que “a pacificação das contradições entre as classes sociais era entendida como um requisito à implementação da industrialização no país, assim como essa ‘paz social’ também podia ser considerada um resultado do processo de modernização nas relações de trabalho.”

Em relação ao tema:

> se antes aquele grupo de industriais e intelectuais liderados pelos engenheiros Roberto Simonsen e Roberto Mange tentavam articular um projeto de reorganização das relações sociais com base na administração científica sem a interferência do Governo, no final dos anos 1920 não era mais possível sustentar essa posição. Para a legitimação do discurso da “paz social” e da racionalização, bem como para a intensificação das práticas apoiadas pelos métodos científicos, considerou–se, na entrada na década de 1930, a participação do poder público como fator imprescindível. (WEINSTEIN, 2000).

Naquele período havia a disputa pelo poder econômico e pela hegemonia industrial, em que se apresentavam divergências políticas e econômicas. Nesse ambiente de ideário industrialista ocorreu a criação de instituições como o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) em 1929, a Organização Racional do Trabalho (ORT) em 1930, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) em 1931.

Sobre a implantação do IDORT, Rebechi (2014, p. 107) informa:

> Constituído oficialmente em 23 de junho de 1931, a partir, principalmente, do esforço dos engenheiros e políticos Aldo Mario de Azevedo e Armando Salles de Oliveira (esse também um dos proprietários do jornal *O Estado de S. Paulo* à época), o IDORT integrou ao seu quadro outros nomes representativos da classe empresarial: Roberto Mange, Lourenço Filho, Geraldo de Paula Souza, J. O. Monteiro de Camargo, Henrique Dumont Villares, Damasco Penna, Luiz Tavares Pereira, Gaspar Ricardo Junior e Clovis Ribeiro, além do apoio fundamental de Roberto Simonsen. Inspirados nas diretrizes da *Taylor Society*, seu mais significativo propósito ancorava-se no entendimento de que a aplicação dos princípios e métodos da “Organização Científica do Trabalho” tornaria possível uma maior eficiência do trabalho humano, contribuindo, consequentemente, para a ‘paz social’, o avanço da industrialização e o fortalecimento da classe burguesa industrial.

No início das atividades do IDORT foram implantados programas de racionalização do trabalho; o Estado confiava em apoiar os setores das classes empresariais que fomentavam tais programas e procedimentos, aprimorando princípios científicos da administração, estes já bastante praticados fora do Brasil, em especial nos países industrialmente mais avançados, como os Estados Unidos da América.

Batista (2015, p. 88) destaca;

> Os industriais reconheciam as dificuldades enfrentadas para implementarem as teses tayloristas no espaço fabril brasileiro. Mesmo não citando os embates com os trabalhadores, apontamos que uma das dificuldades foi justamente a não aceitação por parte destes últimos das mudanças fabris, sendo que as resistências foram muitas, em virtude da organização dos trabalhadores. Convém destacar, por exemplo, que a categoria dos profissionais que atuavam na área têxtil não se submetia aos ditames da burguesia industrial.

Depois de constituídas tais instituições, a chamada burguesia industrial, em processo de consolidação, buscava articular um projeto para a criação de uma nova classe trabalhadora, a qual deveria ser adestrada, moldando-se aos princípios tayloristas e racionais. Este molde apresentava duas divisões:

> a Organização Administrativa, que atuava junto à Organização Técnica do Trabalho, junto a estudos e capacitação dos interessados; e a Organização Técnica do Trabalho, que atuava no planejamento e na realização de atividades que contribuíssem no estabelecimento de métodos científicos nos setores da sociedade, referentes ao fator humano. (REBECHI 2014, p. 108).

O IDORT, órgão que teria papel estratégico em organizar e sistematizar o pensamento da burguesia industrial, divulgando-a por meio de sua revista, demonstrava articulação e preocupação com este projeto de sociedade nacional. Rebechi (2014, p. 108) aponta elementos de análise no que se refere à criação das instituições

> esta burguesia intelectual/industrial propõe a criação em 1933 da Escola Livre de Sociologia Política, em 1934 da Universidade de São Paulo (USP), em 1940 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em 1941 da Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes, em 1942, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1944 da Fundação Getúlio Vargas, em 1946 do Serviço Social da Indústria (SESI). Cita-se também a criação do Sistema "S", o qual também se insere dentro destes projetos articulados a partir da constituição do IDORT. Nessas pesquisas apontam que o governo esteve ao lado na criação destes projetos a partir dos anos 1930.[36]

---

[36] A entidade estudou e propôs reformas de diversas organizações na década de 1930. Alguns exemplos: a Fábrica de Louça Ceramus, a Casa Baruel, a Companhia Antártica Paulista, o Consórcio Drogasil, o Instituto Pinheiros, a Associação dos Representantes Comerciais do Estado de São Paulo e a VASP. Nesse período, não era incomum que as atividades da Primeira Divisão do Instituto realizassem seus experimentos

Este projeto de Nação criado pelos industriais paulistas (um Brasil desenvolvido por meio da industrialização), a partir dos pressupostos da organização científica do trabalho não visava apenas a formação de um operário para as fábricas, seria voltado para todos os trabalhadores e toda a sociedade. Pode-se considerar que o crescimento das organizações industriais, buscando articular-se em Associações e Federações, eram gestadas para representar os seus respectivos segmentos, e havia uma vigilância velada nesse processo.

Os anos do governo Vargas são marcados pela criação de diversas instituições que fomentavam os conflitos entre a burguesia e os trabalhadores. Os trabalhadores se organizavam para a realização de greves e protestos por melhores condições de trabalho, em contrapartida, a burguesia industrial se organizava na criação de Associações Comerciais buscando a gestão desses processos.

Dentro deste processo de gestão, o IDORT buscou em seus princípios valorizar atitudes ligadas ao esforço humano no tocante ao desenvolvimento econômico e industrial do país, voltado sempre ao desenvolvimento do capitalismo, impondo padrões disciplinares em que a modernização se apresentava como elemento-chave. Percebe-se ainda que tal Instituição teve como objetivo principal implantar modelos que deveriam estar inseridos nos processos industriais.

Segundo Antonacci (1993, p. 115):

> o IDORT foi criado para tratar as questões de organização do processo de trabalho a partir das mais modernas e atualizadas formas científicas, como ficou evidente na sua denominação e na sua estruturação interna. Conforme assinalou seu biógrafo, o IDORT assim se antecipou à orientação que veio a predominar nas atividades mundiais de organização do trabalho.

---

de aplicação dos métodos científicos em empresas/organizações dirigidas pelos próprios membros do Instituto. A partir da década de 1940, o IDORT preocupa-se, especialmente, em intensificar as ações de divulgação dos princípios da racionalização por meio de realização de cursos, palestras e jornadas. As atividades da Segunda Divisão do IDORT referiam–se a: seleção e orientação profissional, educação técnico–profissional, higiene e segurança do trabalho, adaptação técnica do trabalho, administração de pessoal e assistência social. A sistematização e formação do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP) 29, a pedido do Governo do Estado de São Paulo, é um relevante exemplo das realizações da Segunda Divisão, cuja coordenação esteve a cargo de Roberto Mange.

O IDORT buscava, enfim, racionalizar o trabalho em prol da eficiência, e coloca o trabalhador em uma situação de opressão institucionalizada por aqueles que fomentam o desenvolvimento industrial e, consequentemente, o capitalismo como resultado.

Relacionando com o SENAI, é patente que a metodologia de ensino no SENAI se relaciona estreitamente com a maneira com que a racionalização era aplicada no IDORT.

2.5 SISTEMA "S" E SENAI: TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A implantação do Sistema "S", com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). A criação do SENAI, em 1942, e do SENAC, em 1946, marcou o início e a oficialização, pelo Estado, da transferência para o setor privado da responsabilidade pela formação e qualificação da força de trabalho necessária para o crescimento da indústria, tendo em vista que o Estado não tinha recursos para equipar adequadamente as suas escolas profissionais.

O Sistema "S" é chamado assim por sua composição, pois é formado por Instituições Corporativas que objetivam o treinamento profissional, lazer, consultoria e saúde dos trabalhadores, que conta com uma rede de escolas, laboratórios e centros tecnológicos espalhados por todo o território nacional.

Segundo Marinho (2012, p. 48):

> No conjunto das Leis Orgânicas da Educação Nacional, o objetivo do ensino secundário e o superior, atribuído como competência do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores era o de "formar as elites condutoras do país" enquanto o objetivo do ensino profissional, afeito ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio era oferecer "formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho", o que efetiva o dualismo educacional sempre presente na trajetória educacional brasileira. A educação intelectual era direcionada à elite dominante, enquanto a EP para a população carente. Emerge, então, uma lacuna, sendo esta uma das razões para a criação de um sistema alternativo de ensino profissional vinculado às organizações empresariais, para sistema educativo denominado de "S", devido à nomenclatura das instituições iniciarem com a palavra "serviço".

Dentro da gama de oferta de cursos gratuitos, também existia oferta de cursos pagos, geralmente com preços mais acessíveis do que os oferecidos por instituições particulares de ensino. Formadas pelo conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, além de terem seu nome iniciado com a letra "S", as instituições têm raízes comuns e

características organizacionais similares. Fazem parte do Sistema "S": Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Muitas destas Instituições foram gestadas fora do recorte temporal desta tese, mas estão citadas aqui como um complemento, porque incorporadas ao Sistema 'S'.

Podemos reproduzir as palavras de Cunha (2005b, p. 33) que afirma:

> Getúlio Vargas teria solicitado a Capanema, Lodi, Simonsen e a Valentin Bouças (este último, empresário membro da Comissão de Planejamento Econômico) que elaborassem o esboço de um novo formato institucional para a aprendizagem industrial. O acordo conseguido consistia na instituição da aprendizagem industrial remunerada, na criação de um órgão privado encarregado de ministrar cursos em nome de todas as empresas, mediante ato do governo, mas dirigido pelos próprios industriais, financiado com recursos recolhidos pelos empresários via institutos de aposentadorias e pensões".

O Sistema "S" buscava atuar junto ao Poder Público obtendo suas receitas da parte pública e da parte privada. Integram o sistema instituições relacionadas à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e à Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Cunha (2005b, p. 51) aponta um elenco dos "ofícios qualificados nos diversos grupos industriais", regulamentados pela Portaria nº 470, de 7 de agosto de 1946, após a aprovação do Ministério da Educação:

> Indústria da alimentação – padeiro e confeiteiro; açougueiro e salsicheiro.
> Indústria de vestuário – sapateiro, alfaiate, bordadeira, chapeleira e costureira.
> Indústria da construção civil e mobiliário – carpinteiro, marceneiro, torneiro de madeira, entalhador, tanoeiro, segeiro, vimeiro e tapeceiro estofador, pedreiro, estucador, marmorista, canteiro, instalador de águas, esgotos e gás, pintor.
> Indústrias de fiação e tecelagem – gravador têxtil, fiandeiro de algodão, lã, seda ou linho, fiandeiro de lã, fiandeiro de linho, juta e outras fibras, tecelão de tecidos em geral e tecelão de malharia.
> Indústria de artefatos de couro – seleiro (incluindo correeiro e maleiro), marroquineiro, luveiro, peleteiro.
> Indústrias de joalheria e pedras preciosas – cinzelador, joalheiro, lapidário, relojoeiro.
> Indústrias químicas e farmacêuticas – laboratorista.
> Indústrias gráficas – compositor manual, mecanotipista, impressor, litógrafo, fotogravador, gravador, encadernador, dourador.
> Indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana – vidreiro, lapidador de vidros e cristais, decorador de vidro, modelador ceramista, moldador ceramista, torneiro ceramista, decorador ceramista.
> Indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico – ajustador, serralheiro, latoeiro (funileiro), caldeireiro, ferreiro, mecânico de automóveis, mecânico de refrigeração, mecânico de manutenção, ferramenteiro, retificador mecânico, torneiro mecânico, frezador, fundidor-moldador, modelador de fundição, soldador, mecânico-eletricista, mecânico de rádio, eletricista-instalador, mecânico de

> instrumentos, mecânico de tubulações. Transportes marítimos e fluviais – carpinteiro naval.

As ações apontadas até este momento levam a uma reflexão em torno do processo escolar voltado para a formação profissional. A pesquisa aponta que diante das tais mudanças, a implantação do "Sistema S" se volta ou fomenta ações características deste processo de mudança nas questões escolares, ou ainda, na escolarização da educação formativa de profissionais para o trabalho.

Manfredi (2002) explica:

> a demanda por recursos humanos mais qualificados nas empresas tem impacto sobre o conteúdo da formação dos novos profissionais e requer a modernização da infraestrutura tecnológica das escolas e dos seus laboratórios. Exige-se educação continuada – ou aprendizagem ao longo da vida – em ambiente cada vez mais flexível, no formato e nos conteúdos.

Tais ações se mostram no modelo de educação gestada pelo SENAI, a busca da educação para o trabalho dentro do formato estabelecido pelas forças econômicas, que de sobremaneira com a ação do Governo Federal, implantaram tal instituição, que se passa a apontar e debater, o SENAI.

Dentro da reflexão apresentada, um dos pontos para nesso debate, é de como se utilizou de uma instituição de ensino, para implantar e impor as ideias da burguesia industrial no processo da criação de escolas que atuaram e atuam, na formação para a indústria e que atenderam ao pensamento liberal industrial, no que tange às necessidades da formação para o trabalho, tendo em vista as mudanças econômicas, políticas e sociais pelas quais o país passava.

O SENAI se caracteriza como uma instituição de direito privado, organizado a partir dos interesses de empresariado industrial, ligado a Confederação Nacional da Indústria, buscando atuar em todos os Estados do Brasil na formação de trabalhadores. Sua criação complementou o processo político aberto com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1930.

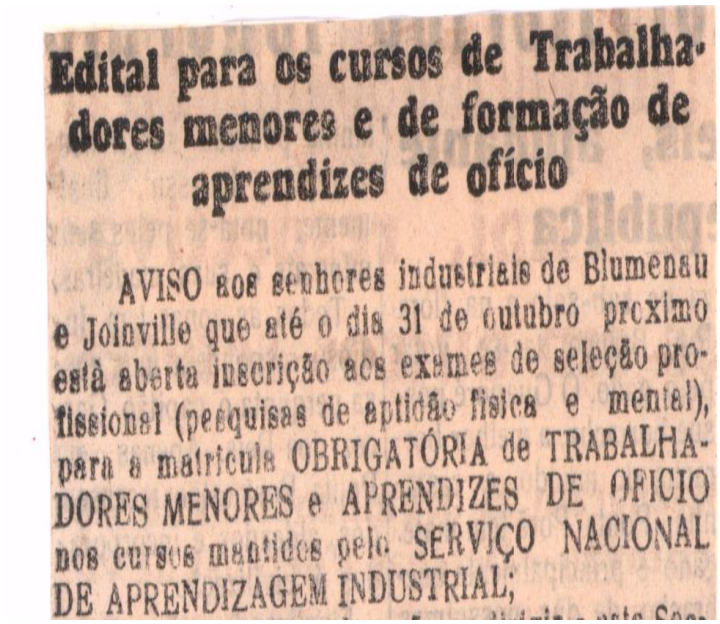
Neste processo da criação de Instituições de formação do trabalhador no Brasil, o decreto-lei no. 1.238, de 2 de maio de 1939, trazia em seu texto a obrigatoriedade de as fábricas com mais de 500 empregados, "que deveriam ficar obrigados e fornecer aprendizagem a empregados menores e aperfeiçoamento profissional a trabalhadores adultos." (LOPES, 1992, p. 38).

Tal debate, se apresentava na questão dos 500 empregados, em que se buscava um acordo neste número. Ainda dentro desta questão, debatia-se que as indústrias teriam que arcar com os custos desta formação. Para buscar uma solução, Lopes (1992, p. 38), mostra que "foi portanto, uma solução inteligente, justa e adequada, a criação do SENAI como uma grande cooperativa de empresas, de qualquer tamanho, para organizarem juntas um sistema de formação profissional, sujeitas todas elas às mesmas obrigações."

Dentro deste contexto, Müller (2010, p. 198) comenta:

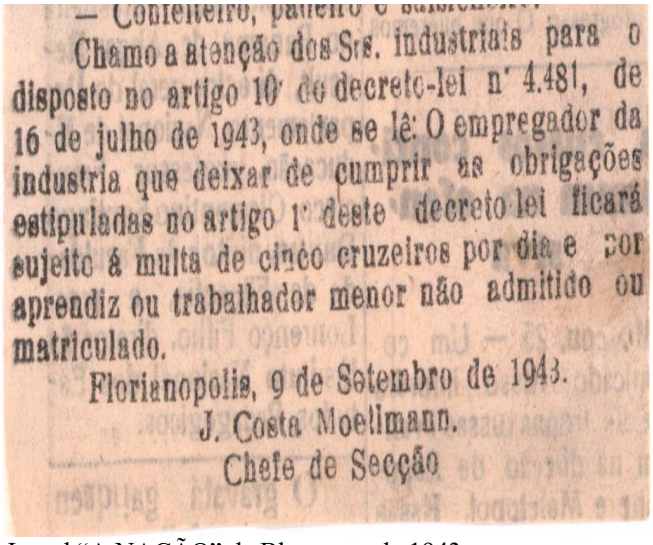
> De acordo com o SENAI (2007, p. 46), antes do decreto 4.048/42 "as poucas escolas profissionais existentes respondiam pela formação de apenas 7% dos operários qualificados, sendo o restante treinado, rotineiramente, nas próprias indústrias". Para a implantação do SENAI e delimitação de seu perfil, Vargas valeu-se principalmente do apoio de Roberto Simonsen, à época Presidente da CNI. Simonsen fora indicado pelo presidente, em 1937, para o Conselho Federal para o Comércio Exterior e havia sido membro de duas Comissões Técnicas encarregadas de apresentar ao Governo um projeto de criação de uma instituição exclusivamente voltada para a aprendizagem industrial, ou seja, um órgão privado, encarregado de criar e ministrar cursos para aprendizes e operários de várias empresas, dirigido pelos empresários e mantido com recursos vindos das indústrias através do fundo de aposentadorias e pensões.

FIGURA 3- REPORTAGEM DO JORNAL "A NAÇÃO DE BLUMENAU" EM 1943



Edital para os cursos de Trabalhadores menores e de formação de aprendizes de ofício

AVISO aos senhores industriais de Blumenau e Joinville que até o dia 31 de outubro proximo está aberta inscrição aos exames de seleção profissional (pesquisas de aptidão fisica e mental), para a matricula OBRIGATÓRIA de TRABALHADORES MENORES e APRENDIZES DE OFICIO nos cursos mantidos pelo SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL;



— Conferreiro, pateiro e sabonetero.

Chamo a atenção dos Srs. industriais para o disposto no artigo 10º do decreto-lei nº 4.481, de 16 de julho de 1943, onde se lê: O empregador da industria que deixar de cumprir as obrigações estipuladas no artigo 1º deste decreto lei ficará sujeito á multa de cinco cruzeiros por dia e por aprendiz ou trabalhador menor não admitido ou matriculado.

Florianopolis, 9 de Setembro de 1943.

J. Costa Moellmann.

Chefe de Secção

Fonte: Jornal "A NAÇÃO" de Blumenau de 1943.

Destaca-se na reportagem a obrigatoriedade que os industriais tinham em efetuar a matrícula de seus trabalhadores menores e aprendizes no ano de 1943, o qual estavam sujeito a multa, caso não o fizessem. Pode-se apontar uma forma de coerção, justificada em nome do desenvolvimento industrial para o país?

No que se refere à criação do SENAI, o decreto não apenas transformava as Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs)[37] em Escolas Industriais e Técnicas (EIT), mas também iniciava um novo momento na formação de trabalhadores para a indústria, fazendo com que se vinculasse o ensino industrial com a estrutura do ensino geral no país.

> Em 1941, Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, presidentes respectivamente da CNI e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), sugeriram ao presidente Vargas que a responsabilidade pelo ensino industrial ficasse a cargo das federações empresariais. Aceita a sugestão, o SENAI foi criado e seus recursos seriam garantidos pela contribuição compulsória de todos os estabelecimentos industriais do país, correspondente a 1% de sua folha de pagamento.[38]

Ainda, referente a instalação do SENAI no Brasil [o qual é mostrado Roberto Mange como diretor, e se vê na obra "De Homens e Máquinas"], mostra-se uma passagem que ilustra a relação da instituição com o poder público. Segundo Mange (1991, p. 79):

---

[37] Aponta-se que as EAAs, não se transformaram no SENAI, tal pensamento vinha de nossas ideias, mas com as pesquisas efetuadas, viu-se que a história da EAAs seguiu um caminho diferente do SENAI. Outro ponto a ser mostrado, é que o Regimento do SENAI, foi aprovado em 1942, recebendo alterações ao longo de sua existência.

[38] Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945). Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/SENAI. Acesso em: 10 fev. 2018.

> As articulações do grupo industrialista foram minuciosas e não cuidaram apenas de buscar o apoio do Estado, no que se refere a subsídios, incentivos e levantamento de capitais para a expansão do parque industrial. Desde o início, essas lideranças estiveram sintonizadas com a necessidade de investir em educação, visando à formação de mão-de-obra qualificada. Foram esses mesmos homens que cultivaram contatos ou participaram diretamente das gestões para adequar o sistema educacional às necessidades da nova ordem econômica que se implantava no país. Era, pela via da educação, uma outra face da modernidade que chegava ao Brasil. Roberto Mange não estava alheio a esse movimento. Como professor da Politécnica [...] interessava-se em acompanhar as mudanças nos procedimentos e nas novas propostas educacionais, tanto aqui quanto no exterior [...].

Getúlio Vargas buscava, com sua política educacional, forjar um alicerce na formação profissional, Pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, era criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários[39].

Weinstein (2000, p. 19) observa:

> em 22 de janeiro de 1942 Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Quatro anos e meio depois seu sucessor, Eurico Gaspar Dutra, ainda atuando no âmbito constitucional do Estado Novo criou o Serviço Social da Indústria (SESI). Nenhum dos dois eventos foi comemorado com pompa ou banda de música, mas ambos representam importantes progressos na área da política social brasileira. Esses acontecimentos eram não apenas novos mas também incomuns, uma vez que ambos os órgãos seriam financiados e administrados mais por associações de industriais que pelo estado que os criara.

No que se refere a formação e ao papel do SENAI no período de sua criação e em tempos de guerra, é citado no livro Histórias e Percursos (CNI/SENAI, 2002, p. 26):

> como decorrência disso, em 21/11/1942, os estabelecimentos de ensino industrial foram transformados em centros de produção industrial, definindo-se aí, pelas mesmas razões, as bases de organização do ensino industrial de emergência (decreto-lei nº 4.983). Do mesmo modo, três meses depois, o Decreto-lei nº 5.091 definia, legalmente, o conceito de aprendiz, que passou a ser o "trabalhador maior de catorze anos e menor de dezoito, sujeito a formação metódica do ofício em que exerça a sua atividade."

Também dentro deste processo de implantação do SENAI, Nardelli (2008, p.45), destaca:

> em 12 de agosto de 1946, o Decreto-lei n° 9576 institui como obrigatória a contratação, por parte dos industriários, de um número de aprendizes equivalente a 5% no mínimo, e 15% no máximo, dos operários que fazem parte do quadro funcional de indústrias de médio e grande porte, cujos ofícios demandassem formação profissional, o que dá início a uma pressão para que a criação e a sistematização dos cursos de Aprendizagem Industrial ocorressem. A entidade

[39] Trevizan (1995, p. 116) cita que a instituição tinha como nome original Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários; no mesmo ano passou a denominar-se Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

> conhecida pela sigla SENAI, que dentro da Reforma Capanema, seria dirigida pela Confederação Nacional da Indústria, estaria subordinada ao Ministro da Educação.

O SENAI atua em todo o Brasil, atendendo à política de formação de trabalhadores para a indústria e serviços. O processo do qual se originou o SENAI resultou das diversas ações dos industriais ligados ao IDORT. Como citado, Roberto Mange tem uma grande parcela no processo de criação da instituição, sendo também atuante para a oferta de diversos cursos técnicos, como os cursos para ferroviários, e teve grande presença na defesa da educação profissional.

Debatendo o tema, Trevizan (1995, p. 114), cita que.

> usando toda a bagagem de estudos, pareceres e decretos produzidos pelos técnicos que participavam do Ministério da Educação e Saúde Pública e com o apoio de suas instituições, chegaram à conclusão de que a participação direta das empresas seria imprescindível para a adoção de medidas eficazes e duradouras, destinadas à preparação técnica de mão-de-obra necessária para sustentar as bases do desenvolvimento industrial, quer no presente, quer no futuro.

Busca-se com a citação acima, apontar a relação entre o governo federal e os empresários ligados a indústria.

Ligação esta que leva muitos a indagar, como se deu o processo de implantação e gestão de uma instituição nacional num país tão grande; ainda, qual o reflexo para os trabalhadores e para aqueles que necessitavam de formação para essa indústria em transformação. Pode-se refletir a respeito dessa escola nacional de formação dos trabalhadores, gestada a partir do fomento a uma política ideológica econômica, envolvendo todo o país.

Uma das contradições a serem expostas daquele processo de implantação é a ação de Vargas na implementação de políticas para a industrialização: existia o fomento à introdução de políticas para a formação de trabalhadores, mas, em contrapartida, existia também a imposição de um forte aparelho repressivo aos movimentos liderados pelos trabalhadores, um discurso ideológico arrebatador em uma sociedade confusa e contraditória.

Os empresários estavam articulados em seu projeto de formar trabalhadores com uma mentalidade que atendessem aos interesses dos industriais. Roberto Mange torna-se *importante* neste processo, tendo como ponto inicial o IDORT, ou seja, Mange se destaca como aquele que representava os interesses da classe industrial, tendo interesses na administração taylorista do trabalho.

A criação do SENAI, em 1942, seria uma solução para o problema em questão. A instituição serviria para impulsionar o processo de industrialização pretendido pelo Governo Federal. “O SENAI foi criado com o objetivo de organizar e administrar escolas de aprendizagem em todo o País, além de preparar aprendizes menores dos estabelecimentos industriais” (ROMANELLI, 2003, p. 166).

Salienta-se nos escritos de Lopes (1992, p.48), que: “o SENAI nasceu há quase duas décadas, como um dos instrumentos do processo da industrialização do país. Não bastava a crescente aquisição de máquinas. Urgia ampliar-se a capacidade de preparar homens para operá-las [...].”

Ainda se pode apontar em Machado (1982, p. 39), que “a criação do SENAI [...], além da já assinalada inspiração corporativista, evidencia com precisão o quanto se tornava premente, naquele momento, a formação de mão-de-obra especializada”.

Dentro deste contexto, Machado (1982, p. 39-40) destaca:

> agora, com a diversificação e expansão do aparato produtivo e com o crescimento da importância da indústria, apenas a contribuição da escola, nos moldes do funcionamento existente, não era suficiente. Por outro lado, havia todo o problema que um ensino técnico separado da produção e não calcado em uso de máquinas modernas pode apresentar. O SENAI se apresenta não só como a alternativa mais adequada para contornar a oferta deficiente de técnicos, em quantidade e qualidade, provenientes das escolas já existentes, mas também como o meio através do qual se poderia garantir a assistência técnica mais imediata às empresas e influir na própria modernização das escolas tradicionais. Caberá, agora, à empresa industrial parte desta tarefa, intervindo diretamente na formação profissional. O SENAI constitui, desta maneira, um marco na história do ensino industrial brasileiro.

De início, logo após as primeiras medidas do Governo Federal que regulamentaram o SENAI, coube aos industriais envolvidos na instituição organizar todo o sistema que serviria de alicerce para a aprendizagem industrial no Brasil.

De acordo com o Relatório SENAI/DN, de 1944, o Departamento Nacional do SENAI iniciou suas atividades pela organização do indispensável aparelho administrativo, sendo criadas, sucessivamente, as Divisões de Administração, de Serviços Legais, Técnica e de Ensino, às quais foram atribuídas as diferentes atividades do Departamento.

O Decreto lei 4.048, que criou o SENAI indica importantes elementos para a uma discussão:

> **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,
> **DECRETA:**
> Art. 1º Fica criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários.

> Art. 2º Compete ao Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários.
> § 1º As escolas do SENAI poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os operadores do SENAI e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais.
> § 2º Deverão as escolas de aprendizagem, que se organizarem, ministrar ensino de continuação e do aperfeiçoamento e especialização, para trabalhadores industriários não sujeitos à aprendizagem.
> Art. 3º O Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários será organizado e dirigido pela Confederação Nacional da Indústria.
> Art. 4º Serão os estabelecimentos industriais das modalidades de indústrias enquadradas na Confederação Nacional da Indústria obrigados ao pagamento de uma contribuição mensal para montagem e custeio das escolas de aprendizagem. [...]
> Art. 5º Estarão isentos da contribuição referida no artigo anterior os estabelecimentos que, por sua própria conta, mantiverem aprendizagem, considerada, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, sob o ponto de vista da montagem, da constituição do corpo docente e do regime escolar, adequada aos seus fins.
> Art. 6º A contribuirão dos estabelecimentos que tiverem mais de quinhentos operários será acrescida de vinte por cento. [...]
> Art. 7º Os serviços de carater educativo, organizados e dirigidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, serão isentos de impostos federais. [...]
> Art. 8º A organização do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários constará de seu regimento, que será, mediante projeto apresentado ao ministro da Educação pela Confederação Nacional da Indústria, aprovado por decreto do Presidente da República. [...]
> Art. 10. Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.
> Art. 11. Ficam revogadas as disposições anteriores relativas à matéria do presente decreto-lei.
> Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1942, 121º da Independência e 54º da República.[40]

A exposição do Decreto-Lei, leva a refletir sobre as consequências deste na sociedade, em que se insere uma nova concepção de formação para o trabalho, que se moldará em torno de princípios autoritários e liberais, mas apresentando uma visão para a sociedade de formação que atendesse a todos, contribuindo com o desenvolvimento não só pessoal do trabalhador, mas também com o desenvolvimento do país. Deste modo, insere-se este com a finalidade de atender às atividades industriais e com a criação das regiões administrativas.

Dentro deste contexto da criação do SENAI, Lopes (1992, p. 64) observa:

> Gustavo Capanema conseguiu, contudo, prender, de certa forma, as atividades do novo órgão ao seu Ministério, pois o decreto (4.048), apesar de afirmar taxativamente, em seu artigo 3º. , que o SENAI seria organizado e dirigido pela Confederação Nacional da Indústria, esclarecia que sua organização constaria de um regimento apresentado ao Ministério da Educação por aquele órgão de classe.

[40] Fonte: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm> acesso em 11 de mar. 2018.

No ano de 1942, a estrutura do SENAI foi montada em dez distintas regiões, o que possibilitou à Instituição contar com um sistema administrativo bem organizado, apesar dos muitos ajustes e acertos que sofreria nos anos vindouros.

TABELA 17 - ORGANIZAÇÃO NACIONAL DO SENAI EM 1942

REGIÃO	ESTADOS DA FEDERAÇÃO
1ª	Maranhão, Piauí e Ceará
2ª	Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas
3ª	Sergipe e Bahia
4ª	Rio de Janeiro e Espírito Santo
5ª	Minas Gerais
6ª	São Paulo
7ª	Paraná e Santa Catarina
8ª	Rio Grande do Sul
9ª	Pará, Amazonas e os territórios do Amapá, Rio Branco e Acre
10ª	Mato Grosso, Goiás e o território de Guaporé

Fonte: SENAI (1991, p. 125).

São mostradas no quadro 16 acima a disposição das Regiões Administrativas do SENAI por Estados, em que se busca contemplar todo o país.

É claro que existem os meandros da criação do SENAI que estamos analisando com a pesquisa, mas pode-se destacar mais uma delas:

> Editado o decreto-lei que criava o SENAI, nem assim podia a Confederação Nacional da Indústria, à qual havia sido confiada a organização e direção da nova entidade, tomar qualquer providência para cumprir seu mandato. Havia apenas um decreto-lei que obrigava os estabelecimentos industriais a pagarem uma contribuição mensal para montagem e custeio de escolas de aprendizagem para industriários e estabelecia algumas regras em torno do assunto.[41]

Busca-se o debate a respeito desta instituição, sabendo-se que o SENAI é fruto de uma parceria entre a união e os empresários industriais e que sua implantação é fruto do desejo da classe industrial em formar trabalhadores para a indústria e demais serviços em um país que

[41] Aponta-se que o pagamento obrigatório da referida contribuição virá vigorar a partir de 1º. De abril de 1942, conforme já citado acima neste trabalho.

se expandia industrialmente. Fruto desta parceria que foi exposta acima na forma de Decreto-Lei, ou seja, acredita-se que com esta, o Governo Federal estava fazendo a sua parte, que daquele ponto em diante, seria a parte dos industriais e de como estes organizariam e administrar o SENAI na busca de atingir aos seus objetivos. Outro ponto que se debaterá mais a frente, é a atuação do SENAI em sua ação cotidiana, a maneira como o ensino foi formatado e desenvolvido na busca de formar para o trabalho em diversos aspectos.

Silva, (2013, p. 24), apontando que,

> o incentivo à participação da iniciativa privada, e a entrada de novos atores para participação nas políticas públicas favorece a permanência do caráter dominantemente privado em certos segmentos da educação, o que não contribui para a reversão da dualidade educacional. Assim, permanece o caráter dominantemente privado e a apropriação privada de recursos públicos na área. (FRIGOTTO 2011, p. 246).

Refletindo o subcapítulo, em síntese fomentou-se a implantação e o crescimento deste sistema de educação e de uma instituição que se estruturou em todo o país, que buscou ter não apenas o objetivo na produção de bens como foco principal e o fomento na formação de trabalhadores, mas também criar uma rede, um sistema educacional que atingisse todo o país de forma única, atuando dentro dos princípios regidos pelas suas próprias regras. O Sistema "S' e o SENAI, foram [na sua criação], uma maneira do Estado repassar para essas mãos a formação do trabalhador, e consequentemente, os lucros gerados com a produção gerada por estes trabalhadores.

O próximo capítulo, buscará abordar a atuação do SENAI voltada para a educação profissional nos Estados do Paraná e Santa Catarina através de uma análise do processo de criação de suas diferentes unidades e a sua relação com as diferentes atividades econômicas desenvolvidas nos municípios que receberam as unidades SENAI e sua relação com a formação para esta economia local.

CAPÍTULO III - O SENAI E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

Para inserir a questão do trabalhador e da Educação Profissional no Paraná e em Santa Catarina, preocupa-se inicialmente em abordar brevemente, como esses Estados se encontravam em seu desenvolvimento econômico. [42]

Dentro do processo de construção desta pesquisa, busca-se apontar para o leitor, a localização geográfica dos estados do Paraná e de Santa Catarina dentro do território brasileiro, pois, acredita-se que a inserção deste mapa e dos demais neste trabalho, representam uma ação do pesquisador em auxiliar aquele que lê esta tese, em conhecer a localização geográfica dos referidos estados pesquisados.

FIGURA4: LOCALIZAÇÃO DO PARANÁ E SANTA CATARINA NO MAPA DO BRASIL

Fonte: <https://www.infoescola.com/geografia/regiao-sul/> acesso em 15 de fevereiro de 2021

Ao ressaltar a atividade econômica nos Estados pesquisados, expõe-se abaixo, quadro que aponta empresas por ramo de atividade ao final do recorte temporal desta Tese.

[42] FFF

TABELA 18- NÚMERO DE EMPRESAS POR RAMO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS EM 1959 – PARANÁ E SANTA CATARINA

	Paraná	Santa Catarina
Indústrias extrativistas		
de produtos minerais	91	46
Indústrias de transformação		
de minerais não metálicos	973	781
Metalúrgicas	167	150
Mecânicas	44	53
de metal elétrico e de material de comunicações	26	13
da construção e montagem de material de transporte	125	86
de madeira	1459	2167
de mobiliário	478	455
de papel e papelão	21	68
de borracha	2	7
de couros e peles e produtos similares	114	62
químicas e farmacêuticas	82	151
Têxteis	43	138
de vestuário, calçados e artigos de tecido	236	112
e produtos alimentares	2083	1244
de bebidas	234	172
de fumo	00	13
editoriais e gráficas	140	99
diversas	64	53
TOTAL DE EMPRESAS	**6.382**	**5.870**

Fonte: Censo industrial de 1960 – PR/SC/RS, pg. 26-60.

Apesar de estar alguns anos a frente do recorte temporal deste trabalho, acredita-se que o quadro acima contribua de forma significativa para esta Tese, pois aponta os diversos ramos de atuação destas empresas, que (nessas análises), necessitariam de profissionais para desenvolver seu processo de produção. Mostra-se um número grande de empresas e seus ramos de atividade, com uma pequena diferença (em quantidade), em favor do Paraná, mas que não se mostra como superioridade ou inferioridade, pois outros números apontam no

quadro 19, que o número de indústrias e de trabalhadores (certos ofícios) em Santa Catarina é maior.

Ainda dentro da questão econômica no Paraná, verifica-se que já no século XIX, a economia paranaense era baseada na exportação de erva-mate, e se segue uma série de ciclos[43] econômicos, como o Ouro, o Tropeirismo, a Madeira e o Café, que (dentro de períodos distintos), fomentaram a respeito do crescimento da economia deste Estado, e que se altera com suas características de produção.

Dentro deste contexto, Magalhães (2001, p. 23), cita a história política do Paraná,

> tem seu início com a emancipação dessa porção territorial da província de São Paulo, conquistada em 1853 [...]. Por outro lado, com o crescimento do comércio de animais e a exportação da erva-mate, essa região passa a despertar o interesse do poder central, uma vez que tais atividades econômicas, se bem fiscalizadas, gerar-lhe-iam receitas. Porém, mais do que um fator econômico, a ameaça separatista, sugerida pela Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, desperta a atenção do governo imperial para o risco de alargamento da onda revolucionária até o Paraná, e daí, para a própria província de São Paulo. Pode-se afirmar, portanto, que a emancipação foi uma concessão estratégica do governo imperial para aplacar o descontentamento dos liberais com a excessiva interferência do poder central nas províncias, bem como contra os impostos cobrados pelas exportações.

Ao abordarmos Santa Catarina, verifica-se que já no século XIX, a economia Catarinense era baseada na exportação de farinha de mandioca, havia também outros produtos, como: arroz, aguardente, café, alho, cebola, peixe seco e feijão. O milho, algodão e o linho, computavam pouco na pauta de exportações. Tal contexto leva a refletir a respeito deste processo da economia deste Estado, e que se altera com o crescimento de suas características de produção.

Conforme Goularti Filho (2002, p. 83):

> produtos como a Madeira aumentou mais de 22 (vinte e duas) vezes, a Erva-Mate mais de 13 (treze) vezes, o Algodão na produção de camisas, fios, meias e de seda, mais de 8 (oito) vezes, os alimentos como Feijão, 8 (oito) vezes, Banha 5 (cinco) vezes, a Manteiga 4/5 (quatro vezes e meia), o Arroz 2/5 (duas vezes e meia) e o Queijo que nos anos vinte aumentou 3/5 (três vezes e meia). Ainda se vê o Polvilho, a Mandioca das exportações em níveis estáveis e o Carvão que surge na pauta das

[43] Godino; Cabas et al. (2004, p. 43), referindo-se a economia do Paraná, cita que: ao assumir o governo do Estado em 1920, Caetano Munhoz da Rocha e o próprio Paraná se defrontaram com um desafio. Fixar um novo rumo a economia. Para isso era fundamental formular um novo projeto político. Havia que implantar uma rede viária, redirecionar a economia, orientar a transformação da exploração extrativa em empreendimentos agrícolas, favorecer a instalação de indústrias e manufaturas, fundar uma política urbana estimulando as relações de trabalho [...].

> exportações durante a Primeira Guerra Mundial e mantém-se num ritmo de crescimento até 1927.[44]

Esta pequena abordagem econômica dos Estados trabalhados, dá uma ideia de que ocorreu um certo desenvolvimento econômico, que também é mostrado no mapa abaixo.

FIGURA 5- MAPA ECONÔMICO DO PARANÁ

Fonte: Bravin (2014, p. 59)

Os mapas apresentados, Paraná e de Santa Catarina, mostram suas diversas regiões econômicas, o qual se mostram diversas e reafirmando os Estados como polos econômicos.

FIGURA 6- MAPA ECONÔMICO DE SANTA CATARINA

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Regionalizacao-os-polos-economicos-em-Santa-Catarina_fig1_322296238

[44] As informações citadas acima, fazem referência a partir do capítulo 4, em que se mostra com maiores detalhes as questões econômicas de cada Estado.

Refletindo esta questão econômica, se vê que as representações acima se mostram importantes no contexto da construção deste trabalho, pois (como já citado), os Estados pesquisados e suas regiões econômicas, tiveram um maior desenvolvimento econômico a partir das ações governamentais aliado aos industriais do Estado, relacionando-as com a economia local e com a formação para tais atividades produtivas.

As questões econômicas do período estudado, ligam-se diretamente com as questões da formação deste trabalhador para os Estados do Paraná e Santa Catarina[45], o qual considera-se como componente importante ao cenário organizado nesta Tese, em que serão mostrados os referidos Estados inicialmente em um mesmo debate, para em seguida serem trabalhados separadamente.

Destaca-se que no Paraná, no que se refere a educação profissional, esta se inicia com a Escola de Aprendizes Artífices, oficialmente inaugurada em 16 de janeiro de 1910, em que se buscava (relato da bibliografia pesquisada)[46], atender aos filhos da classe trabalhadora, com um caráter mais assistencialista, diferentemente do SENAI, que (tomando como base os Relatórios anuais), apontam que seus alunos deveriam ter uma postura condizente com a instituição e com a formação a ser recebida.

Dentro desta questão da formação e o modelo de atuação governamental e de fomento a este modelo educacional implantado, pode-se observar segundo Soares (1982, p. 61).

> a finalidade dessas escolas era a formação de operários e contramestres, através de ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício, em "oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessários ao Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais.

Já em Santa Catarina, a educação profissional iniciou com a criação da Escola de Aprendizes Artífices (EAA)[47], inaugurada em 1º de setembro de 1910. Também nesse caso o discurso governamental se volta a contemplar os “desfavorecidos da fortuna”. A sede ficava em um prédio cedido pelo governo estadual, na Rua Almirante Alvim, no centro de Florianópolis, a capital do estado.

---

[45] Destaca-se que inicialmente, serão abordados Paraná e Santa Catarina nesta introdução ao capítulo, mas que em seguida, as informações serão distintas para cada Estado.

[46] QUELUZ, Gilson Leandro. Concepções de Ensino Técnico na República Velha 1909-1930. PPGTE/CEFET-PR: Curitiba: CEFET-PR, 2000, 270p.

[47] A Escola de Aprendizes Artífices já foi citada nesta tese.

> Dez anos depois da instalação, a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina transferiu sua sede para um prédio na rua Presidente Coutinho, também no Centro de Florianópolis. [...] por meio da lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, a instituição mudou de nome e status, para Liceu Industrial de Florianópolis e, cinco anos mais tarde (decreto-lei nº 4.127, de 23 de fevereiro de 1942), transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis. Com isso, começou a oferecer cursos industriais básicos com duração de quatro anos aos alunos que vinham do ensino primário e cursos de mestria aos candidatos à profissão de mestre.[48]

Como já citado, muitas eram as ações para desenvolver o ensino profissional no Brasil. Dentro deste contexto de desenvolvimento educacional, podemos lembrar Almeida (2010, p. 42) que observa:

> A criação dos Liceus foi uma das formas encontradas pelo governo federal para propagar e fortalecer o ensino industrial em todo o território brasileiro, em que se clamava pela presença de mão de obra especializada e, sendo assim, o governo apostava nos Liceus, como estabelecimentos de ensino profissional. Para atender tal objetivo, as verbas destinadas aos Liceus eram bem maiores do que as das Escolas de Aprendizes Artífices. O Liceu Industrial de Santa Catarina mantinha os seguintes cursos: Mecânica de Máquinas, Fundição, Tipografia e Encadernação, Cerâmica, Carpintaria, Marcenaria, Serralheria e Alfaiataria. O quadro de matérias curriculares sofreu algumas alterações se comparado com o da Escola de Aprendizes Artífices. Tais alterações visavam, nitidamente, a uma melhor qualificação dos artífices. (ALMEIDA, 2010, p. 42).

Com os Decretos-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, mais conhecido por Lei Orgânica do Ensino Industrial, e nº 4.127, de 23 de fevereiro de 1942, foram dadas ao país novas bases ao ensino industrial:

> nesse momento, o processo que definiu os estabelecimentos de ensino que passariam a ser denominados de Escolas Técnicas ou Escolas Industriais, foi muito semelhante ao que determinou, no final dos anos 90, a transformação de algumas Escolas Técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica. A estrutura física, laboratorial e de pessoal, aliada à questão política, foram determinantes em ambos os casos. (ALMEIDA, 2010, p. 48).

Percebe-se que a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, que mais tarde irão compor o sistema nacional de ensino profissional, procurou contemplar tanto as necessidades da crescente indústria nacional e regional quanto disciplinar, pelo trabalho, os filhos das classes trabalhadoras, afastando-os de quaisquer “desvios de comportamento”. Tal situação é um dos objetivos da época no que se refere à questão dos menores, mas, também, tais ações

---

[48] Memorial dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. 5 de setembro de 2012. Instituto Federal de Santa Catarina - Histórico do IFSC. Disponível em: http://www.ifsc.edu.br/. Acesso em: 20 out. 2019.

estão inseridas num contexto de grandes mudanças pelas quais passa o Brasil nas primeiras décadas do século XX.

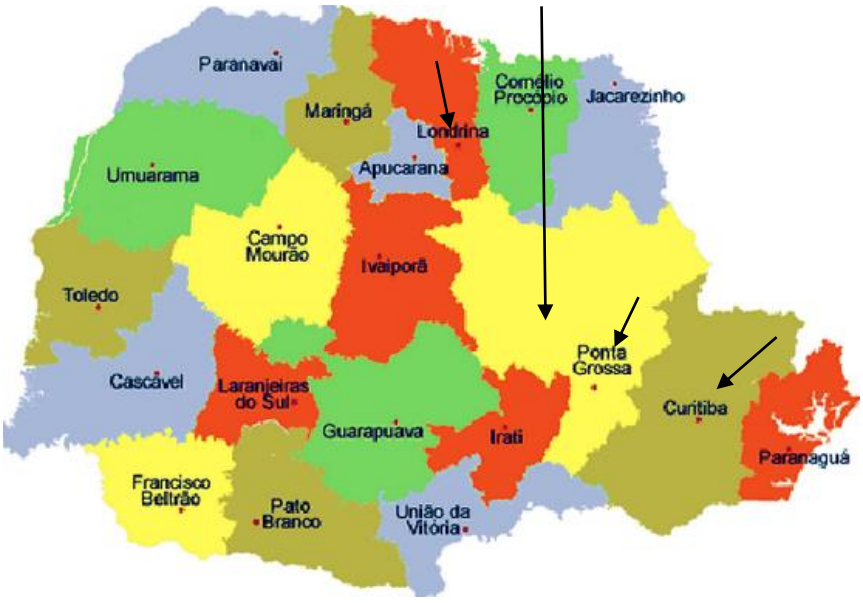
Apontados elementos sobre a atuação do SENAI nos referidos Estados, busca-se na sequência apresentar o entendimento a estas dentro do contexto aqui estudado.

3.1 – O PARANÁ

O Estado do Paraná, que se tornou independente de São Paulo pelo Decreto nº 704, de 29 de agosto de 1853, o qual se mostra que: "o desejo de autonomia política dos paranaenses, em relação a São Paulo (de que fomos mero e remoto apêndice por mais de dois séculos), confunde-se com a própria história da conquista e povoamento de nosso território"[49] procurando buscar seu crescimento e o desenvolvimento.

FIGURA 7- PRIMEIRAS UNIDADES DO SENAI REPRESENTADAS NO PARANÁ

Telêmaco Borba (Monte Alegre)



Fonte: http://www.icalogistica.com.br/?page_id=10

Para apresentar uma análise do desenvolvimento econômico paranaense, contamos com os seguintes autores e seus textos, como Marion B. Magalhães (2001), Pedro Calil Padis (1981), com sua obra Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná; Etelvina Maria Trindade e Maria Luiza Andreazza (2001), com a obra Cultura e Educação no Paraná e

[49] Revista: Gente Nossa, Coisas Nossas. Banestado 61 anos. Fazendo a história do Paraná. <http://www.museu paranaense. pr.gov. br/arquivos/File/Banestado61anos/AemancipacaoPoliticadoParana.pdf> acesso em 31 de mar 2019.

Dennison Oliveira (2001), com sua obra Urbanização e Industrialização no Paraná, em que se buscou nestas fontes a contribuição para muitas discussões.

Vários foram os períodos de atividades econômicas que se sucederam no Estado do Paraná, para mostrá-los, Padis (1981, p. 64) aponta que, "a atividade mais importante do Estado, a partir de 1914 o mate vai perdendo a sua condição de atividade condutora da economia, dando lugar a uma participação cada vez maior ao café".

Dentro desta questão dos ciclos econômicos, é sabido que o Paraná se apresentava como um Estado economicamente periférico no período da Tese, que apresentava uma indústria de pequeno porte, que com o passar dos tempos vai se alterando, exigindo assim políticas públicas e a formação de trabalhadores para atender a este processo.

A madeira (pinho) foi outro elemento de peso na economia paranaense entre 1916 e 1925, tendo também a atividade pecuária sua importância no estado.

Neste sentido, Oliveira (2001, p. 30) observa:

> A partir dos anos 30, a indústria do mate entra em crise e começa a ser substituída pela madeira e o café como carros-chefes da economia paranaense. Contudo, as exigências afetas ao trabalho nos engenhos criaram um expressivo contingente operário, engrossando ainda mais o processo de urbanização do período, então em franca ascensão devido à imigração. Porém, esse processo se restringe, no que se refere à erva-mate, ao Litoral e ao Primeiro Planalto.

No que tange a economia do Paraná, vários são os ciclos e estes apresentam características diferentes, pois fazem parte de um período econômico.

Oliveira (2001, p. 30) afirma que o Paraná "ao longo de sua história sempre contou com expressiva variedade em flora, tanto na Mata Atlântica, como na Mata de Araucária, contendo quase todos os tipos de árvores conhecidas no Brasil, inclusive as de grande valor econômico". "Dentro deste contexto, se pode apontar que foram atendidas as indústrias relacionadas ao papel, papelão, mobiliária, etc."

Após um período em que a madeira se apresentava como principal atividade econômica, a cultura do café passa a ser a principal atividade econômica do norte paranaense, e do Estado do Paraná.

Referindo-se a este contexto econômico, Trintin, (1993, p.03) afirma:

> A economia paranaense ganhou importância no cenário nacional a partir da expansão cafeeira no território do estado, mais precisamente a partir da década de trinta do século XX. O avanço da atividade cafeeira não significou apenas a introdução de uma nova atividade econômica nos limites territoriais do estado em um contexto de poucas perspectivas para suas tradicionais economias do mate e da

> madeira. Mais que isto, representou o início de uma nova fase no processo de desenvolvimento de sua economia).

Sabe-se que o Paraná já foi citado nesta Tese como um Estado periférico em relação a sua economia, a exploração do norte paranaense, principalmente com o cultivo do café, apontou um novo horizonte econômico, período importante, pois surgiram com esta cultura, o nascimento e o crescimento de toda uma região, que nasceram e se desenvolveram tendo como base a produção do café, uma cultura muito valorizada, devastaram-se matas e vieram fazendeiros à procura de novas terras. Também chegou um grande número de imigrantes estrangeiros e migrantes nacionais, responsáveis pela expansão do território.

Padis (1981, p. 113) afirma:

> as primeiras referências ao café no Paraná começam a surgir no dealbar dos anos vinte. Não obstante a sua permanente linha ascensional, a produção cafeeira no Estado apresentará por mais de um quarto de século, isto é, até fins da Segunda Guerra Mundial, um desenvolvimento bastante fraco no conjunto da produção nacional. E só a partir da segunda metade do quinto decênio do século, o café nesse Estado começa a crescer de forma acelerada para, em pouco mais de uma década de um lado, fazer dele o maior produtor do País e, por outro, tornar-se o principal gerador da capacidade nacional de importar [...], o Paraná passa de 0,4% para perto de 60% do total do café produzido no País [...].

O mesmo autor expõe que "no período de guerras as exportações de produtos primários sofreram uma expansão mais rápida que a de artigos manufaturados, apesar, ou em consequência do acelerado desenvolvimento industrial" (p. 113), tema pesquisado, analisado e discutido no decorrer deste trabalho.

Dentro deste processo de desenvolvimento, Trindade e Andreazza (2001, p. 96) apontam que "entre 1930 e 1950, surgiram na região norte do Paraná cidades como Londrina, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Maringá, Cianorte e Umuarama". busca-se justificar a criação de escolas SENAI em várias regiões do Paraná, tomando-se como base, o crescimento da atividade econômica em algumas regiões do estado, algumas destas, citadas nesta pesquisa.

Quanto ao processo industrial no Paraná, Padis (1981, p. 195) destaca:

> em primeiro lugar, deve-se considerar que a expansão ocorrida no estado entre 1930 e 1960 se deu a um ritmo surpreendente. Vimos que, à época da crise de 1929, o Paraná era um Estado acanhado, quer no que se refere à parcela ocupada do seu território, quer no que diz respeito à sua situação econômica e financeira. O rápido aumento demográfico e o povoamento de grande parte do território exigiram, do Estado, uma estrutura administrativa ágil e largamente dotada de recursos. Entretanto, a arrecadação estadual dependia sobremaneira dos impostos cobrados sobre as vendas do café e como os preços deste produto, de 1953 em diante, evoluíram num ritmo bastante inferior ao nível geral dos preços, é de se perceber que a arrecadação estadual não cresceu na rapidez necessária ao volume de

> investimentos que deveria ter sido feito. Na verdade, pode-se chegar à conclusão que, durante todo o período de grande produção cafeeira que caracterizou o Paraná, em quase nada o estado aproveitou para implantar uma infra-estrutura adequada à manutenção do ritmo de crescimento de sua economia. Esta situação, em muito, faz lembrar os caminhos percorridos pelo Brasil em todo o período dos ciclos de açúcar e da mineração, quando era muito pouco mais que uma economia periférica da Europa.

O Paraná nos períodos seguintes buscou fomentar políticas que gerariam condições e estímulos à implantação industrial. Tais políticas fomentaram o crescimento industrial, que pode ser mostrado na tabela abaixo, mostrando a participação industrial do Estado, em relação ao desenvolvimento da indústria nacional.

Vê-se que a participação da indústria paranaense se altera no período que abrange o recorte temporal desta tese.

TABELA 19 - PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DO PARANÁ NA INDÚSTRIA NACIONAL

ANO	1939	1949	1959
PARTICIPAÇÃO %	2,2	2,9	3,2

Fonte: Bragueto (1999, p. 150).

Os dados apontados na tabela acima possibilitam verificar a pequena participação da indústria paranaense em relação a nacional. Efetua-se uma comparação com os dias atuais no Paraná.[50] Em que representa 8,9% no setor industrial em relação ao Brasil.

Bragueto (1999, p. 152) cita que referente à economia do Paraná pode-se destacar:

> a partir da década de 40 o cenário econômico paranaense sofre relevantes alterações com a emergência do café no norte do estado e com a intensificação das relações com a economia paulista, por intermédio mesmo do café. A atividade industrial se expandiu, agora por impulso direto do beneficiamento do café, tanto que entre 1939 e 1949 a taxa de crescimento industrial do Paraná foi de 10%, contra 9,8% de São Paulo e 7,8% do Brasil. Em 1942 o Paraná respondia por 2,4% do valor da produção industrial brasileira.

Dentro deste contexto industrial, o Estado "tentou reproduzir o modelo de crescimento ocorrido no conjunto do país, com os esforços governamentais dirigidos em boa parte ao incentivo do setor industrial do Estado, tentando fazer com que a economia local crescesse também para dentro" (PADIS, 1981, p. 199).

Entretanto,

---

[50] Dados inseridos em: < http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/pr> acesso em 02 de novembro de 2019.

> a maior parte dos investimentos e dos incentivos ao setor industrial visou as indústrias alimentícias, as de madeira e papel. Ocorre que, já em 1953, "a participação da produção interna na oferta total dos ramos tradicionais Têxtil, Alimentos, Vestuário, Bebidas, Fumo, Couros e Peles e Editorial e Gráfica variava entre 96 e 100 por cento, indicando que o processo de substituição de importações nessa área, acelerado no pré-guerra, encontrava-se praticamente concluído". Por outro lado, "o ramo Papel e Papelão apresentou [...] uma expansão de produção interna, concomitante com uma redução absoluta das importações, sobretudo sensível, a partir de 1959." (PADIS, 1981, p. 199).

Expressando este processo industrial, abaixo, coloca-se algumas empresas que fizeram parte do quadro industrial do Paraná.

TABELA 19– ALGUMAS EMPRESAS INDUSTRIAIS PARANAENSES NO PERÍODO 1930-1950

EMPRESA	LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE FÁBRICAS	OPERÁRIOS
Cerâmica Colombo	Colombo	1	
Refrigeração Paraná S/A	Curitiba	1	2452
Fábrica de Fitas Venske	Curitiba	1	130
Fábrica de Pianos Essenfelder	Curitiba	1	300
Impressora Paranaense	Curitiba	1	
Leão Júnior	Curitiba	1	
Cia Fiat Lux	Curitiba	1	300
Klabin Monte Alegre	Telêmaco Borba	1	
Cerâmica Colle	Curitiba	1	
Indústrias Adalberto Araújo S/A	Ponta Grossa	1	
Mueller Irmãos Ltda	Curitiba/ Rio Branco do Sul	2	600
Fábrica de Bolachas Lucinda	Curitiba	1	
Hugo Cini e Cia	Curitiba/ São José dos Pinhais	2	
Indústrias Todeschini Ltda	Curitiba	1	500

Fonte: Boletim IHGEP 1993 In Crocetti (2007, p. 144)

Verifica-se pelo quadro acima uma variedade de empresas, atuando em diversos ramos (como: bebidas, alimento, papel, linha branca [geladeira], e produtos diversos de uso cotidiano, como: fósforo, fitas para uso diverso e cerâmica), o qual acredita-se, necessitarão de trabalhadores formados para seu funcionamento nos anos subsequentes, criando-se assim

uma futura relação entre a indústria e uma instituição formadora para estas empresas. Os dados utilizados são retirados basicamente da fonte informada, mas no que se refere ao número de funcionários, esses dados foram extraídos de fontes diversas.

Em seguida, serão apresentadas as primeiras unidades SENAI no Paraná e Santa Catarina. Ao mostrá-las, busca-se efetuar uma relação entre as cidades, sua importância economicamente e a necessidade de se ter uma escola SENAI em sua região. Os Relatórios não apontam diretamente essa relação, mas com a pesquisa efetuada, se vê o crescimento industrial dos Estados e consequentemente das cidades apontadas pelo SENAI.

Ainda (segundo os Relatórios), o número de cidades atendidas e de escolas permanece o mesmo entre 1942 e 1953, o desafio do SENAI, era naquele momento, o de deixar as estruturas utilizadas inicialmente alugadas, para atuarem em estruturas próprias. No Paraná, aparecem inicialmente: Curitiba; Ponta Grossa e Londrina. Em Santa Catarina, inicialmente: Florianópolis; Blumenau; Joinville; Siderópolis e Tubarão.

3.1.1 O SENAI no Paraná e suas primeiras Unidades

Buscando retratar a história do ensino industrial no Paraná, é apontada em obras vinculadas ao surgimento do SENAI. Três fontes de grande relevância para a construção desta tese permitem essa conclusão. O primeiro é **SENAI Paraná 50 anos**, de autoria do professor Antônio Theolindo Trevisan[51], editado pela Editora Champagnat em 1995, que traz várias informações a respeito da implantação das Unidades do SENAI no Estado. Além disso, apresenta um pouco da história do Paraná e descreve o desenvolvimento de cada uma das cidades que, de 1943 até 1976, receberam as referidas Unidades. Os dados e as informações constantes nessa obra são daquela fase, estando, portanto, desatualizadas, mas para o recorte temporal tratado nesta tese são bastante úteis, permitindo construir um cenário aproximativo para o objeto da pesquisa.

---

[51] Antônio Theolindo Trevizan começou a carreira no Sistema Fiep no dia 1º de setembro de 1943 e após vinte anos, foi nomeado diretor regional do Senai. Ele estava entre os primeiros colaboradores contratados. A função que assumiu foi de chefe da seção de aprendizagem, ensino e aperfeiçoamento técnico do Senai. O ex-colaborador realizou diversas ações no Sistema Fiep. Sua gestão ficou marcada pela expansão de unidades do Senai e aumento do número de matrículas e cursos neste período. Em 1963, primeiro ano da gestão, o Senai contava com quatro unidades no Paraná, nas cidades de Curitiba, Londrina, Ponta Grossa e Monte Alegre (Telêmaco Borba). Nesta época, foram realizadas 3.646 matrículas, em 59 cursos ofertados. Já em 1973, final da gestão de Trevizan, o Senai contava com seis unidades, com expansão dos centros de formação para Maringá e Paranaguá. O número de matrículas neste período triplicou, chegando em mais de 12 mil alunos matriculados nos 617 cursos da entidade. <www.fiep.org.br>, acesso em 10 de janeiro de 2021.

Outra fonte de informação importante é o livro **Fiep 65 anos de história**, editado pela Federação da Indústrias do Estado do Paraná em 2009, o qual apresenta a Federação e sua história entre 1940 e 2000.

A obra **Senai 50 anos retrato de uma instituição brasileira**, de autoria de Stenio Lopes, editada pela Gráfica Offset Marconi em 1992, também é relevante, pois trata da história do SENAI, abrangendo a Instituição nos seus principais aspectos, registrando com especial atenção os fatos relacionados à sua criação por Decreto-lei do Governo Federal em 1942, e enfocando fatos relevantes nos então 50 anos de existência,. A **Revista Indústria**[52]**,** órgão oficial da FIEP, em edição de maio de 1976, busca retratar a história da evolução da indústria no estado do Paraná.

Salienta-se que as Unidades mostradas abaixo, são aquelas efetivas mostradas nos Relatórios anuais, entre 1942 a 1953.

Dentro do novo contexto educacional do país, a formação profissional inicial tinha como objetivo habilitar os filhos dos "desfavorecidos da fortuna", fato diferenciado foi verificado no que se refere aos alunos ingressantes no SENAI, pois a maneira dos diretores expressarem a situação em seus relatórios anuais, mostra que a Instituição buscava um novo perfil de aluno, a ser mostrada na sequência deste texto. Ainda se pode verificar pelos relatórios consultados, que os assuntos referentes à formação para o trabalho nos moldes do SENAI, estavam desatrelados à criação de hábitos "ruins" por parte dos alunos SENAI, como se verá adiante.

Tal formação se atrela as mudanças gestadas pelo Governo Federal, a partir do processo mais acelerado da industrialização; tais mudanças não ocorreram isoladamente, elas buscaram suporte nos modelos de ensino técnico já inseridos anteriormente, como mostra Trevizan (1995, p. 112-113):

> nos outros campos de atividade humana, o ensino profissional também tinha seus heróis que há algum tempo, através de pareceres e sugestões incentivavam o governo a pôr em prática medidas de maior alcance. Entre esses destacavam-se figuras exponenciais como as de Joaquim Faria Goes Filho e Lycerio Schreiner, aos quais, pouco antes da criação do SENAI viera se juntar o ex-diretor do Instituto Parobé de Porto Alegre, João Luderitz. Essa tríade de heróis da formação profissional iria prestar valorosos serviços na concepção legal, na implantação e na

[52] No prefácio da Revista, Altavir Zaniolo cita que o trabalho executado por Eddy Franciosi se caracteriza como um levantamento a respeito da economia paranaense, desde a fase primitiva do pioneirismo na indústria extrativa na faixa litorânea, até alcançar as fases mais evoluídas, representadas por ciclos em suas causas e efeitos, demonstrando os reflexos que, direta ou indiretamente, incidiram no despertar da indústria do Paraná. A referida Revista, é uma, "Publicação de periodicidade trimestral, destinada a divulgar os temas de interesse da indústria, a atuação da Fiep como representante do setor e os serviços ofertados pela Fiep, Sesi, Senai e IEL." < https://www.sistemafiep.org.br/conheca/a-industria-em-revista> acesso em 01 de fev. 2021.

> administração nacional do SENAI. Entretanto tinham eles o pensamento voltado para soluções genuinamente governamentais. Embora esses e outros especialistas do Ministério da Educação e Saúde Pública dispusessem da liderança de um dos mais competentes e audaciosos Diretores do Ensino Industrial, Francisco Montojos.

A criação do SENAI fará parte, desse modo, de um sistema de formação profissional nacional que buscava contemplar uma gama de necessidades gestadas no pensamento liberal, não apenas no que tange à produção, mas também à disciplina, pelo trabalho, dos filhos das classes trabalhadoras, fazendo com que eles não apresentassem "problemas de comportamento". Buscava-se o controle do moral e das ações desses jovens.

> Ocorria o ano de 1943. A industrialização incipiente do Paraná ainda não havia motivado a criação de uma "Federação das Indústrias", condição necessária para a existência de um departamento Regional do SENAI, autônomo. O mesmo fato se repetia em Santa Catarina. Por essa razão o Conselho Nacional do SENAI, pela Resolução nº 1, de 10/02/1943, criou a "Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina" com sede em Curitiba. Instalada por seu 1º Delegado, Ivo Cauduro Picolli, diligente e operoso, procurava meios para iniciar as atividades operacionais. Firmou acordo com a Escola Técnica Federal de Curitiba e instalou os primeiros Cursos de Formação e Aperfeiçoamento. Juntamente com as instalações da Escola, fornecia material didático, ferramentas e matéria-prima para a aprendizagem de mecânica e marcenaria. Os "Cursos de Trabalhadores Menores" que consistiam na complementação do vigente "Curso Primário" foram instalados na Academia de Comércio Dr. De Plácido e Silva. (TREVIZAN, 1995, p. 40-41).[53]

Busca-se apontar, que as relações de produção capitalista foram se consolidando com a expansão da industrialização e com a criação do SENAI, que foi institucionalizada para atender justamente as necessidades das indústrias e formar, em curto prazo, força de trabalho que atendesse essa nova demanda.

Relacionado a criação do SENAI e a formação de trabalhadores, aborda-se os setores de desenvolvimento industrial, em que Bravin (2005, p. 49-50), cita.

> O setor que se apresenta de confecção de artigos de vestuário e acessórios: região Norte-Central Paranaense: Londrina; Outro setor industrial que está no ramo da madeira: região Centro-Oriental Paranaense: Telêmaco Borba e Ponta Grossa; O setor de produtos alimentícios e de bebidas: região Norte-Central Paranaense: Londrina; Curitiba e Metropolitana de Curitiba [...] O setor de fabricação de móveis e de indústrias diversas: região Norte-Central Paranaense: Londrina; Centro-

[53] Trevizan (1995, p. 41) comenta: "Assim é que o SENAI/PR deve o início de suas atividades à colaboração dessas duas personalidades do ensino técnico: Lauro Wilhelm, Diretor da Escola Técnica Federal de Curitiba, que expandiu e criou as bases para o atual Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET [...]; e De Plácido e Silva, grande jurista, pioneiro do ensino técnico para o setor terciário da economia paranaense, Diretor da Escola Técnica de Comércio e precursor da atual Faculdade de Administração de Empresas – FADEPS". Nos dias atuais, o antigo CEFET é a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, e a FADEPS é o atual Centro Universitário Campos de Andrade.

> Oriental: Ponta Grossa; Metropolitana de Curitiba: Curitiba. O setor de fabricação de produtos minerais não-metálicos: Metropolitana de Curitiba: Curitiba.

É particularmente importante refletir a respeito dessas regiões associadas as cidades que tiveram escolas SENAI instaladas neste primeiro momento, reforça a relação entre o agente formador e a indústria.

Ainda, o SENAI do Paraná, a partir de sua implantação, oferecia onze cursos industriais básicos, a saber: Alfaiataria, Corte e Costura, Tipografia e Encadernação, Mecânica de Máquinas, Marcenaria, Artes de Couro, Mecânica de Automóveis, Carpintaria, Pintura, Serralheria e Alvenarias e Revestimentos.

> Conforme Relatório de 1944, na gestão do Eng° Flausino Mendes da Silva foi programada a construção das Escolas de Curitiba, Ponta Grossa e Londrina por apresentarem, na ocasião, os três principais pólos de desenvolvimento industrial do Estado do Paraná. Executado esse programa, já na administração do Departamento Regional seguinte, tendo em vista a expansão de outros pólos de desenvolvimento industrial no Estado, foi programada a construção de Centros de Formação Profissional: em Paranaguá, Telêmaco Borba e Maringá, o que aconteceu até o final do terceiro trimestre de 1972. (TREVIZAN, 1995).

As cidades citadas [com Unidades SENAI], neste trabalho, tiveram como base, o Relatório de 1943, pois, o agente formador buscava uma relação de desenvolvimento industrial com as referidas cidades e com o Estado do Paraná. Salienta-se que será efetuada uma breve apresentação da cidade e seu crescimento, para então passar para a unidade SENAI.

Com a inserção do modelo educacional nacional para formação profissional, a criação das referidas escolas de formação, também buscavam contemplar, no âmbito do pensamento liberal, uma gama de necessidades não apenas no que tange à produção em níveis nacional e regional, mas também a formação de trabalhadores.

Para o ingresso nas escolas e para frequentar um dos cursos ofertados, o candidato deveria ter o primário completo, possuir capacidade física e mental para os trabalhos escolares, ser vacinado e comprovar não ser portador de doença infectocontagiosa, além de ser aprovado nos exames vestibulares. O processo de entrada era composto de provas escritas de língua portuguesa e de aritmética. As provas deveriam mostrar os conhecimentos adquiridos no nível anterior ao buscado. Exigências que o SENAI as impunha com veemência, pois acreditava que o perfil de seus alunos deveria ser diferenciado, atendendo as expectativas da instituição.

Mostram-se a seguir, as primeiras unidades SENAI no Paraná, conforme descritas no Relatório de 1943, mas nestes, não se apresentam critérios de escolha das cidades para a implantação das escolas nestas cidades. São elas:

3.1.1.1 Curitiba

Curitiba nasceu Vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais a 29 de março de 1693, cidade que nos dias atuais prosperou e se desenvolveu a luz do trabalho de seus habitantes, imigrantes ou não.

Em Curitiba, o SENAI atuou com uma estrutura grande, localizada na rua Chile, buscando atender a demanda que as indústrias nascentes e outras já existentes necessitariam, mas teve inicialmente, que ofertar cursos em prédios alugados, conforme descreve Trevizan (1995, p. 51)

> para funcionar, no início, o SENAI firmou um acordo com a Escola Técnica Federal de Curitiba, da qual usava a estrutura física. Esse acordo foi encerrado logo e, em 1944, foi instalada a primeira Escola de Aprendizagem do SENAI/PR, em pavilhão alugado [...] na época foram ofertados os cursos de mecânica geral, solda, marcenaria e eletricidade.

A indústria aparecia, à época, como uma condição fundamental para que a cidade se colocasse em sintonia com o conjunto nacional. Acredita-se que Curitiba recebeu escola SENAI já nos primeiros anos de sua instalação, se deu em vista da cidade ter recebido grandes indústrias, como a Fiat Lux (fósforo), a Matte Leão (mate), a fábrica de bolachas Lucinda (alimentação), mostradas no quadro 15, como além de diversos moinhos. Aliás, quando da realização do primeiro plano de ordenamento urbano para Curitiba, no Plano Agache[54], de 1943, a área ocupada por essas empresas, constituída pelos bairros Rebouças e Prado Velho, passou a figurar como a zona industrial da cidade.

> Desse modo, as indústrias tradicionais e as agroindústrias, ligadas fortemente ao setor Primário (agricultura e extração vegetal e mineral), seguiam com sua localização preferencial no interior, enquanto que as indústrias modernas e dinâmicas, concentravam-se em Curitiba, particularmente aquelas dos gêneros metalúrgica e mecânica.

A indústria em Curitiba alcançou grande desenvolvimento, com uma política clara de uso e ocupação dos diversos espaços. Isto ocasionou mudanças na estrutura de produção

[54] Plano Agache...

industrial da cidade e desempenhou um papel relevante no processo de desenvolvimento da capital e da Região Metropolitana de Curitiba.

Segundo a obra 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná, de 1953, publicada pelo Governo do Paraná, retrata aspectos gerais do Estado e de algumas de suas cidades, referindo-se a Curitiba (p. 71), observa:

> O aspecto econômico, entretanto, não pode deixar de ser considerado, seja o comercial, seja o industrial. Um e outro transpõe uma fase de prosperidade sem precedentes, que, de modo indireto, pode ser apreciado pela arrecadação de diversos serviços fiscais [...]. Reunidas grande e pequena indústrias, contam-se no município cerca de 400 estabelecimentos fabris, utilizando o trabalho de mais de 12.000 operários. Predominam as indústrias da madeira, as dos produtos alimentícios, as do mobiliário, as de transformação de produtos minerais não metálicos (inclusas as de louça fina, vidro, cerâmicas comuns etc.), as de metalúrgicas e gráficas, as de couro e peles, as de vestuário, as químicas e farmacêuticas, as têxteis [...]. O comércio local é intenso e ativo, muito variado. Na balança comercial o desequilíbrio favorece a importação. Conjugadamente com o comércio, com os guichês sempre muito concorridos, atuam 17 estabelecimentos bancários.

Para completar a informação, Bragueto (1999, p. 155), apresenta que na década de 1950, a produção industrial do Paraná estava dividida entre diversos municípios.

TABELA 20- VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ SEGUNDO OS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS – 1950

MUNICÍPIO	PERCENTUAL
CURITIBA	37,8%
PONTA GROSSA	9,2%
LONDRINA	8,4%
CAMBÉ	7,8%
TIBAGI	6,3%
CORNÉLIO PROCÓPIO	5,1%
BELA VISTA DO PARAÍSO	4,4%
JAGUARIAÍVA	3,9%
ARAPONGAS	3,7%
ASSAÍ	3,2%
OUTROS	10,2%

Fonte: Bragueto (1999, p. 155)

Com o quadro, Curitiba se destaca no período com uma maior atividade econômica, diferentemente dos demais municípios apresentados, o leva a apontar o desenvolvimento industrial que a cidade estava tendo.

FIGURA 8- CURSO DE ALFAIATES EM CURITIBA

Curso de Alfaiates em Curitiba

Fonte: Relatório SENAI de 1945.

As escolas SENAI ofertavam diversos cursos, em diferentes áreas de formação, em que jovens e adultos poderiam ter acesso a um ofício. A imagem acima, dá uma orientação de que não só de ofícios para a indústria se constituía o SENAI, e, como já citado, este agente formador buscava um perfil diferenciado de alunos. Para tal, no que se refere ao ingresso à escola para frequentar um dos cursos ofertados, deveria ter o primário completo, possuir capacidade física e mental para os trabalhos escolares, ser vacinado e comprovar não ser portador de doença infectocontagiosa, e ser aprovado nos exames vestibulares.

O processo de entrada era composto de provas escritas: a de língua portuguesa, de aritmética, ou seja, as provas deveriam mostrar o conhecimento dos candidatos adquiridos no nível anterior ao buscado.

Curitiba se mostra como uma das sedes com maior estrutura física e de capacidade de receber alunos, neste período, com uma Unidade na Rua Chile (centro de Curitiba, com 5.160m2 e a capacidade de receber 720 aprendizes. Informações tiradas do quadro 28 desta Tese.

3.1.1.2 Ponta Grossa

Ponta Grossa, tem sua fundação em 1812, pela Lei Provincial no. 34, de 7 de abril de 1855 foi elevada à categoria de município e em 1855 e à categoria de cidade, sendo desmembrada de Castro e a 24 de março de 1862[55]. Este município se destaca inicialmente pela criação de gado, utilizando a mão de obra escrava africana. Também se vê que Ponta Grossa fazia parte da famosa Rota dos Tropeiros, que levava o gado do Viamão no Rio Grande do Sul até Sorocaba, São Paulo.

As atividades do SENAI no município de Ponta Grossa tiveram início em 1943. Segundo Trevizan (1995), a ausência de importações e a grande demanda de produtos minerais e da indústria de transformação, crescendo em todo o Brasil, passava a exigir, a cada dia, um maior número de trabalhadores qualificados.

No que se refere a localização da escola SENAI na cidade de Ponta Grossa, Trevizam (1995, p. 48) traz a seguinte justificativa:

> por sua posição estratégica unindo os pontos cardeais do Estado e ligando São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – tornou-se, a partir da Estrada do Viamão, o maior entroncamento rodoferroviário do Sul. [...] Ponta Grossa possui uma das principais concentrações industriais do Estado, rivalizando com Londrina, Maringá e Cascavel.

Diferentemente do que ocorreu em Curitiba, que já contava com escolas de formação, em Ponta Grossa foi necessário implantar tudo para a instalação da segunda sede do SENAI no Paraná, em 1943.

Na referida unidade, sob a orientação do professor Antônio Trevizan, seriam ofertados cursos noturnos de aperfeiçoamento para adultos em Mecânica e Mobiliário.

Busca-se efetuar (neste momento) uma observação no que se refere a Unidade SENAI na Fazenda Monte Alegre, na cidade de Telêmaco Borba, a 130 km de Ponta Grossa, pois referente a esta unidade, a Revista Paulista de Indústria (1974, p. 34), efetua uma referência associada as atividades da Indústria Klabin, onde é citado:

> Junto às Indústrias Klabin do Paraná de Celulose o SENAI vem mantendo em regime de colaboração, Cursos de Aperfeiçoamento destinado a operários da referida firma. Já diversas turmas receberam certificados de conclusão de Curso, e a organização, agora, de mais uma turma, pela procura observada na ocasião da inscrição aos exames de seleção, veio revelar o interesse sempre crescente pela aprendizagem ministrada pelo SENAI.

[55] Trevizan (1955, p. 47).

No que se refere a citação apresentada, esta relação entre as Indústrias Klabin e o SENAI, esta se mostra efetiva, pois a parceria ocorreu e se mantém. Uma relação que busca confirmar a tese desta pesquisa. Importante para o Estado do Paraná, com uma Unidade SENAI como agente formador para a indústria.

3.1.1.3 Londrina

Londrina, que tem nesta cidade o fomento ao desenvolvimento local. Sua história tem início em 1924, quando uma comissão de capitalistas ingleses chegou a região, tendo como chefe, o Lord Simon Lovat.

"Londrina tornou-se município a 3 de dezembro de 1934, pelo Decreto assinado pelo então Interventor Manoel Ribas. O seu primeiro Prefeito foi Joaquim Vicente de Castro. Em 27 de janeiro de 1938 integra o Poder Judiciário, na categoria de Comarca". (TREVIZAN, 1995, p. 44)

A jovem cidade de Londrina teve seu desenvolvimento a passos largos, a expansão se deu pela agricultura, pecuária e industrialização. Pelo seu caráter, a cidade foi escolhida para receber uma das primeiras Escolas de Aprendizagem, em terreno doado pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Parafraseando Trevizan (1995), aponta que: foi firmada em 18 de agosto de 1944 a Escritura Pública entre o engenheiro Flausino Mendes da Silva (SENAI), e Arthur Hug Miller Thomas por parte da Companhia de Terras Norte do Paraná.

A construção da Unidade se iniciou em 1947 e teve sua conclusão em 1950. Os primeiros cursos oferecidos foram de Mecânica Geral, Eletricidade, Mecânica de Automóveis, Mecânica Diesel, Costura Industrial e Manutenção de Equipamentos Agrícolas. Sobre a oferta destes cursos no município é destacado.

> Além da expansão agrícola e pecuária, passou a industrializar-se nas últimas décadas, a partir do beneficiamento de cereais, das oleaginosas, da solubilidade do café e do leite procedente de mais de 15 mil vacas ordenhadas. O número de estabelecimentos do setor secundário passa de 1500 empregando mais de 13 mil trabalhadores. Destacam-se as indústrias mecânicas, metalúrgicas, do mobiliário, de produtos alimentícios, do vestuário, calçadista, artefatos de tecido e construção civil (TREVIZAN 1995, p.45)

Vê-se que a relação apresentada, fortalece a tese deste trabalho, a de que o SENAI[56] com sua atividade formativa, contribuiu com a formação de trabalhadores para as atividades profissionais citadas

3.2 SANTA CATARINA

FIGURA 9- PRIMEIRAS UNIDADES SENAI REPRESENTADAS EM SANTA CATARINA

Fonte: https://www.gestaoeducacional.com.br/wp-content/uploads/ 2019/10/mapa-politico- santa-catarina-1024x681.jpg

Estado da região Sul do Brasil, seu território se compõe de 95,4 mil km². A capital é Florianópolis, cidade na Ilha de Santa Catarina, que tem aproximadamente 523 km²[57].

Para analisar o SENAI em Santa Catarina, a obra: **FIESC 65 anos**: O passo a frente da Indústria Catarinense, de Nei Duclós, mostra o desenvolvimento da indústria deste Estado e mostra a relação desta com o SENAI no Estado catarinense.

Inicialmente, referente a historiografia de Santa Catarina, sua emancipação se deu em 1738. Cabral (1970, p. 60) informa que "recebeu, então, o Brigadeiro Silva Paes ordem de se transferir para o Desterro e ali iniciar a fortificação da ilha, em cumprimento da qual, a 7 de março de 1739, assumiu o comando militar e o governo do distrito."

[56] No Paraná, o SENAI ofertou nas décadas de 1960-1990, cursos em Paranaguá (1968); Maringá (1970); Foz do Iguaçu (1975); Cascavel (1977); Pato Branco (1981); União da Vitória (1982); Rio Branco do Sul (1983); Toledo (1986); Guarapuava (1988) e Apucarana (1992). (TREVIZAN 1995, p.62-90)

[57] Disponível em: <https://www.infoescola.com/santa-catarina/geografia-de-santa-catarina>Acesso em: 02 nov. de 2019.

Com o decorrer dos anos, ocorre uma alteração na economia do Estado, iniciando-se com a exportação de farinha de mandioca, mas havia também outros produtos: arroz, aguardente, café, alho, cebola, peixe seco e feijão. Também milho, algodão e linho, que computavam pouco na pauta de exportações.

Goularti Filho (2002, p. 981) aponta que "durante o período de 1880 a 1945, podemos dizer que se originaram e cresceram em Santa Catarina as indústrias madeireiras, alimentar, carbonífera e têxtil. A metalmecânica e a moveleira também nasceram nesse período, com crescimento nos anos posteriores".

Sobre este contexto, ainda é lembrado:

> de maneira geral, o aumento das exportações catarinenses para o mercado interno de 1915 a 1929 deve ser entendido a partir das seguintes mudanças: expansão do complexo cafeeiro; o forte processo de diversificação econômica ocorrido nos anos 20; a expansão urbana na Capital federal; a construção de ferrovias; a proximidade a Curitiba e a Porto Alegre, em que se tinha uma oferta de mão-de-obra relativa e um mercado de trabalho formado por imigrantes, pescadores açorianos, caboclos do planalto, ainda vinda de outros Estados. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 83-84).

É sabido que no período da Revolução de 1930, surgiu no cenário político brasileiro, nomes como Nereu Ramos e o coronel Aristiliano Ramos, aliados a Getúlio, vieram a assumir a política estadual. (CABRAL, 1970).

Apesar das mudanças políticas, um dos fatores que atrapalhavam o desenvolvimento industrial do Estado, foi a falta de integração comercial e produtiva com outros setores do país, embora a economia do Estado se alterasse com o crescimento de sua produção, fator este que veio inicialmente a complicar o desenvolvimento industrial do Estado, mas o referido desenvolvimento, é mostrado no Censo Industrial de 1920 (p. XI), "entre 1907 e 1920, foram fundados 620 novos estabelecimentos, entre pequenas atividades mercantis e fabris no Estado."

Dentro deste contexto do desenvolvimento econômico de Santa Catarina, observa-se que neste Estado (como igualmente no Paraná), a economia se desenvolveu por ciclos, tendo o Carvão [58]como objeto de interesse.

Goularti Filho (2002, p. 88) observa;

---

[58] Na obra de Goularti Filho é apresentada uma trajetória das companhias que extraíam carvão em diversos locais do Brasil. Até 1914 a exploração do carvão era efetuada de maneira artesanal por pequenas iniciativas locais. Somente com o início da Primeira Guerra Mundial, devido à queda nas importações, foi que efetivamente começaram as atividades carboníferas de uma forma mais racional. Entre 1917 e 1922 foram fundadas cinco companhias carboníferas no país. Nos anos 1930 surgem mais quatro companhias, nos anos 1940 mais trinta, e nos anos 1950 mais oito, todas de pequenos proprietários locais.

> Por ser um mineral básico para a industrialização, em 1931 o governo Vargas decretou a obrigatoriedade do consumo de 10% de carvão nacional e em 1937 a cota foi elevada para 20%. Além desses dois decretos foram editados outros que beneficiaram diretamente o carvão catarinense, como o Decreto 4.613 de 1942, que fez com que o governo federal encampasse toda a produção do período. A maior crise enfrentada pelo setor aconteceu imediatamente após o final da segunda Guerra Mundial, quando o governo federal parou de garantir a compra de toda a produção. Entre fevereiro de 1947 e maio e junho de 1949, tendo ficado conhecida como "batalha do carvão". (SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO, 1950, P. 222)

Referente ao Carvão, tal situação é percebida no relatório do SENAI do ano de 1948 (p. 3), em que apresenta a questão das minas em Santa Catarina e dos alunos menores, se poderão ou não atuar neste tipo de atividade.

Outro produto de fomento à economia de Santa Catarina foi a erva-mate, que, segundo Goularti Filho (2002, p. 52) "concentrava-se no Alto Vale do Rio Uruguai e no planalto norte — desde o atual município de Campo Alegre até Xanxerê —, onde a extração teve início no último quartel do século XIX".

O referido autor explica que a erva-mate foi responsável pela fixação inicial dos imigrantes em Joinville e em São Bento do Sul; ainda, pela construção da estrada Dona Francisca e do ramal ferroviário da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG). A produção de erva-mate, iniciada nos anos 1910 com cerca de 5.761 toneladas, teve forte ascensão, passando para 19.852 toneladas em 1920. Estabilizou-se nos anos 1920 e 1930, começando a declinar nas décadas seguintes, chegando a 12.177 toneladas em 1948 (GOULARTI FILHO, 2002, p. 85).

Outro elemento importante no processo econômico em Santa Catarina foi a madeira.

> No início do século XX, a reserva brasileira de pinheiro tinha aproximadamente 200.000 km^2 de superfície. [...] Em 1955, Santa Catarina possuía 12,2% da área total de floresta de araucária (1.350.000ha). [...] Além do pinheiro, também eram exploradas, em menor proporção, a imbuia e a canela. Inicialmente, a exploração da madeira ocorreu nas colônias do Vale do Itajaí e Litoral. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 90).

Verifica-se então o surgimento de atividades relacionadas com a exploração da madeira, assim como o crescimento da produção artesanal, que se relacionam diretamente com a ampliação do mercado interno.

Ressalta-se que para ser mostrada a produção têxtil em Santa Catarina foi necessário retornar no período cronológico, voltando ao século XIX, pois as informações e os dados referentes ao tema remontam aos anos 1800. Na questão têxtil, destaca-se principalmente o

Vale do Itajaí, e as cidades de Blumenau, Brusque, Joinville e Jaraguá do Sul concentrando as atividades.

Goularti Filho (2002, p. 94) comenta:

> a indústria têxtil surgiu somente com a chegada de novos imigrantes depois de 1875, provenientes da Saxônia, uma região industrial da Alemanha recém-unificada. Em 1880 é fundada a Gebrüder Hering, em 1882 a Karsten e em 1884 a Garcia, todas em Blumenau. Em Brusque, surgiu a Buettner em 1875 e a Renaux em 1882, Eduardo Von Buettner se instalou em Brusque em 1875, explorando inicialmente madeira, plantando café e cana-de-açúcar. Em Joinville, em 1881, surge a Döhler, fundada por Karl G. Döhler, portanto, antes da virada do século, estavam estabelecidas a Hering, Karsten, Garcia, Renaux, Döhler e Buettner.

Aponta o Censo Industrial (1920, p.65), "entre 1907 e 1920, foram fundados 623 novos estabelecimentos, entre pequenas atividades mercantis e fabris no Estado." Ocorreu ainda, "nos anos 20, ocorreu uma expansão no setor, com o surgimento de novas fábricas. A expansão da renda promovida pelo complexo cafeeiro e a diversificação industrial dos anos 20 abriram novos mercados para os têxteis catarinenses."[59]

A participação da indústria catarinense se altera no período do recorte temporal desta tese, mas representa uma porcentagem pequena em relação à nacional. Efetuando-se uma comparação com os dias atuais em Santa Catarina, tem-se[60] uma representação de 5,4% no setor industrial.

TABELA 21- PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE SANTA CATARINA NA INDÚSTRIA NACIONAL

ANO	1939	1949	1959
PARTICIPAÇÃO %	1,8	2,2	2,2

Fonte: Mamigonian, Armen. Santa Catarina: sociedade e natureza. Projeto de Pesquisa junto ao CNPQ. 2012

Dentro deste contexto em apontar o desenvolvimento industrial catarinense, a expansão da renda promovida pelo complexo cafeeiro e a diversificação industrial abriram novos mercados para os têxteis catarinenses, e a especialização técnica trazida pelos imigrantes contribuiu para o desenvolvimento dessa indústria. Blumenau já apresentava nessa

[59] Rocha (1997) apud Goularti Filho (2002, p. 95) mostram que: "para os anos 30, são fundadas em Blumenau a Acolchoados Alterburg (1922), Bordados e Calçados Haco (1924), Tecelagem Kuehnrich – Teka (1926), Cremer Gazes Medicinais (1935), Artex (1936) e Linhas Cículo (1938). Em Joinville, surgem a Cassemiro Silva (1924), Fiação Joinvillense (1926), Têxtil Schmalz (1926), e a Malharia Manz (1929)."

[60] Disponível em: http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/pr>. Acesso em: 02 nov. 2019.

fase traços de um pequeno centro fabril periférico, e até hoje a cidade é uma experiência bem-sucedida de indústria regional/nacional.

Outro setor que se destaca neste período, é a indústria de alimentos, sua produção esteve ligada às atividades agrícolas desenvolvidas pelos açorianos, como o cultivo da cana-de-açúcar para a fabricação de aguardente e melado, da mandioca para a fabricação de farinha de polvilho, do arroz e do café, e às atividades pesqueiras.

> Com a vinda de segunda leva de imigrantes nos meados do século XIX, começam a surgir novos produtos alimentícios como banha, manteiga, queijo e salame. [...] No censo de 1905, os produtos alimentares representavam 30,82% do valor da produção, sendo que a banha representava 12,1%, a manteiga e o queijo 7,5% e a moagem de cereais 6,6%. A banha era a segunda mercadoria mais beneficiada, perdendo apenas para a erva-mate. [...] No censo de 1920, os alimentos passam para 34,83% do valor da produção, bem acima da erva (19,45%), da madeira (17,32%), e do têxtil (14,28%). (GOULARTI FILHO, 2002, p. 98-99).

Neste contexto, se vê que a economia catarinense se altera e se molda com o desenvolvimento do Estado, em que se vê abaixo. Bossle (1988, p. 107) cita que "ao iniciar a década de 1930, Santa Catarina contava com 2.848 empresas industriais. Isto representa 5,60% do número total de empresas registradas no Brasil [...], chegando a superar o Paraná e outros Estados". No que se refere à renda interna do estado, os resultados mostram profundas alterações. Na década de 1940, a indústria gerava 16,5% dessa renda, enquanto a agricultura era responsável por 52,2%, e o setor de serviços, por 31,3%. Uma década depois, 50,4% era resultante da agricultura, 20,7%, da indústria, e 28,9% era resultado do setor de serviços (GOULARTI FILHO, 2002).

Mostram-se abaixo, algumas dessas empresas que estavam inseridas em Santa Catarina e que fizeram parte deste processo de desenvolvimento econômico por meio da indústria, que diferentemente do Paraná, várias destas indústrias, ainda estão ativas no Mercado, como a Hering, Karsten e Dohler.

TABELA 22 – ALGUMAS EMPRESAS INDUSTRIAIS EM SANTA CATARINA 1930-1950

EMPRESA	LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE FÁBRICAS	OPERÁRIOS
Colin Lepper & Cia. Ltda	Joinville	02	100
Carlos Renaux S.A.	Brusque	03	649
Irmãos Echert	Blumenau	01	-

Cia. de Tecidos Neo-Trentino Ltda.	Nova Trento	01	-
Dohler & Cia.	-	01	-
Empresa Industrial Garcia	Garcia	02	350
E.V. Buettner & Cia.	Brusque	01	130
Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke	Florianópolis	01	200
Indústrias Renaux S. A.	Brusque	01	120
C. Schlosser & Filho	Brusque	01	37
Irmãos Magnata	Joinville	01	-
Lepper Irmãos	Brusque	01	80
Karsten Irmãos	Blumenau	01	60
Rodolfo Kamber	Blumenau	-	50
Arp & Cia	Joinville	01	416
Cia. Hering Malharia	Blumenau	02	582
Henrique Meyer Cia. Malharia	Blumenau	01	100

Fonte: Bossle (1988, p. 110).

Apontando o crescimento industrial, junta-se à relação de grandes empresas a Perdigão, em 1940, e a Sadia, em 1942; em 1945, na cidade de Blumenau, a Porcelana Schmidt.

Bossle (1988, p. 136-137) comenta que, “a industrialização catarinense não teve suas raízes no café, mas na relação do comércio importador e exportador, credita-se o sucesso à visão empresarial dos imigrantes, em que ocorreu primeiramente uma economia de subsistência, a criação de excedentes com o início de um comércio”. Tal ação, forja-se na formação de trabalhadores, consequência da necessidade e do crescimento das empresas.

Verificou-se, portanto, no estado de Santa Catarina, uma rápida e considerável expansão do setor industrial no período estudado nesta tese, acompanhando o crescimento do país, como é mostrada. Tal crescimento exigiria profissionais especializados para atender os mais diversos setores. Era preciso preparar o trabalhador do futuro.

3.2.1 O SENAI em Santa Catarina e suas primeiras Unidades

A criação da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) ocorreu no ano de 1950, e foi reconhecida no ano de 1953, ano em que ocorreu o desmembramento do Departamento Regional da 7ª Região do SENAI.

Como unidade independente, em Santa Catarina, o SENAI inicia suas atividades no dia 1º de janeiro de 1954 efetivamente. Para dirigir o Departamento recém-criado, Celso Ramos[61] escolhera o jovem Alcides Abreu[62], que conhecia o parque industrial do Estado e que tinha então um número estimado de 18 mil trabalhadores.

Salienta-se que as Unidades mostradas abaixo, são aquelas efetivas mostradas nos Relatórios anuais, entre 1942 a 1953.

Schirmer (2004, p. 46) comenta a implantação da Unidade catarinense:

> [...] a equipe recém-formada começou a atuar em diversas frentes. Enquanto José Carlos Gubert, então Chefe da Inspetoria de Ensino de Florianópolis, percorria as unidades de ensino em funcionamento, acompanhado do técnico francês Jean Robert Vallet, que havia sido contratado pelo governo brasileiro para prestar consultoria na área de ensino profissional, Alcides Abreu usava todos os conhecimentos que possuía para captar recursos e criar a conscientização necessária para a grande virada do SENAI. As condições em que este levantamento foi realizado eram extremas.

É no interior deste contexto que se instalam no estado de Santa Catarina as unidades SENAI. Nossa intenção é de demonstrar e refletir sobre a sua relação com importantes regiões econômicas do estado, que podem ser assim identificadas:

> O Oeste Catarinense apresenta-se [AGROINDÚSTRIA]; O Planalto Norte [MÓVEIS]; O Nordeste Catarinense [JOINVILLE - ELETRO-METAL-MECÂNICA/VESTUÁRIO]; O Vale do Itajaí [TÊXTIL/VESTUÁRIO]; O Vale do Tijucas [BLUMENAU - CERÂMICA/CALÇADOS]; A Grande Florianópolis [FLORIANÓPOLIS - VESTUÁRIO/MÓVEIS/MATERIAL GRÁFICO]; O Sul Catarinense [SIDERÓPOLIS E TUBARÃO - CARVÃO/CALÇADOS/TÊXTIL]; E a Região Serrana [PAPEL/PAPELÃO].[63]

---

[61] Buscando salientar a atuação do SENAI em Santa Catarina, Duclós (2015, p.31), cita que: em 9 de novembro de 1950, Celso Ramos anunciou que a FIESC havia sido reconhecida pelo Ministério do Trabalho e estava habilitada a pleitear sua filiação à Confederação Nacional da Indústria. [...] A CNI significava a oportunidade de implantar em Santa Catarina unidades do Serviço Nacional da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

[62] Na FIESC, Abreu foi o primeiro diretor regional do SENAI/SC e coordenou o Seminário Socioeconômico do Estado, o Seminário foi realizado pela FIESC na gestão de seu primeiro presidente, Celso Ramos, que posteriormente se tornaria governador do Estado. Era natural de Bom Retiro e escreveu seu nome na história de Santa Catarina com importantes passagens em diversos setores do Estado. Foi promotor público, professor na Faculdade de Direito da UFSC, presidente do Besc, professor da Universidade de Brasília, membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, titular da cadeira 19 da Academia Catarinense de Letras, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, professor da Escola Superior de Administração e Gerência da Udesc e professor da Unisul. <www.fiesc.com.br> acesso em 20 de janeiro de 2021.

[63] Fonte:
<file://C:/Users/SAMSUNG/OneDrive/Imagens/Polos%20Industriais%20de%20Santa%20Catarina%20%E2%80% Joinville.html > acesso em 10 de fev. 2021.

Interessante refletir a respeito dessas regiões, ainda associá-las com as cidades que tiveram escolas SENAI instaladas neste primeiro momento, reforça a relação entre o agente formador e a indústria.

Mostram-se a seguir, as primeiras unidades SENAI em Santa Catarina, conforme descritas no Relatório de 1943, mas nestes, não se apresentam critérios de escolha das cidades para a implantação das escolas nestas cidades. São elas:

4.2.1.1 – Florianópolis

A capital de Santa Catarina, Florianópolis, está localizada na Ilha de Santa Catarina, que tem aproximadamente 523 quilômetros quadrados[64].

> A ilha de Santa Catarina, por sua invejável posição estratégica como vanguarda dos domínios portugueses no Brasil meridional, passa a ser ocupada militarmente a partir de 1737, quando começam a ser erguidas as fortalezas necessárias à defesa do seu território. Esse fato resultou num importante passo na ocupação da ilha. Com a ocupação, tiveram prosperidade a agricultura e a indústria manufatureira de algodão e linho, permanecendo resquícios desse passado no que se refere à confecção artesanal da farinha de mandioca e das rendas de bilro.[65]

Em 1823 foi elevada à categoria de cidade e tornou-se capital da Província de Santa Catarina ainda com o nome de Desterro. “Com o advento da República (1889) e a vitória das forças comandadas pelo Marechal Floriano Peixoto determinaram em 1894 a mudança do nome da cidade para Florianópolis, em homenagem a este oficial”[66].

Para Florianópolis receber uma das escolas SENAI, esta é mostrada da seguinte forma.

> Por apresentarem tradição industrial, as cidades de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Brusque, Tubarão e Criciúma foram escolhidas para implantação das primeiras atividades do SENAI em Santa Catarina. Na época, um levantamento realizado no Estado revelou que apenas 16,5% dos trabalhadores da indústria eram tecnicamente capacitados para exercer suas funções. (FIESC 65 ANOS, 2015, p. 42)

A Unidade SENAI em Florianópolis foi inaugurada em 1944.

---

[64] Disponível em: https://www.infoescola.com/santa-catarina/geografia-de-santa-catarina/. Acesso em: 08 abr. 2019.

[65] Prefeitura Municipal de Florianópolis. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo /index.php? cms = historia&menu=5. Acesso em: 08 abr. 2019.

[66] Prefeitura Municipal de Florianópolis. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo /index.php? cms = historia&menu=5. Acesso em: 08 abr. 2019.

3.2.1.2 – Joinville

Joinville foi fundada em 1851, quando um grupo de imigrantes alemães ali chegou na barca Colon, e desembarcou às margens do rio Cachoeira, em meio à mata virgem, para construir a Colônia Dona Francisca, nas terras que integravam o dote da princesa Francisca Carolina ao casar com o príncipe de Joinville, François Ferdinand Phillipe Louis Marie.

O município está localizado na região nordeste do estado de Santa Catarina, e é a mais populosa cidade do estado, à frente da capital, Florianópolis, distante 180 quilômetros. Possui área de 1.130,878 quilômetros quadrados e população de 526.905 habitantes, pelo censo de 2012.

A escolha de Joinville para receber uma escola SENAI, é justificada da seguinte maneira:

> dos primeiros teares às grandes indústrias, há uma trilha segura de aprimoramento técnico, desenvolvido tanto dentro das empresas catarinenses quanto por meio de parcerias com companhias de ponta de outros países. Pois inovar é também ensinar e aprender. O artesão que veio da Alemanha como mestre da fabricação têxtil ou de vestuário é um exemplo. Ele repassou seus conhecimentos para aprendizes que elevaram o nome de empresas tornadas famosas, como a Hering e a Döhler, das regiões de Blumenau e Joinville. Essa tendência, do ensino e aprendizado, tornou-se constante e chegou ao apogeu com a criação das unidades do SESI e do SENAI de Santa Catarina. O SESI e o SENAI complementam o esforço inovador da indústria catarinense. (FIESC 65 ANOS, 2015, p. 8)

A abastada classe de industriais da região criou, logo no início do século XX, a Associação Comercial e Industrial de Joinville, atual Associação Empresarial de Joinville. Hoje, a região produz 18,9% (valor adicionado fiscal) do produto interno bruto global do estado de Santa Catarina.

Joinville é cortada por várias rodovias e linhas férreas que também contribuíram para tornar a cidade o terceiro maior polo industrial da região Sul do Brasil.

> Joinville foi uma das primeiras cidades catarinenses a ter um núcleo de aprendizagem do SENAI, com a criação da Delegacia Regional Sul do SENAI - 7ª Região, sediada em Curitiba e que integrava os estados de Santa Catarina e Paraná. [...] Os primeiros cursos em Joinville foram ministrados provisoriamente na Escola Prática de Comércio Martins Veras e posteriormente no Círculo Operário, no bairro Bucarein.[67]

Para Joinville, iniciou-se a construção da escola em 1945 e foi concluída e em 1946.

[67] ALGERI, Carla. Assessoria de Imprensa do Sistema FIESC. Disponível em: http://www2. fiescnet. com. br/web/pt/site topo /principal/imprensa_releases/show/page/246/tipoNoticia/2/id/7263/portalId/1. Acesso em: 15 out. 2019.

3.2.1.3 – Blumenau

Blumenau tem início em 1850, quando o filósofo alemão doutor Hermann Bruno Otto Blumenau obteve do Governo Provincial uma área de terras de duas léguas para estabelecer uma colônia agrícola, com imigrantes europeus.

> Em 2 de setembro de 1850, dezessete colonos chegaram ao local onde hoje se ergue a cidade de Blumenau. Muitos outros imigrantes atravessavam o Oceano Atlântico em veleiros de companhias particulares. E assim foi crescendo o número de agricultores, povoadores e cultivadores dos lotes, medidos e demarcados ao longo dos rios e ribeirões que banhavam o território da concessão.[68]

Até 1934 o território de Blumenau somava 10.610 quilômetros quadrados. Hoje se resume a 519,8 km², devido aos desmembramentos, que resultaram em trinta e oito novos municípios.

Em relação a escolha de Blumenau para sediar uma escola SENAI, é apresentada pela obra FIES 65 anos, em que aponta a relação com o setor têxtil, onde se destaca:

> O setor têxtil também tem essa origem nas atividades primárias. Entre 1850 e 1880, a colônia de Blumenau era dedicada à agricultura, como fumo café e cana-de-açúcar; aos alimentos como farinha de mandioca, manteiga, queijo e salame; bebidas como vinho, aguardente e cerveja, e também madeira e tijolos. Migrantes chegados depois de 1875 e que vinham da região industrial da Saxônia mudaram esse cenário. O mestre tecelão Hermann Hering e seu irmão Bruno fundam, então, em 1880, a Gebru-der Hering. A tendência se intensificou com a Karsten em 1882, a Johann Heinrich Grevsmuhl & Cia., nascida em 1868 e que em 1884 se tornou a Empresa Industrial Garcia (adquirida pela Artex em 1974); a Buettner em 1875 e a Renaux em 1892. (FIESC 65 ANOS, 2015, p. 15)

Pode-se apontar que a primeira unidade do SENAI foi inaugurada em Blumenau em novembro de 1955. A unidade focou suas atividades iniciais na formação voltada em profissões como eletricidade e mecânica.

3.2.1.4 Siderópolis

O município de Siderópolis está localizado na região sul de Santa Catarina e está a 219 quilômetros de Florianópolis. O povoado teve início em 1891, com italianos oriundos de Veneza, Treviso, Ferrara e Bérgamo, na Itália.

---

[68] Disponível em: https://www.blumenau.sc.gov.br/blumenau/historia. Acesso em: 08 abr. 2019.

> No início, quando a localidade chamava-se Nova Belluno, os colonos cultivavam a terra apenas para consumo próprio. Mais tarde descobriram que a região era rica em carvão mineral e surgiram as primeiras mineradoras. A partir da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de propriedade do Governo Federal, o povoado (durante a guerra), passou a se chamar Siderópolis.[69]

A atividade econômica do município de Siderópolis estava voltada principalmente, para a agricultura e mineração de carvão. Com a crise no setor carbonífero, passou a diversificar suas fontes de economia.[70]

:

FIGURA 10-QUALIFICAÇÃO NO CARVÃO

Na foto de 1948, alunos dos cursos voltados à qualificação dos trabalhadores do polo carbonífero catarinense e no detalhe a escola que foi sede do SENAI em Siderópolis[71]

[69] Disponível em: https://sideropolis.wordpress.com/a-colonizacao-e-a-mineracao-progresso-e-impactos-ambientais/. Acesso em: 06 abr. 2019.
[70] Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sideropolis/historico. Acesso em: 06 abr. 2019.
[71] Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sideropolis/historico. Acesso em: 06 abr. 2019.

No que se refere às atividades do SENAI no município, existe uma relação com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) na cidade:

> No começo do século XX foram descobertas grandes reservas de carvão mineral no solo da região. As primeiras mineradoras começaram a se instalar, dentre elas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que explorou a região entre 1940 e 1980. Em homenagem à CSN o distrito passou a chamar-se Siderópolis, a partir da década de 1940, sendo um distrito de Urussanga. A partir de então teve início um movimento pela emancipação de Siderópolis, que culminou no dia 19 de dezembro de 1958, quando o então governador do Estado de Santa Catarina, Heriberto Hülse, assinou a lei nº 380, desmembrando Siderópolis do município de Urussanga, ficando assim a cidade politicamente emancipada e jurisdicionada à comarca de Urussanga.

Como já apontado neste trabalho, com a citação acima, mostra-se mais uma vez uma clara relação da atividade de formar para o trabalho por parte do SENAI.

3.2.1.5 Tubarão

O município de Tubarão está localizado na região sul de Santa Catarina e é sede da Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel), formada por 17 municípios. Está a 140 quilômetros ao sul de Florianópolis. Em 27 de maio de 1870, o presidente da Província sancionou a Lei nº 635, que criou o município, desmembrando o território de Laguna.

A relação do SENAI com a cidade, refere-se a criação da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, segundo o relatório SENAI 1948, (p,02)

> É oportuno observar que a formação de artífices para a estrada de Ferro D. Teresa Cristina ficou resolvida de modo plenamente satisfatório. De um entendimento do Chefe da Divisão de Transportes do Departamento Nacional e do Diretor Regional da 7ª. Região com o Diretor daquela ferrovia, resultou que a E.F.D. Teresa Cristina construirá a instalará, em Tubarão, uma escola ferroviária que funcionará sob orientação do SENAI.

Ainda se vê que vários municípios catarinenses foram contemplados com escolas SENAI pelo desenvolvimento industrial têxtil em Santa Catarina, Tubarão foi um desses, como se vê através do documento FIESC 65 anos (2015, p. 53);

> A indústria têxtil do Vale do Itajaí impregna a imagem dos seus municípios, como Blumenau, Itajaí e Brusque, mas também atinge Joinville e Jaraguá do Sul. Já a indústria de vestuário inclui, além do Litoral Norte, o Sul do Estado (jeans em Criciúma, com atividades que se espalharam até Tubarão) e a Grande Florianópolis (malhas e tecidos). Aponta-se que os anos 1950 e 1960 foram os da verticalização do setor têxtil.

Em síntese, buscou-se neste capítulo, expor a Educação Profissional nos Estados do Paraná e Santa Catarina, tratando da educação e sua relação com o nascer das unidades SENAI nas cidades escolhidas, pois apresentaram uma relação direta com o processo de industrialização local. Ainda, mostrou-se o desenrolar desta educação no período da tese e elementos que contribuíram para que a educação tivesse uma relação direta com a formação para o trabalho. Para as análises, as citações apresentadas em Monte Alegre, Siderópolis e Tubarão, buscam confirmar o objetivo apresentado neste trabalho, o da relação importante para Santa Catarina com o SENAI como agente formador para a indústria e serviços.

Em seguida, para o último Capítulo desta Tese, a intenção é a de analisar os Relatórios Anuais do SENAI nos anos 1943-1953, que trouxeram elementos que contribuíram com a escrita e as análises deste trabalho.

CAPÍTULO IV - O SENAI E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE TRABALHADORES NO PARANÁ E SANTA CATARINA 1943-1953: UMA ANÁLISE DOS SEUS RELATÓRIOS ANUAIS

A intenção em apresentar a imagem desta capa do relatório SENAI de 1947, é de salientar que o SENAI buscava um modelo de formatação de suas ações, uma organização geral, desde os seus documentos, até a metodologia aplicada em suas aulas com as séries metódicas. uma organização a ser apresentada para a sociedade, como um modelo a ser seguido, excludente, em certos casos.

FIGURA 11-CAPA DO RELATÓRIO SENAI DE 1947

SENAI
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

RELATÓRIO
DOS TRABALHOS REALIZADOS
PÉLA
DELEGACIA REGIONAL DOS ESTADOS
DO PARANÁ E DE STA. CATARINA

- 1947 -

APRESENTADO
PELO
DELEGADO REGIONAL
Engenheiro FLAUSINO MENDES DA SILVA

Form. Internacional A4 (210 × 297 mm)

Fonte: Relatório Senai de 1947.

Apresentar os relatórios anuais, torna-se importante, pois mostram de que maneira os gestores da instituição relataram o cotidiano do SENAI, como são colocados no papel o pensar e o agir no processo de formação, ainda, a maneira como se expressam ao demonstrar o pensamento liberal burguês na condução dos processos.

No processo de construção desta tese, busca-se trazer a luz do debate, diversos componentes que fizeram parte da implantação e das atividades do SENAI dentro do recorte estabelecido. Neste sentido apresentar os Relatórios Anuais do período 1943-1955, adquirem uma particular importância, pois estes trazem aspectos gerais da atividade cotidiana da instituição, o seu papel social e as ações realizadas no que tange à formação da força de trabalho para a indústria e serviços no Paraná e Santa Catarina.

Destaca-se, que apesar dos dados reproduzidos nestes Relatórios estarem apresentados, muitas vezes, de uma forma desigual e sem uma continuidade entre eles, trazem um material relevante para esta pesquisa.

A referida trajetória levará desde a análise das fontes, passando pelo histórico e funcionamento da instituição, a relação entre o agente formador e os cursos ofertados nos Estados do Paraná e Santa Catarina e o debate produzido das ações da instituição SENAI em relação a este processo de formação.

Como citado, as fontes que se seguem, são principalmente os **Relatórios (1943 – 1953)[72],** apresentados nos anos pesquisados, ainda, as obras **Senai 50 anos retrato de uma instituição brasileira**, de Stenio Lopes e **Senai Paraná 50 anos** de Antônio Theolinto Trevisan. Interessante citar, que tanto as Obras quanto os Relatórios apresentam uma visão muito particular de como o SENAI deveria atuar na formação de trabalhadores para a indústria e serviços, a ser debatida em seguida.

Primeiramente, para apresentar a visão e as intenções da gestão do SENAI para administrar a 7ª. Regional Pr/SC, este designou como sede principal a cidade de Curitiba. Nos Relatórios, não se deixou claro o porquê da escolha, mas acredita-se um dos motivos desta escolha se deu por acreditar que por mais que o Paraná tivesse um parque industrial menor, com 2.191 indústrias e Santa Catarina com 2.874 indústrias, esta tinha uma representatividade junto a produção nacional menor, cerca de 1,8%, enquanto no Paraná, era de 2,2% em 1939. Também outro fator que leva a refletir sobre tal decisão é a questão política, pois a política paranaense estava atrelada ao movimento revolucionário de 1930, dando forte apoio a esta situação.

Ricardo C. de Oliveira (1997, p. 53-54), nos lembra a relação existente entre os políticos do estado do Paraná e o governo Vargas:

---

[72] No texto, os Relatórios vão até 1955, pois busca-se mostrar um pouco do SENAI, pós transição e a instalação das duas unidades administrativas do SENAI, PR-SC.

> Na crise de 1937, novamente Manoel Ribas segue fielmente a orientação do Catete, mostrando que, tal como em 1932, e com um grau ainda maior de consenso, o Paraná apoiava o Estado Novo. O Paraná teve um papel estratégico muito grande na vitória da Revolução. [...] As principais orientações das políticas públicas de Manoel Ribas à frente do governo do Paraná atendiam aos seguintes critérios, em linhas gerais: [...] 3) educação: construção e obras em várias escolas, como as instalações do Colégio Estadual, da Escola Agronômica, da Escola de Aprendizes Artífices, da Casa do Jornaleiro entre outras; 4) fomento à industrialização: a) implantação da Indústria Klabin em Monte Alegre. Esta foi uma medida importante, pois significava o início de políticas públicas de implantação industrial de grande porte no Paraná. O local no qual se formou a Indústria Klabin do Paraná de Celulose S/A era um antigo latifúndio no norte dos Campos Gerais, próximo de Tibagi — a Fazenda Monte Alegre. Em 1932 o Banco do estado do Paraná arrematou as terras que pertenciam a uma firma falida e a vendeu para o grupo Klabin. Importantes conexões entre Getúlio Vargas, Manoel Ribas e as famílias Klabin e Lafer foram centrais para o sucesso do empreendimento. Nos anos seguintes foi construído um impressionante parque industrial na área, com usinas de energia, cidade para os trabalhadores e todo um conjunto de moderna infra-estrutura no local.

Para complementar a discussão da relação entre os políticos do Paraná e de Santa Catarina, Clayton Hackenhaar (2014, p. 18-56), indica:

> entretanto, há autores que destacam o fato de as relações do governo federal com as regiões coloniais dos três estados da região sul terem variado conforme o arranjo político e econômico de cada estado. [...] Há que se destacar que no Paraná e no Rio Grande do Sul, o movimento de 30 não acarretou grandes mudanças nas oligarquias. Aconteceram pequenas acomodações, sem grandes consequências nas regiões coloniais, pois estas não possuíam o peso político e econômico que das regiões coloniais de Santa Catarina.

Ao se refletir a respeito deste contexto e mostrar a situação e as definições acerca da distribuição das tarefas referentes ao SENAI, observa-se que ficou reservada para Florianópolis, uma sede administrativa, ainda, debatendo a referida situação, em que [mesmo nos anos da realização deste estudo (2016/2020), não havia sido formatado um centro documental do SENAI na Capital catarinense, como ocorreu em Curitiba][73].

Apesar desta discussão, buscou-se debater elementos que fizessem um pesquisador refletir a respeito da implantação e de como a instituição seria gerida, uma união entre Estados, em que o SENAI se fez em uma única unidade. Neste primeiro momento, o Paraná e em Santa Catarina, teve como primeiro Delegado Regional, Ivo Canduro Pícolli, (catarinense), que dirigiu a instituição entre 1943 a 1944 (praticamente um ano), mas foi logo substituído por Flausino Mendes da Silva, que ficou como Delegado regional de 1944 até 1962).[74]

---

[73] Os materiais de pesquisa estão hoje na sede da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), pouco se localizou na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), algumas contribuições para a construção deste trabalho, estão distribuídos em bibliotecas das sedes, como as do SENAI de Joinville

[74] Flausino da Silva Mendes, foi um engenheiro, que dirigiu o SENAI do Paraná e Santa Catarina de 16 de março de 1944 a 13 de abril de 1962.

Nesta trajetória, expondo os relatórios (como já citado), o Relatório de 1943[75] é o primeiro de uma série de 13 Relatórios que serão mostrados, informando inicialmente como se deu a organização dos serviços internos da Delegacia Regional (DL) para a criação do Departamento Regional (DR), atendendo ao Paraná e a Santa Catarina e, ainda, o Território do Iguaçu[76] e, iniciando as suas atividades aos 12 dias de março de 1943, data em que foram alugadas as respectivas salas e iniciada a instalação de seus escritórios.

4.1 - HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO DO SENAI NO PARANÁ E SANTA CATARINA

A instituição SENAI neste período, apresentava uma estrutura fortemente hierarquizada, em que: "a DR subordinada ao CR, quanto a administração do SENAI no Paraná, ao DN e ao CN, quanto a de Santa Catarina e Iguaçu, diretamente subordinados ao DR ficariam a Secretaria. O Cadastro e a zona de Florianópolis estão ligados pelo almoxarifado e Contabilidade."[77]

No que se refere às instalações para o atendimento dos alunos, o relator informava:

> nesse mesmo período, ultimei acordo com a Escola Técnica de Curitiba, procedi inquérito sobre o interesse da indústria na abertura dos cursos rápidos, fiz realizar exames de seleção para escriturários para admissão ao curso de Leitura de Desenho e cursos Monotécnicos, além de ter viajado pela Região, no sentido de entrar em contacto com a indústria e apresentar a instalação do escritório em Florianópolis. (SENAI, 1943, p. 1).

Sobre as atividades do diretor Flausino Mendes, o Relatório de 1943 do SENAI aponta, que para agregar um número de alunos para a instituição, o gestor neste período, buscou estabelecer relacionamentos não somente com a atividade industrial, mas também com os sindicatos fomentando os serviços da entidade formadora.

---

[75] As citações expostas nas páginas a seguir foram retiradas dos Relatórios da 7ª Região do SENAI-PR/SCc, foram escritos pelos seus diretores e se seguem em ordem cronológica, de 1943 a 1953.

[76] Criado pelo Presidente Getúlio Vargas a 13 de setembro de 1943 e extinto com a promulgação da Constituição de 1946 a 18 de setembro de 1946, o território do Iguaçu existiu por três anos e cinco dias. Estava inserido em um projeto de Vargas de nacionalização de territórios, em que buscava salvaguardar as fronteiras, neste caso, dos interesses da Argentina. Sabe-se que o território do Iguaçu recebeu incentivos do Governo Federal em diversos aspectos, inclusive na educação, com a criação de escolas diversas e unidade do SENAI.

[77] DR = Departamento Regional; DL = Delegacia Regional; CR = Centro de Responsabilidade; DN = Departamento Nacional; CN = Conselho Nacional.

Informa-se no Relatório de 1943, o contato efetuado pelo diretor junto a indústrias e sindicatos, ainda, informa-se, que o SENAI criou um serviço de cadastro das indústrias e de seus empregados, tendo em vista o grande número de pedidos de inscrição:

> foram registrados nos dois Estados, 89.185 empregados da indústria, comunicações, transportes e pesca; na Secção Cadastro, está sendo organizado um fichário completo por atividade, endereço, número de inscrição e ordem alfabética. Este cadastro, na parte referente ao Paraná, deverá ficar pronto dentro de dois meses e na de Santa Catarina, teremos ainda seis ou sete meses de trabalho. (1943, p.10)

Neste primeiro Relatório fica evidente a visão da Instituição demonstrada na fala dos gestores. Uma instituição que carece de estrutura física, mas que apresenta uma postura rígida e autoritária que deverá ser aplicada na formação de seus alunos.

Em 1944, segundo o Relatório desse ano, as atividades prosseguiram normalmente, como se observa na introdução, mostrando mais um ano de atividades da 7ª. Regional, Paraná/Santa Catarina:

> Decorreu mais um ano de atividades do SENAI na 7ª. Região – Estados do Paraná e Santa Catarina. E, praz-nos afirmar que a marcha do SENAI, neste setor de suas atividades, tem sido sempre no sentido ascendente, procurando-se vencer as sérias dificuldades oriundas da complexidade dos problemas que constituem os objetivos do SENAI, pelo trabalho executado com dedicação e eficiência. (SENAI, 1944, p. 1).

É citado pelo Delegado Regional que "atualmente, há em funcionamento, na 7ª. Região, 6 núcleos de aprendizagem – em Curitiba, Ponta-Grossa, Florianópolis, Joinville, Blumenau e Criciúma – cada um deles constando de diversos tipos de cursos, todos em contato permanente com a sede da Delegacia por meio de correspondência postal" (1944, p. 2).

Referente ao Ensino e Seleção Profissional, observa:

> a formação profissional é cogitação de inúmeros países civilizados e vem se intensificando mais a mais. [...] O nosso país pensou na solução do seu próprio problema quando a situação já se ia tornando precária. Técnicos e operários qualificados são escassos em todos os setores da indústria nacional. (SENAI, 1944, p. 2).

Sobre a intenção demonstrada acima, a firme postura no discurso do diretor, mostrou uma ideologia hegemônica, em que a vontade de um grupo, seria a vontade de todos.

O SENAI também apresentava problemas junto aos seus alunos, um destes é a questão da fuga dos estudantes no período de aulas, algo que o diretor Flausino Mendes considerava séria a questão, culpava o modelo educacional, chamando "os jovens de indolentes" (SENAI,

1944, p. 04). Cita que o SENAI buscará implantar uma nova mentalidade aos jovens, pelo amor ao trabalho, honestidade e consciência pelo trabalho e pelo país.

Refletindo dentro do tema, seria uma questão do modelo educacional rígido ou a forma que os jovens eram assistidos, um processo de contradição, pois esses mesmos relatórios que informam que os jovens eram tratados como lerdos e malandros, apontam em outros, que esses jovens não se adaptavam ao modelo educacional do SENAI. Seria, dessa maneira, o SENAI um agente histórico que interferiu na formação da classe trabalhadora através de um projeto educacional? Expõe-se que em grande medida a instituição agiu com este propósito.

Ainda, no Relatório é comentado a respeito da formação do trabalhador e dos hábitos de vida relacionados ao trabalho e a sua formação.

> Temos feito referência especial à formação social-cívica e humana – do nosso trabalhador. Assim, cremos que o termo educação representando os mais variados estímulos de vida, é o que bem pode esclarecer o nosso ponto de vista. Acreditamos mesmo que só uma boa formação geral – intelectual, moral, física e artística – constitui cincoenta por cento na obtenção de nosso objetivo em educação profissional. [...] A nação brasileira deve ser constituída pela escola. (1944, p. 5).

Acredita-se, que a direção do SENAI pautavam-se muito em demostrar grandiosidade em suas ações, em que se mostra sempre na ampliação de sua estrutura física, com a construção de novas Unidades.

> Posteriormente o Sr. Diretor do Departamento Nacional, por ocasião de uma de suas viagens de inspeção, observando "in loco" as condições da zona carbonífera, decidiu que a escola SENAI dessa zona deve ser construída em Siderópolis e não em Criciúma. Estabelecido o plano, passou-se a procurar a obtenção de terrenos para a construção de escolas em Curitiba, Londrina, Joinville, Blumenau, Tubarão e Siderópolis. (1944, p. 6).

Acredita-se que a intenção dos gestores, é a de confirmar o acordo entre a instituição e a Companhia Siderúrgica Nacional, que forneceu incentivos para a instalação da escola, o qual pode ser mostrado no Relatório de (1944, p. 07), o qual cita-se: "em Siderópolis, esperamos que o terreno para a construção da escola SENAI seja doado pela CSN e, nesse sentido, o sr. Diretor do Departamento Nacional do SENAI está dirigindo a sua atenção."

Reflete-se sobre a intenção da instituição em ter suas próprias sedes, tal situação é apresentada neste Relatório de 1944, na mesma página.

> Logo que assumimos a direção desta Delegacia Regional, compreendemos que o SENAI jamais poderia desenvolver eficientemente a aprendizagem industrial – seu

> objetivo precípuo – sem ministrar o ensino em escolas próprias, onde pudesse executar os planos elaborados, livre da influência perturbadora de elementos estranhos.

Para essas análises, as palavras “influencia perturbadora de elementos estranhos”, citado no Relatório, pode significar várias situações, pois junto a esta, está, “executar os planos elaborados”, que pode se referir as questões não só pedagógicas, mas também de gestão. Outro ponto de análise, é a questão da locação de espaços para as atividades, que tal ação poderia demonstrar uma fragilidade por parte da instituição.

Referente ao Serviço de Cadastro, o Relatório mostra que este está subordinado diretamente ao Delegado Regional e que prosseguiu durante o ano de 1944 na coleta de registro de dados relativos a firmas industriais da região e seus empregados (p. 16):

> Os dados colhidos pelos agentes de cadastro em visitas constantes a firmas industriais vão sendo lançados em fichas, que podem fornecer os elementos necessários à análise estatística da situação dos empregados e empregadores. [...] O serviço de cadastro que é, sem dúvida, a chave de todos os serviços do SENAI, pois é o que permite prever os cursos que precisam ser mantidos e o número de alunos de cada um. Em dezembro de 1944 a indústria dos estados do Paraná e Santa Catarina apresentavam os seguintes característicos:
> PARANÁ
> Número de estabelecimentos industriais..... 2.127
> Número total de empregados na indústria..... 50.561
> Número de operários qualificados.....8.630
> SANTA CATARINA
> Número de estabelecimentos industriais..... 1.870
> Número total de empregados na indústria..... 49.681
> Número de operários qualificados.....8.229

Os dados acima citados, buscam mostrar uma relação entre o agente formador com o objetivo final desta atividade, que são as indústrias e seus trabalhadores, os quais se relacionam mais uma vez esta necessidade criada, a partir deste fomento em desenvolver a indústria abordado nesta Tese na relação entre o trabalho e a educação.

A apresentação deste número de estabelecimentos industriais, é considerada de grande importância, pois acredita-se que estes necessitariam desta força de trabalho formados em seus quadros de trabalhadores. Ainda, se vê uma pequena diferença entre os números apresentados, que se torna mais significativa no número de estabelecimentos industriais (13%), pois nos demais fica entre 1% e 5%. Que em o pensar, apesar de uma diferença no número de estabelecimentos industriais maiores, o Estado de Santa Catarina, formava mais profissionais.

Este quadro social/econômico se mostra dentro do movimento do real, em que as questões sociais e econômicas se mostram desafiadoras, pois de um lado temos o governo

com os industriais buscando garantir seus ganhos por meio do trabalho gerado a partir da implantação destas políticas públicas, do outro, temos aqueles que vendem esta força de trabalho, buscando garantir os meios de subsistência, um embate, que foi utilizado pelo SENAI com o nome de educação profissional.

Esta atividade cotidiana na atuação do SENAI, é mostrada no Relatório de 1945, em que as Considerações Gerais informam: "no relatório do ano de 1944, obteve-se apresentar o plano desta Delegacia Regional no setor de sua atividade precípua - Ensino e Seleção Profissional", cujos objetivos estavam assim explícitos:

> 1 - Objetivo geral: - Formação do homem em seu duplo aspecto: social e humano ou individual. Este objetivo geral importaria em objetivos particulares, de acordo com a sua natureza mesma.
> Assim, teríamos: I - A formação do cidadão-operário, perfeitamente ajustado à máquina social, podendo-se aí tomar o termo ajustado na sua acepção mecânica. II - A formação humana do indivíduo, abrangendo isso o aspecto individual do homem independente de sua função social. (SENAI, 1945, p. 02).

Fica evidente na citação acima a postura e a ideologia aplicadas pela instituição, termos como: formação do homem, aspecto social e humano, cidadão/operário, remete a reflexão, de que o SENAI buscava se colocar em uma postura superior, não apenas um agente formador de profissionais em diversas áreas, mas também aquele que dirige e determina os destinos de seus alunos, uma instituição que delegava o direito de transformar pessoas simples em pessoas profissionais, prontas para alçar degraus na sociedade, pois eram daquele momento em diante profissionais, portadores de um diploma que lhes dava o direito de estarem inseridos em um grupo específico, o de cidadãos/operários, que estes, poderiam vender a sua força de trabalho em contribuição ao desenvolvimento industrial do país.

Ainda, no referido Relatório (p. 2), o que a Delegacia Regional faria para atingir aos seus objetivos: "No caso das escolas da 7ª. Região, os meios que melhor e mais depressa podem conduzir a consecução dos objetivos considerados, devem ser agrupados da seguinte forma: "Relativos aos problemas do ingresso à escola e Relativo aos problemas de permanência e aproveitamento."

O ingresso às escolas do SENAI se faz de acordo com a obrigatoriedade de matrícula a que estão sujeitas todas as firmas industriais cujo número de empregados atinja o mínimo fixado em lei.

Acredita-se que tais explicações estão sendo dadas pelo diretor nesse Relatório, em especial nas questões de recrutamento e permanência de alunos, tendo em vista os diversos problemas apresentados nestas áreas. Para resolver esses problemas, são citados no Relatório

de 1945 (p. 3) os meios apontados para que o SENAI pudesse caminhar em direção aos seus objetivos:

> 1 - Recrutamento dos alunos em curso vocacional, na proporção de obrigatoriedade de matrícula.
> 2 - Adoção da filosofia de Dervey - "Educação pelo ambiente".
> 3 - A extensão dessa filosofia no ambiente da fábrica e do lar.
> 4- Ação terapêutica sobre os alunos anormais curáveis ou simplesmente desadaptados, ação essa extensiva aos ambientes da fábrica e do lar.
> 5 - Encaminhamento dos alunos de acordo com suas aptidões.
> Em consequência, a escola deve dispor de um organismo adequado à missão que se propõe executar.

Acredita-se importante ressaltar, que o SENAI (como citado), buscou se apresentar como uma instituição que além de ofertar uma formação, buscava atuar nas questões sociais, com a assistência médica, dentária, na parte moral e física de seus alunos, "um pai", que buscava proteger seu filho.

Assim, no Relatório de 1945 (p. 4), comenta-se a necessidade de implantação de serviços diversos, como "de Assistência Social, e médica aos alunos, visando: **o corpo do aluno e o seu espírito, considerando primeiro o caso dos alunos normais, tanto no aspecto físico como no espiritual (grifo nosso)."** Destaca-se, pois neste caso, o Relatório aponta a postura da direção no que se refere à atenção da direção em relação a como vê seus alunos, qual era a maneira como seus alunos eram observados, que para o sistema, para a máquina de produzir, não poderia haver falhas, que a instituição tinha a missão de formar engrenagens de uma máquina perfeita, que reproduzissem o *status quo* formatado não só pelo SENAI, mas no IDORT e no pensamento liberal dos industriais.

No que se refere à construção e instalação de unidades da escola, o Relatório de 1945 aponta:

> As maiores dificuldades encontradas para alcançar os objetivos visados são relativas aos processos de financiamento para a construção dos edifícios projetados e a comprovação do direito de propriedade dos terrenos adquiridos. [...] Assim, só nos últimos meses de 1.945 conseguimos obter toda a documentação exigida para os terrenos de Curitiba e Londrina. E o de Blumenau ainda depende do formal de partilha de um ex-proprietário falecido em 1.921 e cujo inventário não havia sido feito. A construção das escolas de Curitiba, Londrina e Blumenau só poderá, portanto, ser iniciada em 1.946. As escolas cujos projetos ficaram concluídos em 1.945 e ilustram este Relatório são de Joinville, Londrina e Siderópolis. (p. 5).

Percebe-se que além da questão social dos alunos do SENAI, a instalação das unidades também esteve em discussão naquele período, pois acredita-se que fazia parte da intenção do SENAI, demonstrar ser uma grande instituição formadora, com sedes com grande

estrutura física, uma demonstração do poder que os industriais buscavam na época demonstrar. Ainda no que se refere as questões sociais, o Relatório de 1945, volta ao tema, citando:

> em virtude da organização [...], o traço fundamental da orientação dos serviços sociais foi a procura de uma elevação no nível moral e social dos alunos, para tanto houve a preocupação da organização de ambiente rico em estímulos capazes de solicitarem as reações dos alunos para um plano mais elevado, como: Organização de uma sala de estar, na Escola de Curitiba e de Joinville, para incentivar as relações sociais dos alunos; Trabalhos manuais, desenvolvidos em sala e períodos especiais demonstraram ser uma das formas mais completas de assistência ao grupo buscando a inteligência criadora até ao infinito e consequente repercussão na ideação e no raciocínio no incentivo dos princípios sadios do mutualismo, da cooperação, etc.; Excursões e Previdência e assistência médica. Nesse intuito foi providenciada a regularização da situação dos menores, pelas respectivas firmas, junto às companhias de seguro. (p. 24).

No que tange as questões apontadas acima, fica claro que a instituição busca afirmar para a sociedade o seu papel como agente social, não apenas na formação profissional de seus alunos, mas também em diversos aspectos, como na questão médica, física e psicológica.

Nossas análises apontam ser muito interessante este papel, pois lendo estas observações apontadas no relatório, comparam-se as ações emanadas da instituição como a de um “pai”, protetor, que não apenas orienta, mas forma seu “filho” para a vida, como Vargas buscava ser reconhecido pela sociedade. Um acalento que se mostra perverso, dual e contraditório, pois as reais intenções desta ação era formar, mas para a produção e o lucro.

Ainda, neste Relatório, verificam-se diversos cursos em funcionamento no SENAI no ano de 1945, distribuídos pelos dois estados. Nota-se que o perfil mecânico e marceneiro ocorre mais no Paraná, enquanto o perfil para alfaiates e costureiras ocorre mais em Santa Catarina, provavelmente pela existência do polo industrial voltado para as indústrias têxteis existentes naquele estado. No Paraná volta-se o trabalho para o couro, devido à questão da pecuária ser forte. Ainda se vê que os demais cursos são variados e se apresentam como alternativa de formação em outros setores da economia.

No Relatório SENAI 1946 o então diretor informa que o Plano geral da Delegacia Regional divulgado nos Relatórios de 1944 e 1945 continuaria a ser executado com êxito, “e, como desse plano, é parte fundamental a instalação de escolas de aprendizagem convenientemente aparelhadas prosseguiu-se, sem interrupção, a construção de edifícios escolares” (p. 1).

Informa ainda o Diretor:

> Ao terminar o ano de 1.946, a Delegacia Regional do SENAI nos Estados do Paraná e Santa Catarina, já possue escolas funcionando em edifícios próprios nas cidades de

> Joinville e Florianópolis, para não citar a escola de Aprendizagem de Siderópolis cuja conclusão é esperada no primeiro trimestre de 1.947. Além disso, está em plena marcha a construção da grande escola de Curitiba, que deverá estar concluída até o fim de 1.947, e o SENAI já possue ótimos terrenos em Londrina e Blumenau onde a construção das escolas não pode ser iniciada em virtude da morosidade com que se processam os financiamentos. (SENAI, 1946, p. 1).

Os Relatórios apontam esta relação entre o SENAI e várias empresas de grande porte no Brasil (já demostrada acima), como citado, configura o plano de expansão das escolas de formação do SENAI.

Em seguida na questão da Seleção e Orientação Profissional, um ponto importante para nossas análises, pois é descrito no relatório de 1946 (p.4), a seguinte situação: "Controlar a obrigatoriedade de matrícula das firmas da Região, onde há escolas e Proceder a inscrição dos candidatos de todos os cursos. (Engajamento)".

Seria esta obrigatoriedade uma questão de realmente interessante para se refletir, pois apresenta-se uma diferença entre o que foi citado acima, do pai querendo formar seu filho para a vida e tal obrigatoriedade, que levaria a formar uma força de trabalho nacional, ou manter aos olhos dos industriais, tal relação com o recebimento das contribuições dadas ao SENAI pelas indústrias.

Um ponto que se deve citar (já apontado neste trabalho), é a questão da forma como é expressa a maneira de se pensar (ideologia)[78], mostrada nos Relatórios, em que neste de 1946, é colocada de forma clara neste trecho:

> inegavelmente, o objetivo mais avançado dos trabalhos de formação dos operários qualificados, a cargo do SENAI, é o seu exercício no seio das fábricas. Isto é, o ponto final da aprendizagem é a própria indústria. Se bem que, desde o primeiro dia de aula o menor já está desempenhando funções auxiliares dentro da fábrica, o certo é que **a cada dia na escola representa mais um passo na Direção da sua independência para postos de maior e capital importância no organismo fabril**. (p. 19).

Esta questão nos leva a refletir de como esta ideologia se transformaria em regras formatadas para a instituição, seriam impostas a não serem questionadas? Acredita-se que sim, pois em 1947, o Relatório inicia afirmando que, "como nos anos anteriores, o balanço da produção conseguida constitui-se bom estímulo para que prossigamos com o mesmo vigor a tarefa que empreendemos" (p. 1).

---

[78] Werneck (1984, p. 31), mostra ideologia como: "é uma perspectiva, considerada como estrutura, isto é, no sentido em que como um conjunto de regras determinaria a organização."

Assim, empreender, produzir e gerar lucro, a base do sistema e da ideologia SENAI, que se ocultaria nas ações cotidianas da instituição, para que a sociedade visse estas ações como um benefício apresentado a esta sociedade pelo agente formador.

Ao refletir-se sobre as afirmações citadas acima, a postura e a linguagem apresentadas sugerem uma superioridade, uma postura esguia de se colocar como os detentores da razão e do conhecimento, sempre a firmar a ideologia superior, em seu papel de transformar o destino de muitos.

Dentro da proposta de formação do SENAI, esta ofertava cursos em duas modalidades, Ordinários e Extraordinários (trabalhados nesta tese), mostrando o processo de conclusão dos mesmos para o ano de 1947.

> Durante o correr do ano de 1947 a Delegacia teve ensejo de formar novas turmas de operários qualificados, que levaram o necessário cabedal de experiências, para melhor se desempenharem no exercício de suas profissões.
> Receberam carta de ofício 24 alunos, distribuídos pelas especialidades seguintes: Tornearia Mecânica, Corte e Costura, Marcenaria, Ajustagem, Alfaiataria. Foram entregues a 62 alunos dos cursos extraordinários os competentes certificados, abrangendo os seguintes ofícios: Tornearia Mecânica, Marcenaria, Motores de Explosão, Mecânica de Rádio, Solda, Serralheria. (p. 2).

Dentro deste processo formativo, é ressaltada a Escola de Siderópolis nesse Relatório, em que se nota a estreita relação com a indústria da região, em que se pode verificar mais uma vez, o discurso inserido na ideologia adotada pelo SENAI.

> De acordo com o plano de formação profissional de operários qualificados para a indústria de mineração de carvão, elaborada pela Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina e que foi publicado em nosso boletim no. 14, de setembro de 1946, encontram-se desde janeiro do corrente ano, em pleno desenvolvimento os Cursos de Formação Profissional, na Escola de Aprendizagem de Siderópolis.
> Ainda, o plano de formação profissional para a Escola de Aprendizagem de Siderópolis foi suficiente estudado e amadurecido com a colaboração valorosa e indispensável dos Engenheiros da Companhia Siderúrgica Nacional e do Departamento de Produção Mineral de Criciúma.

Buscando afirmar o caráter de afirmação do desenvolvimento da instituição como algo que cresce e se solidifica a cada ano, os escritos neste relatório vêm a firmar este papel, como aqueles a mudarem o destino de muitos. Dentro do processo fiscalizador da direção sobre os seus integrantes, este Relatório mostra as Oficinas Pedagógicas, um modo de controlar e verificar como os componentes da instituição atuam fora do ambiente de formação.

> Sem dúvida alguma é bem salutar a prática de efetuar, num dos períodos de férias, a concentração dos professores em determinado local, onde, a par da sociabilidade que então se processa, intensamente, ao lado das vantagens incontestáveis decorrentes de uma mudança de ambiente, têm eles oportunidade para debater problemas pedagógicos resolvidos durante o ano letivo e, mercê de sadia troca de experiências e pontos de vista, concorrer para o aprimoramento cultural e profissional de todos em conjunto. (1947, p. 9).[79]

O texto do Relatório efetua uma certa explicação a respeito da reunião de professores que, pelo ângulo analítico crítico, pode traduzir uma prática de "manter estes professores sob os olhos do pessoal" por parte da instituição:

> [...] os orientadores pedagógicos da DL da 7ª. Região sentiram-se perfeitamente à vontade, efetuando, já pela terceira vez, em 1.947, a concentração dos professores e instrutores das diversas escolas da Região, em Curitiba, para atingir aqueles objetivos próprios dessa atividade. A Escola de Curitiba aprestou-se para receber os seus irmãos de magistério.

Os Cursos Extraordinários, aqueles que não têm formato dentro de disciplinas específicas e por isso diferenciados, estão contemplados em um número menor nos diversos municípios. Quanto os Ordinários, obedecem a um formato de disciplinas específicas.

Ainda dentro das questões relacionadas ao ensino, o Relatório de 1947 apresenta a instalação de cursos em Joinville:

> dando início ao propósito de realizar a orientação profissional científica, de acordo com os conceitos mais modernos da Psicotécnica, esta Delegacia, instalou na Escola de Joinville – Santa Catarina, o seu primeiro Curso Vocacional, em janeiro de 1.947 [...]. O plano de equipamento material bem como das aplicações e pesquisas psicotécnicas, derivou diretamente dos trabalhos realizados pelo DR de São Paulo que, por sua vez, fundamentou-se essencialmente nas experiências e conceitos do renomado cientista Prof. Mira Y Lopez. (p. 27).[80]

---

[79] A citação permite interpretar uma interferência nas questões privadas, pessoais, que se misturam, a mando do processo capitalista, um "vigiar" que se utiliza do expediente do lazer para discutir questões profissionais.

[80] Dentro do contexto da citação, para complementar a informação dada, cita-se: Emílio Mira y López nasceu em Santiago de Cuba, em 24 de outubro de 1896. Cuba era então colônia espanhola, o pai de López era médico militar, na condição de especialista em doenças tropicais. Em 1898, a Espanha envolveu-se em uma guerra contra os Estados Unidos e perdeu o poder sobre Cuba. Indo morar na Espanha, Mira viveu seus anos de formação intelectual, política e profissional, formando-se em Medicina no ano de 1917. Realizou doutorado em Madri e sua tese versou sobre psicotécnica: *Correlaciones somáticas del trabajo mental*. Desde cedo revelou interesses intelectuais diversificados: psiquiatria, psicologia, neurologia e higiene mental. Sua carreira de psicólogo iniciou em 1919, no Instituto de Orientação Profissional de Barcelona. Membro destacado do Partido Socialista, participou ativamente da Segunda República Espanhola e de sua defesa contra Francisco Franco, atuando como médico e psicólogo. Com a vitória de Franco, em 1939, foi exilado e, após viver na Inglaterra, Argentina e Uruguai, fixou residência no Rio de Janeiro em março de 1947. O que motivou esta mudança foi um convite da Fundação Getúlio Vargas para que ele dirigisse o Instituto de Seleção e Orientação Profissional, ainda em fase de organização. Dois anos antes, Mira esteve pela primeira vez no Brasil, quando fez diversas conferências e ministrou o "Curso do Dasp", ocasião em que formou uma das bases da psicologia aplicada no Brasil. Fonte: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000100010> acesso em 20 de janeiro de 2020.

Todo esse conjunto de situações, que são apresentadas nesta dinâmica em estabelecer qual seria o papel do SENAI em "atender a sociedade", a instituição, busca se cercar de situações e questões diversas. Uma delas, consta-se neste Relatório, uma cobrança da instituição referente ao engajamento de menores:

> uma das grandes dificuldades com as quais lutou o SENAI desde a sua criação foi, sem dúvida, a decorrente da falta de cumprimento, por inúmeras firmas, das disposições da Obrigatoriedade de Matrícula. As empresas de alguns ramos industriais, como Alfaiataria, Construção Civil, Marcenaria e mesmo Mecânica frequentemente deixaram de satisfazer às exigências da Lei, apresentando um número de aprendizes menor do que o devido, por não encontrarem meninos em condições de serem enviados ao SENAI. (1947, p. 31).

Seria o papel do SENAI em cobrar das empresas essa situação? Pois em seguida que: entretanto, "a não apresentação de menores não implica em sansão alguma para a empresa, visto que o não cumprimento se fez por razões estranhas a sua vontade" (p. 31). Interessante tal afirmação, pois já se observou a palavra obrigatoriedade em relação as matrículas junto as indústrias.

Consta no Relatório que o SENAI se utilizava de um coeficiente por número de funcionários para recrutar alunos: "a solicitação de matrícula baseou-se em coeficientes bem determinados," e que "o volume da mão de obra formada não satisfaria às necessidades de renovação e crescimento, sem dúvida alguma, vitais para a preservação e desenvolvimento de nosso parque industrial" (p. 31).

Nesta relação direta entre o SENAI e o Governo Federal, este edita um Decreto-lei referente à questão.

> Pelo Decreto Lei no. 9.576 de 12 de agosto de 1.946 alterou-se em parte o Decreto Lei no. 4.481 de 16 de julho de 1.942, determinando, nos casos de manifesta dificuldade, por parte da empresa, em conseguir aprendizes, que o SENAI exercesse essa função supletiva, procurando e encaminhando às firmas candidatos em condições de satisfazer as exigências legais. (SENAI, 1947, p. 31).[81]

Aqui demonstra-se mais uma vez, o alinhamento entre a direção do SENAI com o governo, em que se insere como lei, a busca de alunos, que sob uma nova ótica, se demostra uma ação de poder e imposição neste processo formativo.

---

[81] Por esse detalhe de redação, nota-se a influência dos empresários ligados aos políticos do Congresso Nacional na época.

Para o ano de 1948[82], o Relatório informa que "caracterizou-se por substanciais alterações no ritmo de trabalho da 7ª. Região do SENAI" (p. 1).

Muitos foram os planos e ideias repensados em 1948 para os anos subsequentes:

> [...] não que tivesse havido modificações na estrutura do plano traçado em 1.944 e que, em linhas gerais vem sendo seguido fielmente, mas pela influência de causas estranhas que, em alguns casos, forçaram nossos trabalhos a tomar novos rumos. A fidelidade com que vêm sendo cumpridas as diretrizes firmadas no plano que constou do Relatório de 1.944 está longe de significar estagnação nos métodos de trabalho adotados. [...] Mas o plano geral continua a ser cumprido, apenas com a ampliação imposta em 1.946 pela criação dos serviços de assistência social.
> Em primeiro lugar, os financiamentos para construção de edifícios escolares, que até fins de 1.947 ainda constituem uma esperança, tiveram que deixar de ser considerados como tal. Em 1.948, o Departamento Regional se viu forçado a abandonar quaisquer planos que se baseassem em financiamentos, contando apenas com sua receita normal.[83]

Dentro do processo de gestão da instituição, a citação abaixo é destacada por permitir uma visão das dificuldades enfrentadas pela Instituição:

> Por determinação do Sr. Diretor do Departamento Nacional, os Departamentos Regionais apresentaram um novo projeto de construção de escolas baseado nos recursos com que realmente poderiam contar.
> Ficou então assentado que, na 7ª região, tratar-se-ia de concluir a escola de Curitiba e, em seguida, a de Londrina, adiando-se o início da construção da escola de Blumenau para mais tarde. Ao mesmo tempo deliberou-se cancelar a instalação de uma escola SENAI em Tubarão, escola cujo objetivo principal seria a formação de mão de obra para a Estrada de Ferro D. Teresa Cristina.[84]

Vê-se que pelas citações acima, a instituição esperava que a indústria no geral, "reconhecesse", ou desse um valor maior para esta, pois o que aponta, é que os recursos esperados não foram o suficiente para as ações planejadas.

O Relatório é detalhado no quesito estrutura do SENAI nesse período: "É nessa fase que ainda encontramos com 72 escolas em pleno funcionamento, mantidas diretamente pelo SENAI ou pelas fábricas em regime de isenção, com 606 cursos de 52 ofícios diferentes e com cerca de 18.000 alunos, dos quais perto de 12.000 são menores em cursos de ofícios" (1948, p. 02).

Ainda, o Relatório de 1948 apresenta uma observação a um fator que influiu fortemente no ritmo de trabalho do Departamento Regional, a legislação sobre atividades de

---

[82] A obra **Histórias e Percursos** (CNI/SENAI, 2002, p. 30) informa que o SENAI estava presente, em 1948, em 18 estados, oferecendo 431 cursos de formação de artífices e 30 de aperfeiçoamento, além de 145 cursos de outras modalidades.
[83] Ibidem (p.28-29).
[84] Ibidem (p. 30).

menores nas Minas de Carvão[85]. Em Siderópolis, na zona de mineração de carvão do estado de Santa Catarina, o SENAI havia edificado uma escola de aprendizagem visando principalmente à formação de mineiros.

> O muito que se esperava da indústria carbonífera de Santa Catarina, como um dos fundamentos principais da siderurgia nacional, exigia que se cogitasse, com especial interesse, da formação de mineiros capazes de permitir a racionalização dos trabalhos de mineração. Esta a convicção do Departamento Regional e dos dirigentes da Companhia Siderúrgica Nacional que conjugaram seus esforços no estado da solução de tão importante problema. E a escola de aprendizagem de Siderópolis, cujo objetivo principal era a formação metódica de mineiros, foi instalada. Acontece, porém, que a legislação trabalhista brasileira proíbe o trabalho de menores de 21 anos em serviços de sub-solo, o que não só impediria a aprendizagem como não permitiria que os aprendizes que terminassem o curso pudessem exercer a profissão abraçada. (1948, p. 03)

Tal situação apresentada acima, leva a refletir, pois pela vontade do SENAI, os alunos nas minas deveriam ter suas atividades liberadas, qual seria a real intenção, pois esta atividade seria da nova as vidas desses jovens, mas seria um “tudo em nome de uma formação para o trabalho, ou um garantir o futuro desses jovens...”.

Ainda para este ano, os Relatórios mostram uma efetiva relação entre o SENAI e a indústria local, a citação abaixo mostra a situação em Curitiba:

> de outra parte, a conclusão da escola de aprendizagem de Curitiba permitiu que se pudesse, com instalações mais amplas e apropriadas, atender a indústria local que já possue cerca de 25.000 empregados. Nas novas instalações, é possível aumentar a matrícula de valor apreciável, e, para tanto fez-se proceder a atuação rigorosa do cadastro da indústria de Curitiba, a fim de determinar, com exatidão, a obrigatoriedade de matrícula de todas as empresas. (SENAI, 1948, p. 4).

Sobre essa questão, as informações do Relatório permitem saber que após cumpridos os passos de cadastramento das empresas, ocorria a convocação de alunos, por meio de correspondência, e a visita aos empregadores.

É interessante verificar a utilização da palavra convocação realizada por parte do SENAI, pois em nossa visão, seria algo imposto, uma obrigação, a ser respondida ao chamamento realizado, pois ao atenderem a esta chamada, os jovens instruídos, seriam mais cidadãos, aptos a servirem a sua pátria, produzindo, contribuindo com o seu papel social.

---

[85] O artigo "Art. 405. Ao menor não será permitido o trabalho: I - nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para esse fim aprovado pelo Diretor Geral do Departamento de Segurança e Higiene do Trabalho. <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10719819/artigo-405-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943> acesso em 10 de jan. de 2020.

Dentro do contexto em mostrar e enaltecer a instituição, os Relatórios mostram a expansão das instalações do SENAI, o qual se mostram (na visão do gestor), uma significativa implementação em sua importância em 1948:

> [...] ano de 1.948 teve grande significação para a 7ª. Região do SENAI porque, nos seus primeiros dias, foi instalado o Conselho Regional do Paraná, sendo a **Delegacia Regional** elevada à categoria de **Departamento**. Esse acontecimento representou notável progresso para a Administração do Departamento que, a par da vantagem de poder dispor de meios eficientes para maior contato com a indústria, teve seu trabalho facilitado pela assistência assídua e proveitosa de conselheiros de reconhecida capacidade. (1948, p. 5).

Bem, mais uma demonstração de poder, do anseio de parecer grande e de impor seu poderio liberal industrial. Acredita-se que o momento político no país tenha se alterado, pois Vargas não está mais no poder, mas a política implementada por Dutra, continua sendo de incentivo ao processo industrial.

O Relatório de 1949, o diretor Flausino Mendes aponta:

> é fora de dúvida que o objetivo do Departamento Nacional foi plenamente alcançado. O conjunto de quadros muito bem estudados permite apresentar, com simplicidade e clareza, uma exposição quasi completa dos planos de trabalhos em face das necessidades da indústria, bem como das atividades dos Departamentos e Delegacias Regionais na organização e no funcionamento de suas escolas e cursos. Esse conjunto de quadros, acompanhado de algumas fotografias de instalações e de produtos das oficinas de aprendizagem, permite uma visão geral bem nítida do período de trabalho a que o relatório se refere.
> Contudo, dizemos que o relatório assim apresentado constitue uma exposição quase completa dos planos de trabalho e das atividades realizadas, porque se nos afigura que, em certos casos, é indispensável fazer alguns comentários, embora ligeiros, sem os quais não se poderia apreciar devidamente determinados trabalhos. (1949, NA INTRODUÇÃO).

Neste Relatório (1949, p.06), é mostrada por Flausino Mendes, que: "é que o Departamento Nacional, visando conseguir que os relatórios dos Departamentos e Delegacias regionais sejam suficientemente uniformar para permitir rigorosa comparação entre os resultados obtidos."

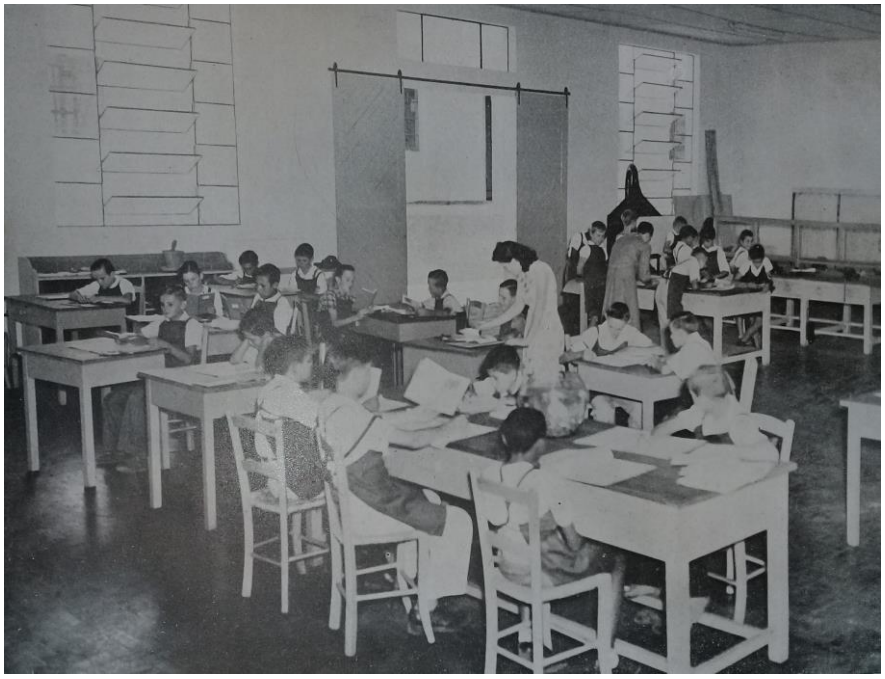
Ainda, no que se refere a questão das construções e instalações de escolas

> No decorrer do ano de 1949, o Departamento Regional do Paraná, tendo concluído a construção dos edifícios onde entrou a funcionar a escola de aprendizagem de Curitiba, pôde atacar, com intensidade, a construção da escola de aprendizagem de Londrina, cujas obras estavam quasi paralisadas em virtude de não dispormos de recursos para executar, simultaneamente, a construção de dois edifícios.
> O Departamento Regional programou iniciar as atividades da Escola de Aprendizagem de Londrina no dia 15 de julho de 1950.
> O segundo comentário considerado indispensável, solicitado por muitos industriais de madeira e estimulado por uma sugestão oportuna do Instituto Nacional do Pinho,

> o Departamento Regional do SENAI, em princípios de 1949, procurou pôr em prática a formação profissional de afiadores de serras. (1949, P.06-07).

Para o ano de 1949, o Relatório continua apontando a mesma ideologia "superior", em que a instituição é apontada como "ideal" em seus aspectos gerais, passando para o leitor uma posição de destaque em sua gestão, capaz de demostrar uma capacidade na formação de profissionais preparados e aptos a atender as necessidades da indústria e da área de serviços.

FIGURA 12-CURSOS VOCACIONAIS – 1948



Fonte: Relatório Senai de 1948

O Relatório de 1950[86] deixa claro a adoção da padronização de que tratava o do ano anterior: "O relatório dos trabalhos realizados pela 7ª. Região do SENAI durante o ano de 1950 é apresentado, como no ano anterior, em quadros numéricos que definem bem suas atividades no período citado".[87]

Na Introdução do Relatório do SENAI de 1950, ainda se esclarece:

---

[86] O livro "Histórias e Percursos" (CNI/SENAI, 2002, p. 33) aponta que "os anos cinquenta do século XX, no DN, começaram pela retomada e ampliação das diretrizes indicadas como necessárias ao desenvolvimento do que se chamou ação em profundidade, dando ênfase – recorde-se – ao problema da qualidade do ensino e do rendimento escolar, ao ajustamento dos cursos às necessidades efetivas da indústria; enfim, do aprimoramento institucional, com vistas à consecução dos objetivos primordiais da instituição".

[87] Observa-se na Introdução do Relatório (1950), que: "Êsses quadros são padronizados pelo Departamento Nacional, de modo a haver rigorosa uniformidade nos relatórios dos Departamentos Regionais, o que facilita a comparação dos resultados obtidos nos diversos setores em que opera o SENAI".

> o exame dos quadros que constituem cada relatório permite observar os planos de trabalho para satisfazer as necessidades da indústria, a distribuição das unidades escolares e dos cursos nelas mantidos, a matrícula e a frequência de alunos por escola e por curso, os certificados e cartas de ofício concedidos, enfim, todos os elementos necessários à apreciação do que realizou cada Departamento Regional.

Em 1950 informa-se que "duas novas unidades entraram em funcionamento na 7ª. Região, a Escola de Aprendizagem do SENAI de Londrina e a Escola Ferroviária Engenheiro Rodovalho, de Tubarão" (p. 3).[88]

Outro ponto indicado no Relatório apontava:

> a instituição do regime de bolsas para o curso de afiação de serras era uma necessidade que se impunha. A indústria de extração de madeira, sendo por sua própria natureza muito dispersa, não permite a localização de um centro de aprendizagem em ponto acessível aos industriais interessados. As 1300 serrarias dos Estados do Paraná e de Santa Catarina acham-se espalhadas por todo o território dos dois Estados. De outra parte, é fora de dúvida que os melhores resultados são obtidos quando se empreende a formação de artífices com elementos tirados do próprio meio industrial a ser servido. O curso de afiadores de serras, tão desejado e tão aplaudido pela indústria madeireira, instalado na Escola de Aprendizagem de Curitiba, teve em 1949 reduzido número de alunos. Foi por isso que se resolveu a instituição do regime de bolsas para êsse curso com excelentes resultados. As bolsas concedidas em 1950 foram em número de 23, no valor de Cr$ 500,00 mensais cada uma, tendo o Instituto Nacional do Pinho contribuído com a importância de Cr$ 75.000,00 para atender parte das despesas dessas bolsas. (1950, p.03)

Na introdução do Relatório de 1951 retrata-se que as atividades prosseguiram normalmente. O diretor Flausino Mendes da Silva anota: "os recursos de que poderia dispor o Departamento não seriam suficientes para continuar ampliando a rede de escolas existentes para construção e instalação de novas unidades", e que, ao mesmo tempo, tornava-se necessário "completar o equipamento de algumas escolas em funcionamento e instalar certos cursos reclamados pela indústria da Região."

No que tange aos investimentos da Regional, ficou definido que "os recursos disponíveis seriam empregados em melhoramentos das instalações existentes, devendo ser adiada a construção de novas escolas" (p. 4).

Nesse contexto, na Introdução do Relatório que "até o fim de 1951, não se logrou qualquer sucesso nos processos de financiamento em marcha, e o plano de trabalho teve que ser executado, deixando-se de parte o aumento de escolas."

---

[88] Essa Escola foi construída e instalada pela Estrada de Ferro D. Tereza Cristina, mas a Diretoria da ferrovia entregou inteiramente a organização dos cursos ao Departamento Regional do SENAI, que executou os trabalhos que lhe foram confiados sob a supervisão da Divisão de Transportes do Departamento Nacional. A referida Escola se mostrou uma necessidade, segundo a descrição no Relatório. (como citado anteriormente).

Acredita-se que para o ano de 1951, a instituição deixou de receber valores destinados pelas indústrias financiadoras, fato que levou esta a recuar em certos aspectos da sua busca pela expansão.

Na introdução do Relatório de 1952 informa que "no início do ano letivo realizou-se uma reunião em Curitiba, com a presença dos instrutores chefes das diversas escolas, com fim de serem discutidos assuntos referentes às Séries Metódicas, no sentido de possibilitar perfeita uniformidade de trabalho entre as escolas da Região."

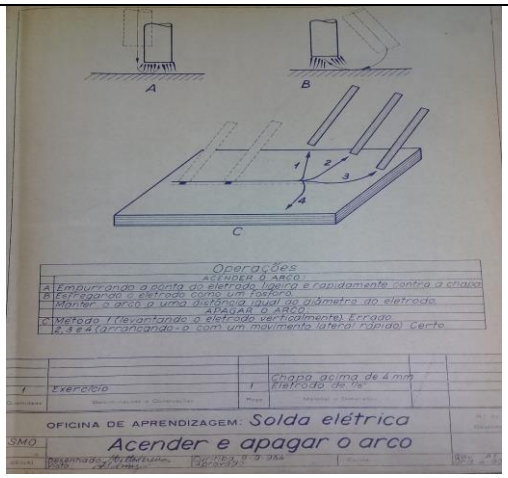
Ainda na mesma Introdução do Relatório de 1952:

> assim, procurando sempre melhorar e progredir não só material como espiritualmente, tratou-se de manter vivo o contacto com o pessoal docente, através de distribuição de material didático, de trocas entre as escolas de relatórios das reuniões pedagógicas, das excursões, afinal tudo que viesse criar um clima de entendimento e uma certa unidade de vistas, para melhor harmonia de conjunto. É, assim, confortador mais esse término de ano escolar, pois verificou-se que os bons resultados conseguidos no atingimento dos objetivos do SENAI, são, em grande parte, fruto da colaboração de seu pessoal que nobremente quer ver a aprendizagem profissional proporcionar maior felicidade à humana gente com quem convive.

Neste Relatório, a questão das atividades realizadas pela DR, e da experiência acumulada pela Instituição durante os anos de trabalho.

Dentro do processo de ensino do SENAI, a metodologia utilizada eram as Séries Metódicas (desenhos), que mostravam os processos pelos quais os alunos deveriam seguir. Uma metodologia de ensino, que o SENAI utilizou por muitos anos. O Relatório de 1946 cita que "foi organizada a série necessária ao Curso de 'Corte e Costura', no Curso de 'Alfaiataria', para a série de 'Trabalhos de Pedreiro', foram feitas adaptações diversas, ocasionando a confecção de novos desenhos" (p. 18). Ainda, "para o Curso de Mecânica, foi feita uma distribuição especial dos desenhos da série básica, que ficou com dois bimestres. No primeiro a série é geral, no segundo os alunos são divididos em dois grupos: o 1º. – dos que estão mais indicados para: serralheiros, ajustadores e torneiros e o 2º. – caldeireiros, ferreiros e funileiros" (p. 18).

FIGURA 13-EXEMPLO DE SÉRIES METÓDICAS 1952



Fonte: Fonte: Relatório SENAI de 1954, CAO Tecnologia, s/p.

O Relatório de 1953 pode ser considerado como um “divisor” no processo de formação profissional por parte do SENAI, pois este se configura como o último da 7ª Delegacia que uniam os dois Estados do Sul (Paraná e Santa Catarina), para 1954 ocorrerá a sua divisão.

Na parte introdutória do Relatório 1953 o relator mostrava a positividade com que a Escola era vista como contribuição à indústria brasileira:

> ao iniciarmos este sucinto relatório das atividades do Departamento Regional do SENAI, na 7ª. Região, fazemo-lo convencidos de que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, cada ano que passa consolida e justifica a sua posição de órgão auxiliar, positivamente relacionado com o crescimento econômico da indústria nacional. (1953, p. 2).

Completa o relator a ideia que prevalece sobre a contribuição explícita da escola para com o empresariado e o governo nacional: “eis porque não temos dúvida nenhuma de situar a ação do SENAI dentro dos postulados da Economia Política e da Política Social” (p. 2).

Dentro dessa visão positivista, lê-se na introdução do Relatório de 1953:

> a sorte está lançada, ou racionaliza-se o trabalho, melhoram-se as relações humanas e marcha-se para a harmonia socioeconômica ou negligencia-se face o dever, a sabedoria, o progresso e estaciona-se sob o estigma degradante de urna nação “subdesenvolvida”, incapaz de manter e defender os predicados de um povo livre e senhor do seu próprio destino.

Outro ponto de que se deve ressaltar na introdução do Relatório de 1953 refere-se à separação da 7ª Região:

> Conforme é do conhecimento dos Egrégios Conselhos do SENAI, Regional e Nacional, este Departamento extendia, até o último dia do ano findo, a sua jurisdição sobre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, compreendidos ambos os seus territórios pela denominada 7ª. Região do SENAI.

A situação que se segue, é considerada de grande importância nesta Tese, pois ressaltar a divisão do Departamento Regional da 7ª Região Paraná/Santa Catarina, fato este que representa uma grande mudança não apenas de estrutura física com a divisão, mas também se mostra como elemento de desenvolvimento econômico/social dos dois Estados. O Relatório cita várias informações, como observava o documento:

> Após terem sido ordenadas pelo órgão manter do SENAI as medidas exigidas para a instalação do novo Departamento Regional, por portaria de 1º. de Outubro de 1953 nº 33/53, baixada pelo Sr. Diretor do Departamento Nacional do SENAI, fomos designados para em colaboração com a Federação de Indústria de Santa Catarina, promover o efetivo desdobramento do Departamento e a consequente instalação e funcionamento do novo. Tais trabalhos, feitos com pleno êxito, foram concluídos a 31 de Dezembro, desligando-se dessa data em diante de nossa jurisdição as atividades do SENAI, no Estado referido. (p. 7).
> O novo Departamento Regional de Santa Catarina inicia suas atividades a 1º de Janeiro de 1954, com a autonomia que lhe é própria, dirigindo os serviços ali já instalados, que compreendem, em funcionamento as Escolas de Joinville, Florianópolis, e Siderópolis, de exclusiva propriedade do SENAI e a Escola de Aprendizagem de Tubarão pertencente à Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, que opera sob a inteira orientação do SENAI. (1953, p. 7).

Ao refletirmos sobre essa questão, acredita-se que a ação do SENAI foi a de afirmar o crescimento de Santa Catarina como elemento contribuinte ao processo industrial do Estado e do país. Uma forma de demostrar que Santa Catarina entra em um novo momento, mostrando um crescimento industrial com a criação da FIESC. Um Estado em desenvolvimento, com um parque industrial em crescimento, corroborando com o pensamento liberal, aplicado naquele momento e para frente no Brasil.

FIGURA 14-FESTA DE DESMEMBRAMENTO DA 7ª. REGIONAL

Festa de Desmembramento da 7ª Região (Paraná e Santa Catarina)
Local: Escola de Aprendizagem de Curitiba – Rebouças – Curitiba/PR – Data: dezembro de 1953
Acervo: Centro de Memória do Sistema Fiep - Presidente da Fiep: Heitor Stockler de França

Fonte: Centro de Memória Fiep – Imagem cedida pela Bibliotecária Adriana H. Santini, 2019.

A imagem acima mostra a festa realizada em 1953 para comemorar o desmembramento da 7ª. Regional do SENAI, Paraná – Santa Catarina.

Buscando um "fechamento" na utilização dos relatórios do SENAI[89], observa-se que estes, de 1954 e 1955, ilustram a tese e a complementam em diversos aspectos, mostrando o período de transição da instituição.

A parte introdutória do Relatório de 1954 assinala a nova fase: "o ano de 1954 assinala uma nova etapa na vida da 7ª. Região do SENAI, porque representa o primeiro período de atividades após a instalação do Departamento Regional de Santa Catarina."

Sobre a divisão da 7ª Região, o Relatório cita que,

> até o fim de 1953 duas unidades da Federação Brasileira — Paraná e Santa Catarina constituíam a 7ª. Região do SENAI, conjugando seus recursos na formação de um conjunto bastante forte para cumprir sua missão em condições de absoluta independência. O grande desenvolvimento dos dois Estados no setor industrial veio a garantir, a cada um, a possibilidade de manter seus próprios serviços sem auxílio exterior, e a separação se deu no momento oportuno, quando já era viável o desdobramento da Região em dois Departamentos perfeitamente estáveis. (1954, p.04).

Ao ressaltarmos a divisão, estamos também apontando os anseios não só dos industriais catarinenses, mas também, acredita-se da classe política local. Indica-se em relação a nova Delegacia Regional de Santa Catarina, Elisabeth Schirmer (2004, p. (2004, p. 45), nos mostra a situação seguinte:

> Para dirigir o Departamento recém criado, Celso Ramos escolhera o jovem Alcides Abreu, cuja inteligência e brilhantismo já afiançavam o sucesso que o novo órgão haveria de obter no futuro. Conhecia pelo nome cada industrial do estado, que tinha então uma mão-de-obra industrial estimada em 18 mil trabalhadores. Ele sabia, melhor do que ninguém, da extrema carência de mão-de-obra especializada e da necessidade de um planejamento para modificar essa situação que poderia ser considerada, no mínimo, complexa.

A separação da 7ª Regional em duas partes traz, entre outras consequências, a necessidade de uma nova forma de interpretação dos trabalhos realizados e dos dados obtidos. Para tal, demostra-se segundo o Relatório de (1954, p.04), que:

---

[89] Busca salientar, que a apresentação dos Relatórios de 1943 a 1953 foi possível porque foram feitos pela 7ª. Regional Paraná/Santa Catarina, e se encontram disponíveis na FIEP, conforme informado na Introdução desta tese. No levantamento para os dois anos posteriores, 1954 e 1955, os dados referentes aos cursos foram suprimidos desta pesquisa, pois na FIESC e em outros centros documentais catarinenses não foram encontrados informações e dados referentes a esta Regional especificamente, o que prejudicou a completude do levantamento realizado.

> este [Relatório] não pode ser apreciado em comparação com os dos anos anteriores. Os quadros que o constituem, nos moldes das normas estipuladas pelo Departamento Nacional, registram números relativos a matrículas, unidades escolares, cursos, etc., que não podem ser comparados com os que se verificam em iguais períodos passados.

Encerrando a demonstração do obtido com os Relatórios anuais do SENAI, sobre 1955 é interessante comentar que a Instituição buscou, naquele ano, mostrar publicamente o que vinha realizando com a edição do SENAI, dos 13 anos de Relatórios das suas atividades na 7ª. Região, da fundação até a divisão, por ocasião da criação da Federação das Indústrias de Santa Catarina e, consequentemente, da Unidade SENAI daquele estado.

Nas reflexões efetuadas até o momento, os Relatórios apresentados dão um norte de como o SENAI buscava ser reconhecido pela sociedade, pois buscava apresentar uma ideologia voltada para a formação do trabalhador dentro de conceitos rígidos, ainda, procurou atender em diversos aspectos sociais seus alunos, mostrando para a sociedade que a instituição poderia ser mais que apenas um agente formador.

Abaixo uma imagem do cartão de Visitas do Diretor Flausino Mendes, em que este o utilizava para se apresentar nas indústrias do Paraná e de Santa Catarina.

FIGURA 15- CARTÃO DE VISITAS DO DIRETOR REGIONAL DO SENAI

Fonte: Relatório SENAI 1955.

4.2 A FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SENAI E A SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA DO PARANÁ E SANTA CATARINA

Neste momento da pesquisa, efetua-se uma reflexão a respeito das ações do SENAI, relacionando os Cursos ofertados com a demanda pela referida formação, atrelando tal ação ao desenvolvimento econômico local no período.

As ações do SENAI, serão mostradas por meio de planilhas e quadros em relação a formação de trabalhadores para a indústria e serviços diversos. Já foi citado, a questão das informações e dados que em certos momentos se apresentam desiguais, mas buscou-se adequá-los e analisá-los dentro dos objetivos deste trabalho.

Para ilustrar, registra-se que a administração do Departamento Regional (DR) e da Delegacia Regional (DL) no Paraná, Santa Catarina e o Território do Iguaçu, esses estão subordinados ao Departamento Nacional (DN) e ao Conselho Nacional (CN).[90]

Para ilustrar esta questão no trabalho, acrescenta-se abaixo dados importantes para as análises.

Inicialmente é citado, que o cadastro junto as indústrias do Paraná e Santa Catarina, o número de indústrias, operários e o número destes qualificados entre 1943 a 1948, em que se busca fomentar a relação do agente formador com seus formandos.

QUADRO 19: CADASTRO DAS INDÚSTRIAS E OPERÁRIOS DAS INDÚSTRIAS EM 1943 A 1948 NO PARANÁ E SANTA CATARINA

Ano	Nº Indústrias	Nº Operários	Nº Operários Qualificados
1943	**-**	**89.185**	**-**
1944	**3.997**	**100.242**	**16.859 (16,8%)**
1945	**5.495**	**101.901**	**18.414 (18,1%)**
1946	**1.520**	**95.139**	**16.036 (18,5%)**
1948	**7.349**	**73.508**	**25.417 (34,7%)**

Fonte: Relatório SENAI de 1943, (p. 10); 1944, (p.16); 1945, (p. 45)[91]; 1948, (p. 29-30)

Apontar elementos que contribuam com a discussão e reflexão acerca de atender ao objeto de pesquisa deste trabalho, meu neste caso, os Relatórios do SENAI nos respectivos anos, vem a contribuir com a importância do referido cadastro e dos números advindos do mesmo, em que dá uma noção clara do número de indústrias, trabalhadores e destes

[90] DR = Departamento Regional; DL = Delegacia Regional; CR = Centro de Responsabilidade; DN = Departamento Nacional; CN = Conselho Nacional.

[91] Como nota explicativa, o Relatório mostra que "as relações anexas apresentam a distribuição dos estabelecimentos industriais, total de empregados e total de operários qualificados pelos diversos municípios dos dois estados. Em Santa Catarina o número de empresas é menor, mas apresenta tanto um número de empregados quanto de empregados qualificados maior que no Paraná.

qualificados, que e apresenta pequeno, pois gira em torno de pouco mais de 16% a 18%. A exceção fica perto dos anos 1950, com um número já expressivo de mais de 34%, de qualificação. Os Relatórios não apontam se este aumento se refere já a instalação das escolas SENAI específicas em cada Estado, mas acredita-se que para essas análises, tal fato esteja atrelado a política governamental de desenvolvimento industrial neste período.

Seguem-se as análises com o quadro abaixo, que demostra mais um aspecto da relação existente entre o desenvolvimento industrial com a formação de trabalhadores no período.

TABELA 23- TRABALHADORES APRENDIZES MAIORES E MENORES DE 18 ANOS TRABALHANDO EM DIVERSOS RAMOS PROFISSIONAIS EM 1959

Atividade	Nº Operários Maiores de 18 anos	Nº Operários Menores de 18 anos
Indústria de Transformação	PR 42.424 H / 4.146 M	3.041 H / 1.458 M
	SC 33.827 H / **8.003** M	3.173 H / **2.831** M
Mecânica	PR 591 H / 14 M	68 H / 1 M
	SC **1.132** H / 0 M	**139** H / 0 M
Têxtil	PR 481 H / 988 M	131 H / 324 M
	SC 4.011 H / **4.714** M	664 H / **1.572** M
Vestuário, Calçado e Artefatos de Tecido	PR 525 H / 101 M	79 H / 31 M
	SC 388 H / **365** M	72 H / **157** M
Editora e Gráfica	PR 894 H / 188 M	134 H / 60 M
	SC 361 H / 62 M	63 H / 29 M
Madeira	PR 17.195 H / 347 M	600 H / 153 M
	SC 11.730 H / 108 M	628 H / 46 M

Fonte: Censo Industrial 1960- PR/SC/RS – IBGE – Voluma III – Tomo VII, pg. 26-60

Muitas das análises se fazem pelos elementos encontrados nas diversas pesquisas, no caso da inserção deste quadro acima nos faz refletir mais ainda, pois apresenta uma visão mais ampla do processo de formação da classe trabalhadora. Além de mostrar que os jovens estão inseridos no processo de formação, os dados mostram uma diversidade interessante, pois em certos aspectos, a atuação das “mulheres de Santa Catarina” aparece como destaque em um número superior aos homens em certas atividades profissionais, algo bastante interessante para análises e pelo período histórico.

Em continuação aos apontamentos deste capítulo, para relacionar a esta política pública voltada para o desenvolvimento da indústria, no ano de 1944, foram citados pelo Relatório SENAI: "atualmente, há em funcionamento, na 7ª. Região, 6 núcleos de aprendizagem – em Curitiba, Ponta Grossa, Florianópolis, Joinville, Blumenau e Criciúma" (p. 2). Esta citação, busca se relacionar com o quadro 28, que aponta os locais de formação e sua estrutura física.

Para iniciar a formação, a aplicação das provas em diversas localidades, em que é citado:

> Durante o ano de 1943 levamos a efeito 23 aplicações de baterias de provas. Além dessas, compilamos provas para alfaiates, costureiras e gráficos. O estudo dos resultados, não foi possível fazer, por falta de pessoal técnico. Foram convocados a nossos exames de seleção 1.245 candidatos, dos quais foram selecionados 696. Para seleção adotamos o critério racional do aproveitamento dos **valores normais**, rejeitando os inferiores e superiores. Levamos a efeito a aplicação de provas em Curitiba, Florianópolis, Blumenau, Joinville e Ponta Grossa. (1943, p.4).

Por sua vez, no quadro abaixo, indicamos os tipos de Curso, as cidades que foram realizados e o número de aluno.

TABELA 25- INSTALAÇÃO DE CURSOS DIVERSOS E O NÚMERO DE ALUNOS EM 1943

Cursos	**Cidades**
CF [Cursos de formação] e CTM [Cursos para trabalhadores menores]	Curitiba (382), Ponta Grossa, Joinville (105) e Bom Retiro[92] (80).
CP [Curso preliminar para menores]	Curitiba e Ponta Grossa (78).
CRA [Curso rápido de formação para adultos] e CRF [Curso rápido de formação]	Florianópolis, Garcia (37) e Criciúma.
CTM [Curso para trabalhadores menores] e CF [Curso de formação]	Florianópolis, Criciúma e Londrina. **Total de 682 alunos**

Fonte: Relatório do SENAI de 1943, (p. 4-5).

[92] Observa-se Bom Retiro como uma cidade que recebeu Escola SENAI em 1943. Este município catarinense possui uma extensão territorial de 1.055,5 Km², uma população de 9.870 habitantes (IBGE/2018). Está localizado geograficamente no Portal da Serra Catarinense, o Hall de entrada para a Serra. Curiosamente, uma pequena porção de Bom Retiro encontra-se no Alto Vale do Itajaí. foi elevado à categoria de município por meio da Lei nº 1408, de 4 de outubro de 1922, sendo instalado em 14 de janeiro de 1923. Bom Retiro se desmembrou de Lages e Palhoça. Localiza-se a 120 km de Florianópolis e (segundo pesquisa), seu forte economicamente é a Produção de Lavouras com (20%) e Pecuária com (8%). Tem nos dias atuais uma industrialização pequena, em torno de 3,3% em 2010. (SEBRAE, 2013, p. 46).

Dentro deste contexto de formação para o trabalho, muito do que ocorreu neste processo no país foi gestado a partir da implantação da política pública educacional chamada SENAI, pois outras iniciativas, também tiveram a ação governamental, mas não o crescimento desta relação entre o governo e o empresariado industrial. Então, apresentar tal fomento e o desenvolvimento desta instituição se mostra dúbia, pois se tratou de um atendimento à sociedade, ou à classe industrial? Buscava-se mudar um país, o Brasil era fortemente agrícola, que buscava atender ao mercado interno e esta mudança se apresentou como uma alternativa para atender ao crescimento econômico. Uma relação entre o governo e o empresariado industrial em cidades estratégicas, o qual apresentaram uma demanda em relação a necessidade da instalação das escolas SENAI nas referidas cidades.

Tais questões, apresentam uma relação com o quadro acima, em que se mostram as matrículas nas escolas de aprendizagem para o Paraná e Santa Catarina em 1943. Os cursos são de formação variada, tanto para menores, quanto para adultos.

Na sequência, elaborou-se um quadro resumo para mostrar a evolução do número de alunos matriculados nos diversos cursos ofertados pelo SENAI nos anos de 1943 a 1953. Tais dados foram compilados para facilitar a visualização e análise, que será efetuada em seguida à amostragem dos dados.

TABELA 26- NÚMERO DE MATRÍCULAS EM DIVERSAS MODALIDADES DE CURSOS DO SENAI - 1943 A 1953

Cursos	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	Total
[CAO]-Curso de Aprendizagem de Ofícios – [CAI]-Curso de Aspirantes a Indústria	0	251	222	285	370	376	464	514	586	645	758	4.471
[CP]-Curso Preliminar para Menores – [CPA]Curso Preliminar para Adultos	345	270	201	241	174	69	203	120	117	133	62	1.935
[CA]-Curso de Aperfeiçoamento – [CRF]-Curso Rápido de Formação –	337	130	283	329	296	234	374	350	243	224	179	2.979

[CPA]-Curso Preliminar para Adultos – [CF]-Curso de Formação de Aprendizes												
TOTAL	**682**	**651**	**706**	**855**	**840**	**679**	**1.041**	**984**	**946**	**1.002**	**999**	**9.385**

Fonte: Relatórios SENAI (1953, p. 47-49-53).[93]

Referente ao quadro acima, este dá uma visão ampla das atividades do SENAI em todo o período pesquisado. Importante ver, que ocorreu uma alteração no número de alunos com o aumento significativo de matrículas no decorrer dos anos. Acredita-se que este acréscimo nas matrículas se refere ao esforço do governo na implantação da política pública de desenvolvimento industrial pelo qual passava o país, mas também da pressão do SENAI junto ao empresariado industrial, fato da obrigatoriedade de serem matriculados os trabalhadores. Como resultado desta questão, o quadro aponta que ocorreu um aumento de matrículas, principalmente para os Cursos CAO (Curso de Aprendizes de Ofícios) e CAI (Cursos de Aspirante a Indústria), cursos iniciais, que tinham um prosseguimento, levando os alunos a continuarem como alunos. Outro ponto, se refere aos Cursos (CA) Curso de Aperfeiçoamento; (CRF) Curso Rápido de Formação; (CPA) Curso Preliminar para Adultos e o (CF) Curso de Formação de Aprendizes, também terem um número significativo de alunos. Fatores importantes (citados nos Relatórios), como a não adaptação dos alunos aos cursos e a obrigatoriedade em inscrever alunos, se apresentam como fatores. Interessante verificar, que os Relatórios, apontam, somente questões do lado dos alunos e das empresas no tocante a não adaptação, que a instituição oferta cursos dentro de um modelo a formar o cidadão-operário, correto e legítimo, contribuindo para o desenvolvimento do país.

É importante ressaltar, que os Cursos de: Tornearia Mecânica; Ajustagem; Ferraria; Serralheria; Funilaria; Marcenaria; Construção Civil; Alfaiataria; Corte e Costura; Mecânica de Rádio; Caldeiraria; Solda; Entalhação; Tipografia e Tornearia de Madeira, são mostrados no Relatório de 1946 (p.22), como componentes das diversas áreas de formação. Neste caso, estes Cursos estão enquadrados na especificidade como: CAO (Curso de Aprendizes de Ofício), CRF (Cursos Rápidos de Formação) e CAI (Curso de aprendizagem-Aspirantes a Indústria).

[93] **CA**- Curso de Aperfeiçoamento; **CAI**- Curso de Aprendizagem (Aspirantes A Indústria); **CAO**- Centro de Aprendizagem de Ofícios; **CP**- Curso Preliminar para Menores; **CPA**- Curso Preliminar para Adultos; **CRF**- Cursos Rápidos de Formação; **CFA**- Curso de Formação de Aprendizes. Observa-se que não se tem dados separados dentro de cada quadro. Estão citados os Cursos CAO e CAI, que aparecem nos Relatórios com o número de alunos somados.

Os ofícios eram diversos, tanto para o setor industrial, quanto para o setor de serviços, que são mostrados abaixo, de 1945 a 1950.

TABELA 24 - OFÍCIOS ENSINADOS PELO SENAI EM 1945 E 1950

Grupo	Indústria	Ofícios
I	Alimentação	1. Padeiro e Confeiteiro 2. Açougueiro e Salsicheiro 3. Charuteiro
II	Vestuário	1. Sapateiro 2. Alfaiate 3. Bordadeira 4. Chapeleira 5. Costureira 6. Cortador de calçados 7. Modelista de calçados 8. Pespontador de calçados 9. Costureira de roupas brancas 10. Serzidor 11. Tintureiro
III	Construção Civil e Mobiliário	1. Carpinteiro 2. Marceneiro 3. Torneiro de madeira 4. Entalhador 5. Tanoeiro 6. Segeiro 7. Vimeiro 8. Tapeceiro – Estofador 9. Pedreiro 10. Estucador 11. Marmorista 12. Canteiro 13. Instalador de água, esgoto e gás 14. Pintor 15. Carpinteiro de esquadrias 16. Carpinteiro de formas 17. Afiador de serras 18. Marceneiro montador 19. Armador 20. Serralheiro civil
IV	Extrativismo	1. Mineiro
VI	Fiação e Tecelagem	1. Gravador têxtil 2. Fiandeiro de algodão 3. Fiandeiro de lã 4. Fiandeiro de linho, juta e outras fibras 5. Tecelão de malharia 6. Tecelão de tecidos em geral 7. Serzidor 8. Passamaneiro
VII	Artefatos de Couro	1. Indústria do Couro 2. Seleiro (inclui correeiro, maleiro) 3. Marroquineiro 4. Luveiro 5. Peleteiro
IX	Joalheria e Pedras Preciosas	1. Cinzelador 2. Joalheiro 3. Lapidador 4. Relojoeiro
X	Indústrias Químicas e Farmacêuticas	1. Laboratorista
XI	Papel e Papelão	1. Cartonegeiro

XII	Gráfica	1. Artes Gráficas 2. Compositor manual 3. Mecanotipista 4. Impressor 5. Litógrafo 6. Fotogravador 7. Gravador 8. Encadernador 9. Dourador 10. Pautador 11. Fotógrafo de artes gráficas 12. Fotolitógrafo 13. Tipógrafo 14. Impressor de “off-set”
XIII	Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana	1. Ceramista 2. Vidreiro 3. Lapidador de vidros e cristais 4. Decorador de vidros 5. Modelador ceramista 6. Moldador ceramista 7. Torneiro ceramista 8. Decorador ceramista
XIV	Metalurgia, Mecânica e Material Elétrico	1. Ajustador 2. Serralheiro 3. Latoeiro (Funileiro) 4. Caldeireiro 5. Ferreiro 6. Mecânico de automóveis 7. Mecânico de refrigeração 8. Mecânico de manutenção 9. Ferreiro 10. Ferramenteiro 11. Retificador mecânico 12. Torneiro mecânico 13. Fresador 14. Funileiro 15. Fundidor – Moldador 16. Modelador de fundição 17. Soldador 18. Mecânico – Eletricista 19. Mecânico de rádio 20. Eletricista – Instalador 21. Mecânico de instrumentos 22. Mecânico de tubulações 23. Mecânico serralheiro 24. Operador mecânico 25. Soldador elétrico 26. Soldador oxi-acetilênico
XV	Transportes Marítimos e Fluviais	1. Carpinteiro naval
XVI	Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico	1. Lanterneiro 2. Pintor de automóveis 3. Eletricista – Instalador de alta tensão

Fonte: Relatórios SENAI (1949, p. 15-16; 1952, p. 11-12).[94]

Como observação e complemento ao Relatório de 1949 citado acima, acrescentam-se nos itens XV e XVI, informações dos Relatórios de 1950 e 1952, em que são apresentados

[94] Nota: Os cursos destacados em negrito foram ofertados a partir de 1950.

cursos novos. Complementando essa informação, cita-se que essa oferta de cursos se estende da mesma forma em 1953, 1954 e 1955, não apresentando alterações ou novos cursos.

Ao apontarmos os diversos ofícios no quadro acima (22), buscou-se mostrar a relação entre o agente formador, as indústrias e o setor de serviços, que necessitavam de trabalhadores formados no período da tese, mostram-se abaixo, algumas dessas empresas que estavam inseridas em Santa Catarina e no Paraná, que fizeram parte deste processo de desenvolvimento econômico por meio da fabricação de diversos produtos e serviços. Abaixo, algumas empresas por ramo de atividades no período da Tese.

Vê-se que o processo de formação de trabalhadores pelo SENAI apresentou no relatório de 1947, o quadro que segue abaixo, são alunos diplomados nos cursos Ordinários e Extraordinários em diversas modalidades nas cidades de Curitiba, Florianópolis e Joinville.

TABELA 25- CURSOS EXTRAORDINÁRIOS E ORDINÁRIOS ALUNOS DIPLOMADOS EM 1947

OFÍCIOS	Curitiba-EXT.	Curitiba-ORD.	Florianópolis-EXT.	Florianópolis-ORD.	Joinville-EXT.	TOTAL
Construção Civil	7		-		-	7
Marcenaria	3	1	-	1	2	7
Fundição	1		-		-	1
Tornearia Mecânica	3	2	-	4	7	16
Motor de Explosão	6		-		-	6
Eletr. Instalador	3		-		1	4
Ajustagem	3	1	-	4	4	12
Soldador	1		-		-	1
Mecânico de Rádio	11		-		-	11
Tornearia da Madeira	1		-		1	2
Alfaiataria	-		-	2	-	2
Corte e Costura	-	2	8	7	-	17
TOTAL	39	6	8	18	15	86

Fonte: Relatório SENAI 1947 (p. 2-3).

Uma forma de apontar a utilização do SENAI neste processo de formação da classe trabalhadora, é sem dúvida, mostrar e efetuar uma relação entre o número de alunos Diplomados com o número de Certificados Expedidos, pois muitos destes ofícios apresentados acima, se relacionam com a atividade dos trabalhadores aprendizes nos Estados

do Paraná e Santa Catarina. É claro que estes apresentam um número pequeno de formandos, mas para este estudo são de grande importância.

Outro fator para reflexão, são as áreas que mais formaram: no Paraná, a Construção Civil; Motor a Explosão e Mecânico de Rádio. Para Santa Catarina: Tornearia Mecânica; Ajustagem e Corte e Costura. Números mostrados também no quadro abaixo, tendo vários desses cursos com um número maior de formandos, pode-se dizer que seria uma tendência em relação a vocação profissional de cada região.

TABELA 29 - NÚMERO DE CERTIFICADOS EXPEDIDOS EM 1948

OFÍCIO	CAO	CR	CA
TORNEARIA MECÂNICA	2	5	-
AJUSTAGEM	2	1	-
SERRALHERIA	-	2	-
SOLDA	-	3	-
FUNILARIA	-	1	-
ELETRICIDADE	-	2	-
CORTE E COSTURA	6	-	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	-	-	6
MECÂNICA DE RÁDIO	-	14	-
MOTORES DE EXPLOSÃO	-	-	4
MARCENARIA	-	3	-
TOTAL	**10**	**31**	**10**

FONTE: Relatório SENAI 1948 (p. 13).

O quadro acima denota que o número de certificados expedidos era pequeno, o que ocorre também em relatórios apresentados em outros anos. Mas apontam que o trabalho em formar para a indústria estava ocorrendo no período, configurando a relação defendida como objetivo desta pesquisa.

No que se refere ao trabalho de engajamento realizado pelo Serviço Social do SENAI em 1947, o quadro abaixo mostra os encaminhamentos realizados:

TABELA 30 - CADASTRO E ENCAMINHAMENTO DE MENORES PARA DIVERSAS FIRMAS EM 1947

Profissão	Menores cadastrados	Menores encaminhados
Mecânica	56	28
Marcenaria	30	29
Alfaiataria	18	17

Costura	65	20
Construção Civil	7	7
Mecânica de Rádio	1	-
Escriturário	2	-
Bordado	4	-
Eletricista	6	-
Não escolhida	21	-
TOTAL	210	101

Fonte: Relatório SENAI 1947 (p. 32).

O quadro acima se configura de grande importância para este trabalho, pois confirma que os alunos do SENAI eram encaminhados para as diversas empresas atuantes nos estados do Paraná e Santa Catarina. Apesar de não ser possível identificar pelos documentos a que se teve acesso, para quais empresas os menores eram destinados, é claramente identificável a relação agente formador – indústria, o que aponta um direcionamento favorável a uma de variedade de hipóteses para o cumprimento dos objetivos postos nesta pesquisa. Ainda, se vê que se destacam os Cursos de Mecânica, Marcenaria, alfaiataria e Costura, não só no cadastramento, como também no encaminhamento, fator relacionado com a indústria e com o setor de serviços.

O Relatório de 1948 apresenta uma observação importante [já trabalhada anteriormente], que tange na atuação de menores trabalhando nas Minas de Carvão. Em Siderópolis, na zona de mineração de carvão do estado de Santa Catarina, o SENAI havia edificado uma escola de aprendizagem visando principalmente à formação de mineiros.

> O muito que se esperava da indústria carbonífera de Santa Catarina, como um dos fundamentos principais da siderurgia nacional, exigia que se cogitasse, com especial interesse, da formação de mineiros capazes de permitir a racionalização dos trabalhos de mineração. Esta a convicção do Departamento Regional e dos dirigentes da Companhia Siderúrgica Nacional que conjugaram seus esforços no estado da solução de tão importante problema. E a escola de aprendizagem de Siderópolis, cujo objetivo principal era a formação metódica de mineiros, foi instalada. Acontece, porém, que a legislação trabalhista brasileira proíbe o trabalho de menores de 21 anos em serviços de sub-solo, o que não só impediria a aprendizagem como não permitiria que os aprendizes que terminassem o curso pudessem exercer a profissão abraçada. (1948, p. 03)

Em 1950 informa-se que "duas novas unidades entraram em funcionamento na 7ª. Região, em 1949: a Escola de Aprendizagem do SENAI de Londrina e a Escola Ferroviária Engenheiro Rodovalho, de Tubarão" (p. 3).[95]

O SENAI como instituição formadora e que buscou mostrar local e nacionalmente as suas ações, relata em seus Relatórios o crescimento da estrutura física de suas unidades. É o caso do quadro abaixo, em que aponta em detalhes as Unidades construídas no Paraná e em Santa Catarina para os anos de 1951 e 1952. Aponta-se que essas são as mesmas Unidades com que se iniciaram os serviços em 1943.

TABELA 26 - ESCOLAS POR CIDADES - 1951-1952

Ordem	Região	Estado	Cidade	Endereço	Área construída	Capacidade de aprendizes	Escolas já em funcionamento
1		Paraná	Curitiba	Rua Chile	5.160 m²	720	1
2		Paraná	Londrina	Rua Belém	1.610 m²	240	1
3		Paraná	Ponta Grossa	Rua Dr. Colares	1.500 m²	240	0
4	7ª	Santa Catarina	Florianópolis	Rua Bitencourt	430 m²	110	1
5		Santa Catarina	Joinville	Rua D. Pedro II	1.250 m²	240	1
6		Santa Catarina	Blumenau	Itoupava	2.160 m²	480	0
7		Santa Catarina	Siderópolis	Siderópolis	810 m²	150	1
				Total	**12.920 m²**	**2.180**	**5**

Fonte: Relatório SENAI 1952 (p. 13).

Acima, é apontada a estrutura física do SENAI, com as sedes e a capacidade de atendimentos aos alunos ao final do recorte temporal desta tese. Fica claro que o SENAI desde o início dos seus trabalhos buscou ter suas sedes próprias, que certo modo, tal ação demostraria por parte da instituição uma forma de "poder", pois poderia aplicar seus ensinamentos da maneira que lhes conviesse. Ainda salienta-se que as escolas SENAI são as mesmas desde o ano de 1942 (Relatório apresentado em 1943 e dentro do recorte temporal desta tese), pois acredita-se que a expansão de sedes se deu após um período de "consolidação" das sedes já implantadas e dentro da necessidade da indústria e serviços locais.

Em síntese, neste momento, apontam-se considerações a esta pesquisa, uma abordagem das ações do SENAI durante os anos desta pesquisa.

[95] Essa Escola foi construída e instalada pela Estrada de Ferro D. Tereza Cristina, mas a Diretoria da ferrovia entregou inteiramente a organização dos cursos ao Departamento Regional do SENAI, que executou os trabalhos que lhe foram confiados sob a supervisão da Divisão de Transportes do Departamento Nacional. A referida Escola se mostrou uma necessidade, segundo a descrição no Relatório. (como citado anteriormente).

Mediante o que foi exposto, acredita-se que o SENAI não estava “apenas” ofertando cursos de formação, mas também uma perspectiva de vida (que na visão da elite industrial detentora do processo, corroborado com o governo e sua política pública de oferta da formação do trabalhador), um meio de formação, em que estes alunos teriam a oportunidade de ascender socialmente, pois teriam “a formação de um ofício, atrelada a uma vida saudável e sem vícios, que lhes garantiria o acesso a uma vida melhor, um mundo que na visão do trabalhador, poderia ser a descoberta de algo positivo para a sua vida.”

Uma manobra política, algo que foi engendrado pelo Governo Federal atrelado ao empresariado não apenas no setor industrial, mas também no setor de serviços. Um mundo contraditório, que é apresentado pelo texto e por algumas das imagens, em que se pode verificar as situações do cotidiano escolar. O SENAI em seu discurso apresentado nos Relatórios em vários momentos, demonstram isso, uma instituição que buscou apresentar uma perfeição, um modelo estruturado na execução de atividades organizadas e que se buscavam resultados também dentro da ordem estabelecida pela Direção Nacional.

As ações do SENAI foram diversas em relação à sociedade, com interesses também diversos, pois se voltou para a formação de uma classe de trabalhadores para atender a diversos interesses, realmente algo complexo, que levou no período a instruir jovens em diversas áreas e setores, que depois de formados, iriam se inserir no mercado de trabalho para produzir, algo que até nem sempre poderiam consumir. Contradições apresentadas a um objeto de pesquisa complexo, que rende debates em todos aqueles envolvidos no processo de formação para o trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode verificar neste trabalho buscou-se abordar como tema, Trabalho e Educação tendo como objetivo apontar a relação entre o desenvolvimento industrial do Brasil e dos estados do Paraná e Santa Catarina, a partir deste projeto educacional, que uniu o Governo e a Classe Industrial, e neste objetivo, a relação com o objeto de pesquisa, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), tendo como recorte os anos de 1942 a 1953.

Neste trabalho, buscou-se gerar um debate, o concreto pensado a respeito das questões que envolveram a sociedade brasileira no pós 1930, como a atuação governamental em promover o desenvolvimento industrial no país, e com este a "necessidade" de se formar trabalhadores que atendessem a esse desenvolvimento industrial forjado em promover Políticas de Estado pelo Governo Federal, atreladas a certo projeto industrial de desenvolvimento econômico nacional e local, tomando como base as intenções de grupos de industriais ligados ao governo e o próprio governo[96] em buscar ações em prol da criação da referida instituição chamada SENAI.

Procurou-se debater a implantação do SENAI, explicando este movimento real e social, em que se procurou apresentar as contradições geradas a partir da realidade apresentada para a sociedade de época, nesta, as ações dos grupos da burguesia industrial e as consequências geradas em relação à oferta da profissionalização de jovens e a formação desta força de trabalho para a indústria e para serviços diversos, refletindo sobre o papel de duas classes, o trabalhador e o industrial, que buscou (com um discurso de promover por meio da formação profissional), uma ascendência social com a inserção deste no mercado de trabalho, um movimento da sociedade apresentado nestes espaços de contradição, pois para o trabalhador restaria apenas vender a sua força de trabalho como mercadoria, em prol de atender ao referido projeto político implantado.

Verificou-se que o entendimento geral na forma de atuar desta instituição, deu-se baseada na administração científica, o chamado Taylorismo, em que Roberto Mange, Italo Bologna e Euvaldo Lodi, tiveram papel preponderante na condução dos processos de implantação, gestão e formação do SENAI no Brasil, mas na 7ª. Região Paraná e Santa Catarina, destacaram-se personagens como Antônio Theolindo Trevisan e Flausino Mendes, que apresentaram um papel destacado na condução dos trabalhos durante muitos anos.

---

[96] Aponta-se que neste recorte temporal, efetivaram-se dois governos: Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra. Os relatórios do SENAI, não apontaram elementos que diferenciassem os governos nas ações referentes à instituição.

Exibindo uma rígida disciplina e organização sistemática, o SENAI apresentou-se no período pesquisado, como disciplinador em que a razão e a metodologia aplicadas marcaram sua atuação, uma ordem educativa e social, com objetivos centrados na formação do trabalhador, educando-o, apontando uma ideologia liberal de forma patriótica, dentro dos preceitos morais na formação social e técnica.[97]

Dentro desta questão, tal fato levou o pesquisador à reflexão, o SENAI, apontava que seus alunos deveriam ter características físicas e intelectuais voltadas ao encontro da instituição que os formaria, uma política interna que se mostra excludente e higienista, esta não foi tratada nesta Tese, mas fica de elemento para novos estudos. O que fica para a reflexão, é a postura dos dirigentes ligados à burguesia industrial, que este não era o perfil adequado aos alunos SENAI no período, uma forma liberal de se ver o período.

Ainda para estas análises, destacar na relação Governo/SENAI, a atuação do Presidente Getúlio Vargas em relação ao fomento da criação do SENAI, pois se sabe que este se "alia" politicamente aos personagens citados acima, levando o seu governo, a ofertar condições para que o referido projeto se realizasse, uma busca em "moldar" um "novo" operário para a indústria nacional, pois os que "vinham de fora" causavam muitos problemas, principalmente os ligados a movimentos sindicais e ideologias políticas contrárias a do momento político no Brasil. Um operário formado e disciplinado, corroborando com as ideias e os ideais da referida instituição, tudo em nome do desenvolvimento.

Dentro das questões expostas durante as análises, Kuenzer (1989) In Müller (2010, p. 203), em que a mesma efetua uma análise a respeito da atuação do Senai e exprime as contradições vistas por ela.

> As escolas mantidas pelo SENAI apresentam grandes contradições com outras que oferecem ensino profissionalizante. Com relação à administração, as escolas técnicas profissionalizantes mantidas pelo Estado e pela rede particular são subordinadas exclusivamente ao MEC enquanto que as escolas SENAI subordinam-se tanto ao MEC (principalmente no cumprimento do Regimento Único, aprovado por aquele ministério) quanto ao Ministério do Trabalho (com quem melhor se afinam a CNI e sindicatos patronais). Quanto à formação dos alunos, enquanto as escolas ligadas exclusivamente ao ministério da Educação oferecem "o saber sobre o trabalho" na classificação de Kuenzer (1989), os alunos do SENAI recebem "o saber pelo trabalho", aprendendo, na prática, a executar determinadas funções e reproduzindo depois, no cotidiano profissional, uma rigorosa e bem treinada divisão de tarefas. Outra diferença marcante com relação às outras escolas do país e também com

[97] Dentro deste pensamento, ilustra-se o mesmo com a citação de Lopes (1992, p. 67), em que aponta no discurso de Euvaldo Lodi, quanto da implantação do SENAI, no Rio de Janeiro de 1942. "Continuemos, pois, corajosamente, a tarefa que é delegada. E assumamos, de consciência tranquila e resoluta, o pesado e honroso encargo, certos de que, assim, também compartilhamos da obra patriótica, serena e perseverante do Presidente Getúlio Vargas – a quem devemos a concepção de toda essa estrutura, fundada na associação da fábrica à escola [...]."

> escolas similares de outros países – nas quais os programas de formação profissional funcionam a partir da iniciativa dos industriais, com o apoio do Estado – no Brasil um determinado segmento da burguesia industrial assumiu o controle dos programas do Sistema S17, que considerava vitais para o progresso industrial, minimizando o papel do Estado e excluindo completamente o operariado organizado.

Em tempo, ressalta-se que não se teve a intenção de abordar aspectos voltados ao financeiro e a recursos recebidos pela instituição, algo que (nas pesquisas) viu ser debatido por pesquisadores que abordam o tema. Buscou-se se centrar na implantação e de como o SENAI geriu seu processo de formação de seus estudantes.

Outro fator abordado no texto foi da importância que os Relatórios utilizados como fonte principal tiveram nesta pesquisa (apesar de que em certos momentos, estes trazerem informações desencontradas), este contribuíram de grande maneira para que se tivesse a real visão da atuação cotidiana do SENAI, desde a ideologia apresentada, até a forma de como as aulas deveriam ser ofertadas, dentro de um processo rígido e disciplinador, buscando não só a formação técnica/profissional, mas também atuando na questão moral/pessoal de seus alunos. Sugere-se que uma nova pesquisa se realize, para que se supram eventuais falta de dados e esclarecimentos ficados a desejar.

Como já citado, as sedes inicialmente apresentadas e dentro do recorte estabelecido nos Relatórios pesquisados, mostram uma diferença com a instalação e o funcionamento de seis núcleos de aprendizagem, Curitiba, Ponta Grossa, Joinville, Blumenau, Florianópolis e Criciúma, se pode acrescentar Londrina neste processo. Atenta-se para um detalhe importante no que se refere a estes, em outro momento no mesmo Relatório, Siderópolis é inserida como sede de uma de suas unidades.

Neste trabalho, não se buscou efetuar uma comparação da Escola de Aprendizes Artífices com o SENAI, pois se sabe que apesar das EAA ofertarem formação profissional, estas tomaram outro rumo na questão industrial do país, mas no que se refere aos Cursos ofertados, percebeu-se (em certos momentos), uma relação direta entre a oferta de Cursos pelas duas Instituições, é claro que os ofertados pelo SENAI, buscavam (dentro do projeto político da instituição), serem ofertados em condições diferentes a dos cursos das EAA.

É importante destacar que para este trabalho, a contribuição metodológica referente ao tema foi importante, pois permitiu abordar os diferentes aspectos sociais apresentados pela sociedade da época, esta buscava se afirmar dentro de um novo momento em partes liberal e ditatorial ao mesmo tempo, em que as contradições exemplificaram-se em diversos aspectos, como o de formar uma classe de operários a que preço, quem ganharia com tal disciplinarização, “no apertar parafusos e transformar matéria-prima em bens, sem

questionar", ainda "escolher" os melhores para ensinar, sabendo que muitos eram os que desejavam tal formação, deixando trabalhadores experientes de fora do processo, por questionarem seus métodos ou a exploração do trabalhador.

Registra-se, que uma das contribuições desta Tese, está em apontar que ocorreu sim uma relação entre o agente formador SENAI, em relação a formação de trabalhadores para a indústria e para o setor de serviços do Paraná e Santa Catarina, que, apesar dos dados não serem conclusivos (como citado), pois mostram que a instituição atuou junto ao setor industrial diretamente, não apenas inicialmente em cadastrar indústrias, mas no formar este trabalhador e no encaminhamento destes alunos (Relatório de 1947, exposto no quadro 27). Outra, é de apontar como um governo aliado a classe industrial molda o destino de um país com a efetivação de acordos e de políticas públicas (neste caso), para a educação profissional e para o desenvolvimento industrial.

Salienta-se que por parte do SENAI, ocorreu o fomento na formação de trabalhadores como mostram os relatórios e demais material pesquisado, o que não se teve, foram a destinação destes alunos para as diversas indústrias locais neste período, mas buscou-se junto FIEP, que a partir dos anos 1960/1970, ocorreu o referido registro da destinação dos formados em relação as empresas conveniadas.

Bem, muitos são os elementos para a discussão e o debate, que se somados a pesquisa buscaram contribuir com esta Tese, mas considera-se importante a oportunidade que se tem nos dias atuais, de levantar dados e informações e podê-los expor para o debate, apontando elementos que fizeram construir uma sociedade, que fomentou os desígnios da formação para o trabalho e a atuação desta atividade laboral durante décadas no país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alcides Vieira de. **Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina** – Florianópolis : Publicações do IF-SC, 2010.

AMORIM, Mario Lopes. **Da Escola Técnica de Curitiba à Escola Técnica Federal do Paraná:** Projeto De Formação de uma Aristocracia do Trabalho (1942-1963). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Educação, 2004.

ANTONACCI, Maria A. Martines. "**Institucionalizar Ciência e Tecnologia** – Em Torno da Fundação do IDORT (São Paulo, 1918/1931)". Revista Brasileira de História, Vol. 7, n. 14. São Paulo, mar./ago. 1987, pp. 59-87.

_____. A Vitória da Razão (?) O IDORT e a Sociedade Paulista. São Paulo: Marco Zero / MCT – CNPq, 1993.

BATISTA, Eraldo Leme. **Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil:** análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT / Eraldo Leme Batista. – Campinas, SP: Autores associados, 2015.

BERNARTT, Maria de Lourdes; SIGNORINI, Noeli Tereza Pastro. (In Memoriam). A PESQUISA NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO SOB OS PRESSUPOSTOS DO MATERIALISMO-HISTÓRICO-DIALÉTICO. In BERNARTT, Maria de Lourdes. (Org). **PARFOR**: reflexões, sentidos e significados no ser e no fazer docente. UTFPR Câmpus Pato Branco, 2014.

_____. **O Idort e a Organização do trabalho no Brasil.** Artigo. X SEMINÁRIO DO HISTEDBR. 18 a 21 de julho de 2016 – UNICAMP. Eixo: 04. História, Trabalho e Educação, 2016.

BOLOGNA, Ítalo. **Roberto Mange e sua Obra**. São Paulo: Unigraf, 1980.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização Catarinense**: das origens à integração n o desenvolvimento brasileiro. Florianópolis: CNI/Fiesc, 1988.

BRAGUETO, Claudio Roberto. **O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970.** Artigo. Geografia, Londrina, V. 8, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1999. Disponível em < http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10193> acesso em 27 de out. de 2019.

BRASIL: 500 anos de povoamento / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. – Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 232 p.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de Março de 1940.** Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para 178aylor178c-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 26 de set. de 2019.

Decreto-lei nº 4.073/1942 – Lei Orgânica do Ensino Industrial;

BRASIL**. Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942 –** Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4081-3-fevereiro-1942-414546-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 27 de out. de 2019.

Decreto-lei nº 4.244/1942 – Lei Orgânica do Ensino Secundário;

Decreto-lei nº 6.141/1943 – Lei Orgânica do Ensino Comercial.

BRASIL, **Decreto-Lei Nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Lei orgânica do ensino industrial**. D**isponível em < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4081-3-fevereiro-1942-414546-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 27 de out. de 2019.

BRASIL, **Decreto-Lei Nº 4.081, de 3 de fevereiro de 1942.** Reorganiza o registro obrigatório dos estabelecimentos industriais existentes no território nacional e dá outras providências. Disponível em < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4081-3-fevereiro-1942-414546-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 27 de out. de 2019.

BRASIL, **Decreto-Lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4081-3-fevereiro-1942-414546-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 27 de out. de 2019.

BRASIL. **Decreto n. 4.481, de 16 de julho de 1942**. Dispõe sobre a aprendizagem dos industriários, estabelece deveres dos empregadores e dos aprendizes relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Disponível em: < http://www2. Camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4481-16-julho-1942-414381-norma-pe. Ht ml>. Acesso em: 17 set. 2012.

BRASIL. **Decreto n. 4.958, de 14 de novembro de 1942**. Institui o Fundo Nacional do Ensino Primário e dispõe sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4958-14-novembro-1942- 414976-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mai. 2012.

BRASIL. **Decreto n. 4.984, de 21 de novembro de 1942**. Dispõe sobre a aprendizagem nos estabelecimentos industriais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4984-21-novembro-1942-415010-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 abr. 2012.

BRASIL: **Decreto Nº 7.566, de 23 de Setembro de 1909.** Crêa nas 179aylor179c dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional 179aylor179c e gratuito. < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)**. LDB: - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: (lei 9.394/96) e legislação correlata/ Coordenação André Arruda. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2007.

BRASIL: Lei nº 704 de 29 de agosto de 1853. Eleva a Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, à categoria de Província, com a denominação de Província do Paraná, sancionada pelo Imperador D. Pedro II. <http://www.itcg. pr. gov. br/ modules /conteudo/ conteudo .php? conteudo=73 > acesso em 26 de set. de 2019.

BRASIL, Rafael do Nascimento Souza. **Ideologia modernizante-conservadora e ação política**: uma proposta de pesquisa sobre os intelectuais da Fundação Getúlio Vargas [décadas de 1960-1970]. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis: 27 a 31 de jul. de 2015.

BRAVIN, Nilvam Jeronimo Ribeiro. et al. **A FORMAÇÃO INDUSTRIAL NO PARANÁ**: do desenvolvimento e formação de aglomerados a distribuição desigual no espaço. Artigo. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.7, n.18, p. 48-66, set. 2015. <http: //www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/7edicao/n18/3.pdf> acesso em 20 de mar. de 2021.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 2ª. ed. Florianópolis: Laudes, 1970.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970. São Paulo: Global; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1985. 369p. apud GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

CASTRO, Antônio Barros de. Sete ensaios sobre a economia brasileira. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. 2, 1980. 235 p. apud GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações – 7º ed. Ver. E atual. – Rio de Janeiro: Elsevier. 2003

CIAVATTA, Maria. et al.. **A Historiografia em Trabalho-Educação**: como se escreve a história da educação profissional. Uberlândia / Minas Gerais: Navegando Publicações, 2019.

CNI/SENAI. **Histórias e Percursos**: o Departamento Nacional do Senai 1942-2002. Ed. Brasilia, 2002.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Educação para a nova indústria:** uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil: sumário executivo / Confederação Nacional da Indústria, Serviço Social da Indústria, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. – Brasília : CNI, 2007

CORREIA, Telma de Barros e ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. **Habitação econômica no Brasil**: o IDORT e sua revista (1932-1960). Artigo. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo programa de pós-graduação do instituto de arquitetura e urbanismo iau-usp, 2013. < http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/83028/86078> acesso em 03 de abr. 2018

CORIAT, Benjamin. Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção. In SCHIMITZ, Hubert; CARVALHO, Rui de Quadros. **Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional**. São Paulo: Hucitec, 1988.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1934. < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Brasileiras_v3_1934.pdf?sequence=10&isAllowed=y > acesso em 15 de dez. de 2020.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1937. < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html.> acesso em 15 de dez. de 2020. D:\Usuario do Sistema\Downloads\ http:\www. planalto.gov.br › ccivil_03 › Constituicao37

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e Desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1980.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. 2ª. ed. –** São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: FLACSO, 2005ª.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2005b.

_____. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata. 2ª. ed.** São Paulo: Editora Unesp; Brasilia, DF: FLACSO, 2005c.

_____. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

CURADO, Marcelo. **Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro.** Artigo. Economia e Sociedade Print version ISSN 0104-0618. Econ. soc. vol.22 no.3 Campinas Dec. 2013 < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182013000300002 & lng = pt&tlng=pt> acesso em 08 de jan. de 2021.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil**:1930/1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In Pandolfi Org. **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

Diretrizes do Estado Novo (1937 – 1945) > Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/SENAI > acesso em 10 de fev. 2018

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 10ª. ed. – São Paulo: Edusp, 2002.

_____. Trabalho Urbano e Conflito Social. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

FIESC 50 anos: uma história voltada para a industrialização Catarinense – Florianópolis: Expressão, 2000.

FILARTIGA ALE, Maria Beatriz Sandoval. **Seleção para o trabalho e sua interface escolar:** uma análise marxista. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002. < https://acervodigital.ufpr.br/> acesso em 31 de nov. de 2020.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. 2º. Vol. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986

FRAZÃO, Diva. **Ebiografia**. Disponível em: < https://www.ebiografia.com/182 Taylor 182 ck_taylor/ henry_ford/> acesso em 30 de out. de 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Dermeval Saviani e a centralidade ontológica do trabalho na formação do "homem novo", artífice da sociedade socialista**. Artigo. Interface. COMUNICAÇÃO SAÚDE EDUCAÇÃO 2017; 21(62):509-19 509. < http://www.scielo.br/pdf/icse/v21n62/1807-5762-icse-1807-576220160967.pdf > acesso em 05 de out. 2018.

GORDINO CABAS, Antonio. Et All. Paraná, o século, o asilo. Curitiba. Criar Edições, 2004.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

_____. **Formação Econômica de Santa Catarina**. – 2ª. ed. ver. Florianópolis: ed. da UFSC, 2007

_____. **Padrões de Crescimento e Diferenciação Economica em Santa Catarina.** Tese. Orientador: Jose Jobson de A. Arruda. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP: [s.n.], 2001.

_____. PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI Verena. **A República do Brasil**. Rio de janeiro: Editora Nova Fronteira / CPDOC-FGV / FAPERJ, 2002.

HACKENHAAR Clayton. **O estado novo em Santa Catarina (1937-1945):** política, trabalho e terra. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014. URI:https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129665

HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Vitor. História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20). 2. Ed. SP: Ática, 1991. In AMORIN, Mario Lopes. **Da**

Escola Técnica de Curitiba à Escola Técnica Federal do Paraná: projeto de formação de uma aristocracia do trabalho (1942-1963). Tese de Doutorado. Programa de Pós- Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

IBGE: **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro. IBGE. Notas: Vol. 1 (1908/1912) editado pela Directoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Commércio e publicado em 3 volumes. Suspesa de 1913-1935. O vol. 1 compreende o período de 1908 a 1912, o vol. 5 de 1939 a 1940, o vol. 6 de 1941 a 1945 e o vol. 48 de 1987 a 1988. 1938 – Separata: Anuário estatístico do Distrito Federal. 1967 e 1971- Separata do Serviço de Estatística da Educação e Cultura : Situação cultural.1989 – Suplemento. 1992 – Reimpressão revisada. 1995-2014 – Disponível também em CD-ROM. Entidade: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes> acesso em 26 de out. de 2019.

____: **Recenseamentos Gerais**: sínteses históricas :históricos dos censos: censos demográficos. Censos demográficos: disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html> IBGE. Metodologia do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Acesso em 26 de out. de 2019.

____: Cadastro Industrial do Estado. Disponível em < https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?acervo=livro&campo =todos &digital =false&texto=parana> acesso em 20 de out. de 2019.

KUENZER, Acácia Zeneida. Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a Educação do trabalhador. 3ª ed. São Paulo : Autores Associados , 1989. In MÜLLER, Meire Terezinha. **O Senai e a Educação Profissionalizante no Brasil.** Artigo. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 189-211, dez. 2010 – ISSN: 1676-2584

KUENZER, Acácia Zeneida. **A Reforma do Ensino Técnico no Brasil e suas Consequências**. Artigo da Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação. RJ. V.6, no. 20, p.365-384, jul./set. 1995.

LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA, Heitor Ferreira. **História do pensamento econômico no Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976

LIMA, Izabel Cristina de. **Ciclos Econômicos**: teoria e evidência. Artigo. UFMG CEDEPLAR, 2011.

MACHADO, Lucia R. de Souza. **Educação e Divisão Social do Trabalho**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo.** Coleção História do Paraná – Curitiba: SEED, 2001.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortês, 2002

MAMIGONIAN, Armen. **Santa Catarina**: sociedade e natureza. Projeto de Pesquisa junto ao CNPQ. 2012

MARX, Karl. **O Capital**: critica a economia política. Vl. I, 34ª. ed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARINHO, Gabrielle Silva. **Educação profissional no sistema "S": avaliação dos programas educacionais em Fortaleza-CE.** / 2012. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.

MEDEIROS, Edna Alves Pereira, 1974- **Políticas públicas educacionais e o PROEJA-FIC**: interseção entre educação de jovens e adultos e educação profissional / Edna Alves Pereira Medeiros. – 2013. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

MELLO, Cleverson Molinari. **Trabalho e Educação das teorias administrativas as competências profissionais:** adaptação, reinvenção ou dissimulação da velha exploração do trabalhador através da pedagogia da fábrica? Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018) Eixo Temático 21 - UTP - Universidade Tuiuti do Paraná.

MÜLLER, Meire Terezinha. **O Senai e a Educação Profissionalizante no Brasil.** Artigo. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 189-211, dez.2010 – ISSN: 1676-2584

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Edusp, 1974.

NARDELLI, Thaise. **Vaidade, Uniforme e Graxa** – As Relações de Gênero na Aprendizagem Industrial do Senai Pr. Dissertação. Mestrado em Tecnologia. Programa de Pós - Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Orientadora: Profa. Dra. Marilia Gomes de Carvalho. Curitiba, 2008.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. – Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo. **Notas sobre a Política Paranaense no período de 1930 A 1945.** Artigo. (1997),

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: 1981.

PANDOLFI, Dulce Chaves (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PANSARDI, Marcos Vinícius. **Reinterpretando o Brasil**: da revolução burguesa à modernização conservadora. Curitiba: Juruá, 2009

PAOLI, Maria Célia. **Trabalhadores e cidadania**: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. Estud. av. , Dez 1989, vol.3, no.7, p.40-66. ISSN 0103-4014

PARANÁ, Governo do Estado do. **1º Centenário da Emancipação Política do Paraná, 1953,** PR. Livro de 234 páginas editado sob os auspícios da Câmara de Expansão Econômica do Paraná. Diretor-Secretário Adherbal Stresser. Porto Alegre: Livraria do Globo S/A. O livro original pertence ao arquivo particular de Roberto J Eissler. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116187 > Acesso em 21 de dezembro de 2020.

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. **Trabalho e educação:** uma perspectiva histórica. Curitiba: InterSaberes, 2012.

PICOLLI, Ivo A. Canduro. **Revista da Indústria**. 6º. Bimestre de 1953, no. 17, ano III, 1953.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Et al.* **O Brasil Republicano**, vol. II: Sociedade e Instituições (1889-1930) – 2ª. ed. – Rio de janeiro – São Paulo: Difel, 1978.

PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do Trabalho no Século 20:** Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. 2ª. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PLAPLER, Denis. **O Pragmatismo de John Dewey**. Artigo. 27/06/2015. Disponível em < http://www. Portaldoeducador.org/educadores/detalhe/denis-plapler/o-pragmatismo-de-john-dewey-de-nada-serve-aos-estudantes-utilizar-o-intelecto-para-memorizar-teorias-que-ver-ver-vinculadas-a-pratica> acesso em 05 de agosto de 2018

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de Ensino Técnico na República Velha 1909-1930**. PPGTE/CEFET-PR. Curitiba: CEFET-PR, 2000, 270p.

REBECHI, Claudia Nociolini. **Prescrições de comunicação e racionalização do trabalho**: os ditames de relações públicas em diálogo com o discurso do IDORT (anos 1930-1960). São Paulo: C.N. Rebechi, 2014.

RIBEIRO, Maria Luiza dos Santos. **História da Educação**. São Paulo: Autores associados, 1998.

ROCHA, Isa de Oliveira. Industrialização de JoinviJie..SC : da gênese ás exportações. Florianópolis : Ed. do Autor, 1997. L35p. In GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de Crescimento e Diferenciação Economica em Santa Catarina.** Tese. Orientador: Jose Jobson de A. Arruda. Tese (Doutorado) -Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP: [s.n.], 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 28ª. ed. – Petrópolis: Vozes, 2003.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada**: o partido republicano paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889). São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **História da ideias pedagógicas no Brasil**. 8ª. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2010.

_____. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Espaço Aberto. Ver. Bras. Educ. vol.12 no.34 Rio de Janeiro Jan./Abr. 2007.

_____. **Escola e democracia**. 42.ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SCHIRMER, Elisabeth**. Educação à Distância no Senai Santa Catarina: um estudo de caso.** Dissertação de Mestrado. Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2004.

SCHLESENER, Anita Helena. Marxismo e Educação: limites e possibilidades do conceito de emancipação. In **Marxismo(s) & Educação.** SCHLESENER, Anita Helena; MASSON, Gisele; SUBTIL, Maria José Dozza (Orgs.). Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016. 270p.

SEBRAE/SC. **Santa Catarina em Números**: Bom Retiro/Sebrae/SC._ Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 132p.

SENAI. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. SENAI. Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, Relatório do ano de 1943.

_____. **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL** Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, Relatório do ano de 1944.

_____. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, Relatório do ano de 1945.

_____. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, Relatório do ano de 1946.

_____. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, Relatório do ano de 1947.

_____. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, Relatório do ano de 1948.

_____. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, Relatório do ano de 1949.

_____. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, Relatório do ano de 1950.

_____. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, Relatório do ano de 1951.

_____. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, Relatório do ano de 1952.

_____. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, Relatório do ano de 1953.

SHIROMA, Eneida Oto *et al*. Política Educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. In BATISTA, Eraldo Leme. **O Instituto De Organização Racional Do Trabalho -** Idort, como

instituição educacional nas décadas de 1930 e 1940 no brasil. Artigo. XII Jornada do HISTDEBR, ISSN 2177-8892, 2014.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Fim da Primeira República**: 1927-1930. São Paulo: Editora Três, 1975.

SILVA, Roseane Nascimento da. **Parceria público privado na educação profissional técnica de nível médio no Estado de Pernambuco** / Roseane Nascimento da Silva. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de pós-graduação em Educação – Recife: 2013.

SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil.** 7ª. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.

SILVA, Silvianilza Baia da. **Educação profissional e desenvolvimento local: a prática de formação do trabalhador no centro integrado de educação do baixo Tocantins- Cametá**. Dissertação do Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Pará. 2014

SOARES, Manoel de Jesus A. **As Escolas de Aprendizes e suas fontes inspiradoras**. Forum Educ. Rio de Janeiro: out/dez. 1981

SOARES, Manoel de Jesus A. **As Escolas de Aprendizes Artífices** – estrutura e evolução. Forum educ., Rio de Janeiro, 6(2): 58-92, jul./set. 1982. Disponível em < http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/viewFile/60628/58869> acesso em 22 de out. de 2019.

THOMPSON, E. P. **A peculiaridade dos ingleses e outros estudos**. Campinas, Edunicamp, 2001.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro e ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001

TREVISAN, Antônio Theolindo. **SENAI – Paraná 50 anos** – Curitiba: Champagnat, 1995.

TRINTIN, Jaime Graciano. **História e desenvolvimento da economia paranaense:** da década de trinta a meados dos anos noventa do século XX. Fundação de Economia e Estatística: Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre: 1993.

WEINSTEIN, Barbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964**. Tradução Luciano Vieira Machado. – São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000

WIEDEMANN, Samuel Carlos. **A educação profissional no Brasil e os limites e possibilidades da educação integral no ensino médio integrado no IFPr.** Tese de Doutorado. Tese apresentada ao Programa de PósGraduação Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, 2018.